



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA – PPGB
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA – MPB

POLÍTICAS DE ACESSO ABERTO PARA UNIVERSIDADES BRASILEIRAS:
DEBATE CRÍTICO PARA UMA CONSTRUÇÃO EFICAZ

Rio de Janeiro, RJ

Setembro/2018

IVANILMA DE OLIVEIRA GAMA

**POLÍTICAS DE ACESSO ABERTO PARA UNIVERSIDADES BRASILEIRAS:
DEBATE CRÍTICO PARA UMA CONSTRUÇÃO EFICAZ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia.

Área de Concentração: Biblioteconomia e Sociedade

Linha de Pesquisa: Biblioteconomia, Cultura e Sociedade

Orientadora: Prof^a. Dra. Lidiane Carvalho dos Santos

Rio de Janeiro, RJ

Setembro/2018

Ficha catalográfica

G184p Gama, Ivanilma de Oliveira

Políticas de acesso aberto para universidades brasileiras:
debate crítico para uma construção eficaz / Ivanilma de Oliveira
Gama. - 2018.

248 f.: il. color. , grafs. , tabs. ; enc.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro, 2018.

Bibliografia: f. 138-152

Apêndices: f. 153-199

Anexos: f. 200-248

Orientador: Dra. Lidiane dos Santos Carvalho

1. Repositórios institucionais - Brasil. 2. Políticas de informação.
3. Regime de informação. 4. Universidades brasileiras. I. Carvalho,
Lidiane dos Santos (Orient.). II. Título

IVANILMA DE OLIVEIRA GAMA

**POLÍTICAS DE ACESSO ABERTO PARA UNIVERSIDADES
BRASILEIRAS: DEBATE CRÍTICO PARA UMA CONSTRUÇÃO
EFICAZ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia.

Aprovado em 19 de setembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Lidiane Carvalho dos Santos - Presidente
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Dra. Simone da Rocha Weitzel – Titular interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Dra. Cícera Henrique da Silva - Titular externo
Fundação Oswaldo Cruz

Prof^a. Dra. Rejane Ramos Machado - Titular externo
Fundação Oswaldo Cruz

Prof^a. Dra. Nanci Elizabeth Oddoni - Suplente interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Dra. Rosany Bochner - Suplente externo
Fundação Oswaldo Cruz

*Aos amores da minha vida: pai, mãe, irmã e Bidu.
Para vocês e por vocês.*

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação é fruto de um trabalho árduo e feito a várias mãos. Mãos essas que não escreveram, mas me ajudaram a chegar até o fim dessa etapa. Por isso, começo agradecendo a Deus que me deu o dom da vida, concedeu força em momentos que eu achei que não fosse conseguir e permitiu que eu chegasse mais longe do que eu sonhei.

Agradeço a minha família que entendeu os meus momentos de cansaço, de não estar sempre presente, o meu mau humor, em algumas horas, e sempre me deu suporte e amor incondicional. Pai, Josemar; mãe, Ivany; irmã, Jaqueline e meu filho de quatro patas, Bidu, isso é para vocês e por vocês. A minha família de Angra, meus amigos de alma, que sempre estão comigo e em qualquer momento. Obrigada pelo apoio de vocês sempre.

Agradeço a todos os amigos que sempre estão torcendo por mim e rezaram muito para que esse mestrado fosse a melhor experiência que eu pudesse ter. Agradeço por todo carinho e amor. Aos amigos do CEFET/RJ pela paciência, pelo suporte durante as aulas e no meu afastamento para a conclusão. Sem vocês não teria conseguido, Maria Luiza, Maurício, Felipe e Rodrigo, vocês estarão sempre no meu coração, crianças. Aos dirigentes do Campus Itaguaí que permitiram o meu afastamento e incentivaram o meu crescimento profissional.

Aos amigos do Mestrado Profissional em Biblioteconomia, vocês foram essenciais para essa luta. Não teria chegado aqui sem vocês. Nossas conversas nas madrugadas, os incentivos para não desistir, ajuda com os textos, livros, artigos e tudo mais. Fomos mais do que uma turma, mas um grande grupo de terapia. Meu agradecimento a vocês não tem tamanho.

À minha querida orientadora, Dra. Lidiane dos Santos Carvalho, por acreditar em mim e me incentivar sempre. Você foi mais do que essencial em todo esse processo e uma das mais gratas surpresas dessa jornada. Obrigada pelo seu eterno suporte.

Agradeço também a banca examinadora que, gentilmente, aceitaram o convite de participar da avaliação dessa pesquisa e trouxeram contribuições brilhantes para o desenvolvimento desse estudo. Professoras Dra. Simone Weitzel, Dra. Cícera Henrique da Silva, Dra. Nanci Elizabeth Oddoni, Dra. Rosany Bochner,

muitíssimo obrigada. Obrigada muito especial a Dra. Kizi Mendonça de Araujo que se disponibilizou a auxiliar na busca nas bases de dados.

Obrigada a cada gestor de Repositório que cederam seus preciosos tempos para contribuir com essa pesquisa. Sem vocês não teria sido possível. Espero que esse trabalho possa retribuir o esforço de vocês em manter os Repositórios Institucionais de forma brilhante e que ele reflita o trabalho árduo realizado diariamente por vocês e suas equipes.

Por fim, agradeço aos meus anjos que estão no céu, junto de Deus, pedindo sempre por mim. Obrigada avôs, tio Ivaldo, primo Djalma e tia Lucia por todas as preces.

*“O que faz andar o barco não é a vela enfunada,
mas o vento que não se vê” (Platão)*

RESUMO

GAMA, Ivanilma de Oliveira. **Políticas de acesso aberto para universidades brasileiras**: debate crítico para uma construção eficaz. 2018. 250f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

Essa pesquisa propõe os elementos necessários para construção de políticas de acesso aberto em universidades brasileiras através de um debate crítico utilizando o conceito de Regime de Informação trazido por Sandra Braman e demais teóricos para análise dos Repositórios Institucionais (RIs) e discute, a partir do conceito de Política de Informação, as políticas de acesso aberto em instituições de ensino superior e pesquisa no Brasil. Como procedimento metodológico adotado tem-se o levantamento bibliográfico da literatura do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação em bases de dados científicas e repositórios sobre os seguintes temas: Repositórios, Políticas, Regime e Política de Informação. Além disso, nos diretórios OpenDOAR e ROAR MAP, selecionou-se os repositórios institucionais no Brasil que compuseram o *corpus* empírico desse estudo. Examinou as políticas desses RIs em função das quatro características das políticas de informação: transparência, redes como princípios organizacionais, responsabilidades compartilhadas entre setores públicos e privados e poder informacional como forma dominante de poder. Como metodologia complementar foram realizadas entrevistas aos gestores dos repositórios a fim de compreender o processo de construção das políticas, assim como da implantação dos repositórios dessas universidades. Conclui-se que os formuladores das políticas de acesso aberto devem seguir quatro diretrizes, a saber: Priorização da transparência informacional; reconhecer que a política institucional é fruto do diálogo entre os diversos setores da Universidade; construir um diálogo da Universidade e os setores privados; mostrar que o poder informacional tem regido as ações institucionais. Propõe aprofundar a investigação sobre temas como a política nacional de acesso aberto, política de preservação digital e modos informacionais de promoção de uma ciência democrática. Essa pesquisa pretendeu contribuir como aporte teórico e metodológico para a proposição de políticas de acesso aberto que visem à implantação de Repositórios Institucionais nas universidades brasileiras.

Palavras-chave: Repositórios institucionais; Políticas de informação; Regime de informação; Universidades brasileiras.

ABSTRACT

This research proposes the necessary elements for construction of open access policies in Brazilian universities through a critical debate using Sandra Braman's concept of Information Policy Regime also used by other theorists in order to analyse the Institutional Repositories (Irs) . From the concept of information policy, this research discusses open-access policies in higher education and research institutions in Brazil. The methodological procedure adopted was the literature review within the library economy's and information science's domains of scientific databases and repositories on the following themes: repositories, policies, and policy Regime Information. In addition, from the OpenDOAR and ROAR MAP's records, it has been chosen the institutional repositories in Brazil that composed this study's empirical corpus. This study examined the policies of these Irs on the basis of the four characteristics of information policy: transparency, networks such as organizational principles, shared responsibilities between public and private sectors and informational power as a dominant power. As a complementary methodology managers' interviews were conducted aiming at understanding the building policies' process, as well as the implementation of these universities' repositories. It is concluded that the open access policy makers should follow four guidelines, namely: prioritization of informational transparency; recognition that an institutional policy is an outcome of a dialogue between the various sectors of the University; build a dialogue between the University and the private sector; show that informational power has governed institutional actions. The present research proposes further investigation on topics such as the national policy of open access, digital preservation policy and informational modes of a democratic science promotion. This research intended to contribute as theoretical and methodological basis to the proposition of open access policies, which aim at the implementation of Institutional Repositories in Brazilian universities.

Keywords: Institutional Repositories; Information policy; Information policy regime; Brazilian universities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Modelo Tradicional da Comunicação Científica de Garvey e Griffith (adaptado)	30
Figura 2	Comunicação Científica de Hurd: modelo para 2020	31
Figura 3	Gasto em ACT por setor de financiamento entre 2006-2015	34
Figura 4	Principais iniciativas de acesso aberto no mundo e na América Latina	37
Figura 5	Evolução histórica da Comunicação Científica (Século XX - Século XXI)	38
Figura 6	Ranking mundial de Repositórios Digitais	42
Figura 7	Tipos de Repositórios de Acesso Aberto no mundo	43
Figura 8	Software mais utilizados pelos repositórios	44
Figura 9	Tipos de Repositórios no Brasil	47
Figura 10	Repositórios em funcionamento (Brasil)	47
Figura 11	Softwares utilizados (Brasil)	48
Figura 12	Regime de informação: família de palavras e contextos de uso	54
Figura 13	Síntese da relação Repositórios Institucionais e Regime de Informação	58
Figura 14	Funções do Repositório Institucional	60
Figura 15	Características da Política de Informação	68
Figura 16	Políticas de submissão mundial	77
Figura 17	Índice de políticas de submissão no Brasil	78
Figura 18	Progressão do número de políticas de acesso aberto	78
Figura 19	Etapas da seleção do <i>corpus</i> empírico	82
Figura 20	Resultado da questão 2	121
Figura 21	Resultado da questão 4	121
Figura 22	Resultado da questão 5	122
Figura 23	Resultado da questão 7	123
Figura 24	Resultado da questão 11	126
Figura 25	Resultado da questão 12	127
Figura 26	Resultado da questão 14	128
Figura 27	Resultado da questão 16	129
Figura 28	Resultado da questão 18	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Contribuições dos Movimentos e Declarações da Iniciativa de Arquivos Abertos e Movimento de Acesso Aberto à Informação	39
Quadro 2	Definições sobre Regime de Informação	51
Quadro 3	Elementos que compõe o regime da informação	53
Quadro 4	Elementos do ciclo que compõe o regime de informação	54
Quadro 5	Domínios das responsabilidades na esfera macro dos regimes de informação	55
Quadro 6	Características das Políticas de Informação, segundo Sandra Braman (2004)	70
Quadro 7	Tipos de políticas de acesso aberto	73
Quadro 8	Plano de implementação de política de acesso aberto	75
Quadro 9	Esquema teórico metodológico	84
Quadro 10	Perfil das Políticas de Acesso Aberto das universidades estudadas	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BC	Biblioteca Central
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BOAI	<i>Budapest Open Access Initiative</i>
BVS	Biblioteca Virtual de Saúde
CCTIC	Comissão de Ciência, Tecnologia, Informática e Comunicação
CEFET-PR	Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
CEFET/RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso S. da Fonseca
CEPEC	Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura
CONEPE	Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão
CONSUNI	Conselho de Universitário
CPD	Centro de Processamento de Dados
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
EDUFBA	Editora da Universidade Federal da Bahia
E-LIS	<i>E-prints in Library and Information Science</i>
ESAL	Escola Superior de Agricultura de Lavras
FI	Fator de Impacto
FACOM	Faculdade de Comunicação
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade/ Acordo Geral sobre Tarifas e Comercio</i>
GT	Grupo de Trabalho
GII	Infraestrutura Global de Informação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICBCG	Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande
ICI	Instituto de Ciência da Informação
IEC	Instituto Evandro Chagas
IFAP	Instituto Federal do Amapá
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
ISI	<i>Institute for Scientific Information</i>

JCR	<i>Journal Citation Reports</i>
MAA	Movimento Acesso Aberto à Informação
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MPEG	Museu Paraense Emilio Goeldi
NDLTD	<i>Network Digital Library of Thesis and Dissertation</i>
AO	<i>Open Access</i>
OAI	<i>Open Access Initiative</i>
OAI-PMH	<i>Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting</i>
OpenDOAR	<i>Directory of Open Access Repositories</i>
PL	Projeto de Lei
PLS	Projeto de Lei do Senado
REI	Repositório Eletrônico Institucional da Universidade Federal da Paraíba
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RI	Repositório Institucional
RIs	Repositórios Institucionais
ROARMAP	<i>The Registry of Open Access Repository Mandates and Policies</i>
Rycit	<i>Red Iberoamericana de Indicadores de Ciencia y Tecnologia</i>
SCI	Science Citation Index
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SEER	Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
SIBI	Sistema de Bibliotecas
SITE	Sistema de Informação sobre Teses
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UEMT	Universidade Estadual de Mato Grosso
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFG	Universidade de Goiás
UFGD	Universidade Federal do Grande Dourados
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
Unipampa	Universidade Federal do Pampa
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFS	Universidade Federal do Sergipe
UnB	Universidade de Brasília
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
UNICEUB	Centro de Ensino Unificado de Brasília
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudoeste do Pará
UNILA	Universidade Federal de Integração Latino-Americana
URGS	Universidade do Rio Grande do Sul
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
1.1	Justificativa	25
1.2	Objetivos	26
2	MARCO HISTÓRICO	27
2.1	A construção da Ciência e a crise no campo científico	28
2.2	Novo panorama na comunicação científica a partir da Iniciativa de Arquivos Abertos (OAI) e Movimento Acesso Aberto à Informação (MAA)	32
2.2.1	<i>O surgimento dos Repositórios Institucionais</i>	40
2.2.2	<i>Os Repositórios Institucionais no contexto brasileiro</i>	45
3	MARCO TEÓRICO	48
3.1	Regime de informação: conceitos e singularidades	49
3.1.1	<i>Repositórios institucionais: uma perspectiva por meio da teoria do regime de informação</i>	56
3.1.2	<i>Repositórios como instrumentos de democratização científica</i>	59
3.2	Políticas de Informação: abordagens teóricas	62
3.2.1	<i>Política de acesso aberto sob o olhar do conceito de Política de Informação</i>	71
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	79
5	MARCO EMPÍRICO	85
5.1	Análise do <i>corpus</i> empírico	85
5.1.1	<i>Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará (UFPA)</i>	85

5.1.2	<i>Repositório Institucional da Universidade Federal de Goiás (UFG)</i>	87
5.1.3	<i>Repositório Institucional da Universidade de Brasília (UnB)</i>	88
5.1.4	<i>Repositório Institucional da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)</i>	89
5.1.5	<i>Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)</i>	89
5.1.6	<i>Repositório Institucional da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA)</i>	90
5.1.7	<i>Repositório Institucional da Universidade Federal do Pampa (Unipampa)</i>	91
5.1.8	<i>Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande (FURG)</i>	91
5.1.9	<i>Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)</i>	92
5.1.10	<i>Repositório Institucional da Universidade Estadual Paulista (Unesp)</i>	93
5.1.11	<i>Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras (UFLA)</i>	93
5.1.12	<i>Repositório Institucional da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)</i>	94
5.1.13	<i>Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará (UFC)</i>	95
5.1.14	<i>Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia (UFBA)</i>	96
5.1.15	<i>Repositório Institucional da Universidade Federal do Sergipe (UFS)</i>	97

5.1.16	<i>Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)</i>	97
5.2	Reflexões acerca das políticas de acesso aberto estudadas	98
5.3	A política de acesso aberto pelo prisma dos gestores: análise das entrevistas realizadas	119
6	QUAL A POLÍTICA QUE QUEREMOS? ELEMENTOS NECESSÁRIOS PARA AS POLÍTICAS DE ACESSO ABERTO EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS	134
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
	REFERÊNCIAS	139
	APÊNDICE A: RESPOSTAS DADAS POR MEIO DO FORMULÁRIO ELETRÔNICO	155
	APÊNDICE B: TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS GESTORES	159
	ANEXO 1: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UFPA	202
	ANEXO 2: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UFG	204
	ANEXO 3: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UnB	207
	ANEXO 4: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UFMS	209
	ANEXO 5: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UFRGS	212
	ANEXO 6: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UNILA	216

ANEXO 7: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UNIPAMPA	220
ANEXO 8: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA FURG	223
ANEXO 9: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UTFPR	225
ANEXO 10: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UNESP	232
ANEXO 11: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UFLA	237
ANEXO 12: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UFOP	239
ANEXO 13: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UFC	242
ANEXO 14: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UFBA	245
ANEXO 15: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UFS	247
ANEXO 16: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UFRN	250

1 INTRODUÇÃO

A ciência, entre outras funcionalidades, se dedica a proporcionar a qualidade da vida humana. Para a concretização desse fim, a informação constrói-se como elemento constitutivo para que ela consiga progredir e proporciona, conseqüentemente, o avanço político, social e econômico de um País. Ao longo dos séculos, percebe-se que os avanços científicos promoveram mudanças significativas no processo cognitivo do conhecimento científico.

No século XX, o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), mas precisamente com o surgimento da Internet e, posteriormente da Web 2.0, viabilizou uma mudança nos padrões de comunicação dentro da comunidade acadêmica que almejava a busca de meios que rompessem paradigmas já cristalizados dentro da Ciência que, nos meados do século XX, foram atraídos por uma lógica capitalista cujo foco passou a ser a comercialização das pesquisas ao invés de melhora no estilo de vida humana.

O modo de comunicar os resultados das pesquisas entre os pares começou a ser direcionado a uma prática liberal de interação entre pesquisador e mercado editorial. Esse foi o marco para a elevação dos custos das revistas indexadas pela *Science Citation Index* (SCI). Com o renome que o SCI passou a apresentar entre as instituições de pesquisa, as revistas indexadas por ela adquiriram maior prestígio. Tornou-se um ciclo vicioso: pesquisadores submetiam seus trabalhos a esses periódicos indexados pelo SCI para adquirir maior prestígio e financiamento pelas agências de fomento. As bibliotecas e pesquisadores tiveram que adquirir essas publicações que aumentaram os seus valores por conta da lei da oferta e procura¹, dificultando a sua aquisição. Isso ocasionou que os pesquisadores tivessem mais dificuldade em fazer manutenção da sua coleção de revistas científicas; é a chamada “crise do periódico” que começou nos anos 1970.

Esse cenário incentivou que, no final dos anos 1990, eclodisse a Iniciativa de Arquivos Abertos e o Movimento de Acesso Aberto. A ideia central desse movimento parte de uma retomada a construção democrática da propagação do conhecimento científico. Para isso, retorna-se ao fundamento de que Ciência é fruto do bem

¹ Lei de oferta e procura consiste um modelo econômico que rege o preço de um mercado. Nesse contexto, quando a oferta de um bem ou serviço ultrapassa a procura pelo mesmo, seu preço tende declinar. O inverso ocorre quando a demanda supera as expectativas (LEI DA OFERTA E PROCURA, 2017). O mercado editorial, como parte da economia, também é regido por essa lei; assim sendo, com a inserção do Fator de Impacto (FI) a demanda pela publicação e pela aquisição desses periódicos reconhecidos acrescentou maior valor de comércio a estes.

comum e, assim sendo, os resultados de suas pesquisas deveriam ser acessados por todos. Diante disto, inicia-se um processo entre os países norte-americanos e europeus, majoritariamente, para a afirmação desse movimento, culminando com a assinatura de macro-políticas que visavam unificar as práticas do grupo. Dentre essas, destacam-se a Convenção de Santa Fé (1999), de Budapeste (BUDAPEST, 2002), de Bethesda (2003), de Berlim (DECLARAÇÃO, 2003), em nível internacional; Declaração de Salvador (DECLARAÇÃO..., 2005) e o Manifesto pelo Livre Acesso lançado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) (INSTITUTO..., 2005), em nível nacional.

Uma das estratégias estabelecida pela BOAI é o acesso aberto verde que se realiza por meio da implantação de Repositórios Institucionais (RI) (via verde ou *Green Road*²). Os RIs possibilitaram a reestruturação do fluxo informacional dentro da comunicação científica. Eles possibilitam também que haja uma autoresponsabilização dos autores sobre a sua produção na medida em que existe maior disseminação e acesso aos resultados de suas pesquisas e a reflexividade dos dados científicos, sendo uma escolha do pesquisador qual veículo que deseja publicar contanto que seja depositado uma cópia em um RI. Os RIs, embora tenham enfrentado algumas barreiras referentes aos direitos autorais, revisão pelos pares, aceitação da comunidade acadêmica, dentre outros, tornaram-se mecanismos importantes para o acesso à informação científica. Entretanto, o seu bom funcionamento dentro das Instituições demanda algumas questões quanto ao seu gerenciamento, uma destas é a adoção de políticas institucionais para a implantação e funcionamento dos Repositórios.

Tendo em vista isto, essa pesquisa ancora-se em dois eixos teóricos para a sua construção: o primeiro tange aos Repositórios Institucionais como Regime de Informação e o segundo analisa as políticas de acesso aberto sob a ótica da teoria da Política de Informação. O marco teórico elucida os elementos desejáveis para proposição de políticas de acesso aberto em universidades brasileiras. É importante mencionar que esse estudo transversa com as teorias da Comunicação Científica para contextualização histórica e, assim, trazer elementos que auxiliem no entendimento dos Repositórios.

² Termo atualizado pelo Acesso Aberto Verde a partir de 2010.

Os profissionais da Biblioteconomia e da Ciência da Informação ainda enfrentam diversas barreiras quanto à sistematização de políticas para as suas atividades. Alguns teóricos da área já apresentavam essa problemática há tempos atrás e ela ainda se apresenta como ponto a ser discutido. O diretório OpenDOAR mostra que apenas 6,7% dos RIs possuem políticas de submissão registrada; 3,4% registraram o conteúdo de suas políticas; enquanto a política de preservação digital, reuso de metadados e reutilização de dados não foram encontrados em nenhum RIs. Os dados apontam o quanto urgente é a discussão sobre a importância das políticas para a consolidação de uma ciência democrática e aberta e mostra que esse debate pode ser iniciado pelos profissionais da informação das universidades, inclusive pelas nacionais.

O ponto de partida para essa pesquisa emerge de uma experiência da autora no seu local de trabalho, o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) o qual fazem parte oito *campi* no estado do Rio de Janeiro. Os bibliotecários da Instituição fazem reuniões periódicas em que levantam problemas comuns e debatem por soluções possíveis. Em um desses encontros, identificamos a problemática que enfrentávamos quando um usuário nos solicitava algum trabalho de conclusão de curso, dissertação ou tese, pois esse material, em sua maioria, se encontrava nas coordenações onde a recuperação da informação não poderia ser realizada de modo eficiente; além disso, a comunidade acadêmica não tinha acesso à produção institucional, o que representava a uma falha na gestão da produção intelectual da Instituição. Organizou-se um Grupo de Trabalho (GT) sobre esse assunto. Ao término dos trabalhos do GT, chegou-se a conclusão que o Repositório Institucional seria uma solução para essa questão. Para dar prosseguimento ao estudo, indagou-se como teriam ocorrido as experiências em outras instituições. Por onde as instituições que possuem RI iniciaram seu processo de implantação? Quais os elementos principais que as instituições devem dispor antes de dar início ao processo? Quais as políticas adotadas para a criação destes RI?

Com o intuito de encontrar soluções para essas questões, verificou-se que o ponto inicial para a implantação de um RI seria a construção de uma política de acesso aberto. A partir desse ponto, consolidaram-se os questionamentos que impulsionaram essa pesquisa: (1) o que se entende como política de acesso aberto? (2) como as instituições estão estruturando essa política? (3) quais elementos são

essenciais para identificá-la? (4) qual o impacto dessas políticas e dos RIs nas práticas político-sociais dentro da universidade? (5) como estruturar uma política de acesso aberto para que ela possa respaldar adequadamente a gestão e funcionamento do RI? Deste modo, o estudo proposto tem por objetivo geral investigar quais elementos são necessários para a construção de políticas de acesso aberto tendo em vista a implantação de Repositórios nas universidades brasileiras. Buscando a compreensão dos macros - elementos (economia, cultura, formas jurídicas, entre outros) envolvidos na dinâmica social de implantação de um RI, apoiamo-nos na abordagem teórica crítica de Regime e Política Informação trazidos, principalmente, por Sandra Braman, Maria Nélida González de Gómez, Bernard Frohmann e Hamid R. Ekbla.

Para atingir o objetivo geral, a pesquisa se caracterizou como qualitativa e realizou uma investigação plurimetodológica a qual, através do levantamento bibliográfico no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, construiu-se o marco histórico e teórico. Além disso, o *corpus* empírico desse estudo foi obtido por meio da amostra aleatória simples nos diretórios OpenDOAR e ROAR MAP. Selecionado esse grupo, avaliaram-se suas políticas de acesso aberto mediante as quatro características apresentados no referencial teórico.

Assim sendo, essa dissertação estrutura-se do seguinte modo: a seção 1 expõe uma breve introdução ao assunto tratado, apresentando as suas justificativas e objetivos gerais e específicos. A seção 2 faz uma análise histórica da Comunicação Científica, especialmente quanto às suas modificações após a ascensão da Iniciativa de Arquivos Abertos e o Movimento de Acesso Livre e da criação dos primeiros Repositórios. A seção 3 trata dos conceitos teóricos que alicerçaram essa pesquisa: Regime e Política de Informação. Procura também mostrar a leitura dos conceitos de Repositório Institucional e Política de Acesso Aberto através dessas teorias. A seção 4 apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para a construção desse estudo; a seção 5, por sua vez, traz o breve histórico dos RIs que compuseram o *corpus* empírico dessa pesquisa e a análise das políticas de acesso aberto das Instituições as quais elas estão vinculadas. Aborda ainda sobre os resultados do estudo que incluem as considerações sobre as políticas de acesso aberto analisado, juntamente com a fala dos gestores. A seção 6 apresenta os elementos necessários para as políticas de acesso aberto para universidades brasileiras. A seção 7 trata das considerações

finais, reiterando a proposta apresentada e analisando o processo de desenvolvimento do trabalho.

1.1 Justificativa

A justificativa desse estudo ocorre em três argumentos que serão explicados a seguir: o primeiro relaciona a importância de reconhecimento das dimensões político e social dos Repositórios Institucionais. O segundo trata da necessidade de discutir sobre políticas inerentes as atividades dos profissionais da Biblioteconomia, mais precisamente, em relação à implantação e funcionamento de RIs em universidades brasileiras. O terceiro tange a necessidade de apresentar os elementos que compõem uma política de acesso aberto direcionada as universidades brasileiras.

No tocante ao primeiro argumento, é preciso salientar que os Repositórios Institucionais se configuram como um instrumento estratégico do Movimento de Acesso Aberto e se destaca como meio de disseminação, gerenciamento e preservação da produção intelectual das instituições (MUELLER, 2007a; KURAMATO, 2008; GOMES; ROSA, 2010; WEITZEL, 2014). Os RIs vem ganhando uma importância na comunidade acadêmica devido a visibilidade das produções ali reunidas, principalmente na América Latina (COSTA; LEITE, 2017). Isso se desdobrou em estudos relativos a essa temática tanto por bibliotecários e cientistas da informação quanto por profissionais de outras áreas, tais como ligadas a Tecnologia da Informação, por exemplo. Nesse cenário, contudo, ainda é preciso haver uma reflexão acerca das questões político-sociais que envolvem os RIs.

Estes podem ser vistos como instrumentos de gestão e disseminação da produção científica das instituições que são vinculadas, mas isso possibilita, em uma esfera maior, a democratização do conhecimento científico aos pares e, conseqüentemente, a comunidade fora dos muros da academia. Deste modo, ao longo dessa pesquisa, propõe-se a análise dos Repositórios Institucionais a partir do conceito de Regime de Informação, propondo uma leitura ampliada dos repositórios de universidades públicas como instrumento de democratização da informação e do conhecimento científico. O que se percebe é que os profissionais do campo de estudos da informação precisam ter uma capacidade de olhar para a dinâmica social da ciência como um todo, e então articular instrumentos que sejam capazes de lidar

com a lógica capitalista do mercado informacional, a fim de propor políticas que conduzam este aspecto democrático do acesso aberto.

O segundo argumento remete a necessidade de tratar sobre política entre os profissionais da informação que se dedicam aos RIs. De acordo com o OpenDOAR (2017), dentre os RIs cadastrados no diretório, as estatísticas quanto as políticas dos RIs no Brasil sinalizam que apenas 6,7% destes possuem políticas de submissão registrada; em apenas 3,4% dos Repositórios identificam-se políticas registradas; enquanto não há registros sobre política de preservação digital, reuso de metadados e reutilização de dados. Problematizando, o que se percebe é que a carência da adoção de políticas nas atividades profissionais pode remeter a problemas de gestão. Para analisar as políticas de acesso aberto, fez-se sua interpretação, no nível teórico, por meio do conceito de Política de Informação tratado, principalmente, por Braman (2004) e González de Gómez (2012).

O último argumento chama atenção sobre a importância de investigar diretrizes para a construção de políticas de acesso aberto em universidades brasileiras. Ao longo da pesquisa, identificou-se que a literatura contempla publicações que visam orientar aos gestores na implantação de seus Repositórios, tais como de Leite (2009), Sayão *et al* (2009), Gomes e Rosa (2010), por exemplo. Kuramoto (2010) conta que, no Brasil à época do desenvolvimento do projeto do IBICT que fomentou a implantação dos RIs, uma das orientações era a construção de políticas institucionais de informação aos moldes das indicações propostas por Harnad (2002). Kuramoto (2010) relata ainda que houve dificuldade na sensibilização das universidades em criar tais políticas. Por isso, essa pesquisa quer investigar elementos para facilitar a construção das políticas de acesso aberto. Tal iniciativa pode estimular os profissionais da informação a se dedicarem a sensibilizar os gestores das universidades brasileiras quanto a importância das políticas para RIs. Diante disso, considera-se que o resultado desse estudo pode contribuir como aporte teórico e metodológico para a proposição de políticas de acesso aberto que visem à implantação de repositórios institucionais nas universidades brasileiras.

1.2 Objetivos

Essa subseção expõe o objetivo geral desse estudo, assim como os objetivos específicos que auxiliaram que fosse possível obter os resultados pretendidos.

Objetivo geral:

Investigar os elementos necessários para construção de políticas de acesso aberto em universidades brasileiras por meio dos conceitos de Regime de Informação e Política de Informação numa perspectiva ampliada e crítica.

Objetivos específicos:

- a. Apresentar o contexto histórico do surgimento dos Repositórios Institucionais por meio da análise na literatura biblioteconômica e da Ciência da Informação;
- b. Analisar as políticas de acesso aberto implantadas nas Universidades brasileiras;
- c. Salientar a função político-social dos Repositórios Institucionais no cenário das universidades brasileiras;
- d. Definir os principais elementos que devem compor uma política de acesso aberto em universidades brasileiras para o estabelecimento de um Repositório Institucional;

2 MARCO HISTÓRICO

Essa seção trata sobre o processo histórico da Ciência, entre os anos de 1960 até 2002, que permitiu que a Iniciativa de Arquivos Abertos e o Movimento de Acesso Aberto surgissem (BUDAPEST, 2002) e, que culminou com o nascimento dos repositórios. Na subseção 2.1 são expostas, de modo resumido, as práticas científicas para construção da Ciência e como esse processo foi modificado pela introdução da Internet ocorrida em meados do século XX. Em seguida, debatesse sobre o surgimento da Iniciativa de Arquivos Abertos e de Movimento de Acesso Aberto por meio do Harnad e seus colaboradores (BUDAPEST, 2002) e seu impacto na academia. Assim como, a adoção da disseminação e gerenciamento das produções científicas de modo aberto e acessível a todos por meio dos Repositórios. Em seguida, explica-se o surgimento dos Repositórios e sua influência dentro do campo científico.

2.1 A construção da Ciência e a crise no campo científico

A Ciência mostra-se como um ser vivo que evolui e se reconstrói diversas vezes a fim de atingir seu *ethos* que é a promoção da qualidade de vida humana. Contudo, a sua definição, assim como temporalizar a revolução científica, torna-se uma tarefa difícil (ZIMAN, 1979; HENRY, 1998; HENNING, 2013). Mesmo com essa complexidade, alguns teóricos, como Merton (1979), Freire-Maia (1991), Knorr-Cetina (1999), Kropf e Lima (1998/1999), Schwartzman (2001), dentre outros, vem apresentando explicações acerca do que é Ciência. Deste modo, pode-se defini-la por meio de um conjunto de crenças, princípios e normas que é partilhado por uma determinada comunidade (KROPF; LIMA, 1998/1999).

O processo de comunicar o conhecimento científico, como dito por Kropf e Lima (1998/1999), se constrói como modo formal para a legitimação do que se considera com valor científico. Deste modo, “comunicação científica”, como dito por John Bernal na década de 1940, consiste em um vasto processo de criação e transferência de informação científica (BERNAL, 1946). A ela são atribuídas sete funções de acordo com Menzel (1958):

“1) fornecer respostas a perguntas específicas; 2) contribuir para a atualização profissional do cientista no campo específico de sua atuação; 3) estimular a descoberta e a compreensão de novos campos de interesse; 4) divulgar as tendências de áreas emergentes, fornecendo aos cientistas ideia da relevância de seu trabalho; 5) testar a confiabilidade de novos conhecimentos, diante da possibilidade de testemunhas e verificações; 6) redirecionar ou ampliar o rol de interesse dos cientistas; 7) fornecer feedback para aperfeiçoamento da produção do cientista”

Com efeito, a comunicação científica oportunizou não somente compartilhar a informação entre os pares, mas também fomentou a colaboração entre pesquisadores e grupos de pesquisa de diferentes regiões ou países. A colaboração pode ser entendida como uma predisposição do ator social para compartilhar conhecimento, informações, recursos, direitos, deveres e responsabilidades. Esta colaboração científica entre pesquisadores e laboratórios, propicia que o conteúdo produzido em determinada pesquisa seja comunicado com a partilha das responsabilidades e da descoberta científica (GAMA; CARVALHO, 2017).

Há ainda que se destacar que o processo de maturação de uma área do conhecimento engloba a literatura científica desta. Por isso, o desenvolvimento da

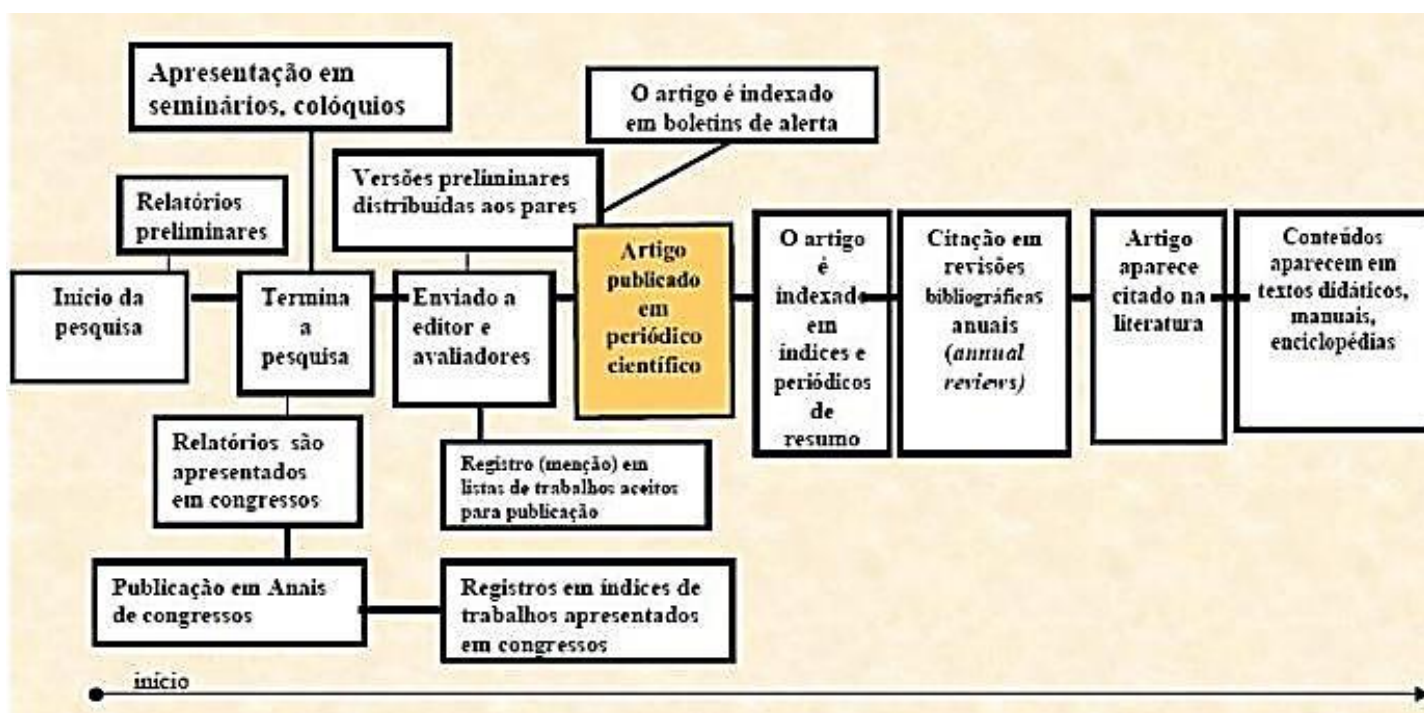
pesquisa e a divulgação de seus resultados são elementos preciosos para o progresso científico (NUNES, 2012). A apresentação do trabalho científico aos pares, assim como as críticas, as citações de outros autores e demais etapas desse processo de comunicação, como enfatiza Ziman (1979), constituem a Ciência e o conhecimento científico. Desta forma, pode-se afirmar que a colaboração faz parte da construção da ciência e do cientista (MEADOWS, 1999).

Nesse contexto, pode-se salientar que os periódicos científicos cooperam no quesito de formalizar e, deste modo, possibilitar maior comunicação no campo científico. Eles são tidos como um dos principais atores da rede, ocupando um lugar central nesse processo, conforme Latour (2000; ROSA; GOMES, 2010, p. 17) conceitua de “centro de cálculo”³. Na atual lógica capitalista formada dentro da Ciência, a publicação de trabalhos nesses veículos projeta os pesquisadores a uma instância de renome, possibilitando o investimento financeiro nas pesquisas desenvolvidas por estes (GAMA; CARVALHO, 2017). Além disso, o uso desse canal comunicacional permitiu um progresso na dinamicidade do processo de comunicação, assim como a formalização da comunicação científica.

A comunicação científica compreende o processo de formalização de modelos que permitem que ocorra o fluxo informacional. Sendo assim, o modelo apresentado por Garvey e Griffith (1967, 1979), em meados das décadas de 1960 e 1970, sintetiza a metodologia da comunicação científica desde o surgimento do problema a ser estudado até a fase que a disseminação dos resultados da pesquisa (COSTA; LEITE, 2017), como visto a seguir na Figura 1.

³ O referido termo consiste em nós de uma rede ampla e se tornam pontos de confluência, assim como pontos de passagem obrigatórios de inscrição em diversas periferias.

Figura 1: Modelo Tradicional da Comunicação Científica de Garvey e Griffith (adaptado)



Fonte: MORENO; MÁRDERO ARELLANO (2005, p. 76)

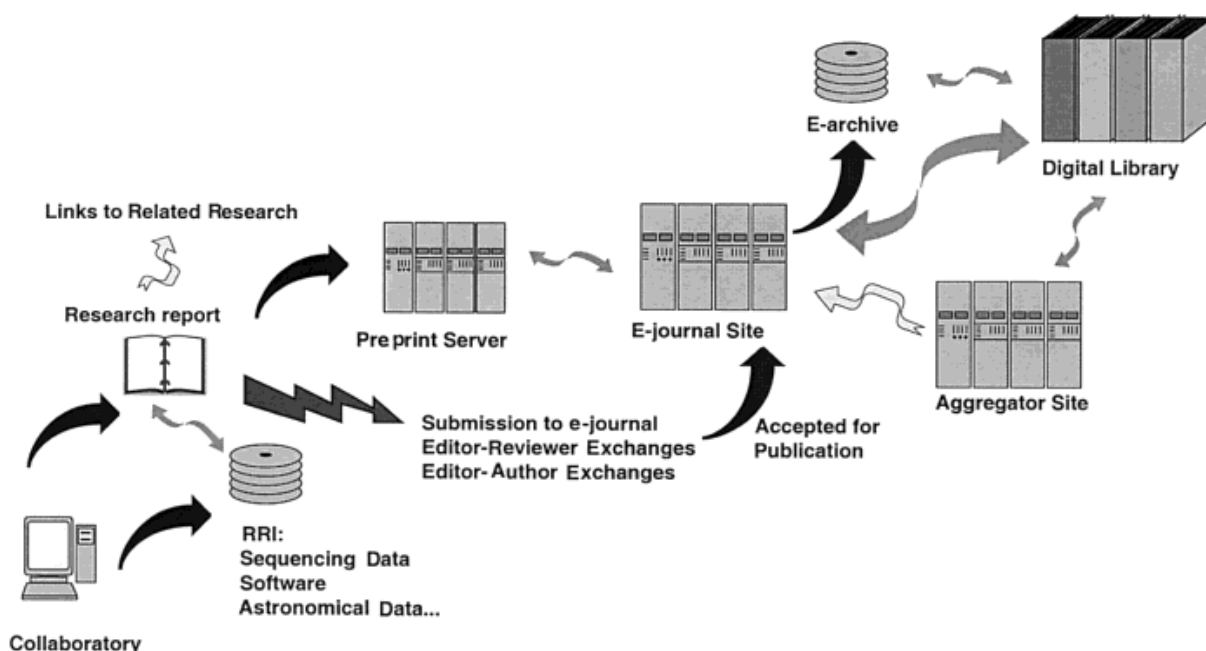
O modelo de Garvey e Griffith (1967,1979) foi um marco para sistematização dos processos formais da comunicação científica. Entretanto, a inclusão do uso das TICs, principalmente com o surgimento da Internet e da Web 2.0, dentro da Ciência fomentou a necessidade de alteração desse modelo. Com isso, um novo modelo apresentado por Hurd (2000), baseado no apresentado por Garvey e Griffith (1967,1979), inclui alguns elementos como “arquivos eletrônicos”, periódicos eletrônicos”, “repositórios de dados”, “relatório de pesquisa” e “repositório digital”.

Nessa proposta, os trabalhos seriam feitos de modo colaborativo e seus relatórios de pesquisa fariam links com outras pesquisas. Além do relatório, os dados da pesquisa também seriam armazenados em repositórios de dados, que a autora chama de *research-related information* (RRI). O relatório da pesquisa seria encaminhado para dois lugares: para um servidor de pré-prints e para uma submissão em um periódico eletrônico. Se aceito, o trabalho seria publicado por um periódico eletrônico e estaria em sua página web e no repositório digital. Os documentos nessas páginas seriam arquivos eletrônicos e poderiam ser coletados por bibliotecas digitais e sites agregadores de conteúdo que fariam uma ligação entre o arquivo e a sua página de origem (HURD, 2000).

Nesse cenário, as universidades ganham nova participação, de acordo com Hurd (2000), através das editoras e bibliotecas universitárias. É no ambiente universitário, como menciona Meadows (1999, p. viii), que se aglutina todo conhecimento, por isso é o lugar da evolução científica e da metodológica. Por isso, ele se torna o lugar propício ao diálogo entre os pares e, conseqüentemente, para o compartilhamento de saberes. Anterior a esse cenário atual das universidades, Le Coadic (1994) assinala também que o seu surgimento na Idade Média foi um fator decisivo para o princípio da ciência organizada, ou seja, estruturada para sustentação de programas de formação e ensino da pesquisa. Deste modo, a universidade, ao longo da evolução da Ciência é o lugar do saber científico.

A nova estrutura do fluxo informacional, proposta por Hurd (2000), é representada deste modo:

Figura 2: Comunicação Científica de Hurd: modelo para 2020



Fonte: HURD (2000).

Traçando um comparativo entre os modelos, percebe-se que as revistas científicas ainda exercem papel crucial na constituição de uma “ciência oficial, validada, identificada” (KURAMOTO, 2008, p.863); assim como, o “meio mais

importante para a comunicação da ciência” (MUELLER, 2007b, p. 93). Teoricamente, a presença dos periódicos científicos no processo de comunicação científica seria uma benesse para a Ciência e traria apenas bons frutos. Entretanto, a incorporação dos editores comerciais⁴ modificou, substancialmente, a infraestrutura do fluxo de informação (NUNES, 2012). Dentre as dificuldades sentidas com essa interpelação, destacam-se a lentidão na publicação dos artigos, o alto custo na aquisição das coleções dos periódicos, a dificuldade no acesso às publicações de interesse dos pesquisadores, assim como as suas próprias publicações (MUELLER, 2007b). A comunidade científica viu a obrigatoriedade de buscar alternativas para a solução desse problema; inicia-se, então, uma nova era na comunicação científica contemporânea, como será vista na seção seguinte.

2.2 Mudanças na comunicação científica a partir da Iniciativa de Arquivos Abertos (OAI) e Movimento Acesso Aberto à Informação (MAA)

Como relatado anteriormente, ao longo dos anos, os periódicos científicos tornaram-se elemento essencial ao processo de comunicação da Ciência, se consolidando como canais formais de certificação do conhecimento científico na comunidade (MUELLER, 2006; KURAMOTO, 2008; NUNES, 2012). Entretanto, no século XX, os periódicos passam a atender não somente aos interesses específicos da Ciência, mas também ao mercado comercial e dos interesses econômicos; o que culminou com a diminuição na sua função primária que é a garantia do bem comum entre os seres humanos.

Para compreender essa modificação, Velho (2011) sinaliza que o pós-II Guerra Mundial foi marcado pela mudança no paradigma na Ciência por conta da intensa participação do Estado. Isso fomentou que as comunidades científicas se enxergassem como organizações e, assim, os pesquisadores são vistos como trabalhadores de suas instituições ou centros de pesquisa (HENNING, 2013). Essa lógica da pesquisa e do cientista como parte de uma infraestrutura industrial levou a uma necessidade de produção em larga escala das publicações por parte dos

⁴ Em inglês, *publisher* (NUNES, 2012).

pesquisadores, o que culminou com a explosão informacional, promovendo o surgimento da indústria da informação, assim como a sociedade da informação⁵ (MEADOWS, 1999; MATTELART, 2002; WEITZEL, 2006; MUELLER, 2007a).

Logo esse fenômeno atingiu as bibliotecas que passaram a ter que adquirir um número cada vez maior de periódicos para suprir as necessidades informacionais de seus pesquisadores (MEADOWS, 1999). Tendo em vista isto, Eugene Garfield, em 1960, cria o *Institute for Scientific Information* (ISI) com vistas a classificar os periódicos por meio de um índice métrico, o Fator de Impacto⁶ (FI). Tal instituição se dedicou, entre outros encargos, a análise das citações bibliográficas presentes nos artigos das publicações previamente escolhidas. Embora, haja críticas a essa metodologia, ainda é o índice mais utilizado para esse tipo de avaliação (MUELLER, 2007a; KURAMOTO, 2008).

Garfield, com a parceira de Sher, criaram mais tarde o *Journal Impact Factor* que, por meio do Fator de Impacto, realizava a seleção de periódicos que seriam indexados pelo *Science Citation Index* (SCI) que se tornou um índice de prestígio entre os pesquisadores, pois indicava os autores, artigos e demais publicações que foram mais citados pelos pares, ou seja, que possuíam maior destaque dentro da academia. Isso impulsionou que, em 1975, o ISI lançasse também o *Journal Citation Reports* (JCR) onde relaciona o percentual de impacto dos periódicos de diversas áreas do conhecimento (STREHL, 2005)⁷.

Forma-se um ciclo dentro da comunidade científica: pesquisadores submetem suas publicações aos periódicos mais bem conceituados pelo FI e SCI para adquirir maior prestígio e, com isso, obter financiamento pelas agências de fomento. Para acessar as informações científicas, as bibliotecas, assim como os próprios pesquisadores, tem que adquiri-las. Essas revistas possuem considerável aumento no preço por conta da alta procura. Isso ocasiona que os pesquisadores, bibliotecas

⁵ Unger e Freire (2008, p. 89) descrevem que a literatura apresenta diversas nomenclaturas que tratam sobre o assunto. “Fato é que, desde os anos 1970, algumas teses começaram a tratar do assunto e as denominações ‘Sociedade pós-industrial’ (BELL, 1973; MASUDA, 1982), ‘Terceira onda’ (TOFFLER, 1981), ‘Sociedade informática’, (NORA, MINK, 1980; SHAFF, 1992), ‘Sociedade da pós-informação ou digital’, (NEGROPONTE, 1995), ‘Sociedade informacional’, (CASTELLS, 1999) (...)”. Entretanto, para esse estudo, optou-se pelo termo “sociedade da informação”.

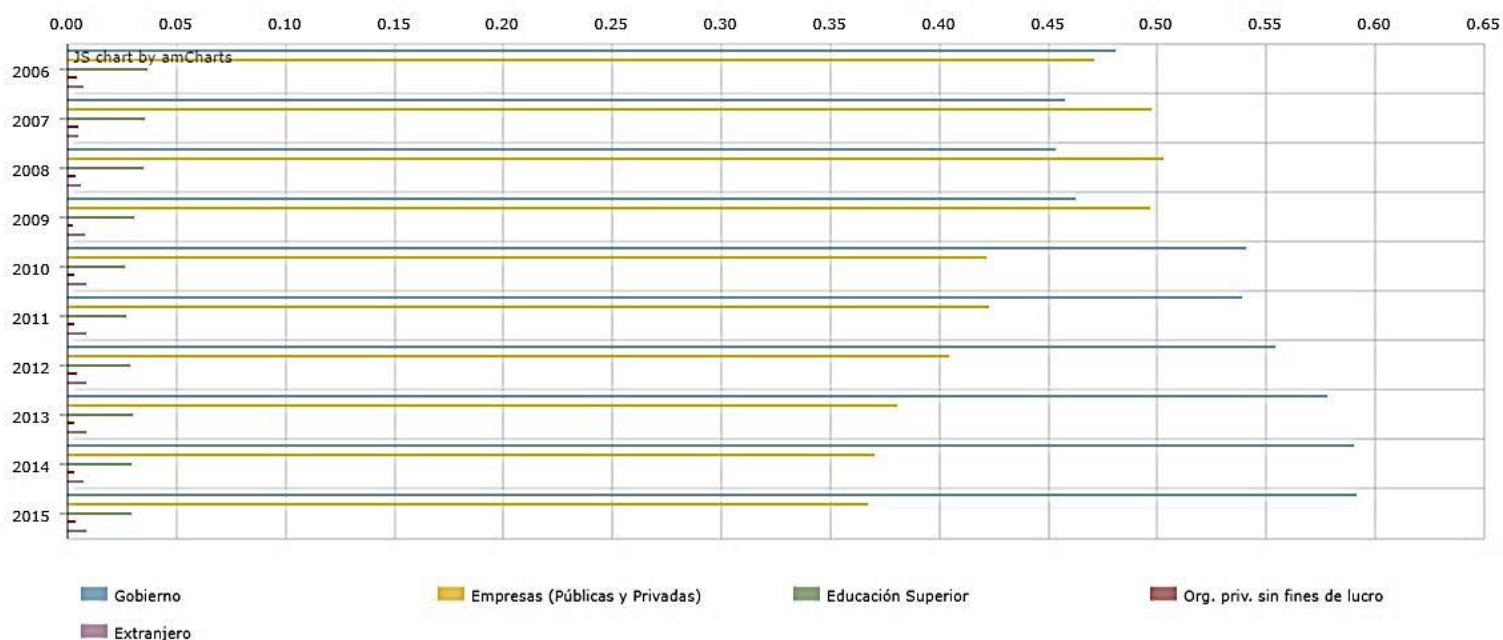
⁶ “O fator de impacto de um periódico é calculado utilizando técnicas bibliométricas, fazendo a análise a posteriori das citações dos artigos publicados naquela revista em determinado período, ou seja, as revistas que obtiverem um maior número de citações dos artigos por ela publicados possuem, portanto, um maior fator de impacto” (NUNES, 2012, p. 33).

⁷ Vale ressaltar que, atualmente, ambas as bases de dados encontra-se sob a custódia intelectual da empresa Thomson-Reuters.

e centros de pesquisas tenham mais dificuldade para manterem suas coleções constantemente atualizadas devido ao orçamento restrito. A situação se agrava à medida que se evidenciam alguns fatores: (1) os estudos são financiados pelas agências de fomento à pesquisa do Estado, sobretudo em países em desenvolvimento, como o Brasil e (2) não somente as pesquisas são financiadas pelo Estado, mas também os pesquisadores que, em sua maioria, que pertencem a órgãos públicos (NUNES, 2012). Em resumo, o Estado financia todo ciclo produtivo da pesquisa, mas não é o detentor dos direitos sobre os seus resultados, pois as mesmas, para serem disseminadas, necessitam que seus direitos sejam dados à proteção dos editores comerciais.

Tratando do financiamento das pesquisas científicas, o Rycit⁸ apresenta as estatísticas em relação à América Latina. Percebe-se que mais da metade dos recursos para o desenvolvimento científico são oriundos do poder público e, em uma escala dos últimos 10 anos, esse índice aumentou em cerca de 10%, como visto na Figura 3 abaixo.

Figura 3: Gasto em ACT por setor de financiamento entre 2006-2015



Fonte: RICYT (2018)

⁸ RED IBEROAMERICANA DE INDICADORES DE CIENCIA Y TECNOLOGÍA. Disponível em: < <http://www.ricyt.org/>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

Retomando ao discutido anteriormente, o progresso da Ciência é feito por meio da disseminação dos resultados das pesquisas; logo, quando a cadeia da comunicação científica é atingida por esses dois fenômenos assinalados por último; além da explosão bibliográfica e a alta dos preços dos periódicos, ocorre o processo denominado de “crise do periódico” que acontece entre os anos de 1970 a 1990 (MUELLER, 2006, 2007a,b; KURAMOTO, 2008).

Esse cerceamento da produção científica por conta da crise traz a tona à necessidade de uma solução que modificasse radicalmente essa situação. As bibliotecas recorrem a meios colaborativos para minimizar os efeitos dessa instabilidade, como programas de comutação bibliográfica, listas de duplicatas, agrupamento em redes de bibliotecas e outros recursos. Mas foi com o surgimento da Internet, na década de 1990, que alterou drasticamente a comunicação científica. Isso promoveu o surgimento dos primeiros periódicos eletrônicos que tinha um custo menor comparado aos impressos. Ainda surgem com isso algumas iniciativas de gestão dos periódicos científicos e auxílio na recuperação de seus conteúdos; pode-se destacar a participação do *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) nos países da América Latina e Caribe (PACKER *et al*, 2014), as Bibliotecas Virtuais em Saúde (BVS) (COSTA, LEITE, 2013).

Essa conjuntura estimula o surgimento de dois movimentos emblemáticos: a Iniciativa de Arquivos Abertos (*Open Archives Initiative - OAI*) e o Movimento de Acesso Livre a Informação (*Open Access-OA*) (BUDAPEST, 2002) defendido por Steven Harnad e outros autores. A ideia central desses movimentos concentra na democratização da Ciência. Deste modo, a Ciência, cuja finalidade é a promoção da melhora do estilo de vida humana, faz parte de toda a sociedade; por isso, as pesquisas públicas e seus resultados devem estar disponíveis a todos. Cabe diferenciar o que se entende por Arquivos Abertos (*Open Archives Initiative*) e Movimento de Acesso Aberto à Informação (*Open Access*). O primeiro define as técnicas e suportes organizacionais para o estabelecimento de publicações abertas por meio da interoperabilidade dos arquivos; o segundo visa promover o acesso livre e irrestrito à literatura científica, beneficiando a disseminação dos trabalhos científicos e o impacto entre a comunidade acadêmica (NUNES, 2012).

Nasce também a “filosofia aberta” (COSTA, 2006) que é o movimento que, por meio do uso de ferramentas, estratégias e métodos próprios, denominam um novo modelo de comunicação científica que visa um acesso amplo e sem restrições

a informação. Ela baseia-se em três pilares, a saber: (1) “software aberto (ou livre)”, (2) “arquivos abertos” e (3) “acesso aberto” (COSTA, 2006, p. 40).

[...] [i] software aberto (ou livre), para o desenvolvimento de aplicações em computador; [ii] arquivos abertos, para a interoperabilidade em nível global; e [iii] acesso aberto – questão mais polêmica – para a disseminação ampla e irrestrita de resultados da pesquisa científica (COSTA, 2006, p. 40).

Para que esse novo sistema pudesse ser reconhecido, o meio acadêmico precisou construir mecanismos que o legitimassem. Por isso, a necessidade da criação de macro-políticas foi conclusiva para a sua estruturação. A Declaração de Budapeste (2002), documento inicial do Movimento, apresenta um conceito político e social construído a partir do amadurecimento das TICs com o desenvolvimento da Internet e o surgimento da Web 2.0 que viabilizou uma maior interação entre os atores sociais. A Figura 4 destaca alguns momentos importantes para a consolidação do Movimento de Arquivos Abertos e Acesso Aberto no mundo e na América Latina.

Figura 4: Principais iniciativas de acesso aberto no mundo e na América Latina

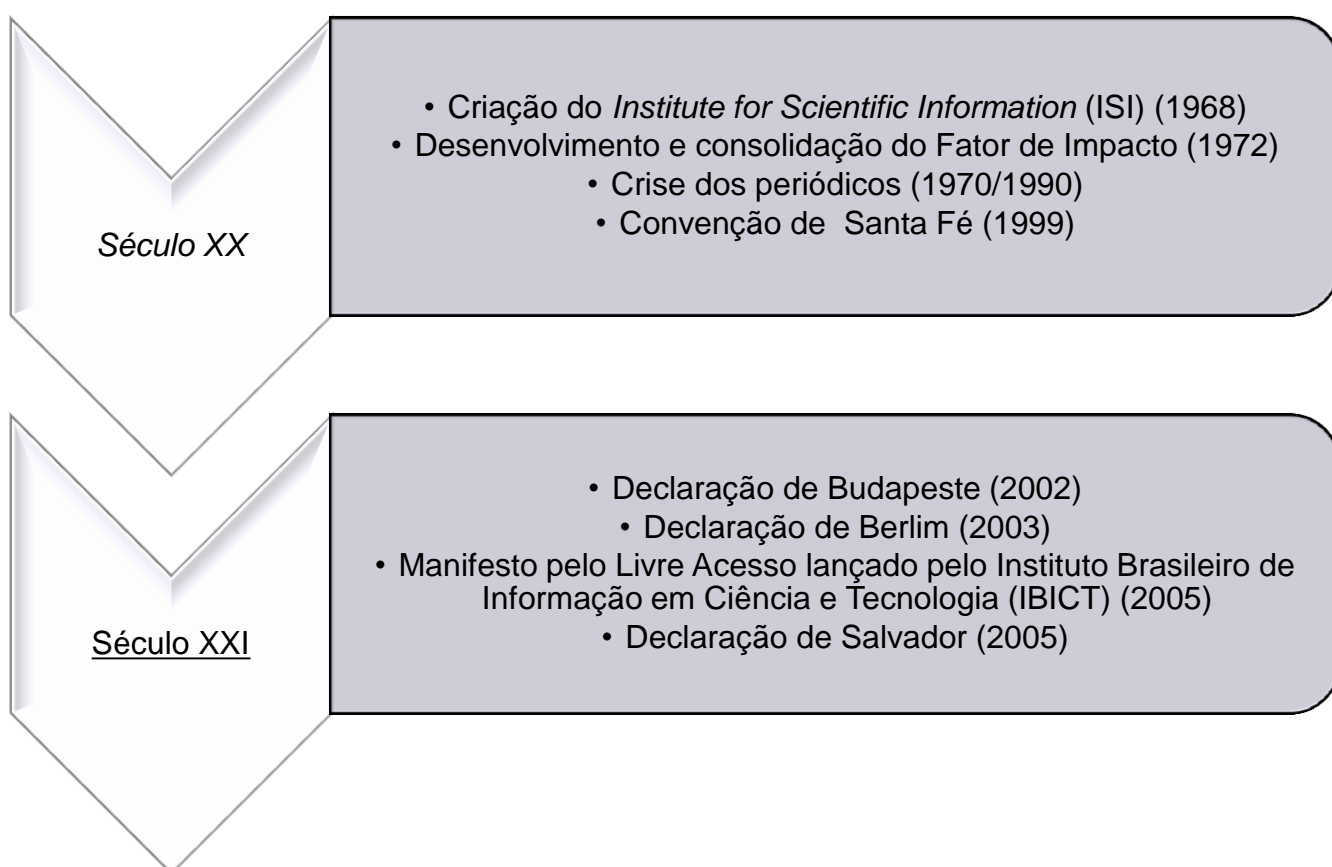
América Latina		Mundo
	1991	ArXiv
	1992	Reunião da ARL/SPARC
	1993	
	1994	"A subversive proposal" por Steven Harnad
	1995	
	1996	
Scielo (Brasil)	1997	
BVS (América Latina)	1998	
Latindex (América Latina)		
Declaración de San José		
Declaración de San Domingo	1999	Conferência Mundial sobre a Ciência
Convenção de Santa Fe (América Latina)		PubMed Central
	2000	Open Letter (Plos)
Declaration of Havana	2001	Declaring Independence (SPARC)
Rde Virtual de Bibliotecas	2002	BOAI
Redalyc (América Latina)		ECHO Charter
SEER (Brasil)	2003	
Cyberthesis (América Latina)	2004	
RedCLARA (América Latina)		
Declaração de Salvador	2005	
Carta de São Paulo		
BDTD (Brasil)		
Manifesto Brasileiro		
Declaração de Florianópolis	2006	
Declaración Redalyc	2007	Projeto DRIVER
Declaración Cuba		
PL 112/2007 (Brasil)		
Red Renata (América Latina)	2008	Sherpa/RoMEO
Projeto FINEP (RI no Brasil)	2009	COAR
		Openaire
Red Colabora (Colômbia)	2010	
SNRD (Argentina)	2011	
ReMeRi (México)		
PLS 387/2011 (Brasil)		
LA Referencia (América Latina)	2012	Ten years on from the BOAI
		Boicote à Elsevier
Ley 30035 (Perú)	2013	

Fonte: COSTA; LEITE (2013)

É importante destacar que o Movimento, por meio da Declaração de Budapeste, propõe duas estratégias: “**via dourada**” e “**via verde**” (BUDAPEST, 2002, grifo nosso). A **via dourada** propõe uma nova geração de periódicos científicos eletrônicos os quais estejam disponíveis por meio do acesso aberto. A **via**

verde visa o arquivamento das publicações *peer-review*⁹ em repositórios digitais (JAMBEIRO... *et al*, 2012; CARVALHO; SILVA; GUIMARÃES, 2012, grifo nosso). A questão dos repositórios será tratada na seção seguinte. Para ilustrar essa evolução da comunicação científica tratada até aqui, a Figura 5 apresenta os principais fatos históricos que permitiram que esse estágio fosse atingido dentro da comunicação científica e no Quadro 1 resume-se as principais contribuições das convenções e declarações pertencentes a essa Iniciativa.

Figura 5: Evolução histórica da Comunicação Científica (Século XX - Século XXI)



Fonte: Autora (2018)

⁹ Revisão por pares (tradução nossa)

Quadro 1: Contribuições dos Movimentos e Declarações da Iniciativa de Arquivos Abertos e Movimento de Acesso Aberto à Informação

MOVIMENTO OU DECLARAÇÃO	PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES
<i>Convenção de Santa Fé</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Formação do <i>Open Access Initiative</i> (OAI) • Protocolo <i>Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting</i> (OAI-PMH)
<i>Declaração de Budapeste</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Princípios do Movimento de Acesso Aberto (MAA) • Auto arquivamento em repositórios digitais • Publicação em periódicos de Acesso Aberto
<i>Declaração de Berlim</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo aos pesquisadores a publicarem em acesso aberto • Desenvolvimento da política que exija o auto arquivamento em repositórios abertos • Mostra a relevância das agências de fomento na consolidação das ações de acesso aberto
<i>Manifesto pelo Livre Acesso</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Incentiva a participação das instituições acadêmicas, pesquisadores, agências de fomento, editoras comerciais ou não do Brasil a aderirem ao Movimento de Acesso Aberto
<i>Declaração de Salvador</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Aponta as reivindicações dos participantes para as políticas científicas em relação ao acesso aberto

Fonte: Adaptado de COSTA; LEITE (2013).

Dentre os documentos mencionados no Quadro 1, a Declaração de Budapeste é o de maior notoriedade ao movimento de acesso aberto (BUDAPEST, 2002) uma vez que ele impulsiona a comunidade acadêmica a vislumbrar a possibilidade de uma nova forma de tornar pública a ciência.

A literatura que deve ser livremente acessível on-line é aquela que os estudiosos dão ao mundo sem expectativa de pagamento. Primeiramente, essa categoria abrange seus artigos de periódicos revisados por pares, mas também inclui quaisquer preprints não revisados que eles possam querer colocar on-line para comentários ou para alertar os colegas sobre importantes descobertas de pesquisas. Existem muitos graus e tipos de acesso mais amplo e fácil a essa literatura. Por "acesso aberto" a esta literatura, entendemos a sua disponibilidade gratuita na Internet pública, permitindo que qualquer usuário leia, baixe, copie, distribua, imprima, pesquise ou crie links para os textos completos desses artigos, indexe-os para indexação, passá-los como dados para software, ou usá-los para qualquer outra finalidade legal, sem barreiras financeiras, jurídicas ou técnicas que não sejam inseparáveis do acesso à própria Internet. A única restrição à reprodução e distribuição, e o único papel para os direitos autorais neste domínio, deve ser o de dar aos autores controle sobre a integridade de seu trabalho e o direito de ser devidamente reconhecido e citado (BUDAPEST, 2002).

Resumindo, o Movimento de Acesso Aberto é fruto de três fatores: (1) da reação contrária dos cientistas ao modelo de negócios proposto pelos editores comerciais; (2) o impacto no campo científico advindo da disponibilização dos estudos de modo livre; e (3) o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação, principalmente da Internet (NUNES, 2012). Tanto o OAI quanto o OA se consolidaram como a opção mais coerente para uma ciência democrática que permite o desenvolvimento da pesquisa científico em diversas áreas do conhecimento, como mostrado. Destacam-se como um dos instrumentos mais importantes os repositórios institucionais que são o tema da próxima seção.

2.2.1 O surgimento dos Repositórios Institucionais

De acordo com o relatado anteriormente sobre a crise dos periódicos e sua repercussão dentro do campo científico é possível entender o quanto isso prejudicou o desenvolvimento da ciência e a emergência em buscar soluções, como OAI e OA, eram necessárias. Assim sendo, a infraestrutura digital vinda do Movimento de Acesso Aberto são cruciais para solidificação da filosofia aberta (COSTA, 2006). Um

dos recursos mais aceitos no meio acadêmico são os repositórios (KURAMOTO, 2011; NUNES, 2012; HENNING, 2013).

A primeira iniciativa de implantação de repositório surgiu em 1991 com o ArXiv, criado pelo físico Paul Ginsparg, do *Los Alamos National Laboratory*, na Universidade de Santa Fé (EUA). A ideia inicial era disponibilizar os artigos em pré-prints da área da Física; posteriormente, acrescentou os da área da Astronomia, Matemática, Ciências da Computação, Ciência não linear, Biologia Quantitativa e Estatística (HENNING, 2013). Essa primeira iniciativa suscitou o surgimento de outros tipos de repositórios. Assim, Kuramoto (2011) apresenta três tipos de classificação: (1) institucional; (2) temático ou disciplinar; (3) central. Resumidamente, o primeiro dedica-se a produção científica de uma instituição; o segundo concentra-se a publicações de uma área do conhecimento; e o terceiro emprega-se aos que armazenam documentos científicos de uma agência de fomento.

Para essa pesquisa debruçou-se sobre os repositórios institucionais; desse modo, Lynch (2003, p. 2, tradução nossa) os define como

[...] um conjunto de serviços que a universidade oferece para os membros de sua comunidade para o gerenciamento e a disseminação de conteúdos digitais, criados pela instituição e membros da sua comunidade. É essencialmente um compromisso organizacional com a gestão, desses conteúdos digitais, inclusive preservação de longo prazo, quando apropriado, bem como organização e acesso ou distribuição¹⁰.

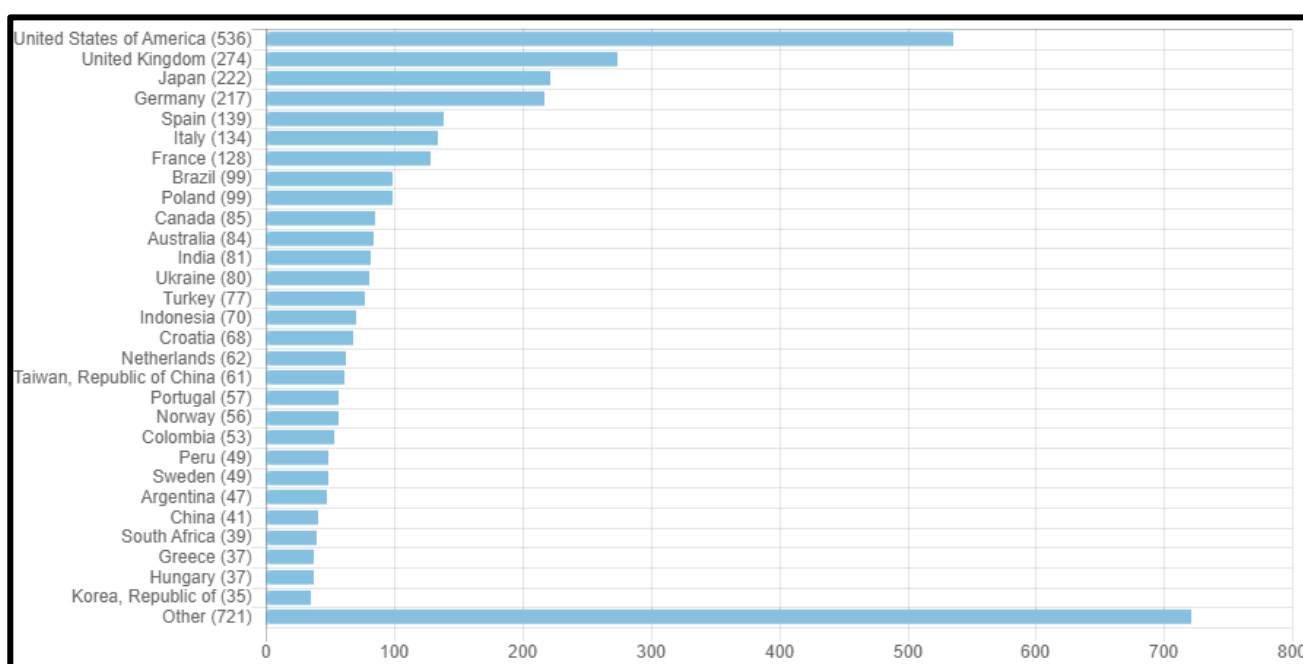
Dentre as funções sociais dos repositórios institucionais, destaca-se a intensificação da comunicação científica, salvaguarda da memória institucional, promoção do acesso aberto dos produtos institucionais, democratização da ciência e gestão da produção institucional. Destaca-se que os gestores dos repositórios das universidades, segundo Suzana Mueller (2006, p. 32) tem a missão de preservar os documentos institucionais, concedendo-lhes, portanto, funções de memória institucional. É importante elucidar também as vantagens dos repositórios para as universidades e centros de pesquisas conforme Rodrigues (2009, p.7) menciona:

¹⁰ "In my view, a university-based institutional repository is a set of services that a university offers to the members of its community for the management and dissemination of digital materials created by the institution and its community members. It is most essentially an organizational commitment to the stewardship of these digital materials, including long-term preservation where appropriate, as well as organization and access or distribution"

- Aumento da visibilidade e presença na Web;
- Maior impacto da investigação desenvolvida na instituição;
- Promove a utilização dos trabalhos científicos produzidos na instituição;
- Dota a instituição de um acervo científico único, completo, facilmente acessível, bem como dos meios para analisar, gerir e avaliar a produção científica institucional de forma mais eficiente;
- Funciona como portfólio das suas atividades de investigação e como um instrumento de *marketing* estratégico.

A literatura especializada apresenta três instrumentos que tem características parecidas, mas apresentam peculiaridades que as diferem. Por isso, é preciso diferenciar os termos “biblioteca digital”, “repositório digital” e “repositório institucional”. As bibliotecas digitais destinam-se aos documentos da comunicação formal enquanto os repositórios digitais dedicam-se tanto o formal quanto ao informal. Os repositórios institucionais é um tipo de repositórios digitais; entretanto, concentram-se a produção científica da instituição (GAMA, 2010; HENNING, 2013). Estabelecidas as diferenças entre eles, tratar-se-á das questões referentes aos repositórios no cenário das instituições de pesquisa no mundo e no Brasil. O OpenDOAR, em julho de 2018, apresenta os dados que expressam a distribuição dos repositórios.

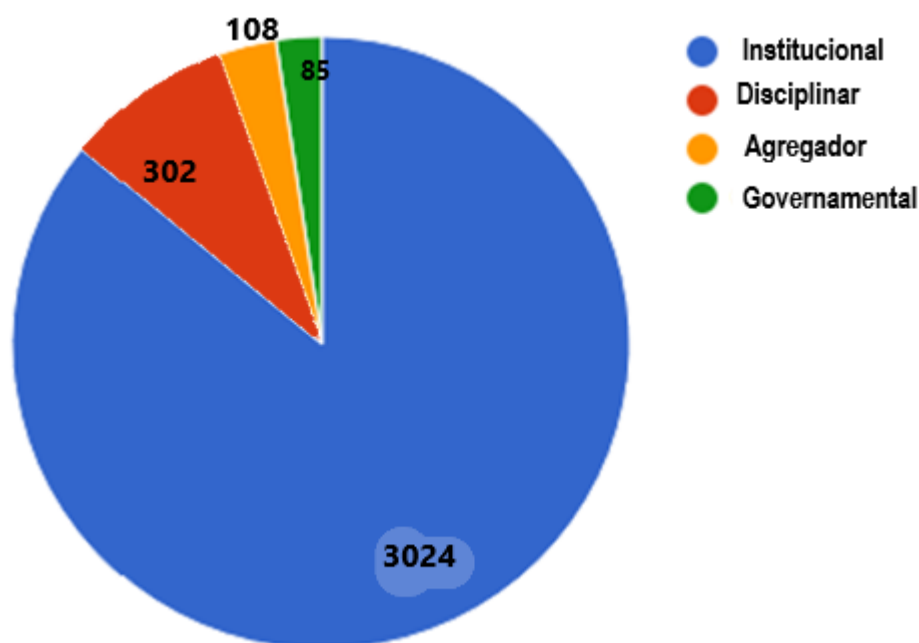
Figura 6: Ranking mundial de Repositórios Digitais



Fonte: OpenDOAR (2018)

Na Figura 6 percebe-se que os Estados Unidos predominam no quadro de repositórios registrados e o Brasil encontra-se em 8º lugar nesse “ranking”, o que representa um número expressivo de RIs no país. A Figura 7 sinaliza os tipos de repositórios que possuem o maior quantitativo; destacam-se os institucionais com 85,9% do total registrado no diretório o que pode mostrar que os RIs estão sendo bem aceitos dentro da comunidade acadêmica.

Figura 7: Tipos de Repositórios de Acesso Aberto no mundo



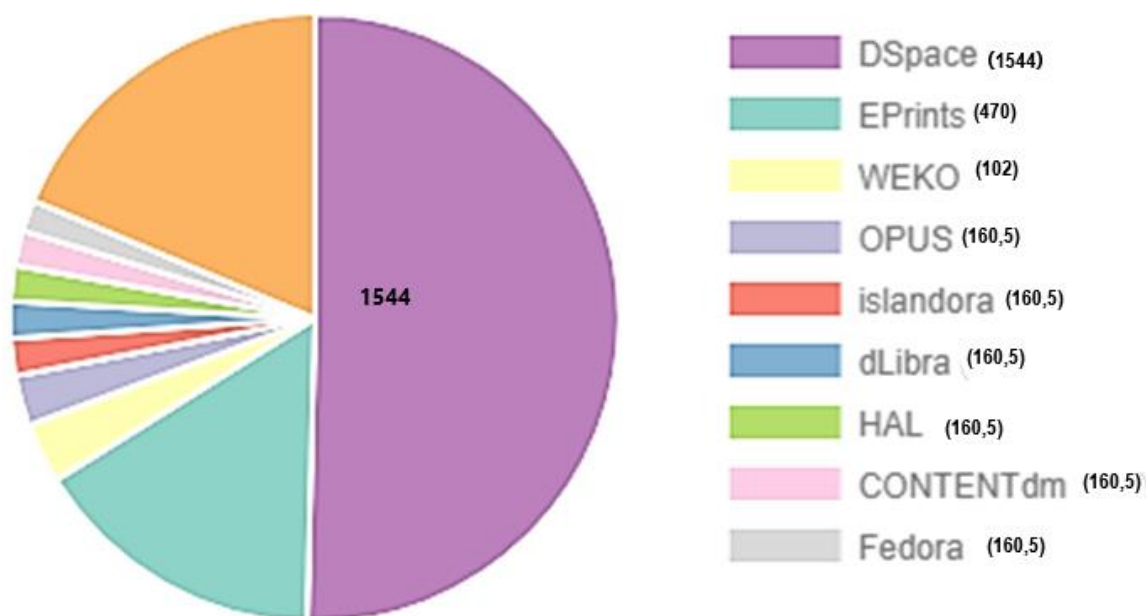
Fonte: OpenDOAR (2018)

Um dos *softwares* de gerenciamento de repositórios com maior aceitação pelo mundo é a DSpace¹¹ (43%), como sinalizado na Figura 8. No Brasil, a incidência maior de utilização desse software pode ser atribuída ao início de implantação dos RIs nas universidades. Esse processo ocorreu por intermédio do financiamento dado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) que forneceu, além das instruções aos responsáveis das instituições selecionadas, o aparato técnico necessário para a instalação do software (KURAMOTO, 2010; NUNES, 2012; HENNING, 2013). Além

¹¹ “O DSpace foi desenvolvido para possibilitar a criação de repositórios digitais com funções de armazenamento, gerenciamento, preservação e visibilidade da produção intelectual, permitindo sua adoção por outras instituições em forma consorciada federada. O sistema foi criado de forma a ser facilmente adaptado. Os repositórios DSpace permitem o gerenciamento da produção científica em qualquer tipo de material digital, dando-lhe maior visibilidade e garantindo a sua acessibilidade ao longo do tempo” (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2012).

disso, em 2002, o IBICT traduziu o DSPACE para o português que contribuiu para a aceitação maior do software. Isso pode ter criado uma geração de repositórios brasileiros que utilizam o DSpace pela facilidade em trocar informações entre os gestores.

Figura 8: Software mais utilizados pelos repositórios



Fonte: OpenDOAR (2018)

Deste modo, foi possível identificar, de acordo com o OpenDoar (2018), que os repositórios se concentram no continente europeu, contudo o país que mais se destaca são os Estados Unidos. Além disso, o software mais utilizado para o gerenciamento dos repositórios é o Dspace, seguido do EPrints e WEKO. Cabe ainda lembrar que os repositórios institucionais são o tipo mais comum registrados no diretório (OPENDOAR, 2018). Os dados ajudam a compreender o panorama dos repositórios; contudo, como a pesquisa dedica-se ao contexto brasileiro é necessário que se fale mais especificamente sobre o *status quo* no Brasil.

2.2.2 Os Repositórios Institucionais no contexto brasileiro

A caminhada do Movimento de Acesso Aberto no Brasil teve a significativa participação do IBICT dando início a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) em 2002, utilizando o protocolo *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting* (OAI-PMH) que garante a interoperabilidade dos sistemas (HENNING, 2013). A promoção da BDTD no IBICT e entre as universidades brasileiras foi a porta de entrada para o surgimento dos RIs mais a frente.

Já em 2005, o IBICT, apoiado pela Declaração de Berlim, lança o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica com o apoio de diversas sociedades e associações científicas. O documento propõe o acesso livre à informação, principalmente a científica. No mesmo ano, divulgaram-se ainda mais dois documentos brasileiros que merecem destaque: a Declaração de Salvador: a perspectiva dos países em desenvolvimento e a Carta de São Paulo. A Declaração de Salvador incitava o crescimento do acesso aberto, não somente nos países desenvolvidos, mas também nos em desenvolvimento, como o caso do Brasil; além de pedir atenção à visibilidade aos trabalhos científicos e as políticas científicas. A Carta de São Paulo propõe 16 recomendações para a expansão do acesso aberto em território nacional. Dentre as recomendações, encontram-se as estratégias já mencionadas pelo BOAI (COSTA; LEITE, 2013). Já em 2006, é publicada a Declaração de Florianópolis, baseada na Declaração de Bethesda, onde estavam listadas algumas sugestões visando à abertura do acesso livre à literatura científica (COSTA; LEITE, 2013).

Aliado a isso e com a experiência bem sucedida da BDTD, em 2005, a FINEP lançou dois editais para contribuir para o acesso aberto. O primeiro visa o desenvolvimento de periódicos científicos eletrônicos com a adoção do pacote do software *Open Journal System* (OJS). Objetivava também a integração desses periódicos aos pertencentes do SciELO¹², promovendo a disseminação dos periódicos científicos brasileiros e criou-se o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER). Complementando o primeiro projeto, em 2006, a FINEP submete o segundo edital para promover a construção dos RIs nas universidades e institutos de pesquisa junto com a expansão do SEER e o conteúdo presente na BDTD. Nesse

¹² Importante salientar o pioneirismo no Brasil com a criação do SciELO em 1998. O SciELO foi anterior aos primeiras declarações internacionais sobre acesso aberto.

sentido, a FINEP distribuiu 80 kits tecnológicos a universidades e centros de pesquisa que continham um servidor com alta capacidade de processamento e armazenamento de dados, já instalado com o software DSpace e SEER (KURAMOTO, 2011).

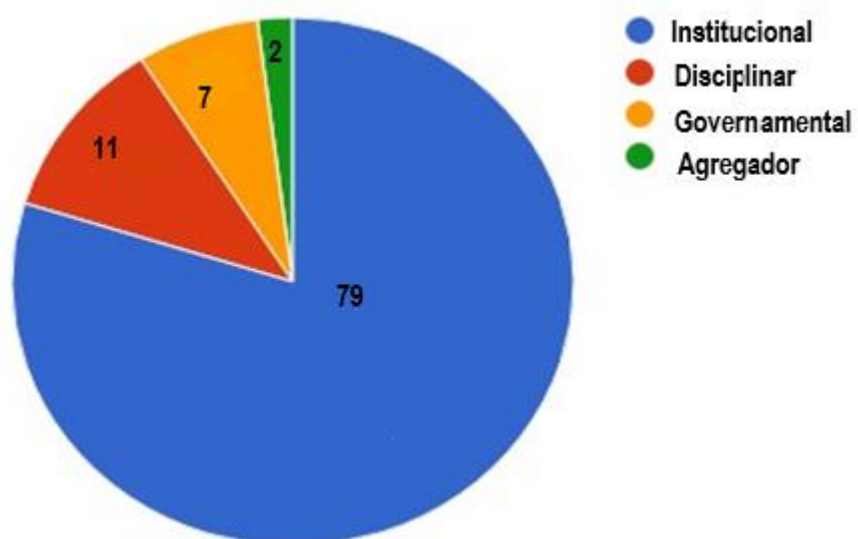
Tramita ainda na Comissão de Ciência, Tecnologia, Informática e Comunicação (CCTIC) do Senado Federal desde 2011 o Projeto de Lei nº. 387/2011¹³ de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg que discorre sobre a proposta de elaborar uma política informacional nacional a fim de impulsionar a construção de repositórios institucionais de acesso livre (BRASIL, 2011). Kuramoto (2011, [online]) complementa salientando os objetivos desse projeto.

- 1) Que o MCT¹⁴ promova a discussão e acompanhamento da evolução das iniciativas de Open Access e, se concordar, emitir uma declaração pública em prol do acesso livre;
- 2) Que o MCT articule com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) visando colocar como tema central de sua próxima reunião anual, provavelmente a de 2012 ou 2013 com o objetivo de levar a discussão sobre o acesso livre às sociedades e associações científicas;
- 3) Que o MCT constitua uma comissão de alto nível para discutir e propor uma política nacional para a informação científica baseada no acesso livre ou Open Access;
- 4) Que o MCT designe uma de suas unidades para acompanhar o encaminhamento do PL 1120/2007 nas comissões na Câmara dos Deputados e promova maior celeridade na sua aprovação;
- 5) Que o MCT determine às suas unidades de pesquisa a obrigatoriedade destas construírem os seus repositórios institucionais e torne obrigatório a todos os seus pesquisadores o depósito dos resultados de suas pesquisas nos respectivos repositórios institucionais;
- 6) Que o MCT por intermédio da SCUP avalie a produção científica de suas unidades de pesquisa mediante indicadores gerados a partir dos repositórios institucionais destas unidades.

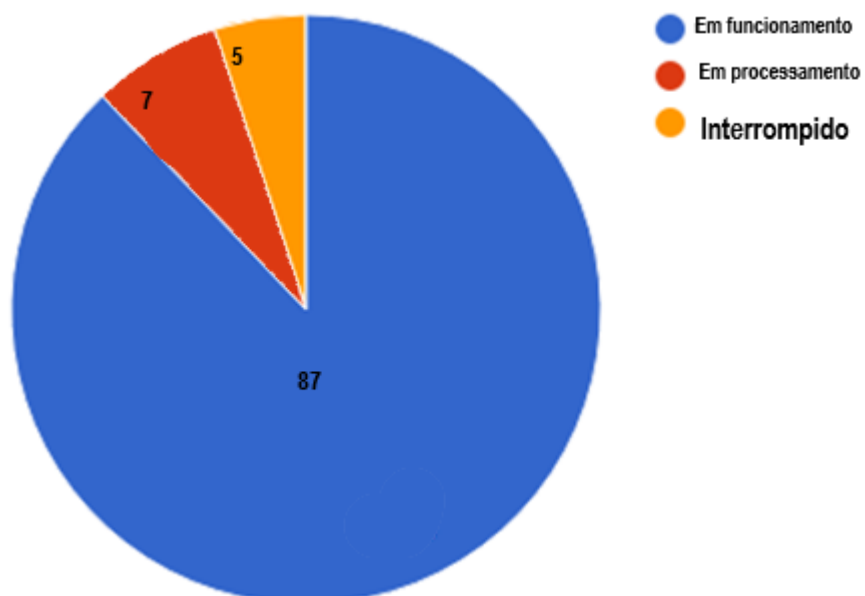
Delineando um panorama sobre os repositórios no Brasil, o OpenDOAR (2018) apresenta que 79,8% deles são institucionais (Figura 9). Além disso, do total geral de repositórios independente do seu tipo, 87,9% estão em funcionamento, 7,1% estão em processo de implantação e 5,1% encerraram as suas atividades (Figura 10). Dentre os softwares mais utilizados, destaca-se o DSpace (78,8%) (Figura 11).

¹³ O Projeto de Lei iniciou fazendo parte da Comissão de Ciência, Tecnologia, Informática e Comunicação (CCTIC) do Senado Federal sob o n. 1.120/2007 (KURAMOTO, 2011; HENNIG, 2013; COSTA; LEITE, 2013).

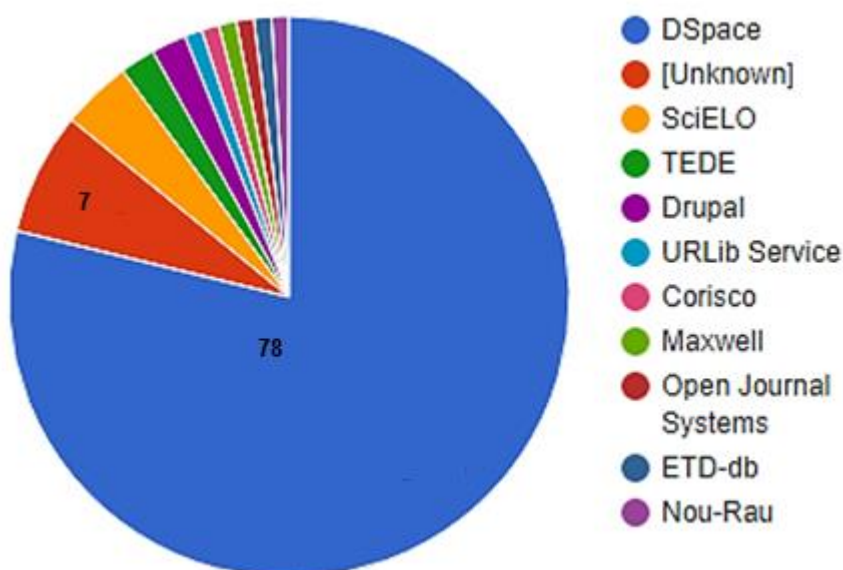
¹⁴ Ministério da Ciência e Tecnologia.

Figura 9: Tipos de Repositórios no Brasil

Fonte: OpenDOAR (2018)

Figura 10: Repositórios em funcionamento (Brasil)

Fonte: OpenDOAR (2018)

Figura 11: Softwares utilizados (Brasil)

Fonte: OpenDOAR (2018)

O marco histórico dessa pesquisa, portanto, pretendeu apresentar o contexto que leva ao surgimento dos repositórios institucionais, a construção do conceito de RIs, o cenário mundial e no Brasil. Assim como, analisar as estatísticas mostradas pelo diretório OpenDOAR (2018) para complementar o já exposto pelos teóricos da área. Na próxima seção serão tratados os elementos que compuseram a fundamentação teórica deste estudo.

3 MARCO TEÓRICO

Com o intuito de levantar discussões sobre os Repositórios Institucionais, nesta seção serão apresentadas as teorias que elucidaram a proposta conceitual deste estudo. Deste modo, tratar-se-á sobre os conceitos de Regime e Política de informação no qual Repositórios Institucionais podem ser interpretados por meio da leitura de Regime de Informação e, nesse contexto, como as micro-políticas de informação, como as políticas de acesso aberto, são importantes para a concretização de seu propósito.

3.1 Regime de informação: conceitos e singularidades

O pós-II Guerra Mundial trouxe mudanças significativas na sociedade e na ciência, como se viu anteriormente. Foi necessária uma reformulação em diversos setores para atender essa nova demanda. Como visto na seção anterior, é um tempo no qual a informação se torna peça fundamental; vemos o nascimento da sociedade da informação, uma ciência que se reinventa em função da crise informacional e os Estados-nação mais preocupados com as questões da informação. Além desses setores, nasce também uma nova economia: “economia da informação” (BRAMAN, 2004, 2011; GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2012).

Os teóricos do campo das relações internacionais, nos anos de 1980, são os primeiros a iniciarem a discussão sobre essa nova economia (KRASNER, 1982) devido às preocupações com os acordos econômicos internacionais, tais como o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)¹⁵ que tangem às normas, princípios, regras e tomada de decisão voltada ao comércio internacional (BRAMAN, 1989; 2011). Mas é nos anos de 1990 que essa teoria começa a ser discutida em outras áreas, como as Ciências Sociais (BRAMAN, 2004).

Essa nova estruturação permitiu que a informação fosse definida como um qualificador de “processos de transformações de longo alcance” (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2012, p.44); esses processos fazem parte de uma relação “informação-poder” construída na sociedade contemporânea que se encontra com um forte vínculo com as tecnologias digitais e que a torna cada vez mais global. Braman (1989) designa a informação como recurso, mercadoria, percepção de padrão e força constitutiva na sociedade. Ekbia e Evans (2009, tradução nossa) acrescentam a essas definições trazidas por Braman (1989) conceitos como “dados de mediação”, “documentação”, “mensagem”, “anedota” e “intuição”. Essa nova conceituação de informação faz parte de um cenário de organização do conhecimento global chamado de “regime de informação” (FROHMANN, 1995; BRAMAN, 1989, 2004; EKBLA, 2009; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, 2016).

¹⁵ Sigla que designa a “*General Agreement on Tariffs and Trade*” (GATT) que se refere ao conjunto de acordos do comércio internacional que objetiva a sanção nas tarifas e taxas aduaneiras entre os países participantes. O primeiro acordo ocorreu em Genebra, Suíça, em 1947, intermediado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e mais 23 países com a pretensão de harmonizar as políticas aduaneiras desses Estados. Houve ainda mais três acordos. Sendo o último marcado pela assinatura de 117 países e incluía redução das barreiras comerciais internacionais, inclusive nos produtos agrícolas e em serviços. ACORDO GERAL DE TARIFAS E COMÉRCIO (GATT). Disponível em: <[https://www.infopedia.pt/\\$acordo-geral-de-tarifas-e-comercio-\(gatt\)](https://www.infopedia.pt/$acordo-geral-de-tarifas-e-comercio-(gatt))>. Acesso em 10 jul. 2018.

Um dos primeiros teóricos a estudar regime de informação foi Bernd Frohmann (1995). O teórico designa que o regime de informação traça os “processos agonísticos”, ou seja, processos de luta que ocasionam a estabilização de conflitos entre grupos sociais, interesses diversos, discursos divergentes e envolve também o contexto científico e tecnológico (1995, p. 3). Outra importante estudiosa sobre essa questão é Sandra Braman (1989, 2004). Ela o conceitua como “[...] um quadro internacional normativo e regulamentar ou meta-acordo menos rígido e formal do que um sistema legal, mas que serve para vincular todas as partes envolvidas” (BRAMAN, 1989, p. 234). Completa enfatizando que a teoria consiste em um desenvolvimento do pensamento político de uma abordagem para compreender o aparecimento e a transformação de sistemas adaptativos complexos que estão interligados a um campo jurídico que abrange uma área política específica (BRAMAN, 2004).

No Brasil, a Dra. Maria Nélide González de Gómez é um nome emblemático na discussão quanto às questões referentes ao assunto. Para ela, regime é o

[...] modo informacional dominante em uma formação social, a qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2012, p. 43).

É preciso também trazer a contribuição de Hamid R. Ekblak acerca dessa questão. Ekblak (2009) faz uma definição de regime de informação a partir do conceito de regime de valor (*regime of worth*), termo proveniente da sociologia da economia, trazido por Boltanski e Thévenot (2006) através das reflexões de Foucault. A proposta enfatiza a avaliação de pessoas e situações o que permite que se crie diversos regimes de informação. Nesse sentido, considera-se a informação como objeto construído pela prática social. Com isso, veem-se diferentes significados para informação, tais como dados de mediação, mercadoria, documentação, mensagem, anedota e intuição. Assim, Ekblak (2009) enfatiza que regime de verdade se concentra em questões macro referentes à circulação de conhecimento-poder por meio dos comportamentos científicos da sociedade contemporânea. Enquanto regime de informação se situa em práticas do cotidiano que abrangem a criação e intercâmbio de informação. No Quadro 2 agruparam-se

as definições estabelecidas por Frohmann (1995), Braman (1989, 2004), Ekbia (2009), González de Gómez (2012) acerca dessa temática.

Quadro 2: Definições sobre Regime de Informação

Autor	Definição
Frohmann (1995)	“(...) o regime de informação significa mapear os processos agonísticos que resultam em estabilizações provisórias e desconfortáveis de conflitos entre grupos sociais, interesses, discursos e até artefatos científicos e tecnológicos” (p. 3).
Braman (1989, 2004)	<p>“(...) Um regime é uma estrutura normativa e regulatória internacional ou meta-acordo que é menos rígido e formal que um sistema legal, mas serve, no entanto, para vincular todas as partes envolvidas.” (1989, p. 234)</p> <p>“(...) um regime é um equilíbrio, mas ainda uma condição dinâmica de um sistema político à medida que se forma no campo jurídico” (2004, p.12).</p> <p>“(...) A formação de regime, então, é o processo pelo qual novas formas de políticas emergem do campo da política. Ocorre quando fatores internos ou externos à área de emissão exigem transformações na lei e na regulamentação (...)” (2004, p.20).</p>
Ekbia (2009); Ekbia, Evans (2009)	<p>“(...) um regime particular de informação em correspondência com o regime particular de valor em cada mundo. Cada regime de informação incorpora um conceito específico de informação (...)” (2009, p. 336)</p> <p>“Com base no relato de Boltanski e Thévenot (2006) sobre sociologia econômica, defendo que várias fontes de informação recebem tratamentos díspares porque pertencem a "mundos" díspares com diferentes regimes de valor - isto é, com maneiras diferentes de avaliar pessoas e objetos. . O que é considerado como a principal medida de valor em um mundo</p>

	(por exemplo, "eficiência" no mundo industrial) pode ser de importância secundária ou mínima em outro (por exemplo, no mundo doméstico das relações familiares). Esses mundos, da mesma forma, incorporam vários regimes de informação que envolvem a atividade situada daqueles que usam a informação." (2009, p. 330)
González de Gómez (2012)	“(...) um regime de informação seria o modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelo de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância” (p. 43).

Fonte: Frohmann (1995); Braman (1989, 2004); Ekbia e Evans (2009); González de Gómez (2012); Ekbia (2009).

Conclui-se que regime de informação se encaixa como um quadro de referência que tem princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão, implícitos ou não, que envolve os atores que caminham em razão de um mesmo objetivo. Assim, entendem-se como princípios os fatos que possuem crédito entre os atores, como por exemplo, a posição política da comunidade acadêmica que as informações científicas devem estar em acesso aberto. As normas definem as obrigações e direitos; pode-se exemplificar com a política mandatória e de funcionamento de um RI de uma instituição de ensino e/ou pesquisa. As regras consistem nas prescrições ou proscricões específicas para as ações; por exemplo, os metadados necessários para a inserção de um documento em um RI. Por último, os procedimentos para tomada de decisão são práticas predominantes para realizar e implantar as escolhas coletivas, por exemplo, as ações dos gestores em função dos documentos (políticas, regulamentos, entre outros) que orientam suas ações no funcionamento do repositório. Para melhorar o entendimento, o Quadro 3 sintetiza essa descrição.

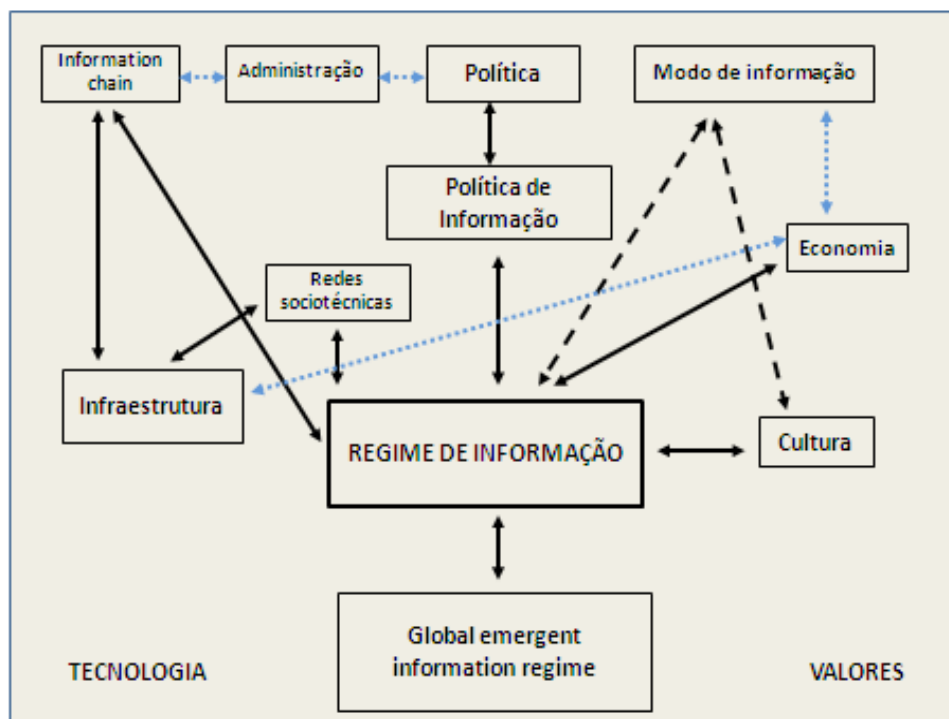
Quadro 3: Elementos que compõem o regime da informação

Termo	<i>Conceituação</i>	<u>Exemplo</u>
Princípios	<i>Fatos que possuem crédito entre os atores</i>	a) <u>Fidedignidade através da revisão por pares</u> b) <u>Publicização</u>
Normas	<i>As obrigações e direitos</i>	<u>A política mandatória e de funcionamento de um RI de uma instituição de ensino e/ou pesquisa</u>
Regras	<i>Prescrições ou proscições específicas para as ações</i>	<u>Os metadados necessários para o inserção de um documento em um RI</u>
Procedimentos de tomada de decisão	<i>Práticas predominantes para realizar e implantar as escolhas coletivas</i>	<u>As ações dos gestores em função dos documentos (políticas, regulamentos, entre outros) que orientam suas ações no funcionamento do Repositório</u>

Fonte: Autora (2018)

É importante salientar que um regime de informação pertence a um ciclo funcional composto por elementos, como a “cadeia de produção de informação” (*information production chain*), infraestrutura de informação, modos de informação, redes sociotécnicas, economia, cultura, política geral e de informação, e regime global emergente de informação como apresentado na Figura 12 (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2012, p. 2012). Para entender cada parte desse ciclo, o Quadro 4 traz a explicação dos principais elementos trazidos por González de Gómez (2012, 2015).

Figura 12: Regime de informação: família de palavras e contextos de uso



Fonte: GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2012.

Quadro 4: Elementos do ciclo que compõe o regime de informação

ELEMENTO	CONCEITO
Cadeia de produção da informação	Instrumentos heurísticos para reconstrução de processos informacionais em grande escala.
Infraestrutura de informação	A mudança de escala dos fenômenos informacionais que percorrem mais de uma comunidade que gerem e usam a informação, envolvendo diversos componentes, como sistemas, serviços, ferramentas e fluxos e se conectam por meio de interfaces abertas ou padronizadas.
Modo de informação	Indica as relações existentes entre economia e cultura sob a influência do desenvolvimento tecnológico.

Fonte: Adaptado de González de Gómez, 2012,2015

Salienta-se ainda que o processo de formação de um regime tange a construção de novas formas de políticas que estão à parte da Política. Ele ocorre no momento em que as formas vigentes para reger um fator interno ou externo não são mais suficientes e necessita de transformações jurídicas ou regulamentares. A princípio, utilizou-se para sinalizar falhas encontradas em situações reais para prever ou explicar mudanças significativas dentro e entre os países, e as influências recíprocas entre as políticas domésticas e internacionais (BRAMAN, 2004; HENNING, 2013; GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2015). Braman (2004) enfatiza que se vive um único regime de informação global que envolve atores estatais e não estatais.

No que tange as responsabilidades no macrocenário das políticas internacionais, os regimes envolvem três instâncias que trabalham concomitantemente: governo, governança e governabilidade. Explicitando cada uma delas, a primeira tange as instituições formais, regras e práticas baseadas em entidades geopolíticas; a segunda envolve instituições formais e informais, regras, acordos e práticas de atores estatais e não estatais que as decisões e comportamentos influenciam sobre a sociedade; e a terceira cerne o contexto cultural e social que induzem o surgimento dos modos de governança e que os sustentam (BRAMAN, 2004; HENNING, 2013; GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2015), conforme o Quadro 5.

Quadro 5: Domínios das responsabilidades na esfera macro dos regimes de informação

	TIPO	A QUEM ATINGE
I.	Governo	Instituições formais, regras e práticas baseadas em entidades geopolíticas.
II.	Governança	Instituições formais e informais, regras, acordos e práticas de atores estatais e não estatais que as decisões e comportamentos influenciam sobre a sociedade.
III.	Governabilidade	Contexto cultural e social que induzem o surgimento dos modos de governança e que os sustentam.

Fonte: BRAMAN, 2004; HENNING, 2013; GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2015

A mudança no regime traz também diversas modificações internas, mas em todas as esferas que estão interligadas a este, podendo ser classificadas em verticais ou globais. Isso resulta na criação de novas regras ou instituições, modificação de critérios para tomada de decisão ou conversão do processo político (FISCHER, 1993; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002), ou seja, todos esses elementos encontram-se interligados no regime e no caso de sua alteração todos se modificam.

Concluindo essa seção, é importante entender que o processo formativo do regime consiste no aparecimento de novas formas de política. Acontece à medida que fatores internos ou externos à área requerem mudanças em leis e regulamentações. Enfatizam que a abordagem do regime em vista a política de informação global é necessária, pois possibilita uma noção heurística que ajuda a identificar tendências comuns em fenômenos e processos espalhados por áreas de políticas historicamente tratadas como analiticamente distintas (BRAMAN, 2004; HENNING, 2013).

A partir do conceito de regime de informação apresentado, é possível discutir a relação entre essa concepção e a de repositórios institucionais, como será visto na próxima seção.

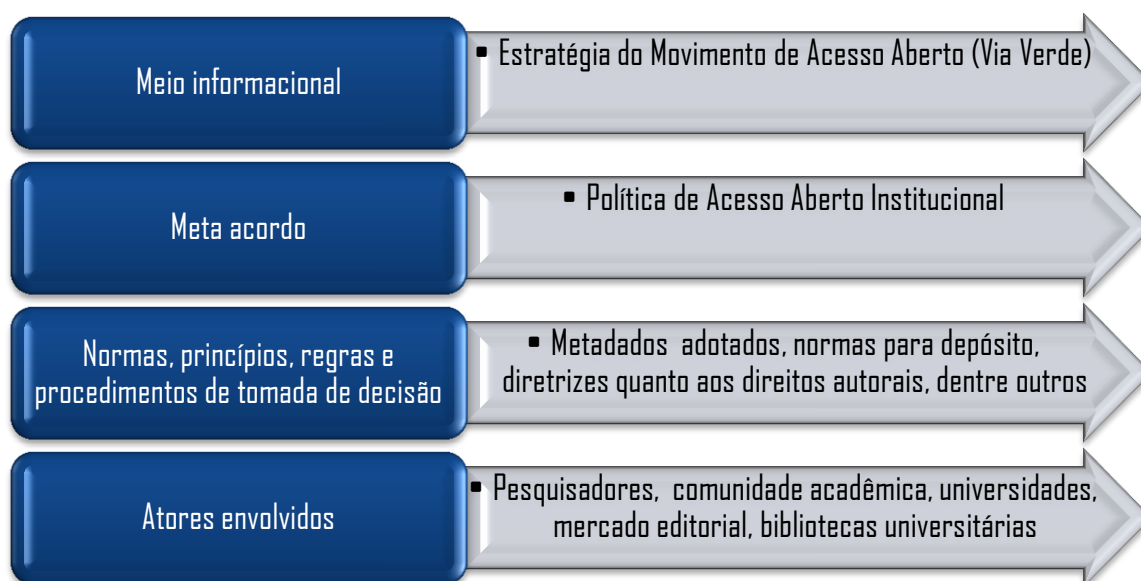
3.1.1 Repositórios institucionais: uma perspectiva por meio da teoria do regime de informação

Na seção anterior, definiu-se que regime de informação consiste em um quadro de referência que tem princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão, implícitos ou não, que envolve os atores que caminham em razão de um mesmo objetivo (FROHMANN (1995); BRAMAN (1989, 2004); GONZÁLEZ DE GÓMEZ (2012); EKBIA; EVANS (2009); EKBIA (2009)). Na seção 2, a partir dos teóricos da Comunicação Científica, estabeleceu-se que Repositório Institucional, voltado para universidades, é um conjunto de serviços de gerenciamento e disseminação da literatura científica ofertado por uma universidade a sua comunidade acadêmica, criado pela própria universidade com os membros da sua comunidade. Além disso, ele é o meio pelo qual a Universidade cumpre o acordo organizacional da gestão do conteúdo digital institucional e a preservação a longo prazo da memória institucional (LYNCH, 2003).

Relatado isso, a discussão que se propõe nessa pesquisa tange também a leitura do significado dos Repositórios Institucionais por meio da teoria de Regime de Informação e a necessidade de relacioná-los para que se possa dialogar com as questões referentes à política de informação que será visto posteriormente. No primeiro momento, tratar-se-á da primeira questão. González de Gómez (2012, p. 56) mostra que o regime de informação permite que unamos a “ancoragem espaço-temporal e cultural das ações da informação” com os quesitos regulamentares e tecnológicos que modificam e atravessam diversas atividades, agências e organizações o que remete as características dos RIs apresentadas acima, pois os mesmos são o elo de ligação entre a memória institucional, a produção acadêmica e cultural das universidades por meio das TICs e são o meio de gestão, disseminação e uso desse conteúdo.

Sendo assim, sugere-se que os RIs se configuram como um meio informacional criado pelo Movimento de Acesso Aberto (**via verde**, visto mais detalhadamente na seção 2) que regula, por meio de um meta-acordo (que consiste na **política de acesso aberto** criada e adotada por cada universidade), menos rígido e formal que um sistema jurídico tradicional, que objetiva vincular, por meio de normas, princípios, regras e procedimentos de tomada de decisão (**metadados adotados, normas para depósito, diretrizes quanto as legislações de direitos autorais, dentre outros**), as relações construídas pelos atores envolvidos (**pesquisadores, universidades, mercado editorial e a comunidade acadêmica**), estabilizando os processos de lutas existentes entre estes (FROHMANN, 1995; BRAMAN, 2004; GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2012). A seguir se encontra a Figura 13 que sintetiza os elementos dessa conceituação.

Figura 13: Síntese da relação Repositórios Institucionais e Regime de Informação



Fonte: A autora (2018)

Braman (2004) e González de Gómez (2012) salientam que o conceito de informação é passível de diversas aplicações e um mesmo regime pode se desmembrar em outros iguais ou com semelhantes montagens tecnológicas, de serviços e conteúdos informacionais. Deste modo, o termo regime se aplica no caso dos repositórios, como mostrado acima, nos estudos de Ekbia e Evans (2009) acerca da agropecuária ou como o apresentado por González de Gómez (1999, p. 2) em relação à área da saúde:

[...] o conjunto dos recursos, canais, atores e mensagens que possibilitam, agregam, segmentam ou dispersam os fluxos da informação sobre a Saúde e para a Saúde. Como, por exemplo, [...] as bases de dados de informações sobre ocorrências de serviços em saúde (internações, nascimentos, mortes), o diálogo clínico entre o paciente e o médico, as relações entre a instituição de saúde e sua clientela, as quais estabelecem a mediação entre as biografias da saúde individual e os registros médico-hospitalares que as institucionalizam, e de cuja seleção, agregação e segmentação dependerão a natureza e a qualidade dos arquivos hospitalares e das mais sofisticadas bases de dados de ocorrências de atendimentos em saúde. [...] os currículos e os estágios nas escolas de medicina, as campanhas de saúde pela televisão e pelo rádio, assim como os programas sobre cuidados pessoais, beleza e receitas culinárias; as bases de dados bibliográficas e os acervos de documentos textuais; os bancos de dados que agregam as construções imagéticas e gráficas do corpo medicalizado (radiografias, ecografias, eletroencefalogramas), informações econômicas, urbanísticas e sociais que permitem definir e contextualizar a ecologia da saúde das populações rurais e urbanas, as reuniões dos conselhos, os congressos das categorias profissionais envolvidas nas ações de saúde (médicos,

administradores, enfermeiros), as comissões especializadas das Câmaras ou Paramentos.

Deste modo, torna-se importante indagar o papel dos RIs como parte de marcos regulatórios e centros de debate quanto as questões deliberativas e decisórias em relação a informação institucional. O que se propõe é que o ponto de partida para se tratar sobre isso se inicia com a reflexão sobre o papel democrático que estes possuem em suas instituições, assim como a sua funcionalidade nas questões políticas que envolvem o acesso à informação científica. A visão de instrumento de gestão documental pode trazer a estes uma visão reducionista dos impactos trazidos por eles à Ciência (GUIMARÃES; SILVA; NORONHA, 2009).

Com isso, torna-se necessário uma pesquisa que vise as questões de cunho político em relação aos RIs. A proposta de interpretação dos repositórios como regimes de informação permite que sejam analisados outros pontos de vista referentes a eles, como é o caso das políticas que os regulam. Por isso, a seção seguinte chama a atenção quanto ao cunho democratizador dos Repositórios Institucionais.

3.1.2 Repositórios como instrumentos de democratização científica

Tomando o conceito de Regime de Informação trazido por Frohmann (1995) que lança mão do conceito ator-rede de Bruno Latour (2000) e das teorias foucaultianas (HENNING, 2013; GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2015) para descrever que esse é o lugar no qual os processos de luta equalizam os conflitos entre grupos sociais, interesses e discursos diversos (FROHMANN, 1995) e o conceito tratado na subseção 3.1.1 acerca do conceito de RI a partir das reflexões sobre Regime, destaca-se que o repositório traz, em sua essência, o objetivo de administrar os conflitos internos e externos. Essa questão quanto à estabilização entre os conflitos existentes, remete as observações de Bourdieu (2004; CARVALHO, 2014) quanto ao campo científico no qual ele menciona que o mesmo se constrói em um lugar de embate de forças que propicia “tendências imanentes” e “probabilidades objetivas”. Nesse sentido, ao analisar os Repositórios Institucionais sob essa perspectiva, é possível sinalizar que os RIs são agentes que buscam neutralizar as divergências existentes no campo aonde estão inseridos.

Além disso, os RIs são a estratégia do OA que obteve maior aceitação dentro da comunidade científica (HENNING, 2013; OPENDOAR, 2018) e, por isso,

consistiram em um referencial para instauração da cultura do acesso aberto dentro das universidades e centros de pesquisas, ajudando a promover uma ciência mais sensibilizada em proporcionar a democratização das informações científicas. Essa afirmação faz refletir acerca das funções sociais dos Repositórios Institucionais; dentre elas, destaca-se a intensificação da comunicação científica, salvaguarda a memória institucional, promoção do acesso aberto dos produtos institucionais, democratização da ciência e gestão da produção institucional. Do ponto de vista do acesso aberto, os RIs podem ser vistos como os instrumentos infocomunicacionais fundamentais para a democratização da informação científica (MARCONDES; SAYÃO, 2009; GAMA; CARVALHO, 2017). Ressalta-se que eles proporcionam o aumento da visibilidade da instituição, permitindo e estimulando o acesso à sua produção e acentuando a importância no depósito da produção acadêmica gerada nas universidades em seus repositórios. A Figura 14 demonstra essas funções destacadas.

Figura 14: Funções do Repositório Institucional



Fonte: A autora (2018)

Sandra Braman (2004) caracteriza os regimes de informação como sendo cooperativos, sociológicos e gestores de conflitos. Ora, ao comparar estes aos RIs, percebe-se que esses aspectos se assemelham aos almejados pelo OA para os RIs (BUDAPEST, 2002). O trabalho de cooperação ocorre em diversas esferas do RI, como, por exemplo, no depósito dos trabalhos pelos autores, na conscientização da importância da divulgação da literatura científica de modo livre, entre outras. As modificações sociais dessa ação coletiva mostram a importância disto para o desenvolvimento científico e social. E, por fim, os RIs auxiliam nos conflitos eminentes dentro do campo científico ainda intensificado pela lógica capitalista dentro da Ciência, como a produção em larga escala causando a explosão informacional, incorporado a práticas mercantilistas dos editores comerciais no processo do fluxo informacional.

No contexto brasileiro, chama-se a atenção para o art. 37 da Constituição (BRASIL, 1988), que legisla sobre a administração pública, legitima sobre os princípios da administração pública direta e indireta, sendo um destes o de publicidade. Considerando essa questão, pode-se interpretar que os RIs são a resposta do Estado aos investimentos públicos para a Ciência no país. Esse fator enfatiza a necessidade que o Projeto de Lei n. 387/2011 mencionado na subseção 2.3.1 seja concretizado e, assim, torna não somente as publicações científicas de todas as instituições de ensino disponíveis a comunidade, mas o meio de gestão pública democrática. Sendo assim, os RIs são instrumentos essenciais para a certificação de uma Ciência aberta e igualitária.

Aqui cabe também mencionar o quanto a teoria de regime de informação corrobora nessa questão. Braman (2004) chama a atenção para um “regime global emergente de informação” que se forma nessa nova sociedade que envolve atores estatais e não estatais, mas que ainda encontra-se em formação. Nesse quadro, é possível ver o processo de união entre dois tipos de políticas, a saber: 1. autônomas que agem como jurisdições das esferas da informação, cultura e comunicação, chamadas também de micro-políticas, como o caso das Políticas de Acesso Aberto; 2. de regulamentação de reestruturação jurídico entre Estados nacionais, conhecidas também como macro-políticas, como o caso das declarações do Movimento de Acesso Aberto.

Tomando essa última observação é possível compreender que tanto o conceito de regime de informação, quanto o de política de informação, são

primordiais para que se trate da colaboração das políticas de acesso aberto na construção dos RIs e assim se concretizar a socialização da literatura científica. Deste modo, a próxima subseção dedica-se a compreender sobre o conceito de política de informação.

3.2 Política de Informação: abordagens teóricas

Para explicar o que se entende como política de acesso aberto é preciso que haja a discussão do que é política. Sendo assim, primeiro, remete-se ao significado da palavra em si que designa a arte ou ciência da gestão de nações ou Estados; há ainda a definição quanto à política se dedica a assuntos internos (política interna) e externos (política externa) (POLÍTICA, 2017). Eckardt e Luengo (1932) definem como o estudo da inter-relação existente entre a regularidade e concordância dos fatos com os motivos que influenciam as lutas em torno do poder do Estado e entre os Estados. Ou seja, a política está intimamente ligada a uma relação de poder.

Ao analisar as políticas no contexto de uma instituição, pode-se defini-las como um instrumento que auxilia na tomada de decisão. Deste modo, estas contribuem para o aumento da qualidade e a agilidade na solução de conflitos já que estas devem espelhar os valores institucionais e as prioridades almejadas pela organização (FARRELL, 1991; OLIVEIRA, 2011).

No campo da Biblioteconomia, principalmente na área de desenvolvimento de coleções, a construção de políticas ganhou maior notoriedade no pós-guerra, mais especificamente entre 1960 a 1980, por conta de dois fatores, a saber: a inconstância no mercado financeiro que trouxe uma constante flutuação do valor do dólar, principalmente nos países norte americanos e europeus, o que impactou o desenvolvimento dos acervos nas bibliotecas e o avanço das TICs que contribuíram para que os profissionais se organizassem frente ao novo cenário que se erguia (FARRELL, 1991). Não diferente ocorreu em relação às políticas de informação que surgem também nesse período a fim de organizar o crescente número de informações, ocasionadas pela exploração informacional, dos países capitalistas centrais (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009; NUNES, 2012; HENNING, 2013).

Luiz Oswaldo Leal da Rocha, em seu livro sobre métodos de organização enfatiza que os manuais de políticas (ROCHA, 1987, p. 233-234) têm por objetivos:

- Demonstram o pensamento e a filosofia da cúpula da administração no que se refere às obrigações que ele tenha decidido assumir e aos requisitos que ela deva satisfazer em todas as fases das operações da empresa.
- Proporcionam à organização todas as informações relativas à forma e extensão com que a empresa se encontra comprometida e até que ponto esta situação é vigente. Determinam também o que aqueles que transacionam com a empresa, direta ou indiretamente, podem esperar dela.
- Estabelecem uma fonte de referência com relação às diretrizes em vigor, podendo estas últimas ser revisadas e conseqüentemente atualizadas pela administração, quando as circunstâncias assim o aconselharem.

Embora as indicações de Rocha (1987) se encaminhem para o campo empresarial, é possível reconhecer que há aspectos que podem ser tratados em outras políticas, dentre eles, a necessidade de que a política reflita o pensamento institucional e mostre, tanto interna como externamente, os anseios e objetivos da organização. Além disso, é na política, como ressaltam Rocha (1987), Farrell (1991) e Oliveira (2011), que estão desenhadas as normativas institucionais que amparam as decisões tomadas.

Para que uma política possa cumprir com os objetivos descritos acima, é preciso que o seu processo de construção passe por algumas etapas importantes: (i) organização/treinamento, (ii) elaboração/coordenação, (iii) publicação/divulgação, (iv) revisão da política (FARRELL, 1991). Na primeira fase, é necessário que se arquitete um projeto de construção da política e, conste de quem é a responsabilidade por sua organização. Essa responsabilidade pode ser atribuída a um representante institucional, um comitê gestor ou uma força-tarefa especial que trabalhe para a sua elaboração. Na segunda fase, elabora-se a política por etapas; indica-se a necessidade de colocar revisores em cada seção. Na terceira etapa, ao finalizar, é preciso que haja a sua publicação oficialmente, além de promover a sua divulgação. Por último, é preciso que ocorra a revisão da política, acordado com os responsáveis, a fim de garantir que ela se mantenha em sintonia com os anseios institucionais. É necessário mencionar que o processo de construção é contínuo, por isso, a sua revisão é necessária (FARRELL, 1991).

Quando trata de um tipo de política específica, como o caso da política de informação, é necessário situar previamente no ambiente a qual se encontra e quais as suas implicações na área que se destina. Sendo assim, a relação com a informação foi sendo mudada socialmente como se viu nas seções anteriores. Alguns teóricos a classificaram como a sociedade da informação como Takahashi (2000, p. v), que identifica como o marco para a fundamentação de "(...) novas formas de organização e de produção em escala mundial, redefinindo a inserção dos países na sociedade internacional e no sistema econômico mundial". Braman (1989) a caracteriza como complexa, multinível e de natureza global e sinaliza que a teoria de sistemas adaptativos complexos proporciona uma melhor compreensão sobre essa estrutura facetada dessa nova configuração social. Torna-se importante que se compreenda esse novo sistema, pois é no seu seio que se constituem o *ethos* da política de informação (BRAMAN, 2004). Assim sendo, a desconstrução de verdades consolidadas nas sociedades pós a II Guerra Mundial, com o surgimento de novos paradigmas, com o uso das TICs e a informação como instrumento de uma lógica estratégica, econômica e de segurança, consolida a necessidade da construção de políticas que atendam as demandas (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009; NUNES, 2012; HENNING, 2013). Braman (2004) utiliza do conceito "morfogenética" para descrever que essas transformações acontecem em grupos autoconscientes sobre o processo de mudança, sendo assim, torna-se uma tendência natural da comunidade a criação de modos diversos para suprir suas questões (BRAMAN, 2004, p. 16, tradução nossa).

Entretanto, deve-se lembrar de que não existe um mundo ideal onde todas as forças se congregam, ou seja, um processo perfeito não é sempre possível; logo é necessário que se tenha isso em mente ao se iniciar o processo de criação de políticas de informação. O modelo sistemático constitui-se por períodos alternados de reorientação no qual há mudanças estratégicas, redistribuição de poder e alterações na característica e a ubiquidade de controle do sistema, assim como há momentos de estabilidade (BRAMAN, 2004). A visão de que as organizações transitam em momentos de ordem e também de caos constantemente ganha força com as contribuições trazidas por Evans, Rueschemeyer e Skocpol (1985).

Luhmann (1985) descreve que o papel da legislação nas relações políticas foi se modificando gradativamente e isso foi fruto de processos sociais. Essa mudança atingiu não somente as esferas maiores autarquias, como também as de nível

doméstico que se dedicam a tomada de decisão interna. Desse modo, as normas, acordos e hábitos comportamentais, ou seja, fragmentos constituintes da política de informação encontram-se como elementos essenciais do regime e permitem a determinação das sociedades e/ou organizações (BRAMAN, 2004).

Em 1950, surgem as primeiras políticas públicas governamentais voltadas à informação. Como marco destaca-se o documento *Weinber Report* (1963) publicado pela *U.S. President's Science and Advisory Committee* cujo objetivo está em discutir problemas e gerar soluções por meio da comunicação científica, promovendo a necessidade de uma política de informação nacional no governo norte-americano (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002; JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009; NUNES, 2012; HENNING, 2013). Em 1970, as agendas internacionais da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) ressaltam a importância do desenvolvimento científico e tecnológico como instrumento para a redução das desigualdades entre países. Isso motivou uma ampliação das discussões sobre política de informação em nível global (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009; NUNES, 2012; HENNING, 2013).

Entre os anos de 1970 a 1990 é visto um progressivo aumento do uso das TICs o que impactou fortemente nas relações políticas e sociais e provocou um Estado que atua de modo mínimo na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de informação (HENNING, 2013). Fomentou-se a noção de “infra-estrutura”, proveniente do programa de infraestrutura global de informação (GII) do governo norte-americano que trata-se do conjunto de insumos essenciais para o funcionamento de uma atividade, organização ou sociedade (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002; HENNING, 2013).

Nesse contexto, a Ciência da Informação veio, progressivamente, apropriando desse conceito de “políticas públicas de informação” (HENNING, 2013). Bernard Frohmann (1995) destaca que embora a política de informação seja uma área de pesquisa, ainda encontra-se certa dificuldade em identificar aquelas que foram implementadas. Enfatiza ainda que, nos estudos por ele desenvolvidos, não houve impacto dos instrumentos políticos sobre os *policy makers*¹⁶. Alguns teóricos da CI definiram o conceito de “política de informação” como Nunes (2012, p. 60) que a descreve como o “conjunto de leis, regulamentos e políticas que estimulam ou

¹⁶ Produtores de política (tradução nossa).

regulam a geração, o uso, o armazenamento e a comunicação de informação”. Daniel (2000) define que ela é “[...] o conjunto de regras formais e informais que diretamente, restringindo, impulsionando ou de outra maneira, formam fluxos de informação”. Acrescenta ainda que ela possui alguns aspectos, como: “*literacy*”, “privatização e distribuição da informação governamental”, “liberdade de acesso à informação”, “proteção da privacidade individual” e “direitos de propriedade intelectual” (DANIEL, 2000).

Pode ser vista como aquela relacionada a qualquer fase de uma cadeia de produção informacional, como apresenta Braman (1995, 2011; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2015), que tange tanto a criação quanto o processamento, armazenamento ou descarte. Ela classifica como um termo genérico destinado a todas as leis, regulamentos e posições doutrinárias dedicadas à informação, comunicação e cultura. Jardim, Silva e Nharreluga (2009, p. 9) explicam que, a partir dos estudos trazidos por Jardim em 2003 sobre políticas públicas arquivísticas¹⁷, é possível descrever que as políticas de informação são

“(...) um conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação de natureza pública e privada”.

González de Gómez (1999, p. 69) a observa como

“(...) o conjunto das ações e decisões orientadas a preservar e a reproduzir, ou a mudar e substituir um regime de informação, e podem ser tanto políticas tácitas ou explícitas, micro-políticas [como políticas institucionais de auto-arquivamento] ou macro-políticas [como políticas governamentais para repositórios de um país]”

Essa definição trazida pela autora corrobora para sustentar os argumentos dessa pesquisa a qual considera os Repositórios Institucionais como um regime de informação e suas políticas de acesso aberto como micro-políticas de informação cuja responsabilidade está em parametrizá-los para que se consigam uma gestão informacional eficaz nas universidades.

¹⁷ Para aprofundar mais o assunto ver JARDIM, J. M. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, E. **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

Sandra Braman (2004) destaca que se vive um regime com uma política de informação global na qual se observam as características informacionais dos países por uma ótica unificada. Alguns fatores corroboram para isso, como a elevação do status de “política alta” as que tangem as questões informacionais (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2015), ou seja, estas passam a ser consideradas de maior importância no cenário internacional, trazendo também a ascensão do conceito de regime. Deste modo, o “**regime global de políticas de informação**” (BRAMAN, 2004; GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2012, grifo nosso) torna-se o agente que estrutura as realidades empíricas da infraestrutura e do conteúdo a ser regulado. Precisa-se lembrar de que existem elementos-chave para a teoria do regime que são importantes ao entendimento das questões de informação, comunicação e cultura que se dedicam ao sistema de governo global a fim de compreender a criação, processamento, fluxo e uso de informações (BRAMAN, 2004). Esses fundamentos permitem que se entenda o dinamismo que cerca o campo da política de informação e como isso torna demasiadamente problemático, como já mencionado por Frohmann (1995). Como os regimes estão fundamentados em questões relacionadas à informação, novas problemáticas foram também tomando espaço e exigindo métodos para solucioná-las. O movimento contínuo da área da informação faz com que as políticas voltadas a essa área sejam igualmente evolutivas (BRAMAN, 2004).

Na construção de políticas de informação, percebe-se uma relação autorreflexiva entre a teoria do regime (BRAMAN, 2004) e pode ser explicado por três motivos. O primeiro tange as questões de tomada de decisão no regime que a política de informação está destinada. O segundo está relacionado ao papel fundamental que a teoria de regime tem sob o papel da criação, processamento, fluxo e uso da informação como instrumentos de poder nas relações internacionais e globais e como a delimitação de política de informação contribui para que isso se concretize. Por fim, o terceiro mostra o quanto o processo de aprendizagem remodela os regimes a partir das novas realidades empíricas, bem como os resultados dessas experiências e esse fato reflexe na política de informação do regime, pois a mesma necessita se adequar (BRAMAN, 2004).

Tendo isso em vista, a política de informação de um regime precisa ser construída com base nessas prerrogativas, podendo ser considerada madura quando as suas características estão expressas de forma clara, transparente e aceita por todos os atores envolvidos (BRAMAN, 2004; MAGNANI; PINHEIRO,

2011). Por isso, ela se caracteriza por meio dos seguintes aspectos: “transparência”, “redes como princípios organizacionais”, “responsabilidade compartilhada pelo setor privado e público pela elaboração de políticas” e “poder informacional como forma dominante de poder” (BRAMAN, 2004, p. 34-35), conforme visto na Figura 15.

Figura 15: Características da Política de Informação



Fonte: A autora (2018)

Para compreender melhor como essas características constroem uma política de informação é preciso entender cada uma. Sendo assim, a “**transparência**”, proveniente do regime de segurança que foi incorporado pelo mercado financeiro, posteriormente e se tornou amplamente utilizado. Ela estabelece um novo modo de fluxo de informação, no âmbito internacional, e se incorporou como objetivo político. Isso contribui para uma relação mais igualitária entre o indivíduo, a comunidade e o fluxo informacional (BRAMAN, 2004).

A fim de entender a segunda característica, “**redes como princípios organizacionais**”, precisa-se mencionar que o pós- 2ª Guerra Mundial provocou mudanças nos dois modos organizacionais compreendidos até então: o mercado comercial e as organizações governamentais (WILLIAMSON; WINTER, 1991). As novas formas sociais apreenderam o aparecimento de modos organizacionais que se adequavam a atual realidade. Assim sendo, nasce uma forma de administração que trata do conceito de redes (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2002; JARDIM; SILVA;

NHARRELUGA, 2009). Essa abordagem caminha junto ao conceito de “economia de informação” e se mostra mais integrada ao modelo de tomada de decisão, trazendo o conceito de “economia em rede” (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2002; BRAMAN, 2004) onde não há uma predominância de um tipo de organização, mas confluência de diversas. Esse tipo de organização leva a uma gestão da informação que engloba “o planejamento, instrumentalização, atribuição de recursos e competências, acompanhamento e avaliação das ações de informação e seus desdobramentos em sistemas, serviços e produtos” conforme destaca González de Gómez (1999, p. 69). Desta forma, as políticas de informação têm a função de mediação dos atores envolvidos (Estado, Governo, comunidades que utilizam bens e serviços comuns) com o Regime de informação a qual estas sejam vinculadas.

A aceitação desse modo de organização atual trouxe à tona a necessidade de **compartilhamento da tomada de decisão pelos setores públicos e privados**, que configura o terceiro aspecto da política de informação. A formulação de políticas por meio dessa lógica possibilita identificar os impactos do setor privado no público, tal qual o inverso, e dialogar em busca de soluções plausíveis para ambos. Deve-se destacar que as relações de poder entre os setores ainda é uma questão a ser debatida, mas que vêm se evidenciando gradativamente (BRAMAN, 2004). Por fim, sabe-se que em todo regime predomina uma forma de poder e as demais convivem em simultaneidade. As quatro formas de poder existentes propostas por Braman (2004) são “poder instrumental” o qual controla os comportamentos por meio do controle material; o “estrutural” que controla fazendo uso da formação de instituições e regras que impactam nas relações sociais. O terceiro poder, “poder simbólico” (BOURDIEU, 1989; BRAMAN, 2004), molda crenças, modos de percepção e ideias. Por último, emerge o **“poder informacional”** que intervém nos comportamentos por intermédio do domínio das bases informativas dos materiais, instituições e símbolos. Pode-se dizer que esse reúne as características dos demais e, na sociedade da informação, ele se tornou mais perceptível (BRAMAN, 2004). Resumidamente, essas características e suas definições encontram-se no Quadro 6.

Quadro 6: Características das Políticas de Informação, segundo Sandra Braman (2004)

<i>Característica</i>	<i>Definição</i>
Transparência	A “transparência” estabelece um novo modo de fluxo de informação, no âmbito internacional, e se incorporou como objetivo político. Isso contribui para uma relação mais igualitária entre o indivíduo, a comunidade e o fluxo informacional.
Redes como princípios organizacionais	As novas formas sociais apreenderam o aparecimento de modos organizacionais que se adequavam a atual realidade. Assim sendo, nasce uma forma de administração que trata do conceito de redes (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2002; JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009). Essa abordagem caminha junto ao conceito de “economia de informação” e se mostra mais integrada ao modelo de tomada de decisão, trazendo o conceito de “economia em rede” (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2002; BRAMAN, 2004) onde não há uma predominância de um tipo de organização, mas confluência de diversas.
Responsabilidade compartilhada pelo setor privado e público para elaboração de políticas	A formulação de políticas por meio dessa lógica possibilita identificar os impactos do setor privado no público, tal qual o inverso, e dialogar em busca de soluções plausíveis para ambos. Deve-se destacar que as relações de poder entre os setores ainda é uma questão a ser debatida, mas que vêm se evidenciando gradativamente (BRAMAN, 2004).
Poder informacional como forma de poder predominante	Intervém nos comportamentos por intermédio do domínio das bases

informativas dos materiais, instituições e símbolos. Pode-se dizer que esse reúne as características dos demais e, na sociedade da informação, ele se tornou mais perceptível (BRAMAN, 2004).

Fonte: Adaptado de Braman (2004)

Nesta pesquisa, essas quatro principais características nortearam a busca por elementos presentes nas políticas de acesso aberto das universidades estudadas e que serão vistas na seção 5 desse trabalho. A seguir, debruça-se sobre as políticas de acesso aberto.

3.2.1 Política de acesso aberto sob o olhar do conceito de Política de Informação

Após as discussões apresentadas sobre os conceitos de Repositórios Institucionais, Regime e Política de Informação, essa seção tem o objetivo de tratar sobre as políticas de acesso aberto. Antes de iniciar, é importante mencionar que a literatura nomeia a política de acesso aberto como mandatória, institucional, institucional de informação, *open access*, de *copyright*, auto-arquivamento, regulamento de auto-arquivamento ou boas práticas. Para esse estudo, optou-se a nomenclatura “política de acesso aberto” por compreender que assim fica mais claro o entendimento para o que ela se destina.

Explicado isso, a política de acesso aberto é essencial, como mencionam Mashroofa e Seneviratne (2016), para toda instituição que tenha como foco na preservação e disseminação da informação em Repositórios Institucionais. Ou seja, o processo de criação de um RI passa, anteriormente, pela construção da política de acesso aberto institucional. Seu objetivo principal está na promoção do acesso aberto, como destaca Swan (2016), incentivar o interesse e ações concretas na comunidade acadêmica e auxiliar nas construções de outras.

No Brasil, Shintaku e Meirelles (2010) salientam que as universidades brasileiras, acompanhando o cenário mundial, sentiram a necessidade de estabelecer as políticas de informação institucionais, buscando a melhora na gestão da produção científica e sua disseminação para uma comunidade cada vez maior.

Para isto, as políticas institucionais de acesso aberto precisam conter padrões de comunicação científica, como enfatiza Costa (2008), e de comportamento informacional condizente com as realidades locais. Aliado a isso, a experiência internacional mostra que os RIs bem sucedidos são aqueles cujas políticas estão bem definidas (RODRIGUES, 2009).

Tendo isso em vista, o processo de formulação de políticas institucionais deve ser o meio de integração da comunidade acadêmica a proposta institucional de incentivo ao acesso aberto (SÁ, 2011).

Nessa construção, devem ser considerados as especificidades das áreas acadêmicas, as necessidades e os interesses dos diferentes grupos, isto porque, os sujeitos que atuam neste ambiente não o fazem de forma isolada, mas estão envolvidos em relações, redes e estruturas sociais. Desse modo, tais políticas devem ser permeáveis, também, às influências internas e externas, e para tanto, devem considerar o estabelecimento de uma cooperação internacional com instituições de pesquisa de alto nível e organismos de fomento à pesquisa. Por fim, a formulação de política de informação pelas instituições assume um papel estratégico diante da necessidade do desenvolvimento de mecanismos que promovam o conhecimento técnico científico no cenário nacional e internacional.

Cabe ainda reiterar que isso vai ao encontro do conceito de sociedade em rede¹⁸, tendo em vista que o repositório se insere dentro dessa sociedade, a política de informação direcionada a eles devem salientar essa característica, como enfatiza Silva (1991): “numa visão ideal, uma política de informação deve ser um instrumento que integre a sociedade aos avanços científicos e tecnológicos, de forma participativa”. Deve-se considerar também que as universidades públicas trabalham a fim de buscar meios para atender as necessidades dos setores públicos e privados. Deste modo, é preciso que as normas destes contemplem essa realidade, considerando os aspectos legais. Por último, a política deve conciliar as autoridades existentes dentro do RI e enfatizar o poder informacional como forma de manter a ética do acesso aberto.

As políticas de acesso aberto se dividem em dois grupos: as voluntárias e as mandatórias. As primeiras encorajam os pesquisadores sobre a questão do auto-arquivamento e solicitam as suas participações, enquanto as segundas obrigam o depósito das publicações em repositórios institucionais (HARNAD, 2005, 2006; RODRIGUES, 2009). As políticas mandatórias caminham na direção das solicitações

¹⁸ Castells (1999) explica que a rede se configura como um sistema composto por nós que estão interligados em função de um propósito comum.

da Harnad (2006) sobre as exigências que as universidades e agências de fomento deveriam solicitar dos pesquisadores. Para ele, essas instituições deveriam:

- 1) Tornar o depósito obrigatório, por parte do autor, da versão final do seu artigo, revisado por pares, imediatamente após a aceitação para sua publicação, no repositório da instituição à qual o autor está vinculado; 2) Designar o depósito no repositório como o único mecanismo para a avaliação de desempenho do autor, em nível institucional, e para avaliar a pesquisa nacionalmente; 3) Implementar, no contexto da gestão de repositórios institucionais ou centrais, o botão de solicitação por *e-mail* de uma cópia do artigo depositado e que esteja sob embargo. (HARNAD, 2006)

Independente do tipo de política adotada, elas configuram o principal recurso para o povoamento dos RIs. No entanto, há uma barreira que ainda precisa ser ultrapassada que se refere à desconfiança por parte dos pesquisadores. Muitos temem quanto ao plágio, veem o auto-arquivamento como um acréscimo as suas tarefas, receiam quanto aos possíveis problemas em relação aos direitos autorais, dentre outros fatores (HENNING, 2013). Nesse sentido, as políticas institucionais de acesso aberto, aliada a um programa de conscientização institucional, pode contribuir para que isso seja minimizado. É importante acrescentar que uma política nacional de acesso aberto poderia auxiliar nesse processo. Algumas pesquisas já enfatizam a importância disso, como a de Renato Nunes (2012) e Patricia Henning (2013). Não será discutida essa questão nesse trabalho, mas faz-se necessário refletir sobre o assunto.

No que tange às políticas de acesso aberto, existem três tipos como mostram Rodrigues (2009) e Swan (2016):

Quadro 7: Tipos de políticas de acesso aberto

TIPO	DESCRIÇÃO
<u>Depósito imediato com acesso livre imediato</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Depósito imediato de artigos após a aceitação para publicação com as correções que comporão a versão final;
<u>Depósito deferido, após o período de embargo</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Depósito deverá ser realizado após a publicação, mas resguardar os

	direitos de embargo solicitados pelos editores.
<u>Depósito imediato com acesso opcional</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Depósito imediato à submissão do artigo ao periódico, entretanto, caso haja um período de embargo, o acesso somente será possível ao término deste. Porém os metadados do artigo estarão disponíveis para visualização.

Fonte: Adaptado de Rodrigues (2009) e Swan (2016)

A implementação de um Repositório Institucional, segundo Tomaél e Silva (2007), vai além da instalação de software e hardware. Exige um estudo profundo da instituição a fim de criar políticas que visem às características, interesses e necessidades específicas. A política, desse modo, deve assegurar as tomadas de decisão e responsabilidades dentro do RI, além do processo de gerenciamento da literatura científica. Além disso, por meio delas, os direitos de uso e reuso das produções devem estar assegurados, impulsionando para que os autores publiquem em periódicos de acesso aberto e as universidades a cumprirem sua missão de oferecer acesso às suas produções, assim como promover o uso pelos pesquisadores e o público em geral da literatura científica sem a necessidade da transação com os editores comerciais (TOMAÉL; SILVA, 2007; RODRIGUES, 2009; LEY, 2013; SHIEBER; SUBER, 2015). De modo mais amplo, a política deve cooperar na construção de uma Ciência mais democrática e com propósito de favorecer positivamente a vida humana.

Rodrigues (2009) e Leite (2009) apresentam um modelo de planejamento de implementação de políticas de acesso aberto estruturada em cinco fases. A intenção dos autores foi orientar os gestores de RIs no momento de elaborá-la e implementá-la, como visto abaixo.

Quadro 8: Plano de implementação de política de acesso aberto

<i>Fase</i>	<i>Exemplos de ações</i>	<i>Duração estimada</i>
1 <i>Análise e planejamento</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento e estudo das políticas de outras instituições • Identificação dos recursos (técnicos e humanos) necessários à sua implementação, acompanhamento e monitoramento. • Elaboração do plano de implementação. 	1 mês
2 <i>Definição e aprovação</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Redação da proposta. • Apresentação da proposta e consulta junto às instâncias superiores e decisórias (conselhos, decanatos, outros) e autoridades na sua instituição. • Aprovação e formalização da política. 	1 a 2 meses
3 <i>Divulgação e sensibilização</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Assinatura simbólica da Declaração de Berlim. • Divulgação da política pelos canais institucionais e pelos meios de comunicação e informação internos (Boletim Administrativo, despacho institucional, <i>Mailing lists</i>, <i>Website</i>, <i>Newsletter</i>, etc.). • Realização de sessão pública de apresentação. • Realização de sessões de divulgação específicas e/ou apresentação da política nas reuniões periódicas aos vários níveis da instituição (colegiados de departamentos, faculdades e institutos, conselhos superiores etc.). • Execução de comunicado de imprensa para divulgação externa. • Registro da política no <i>Registry of Open Repository Material Archiving Policies</i> (ROARMAP) 	1 a 3 meses

<p><i>4 Implementação e entrada em vigor</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização do repositório institucional para depósito da produção científica. • Disponibilização de informação (resposta a perguntas frequentes) e/ou de serviços de suporte (suporte ao depósito, esclarecimento sobre direitos autorais etc.) para os membros da instituição. • Comunicação e “lembrete” da vigência da política pelos meios de comunicação institucionais e internos • Realização de atividades de formação ou sensibilização sobre o auto arquivamento. 	<p>1 a 2 meses</p>
<p><i>5 Acompanhamento, apoio e monitoramento</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Manter informações, serviços de suporte aos autores da instituição e aos usuários do repositório. • Fornecer estatísticas de utilização (acessos, downloads etc.) aos autores e às instâncias decisórias. • Monitorar o cumprimento da política (taxa/percentagem de documentos depositados em relação aos produzidos) e fornecer informação regular a diversos níveis organizacionais (autores individuais, departamentos, instituição, gestores) • Levantamento da produção científica anual efetiva e produção de listas de publicações não depositadas para o envio a autores e/ou unidades da instituição. • Incentivar a produção das listas anuais “oficiais” das publicações científicas das unidades da instituição a partir do repositório institucional. 	<p>Contínuo</p>

Fonte: Adaptado de Rodrigues (2009) e Leite (2009)

Cabe lembrar a importância das bibliotecas, assim como dos profissionais da informação, na condução no diálogo com o Movimento de Acesso Aberto dentro das

Instituições. Eles funcionam como líderes desse processo e desenvolvem as políticas de acesso aberto e dos Repositórios Institucionais, tornando-se um setor com dupla competência: atender as funções comuns a bibliotecas, assim como atender a exigência do campo científico em virtude da disseminação da produção científica local (PINFIELD, 2015; SWAN, 2016). Isso requer o desenvolvimento de novas habilidades e uma equipe que compreenda essa conjuntura.

A pioneira na adoção da política de acesso aberto é a Universidade de Southampton, na Inglaterra, em 2003 (HENNING, 2013; GOMES, 2017). Os dados do OpenDoar (2018) mostrados abaixo apresentam a realidade atual quanto a adoção das políticas de acesso aberto internacional e nacionalmente. Percebe-se que, de uma forma geral, a quantidade de políticas registradas ainda é pequena. O diretório apresenta que 20,8% encontram-se disponíveis no cenário internacional (Figura 16) e, no Brasil, são 6,7% (Figura 17). Isso mostra o quanto ainda é necessário que discuta a importância das políticas para a expansão do Movimento de Acesso Aberto, assim como dos Repositórios Institucionais. Contudo, por meio dos dados apresentados pelo ROAR MAP (2018), é possível ver que ocorreu um aumento progressivo da quantidade de políticas. Assim, faz crer que há uma evolução acontecendo dentro das Instituições em relação ao assunto e que merece ser mais encorajada entre os gestores dos RIs e dentro da comunidade acadêmica (Figura 18).

Figura 16: Políticas de submissão mundial

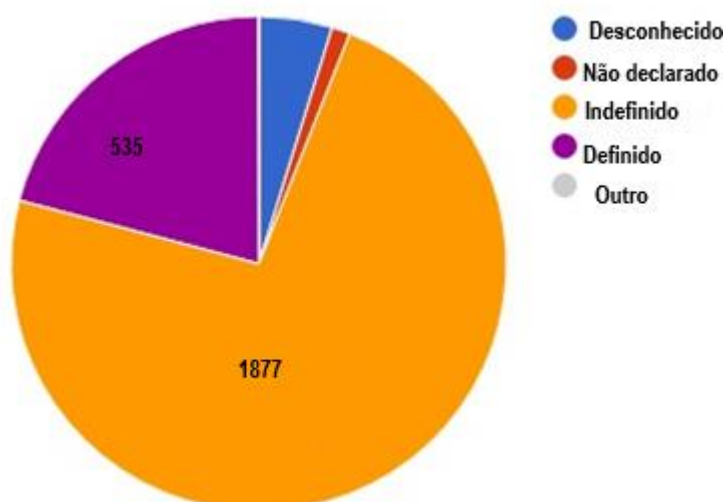
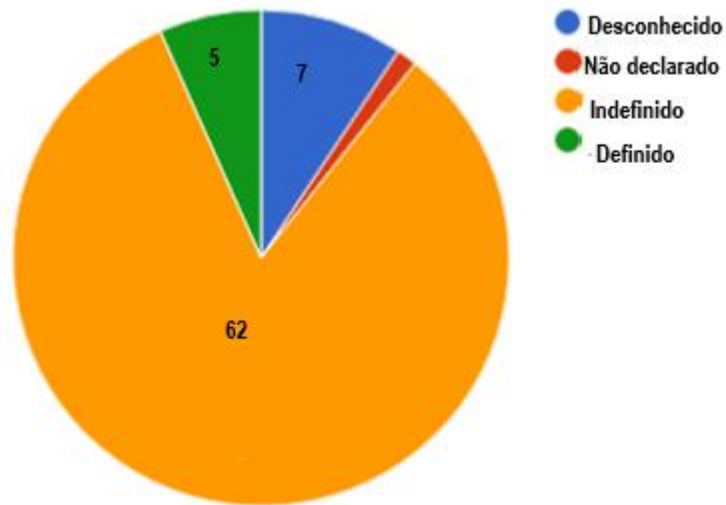
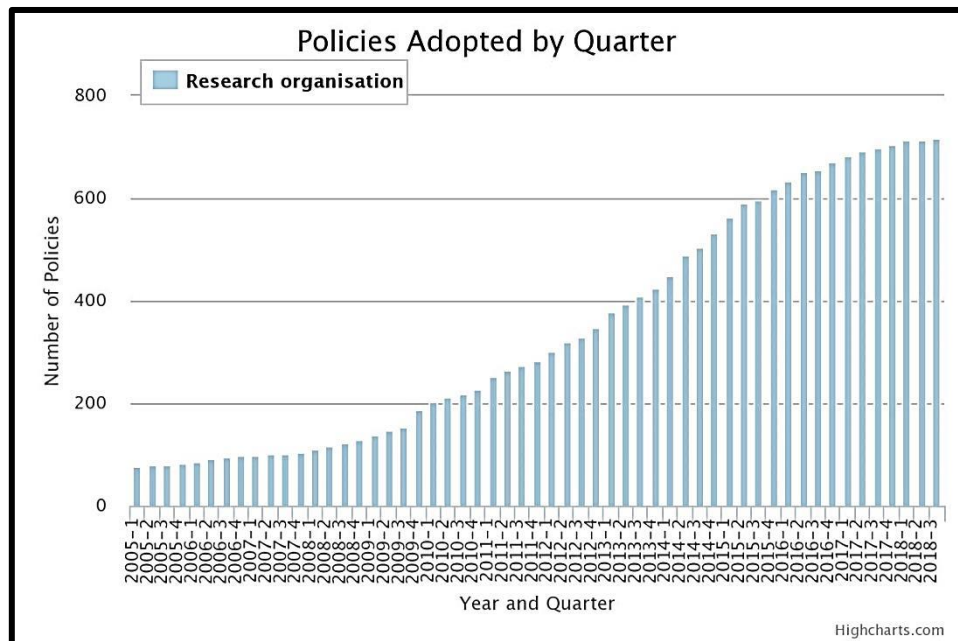


Figura 17: Índice de políticas de submissão no Brasil



Fonte: OpenDOAR, 2018

Figura 18: Progressão do número de políticas de acesso aberto



Fonte: ROAR MAP, 2018

Como exposto no marco teórico, propõe-se que os RIs vinculados as universidades brasileiras podem ser vistos como Regime de informação, consequentemente é necessária a regulamentação destes. Para isso, as políticas de

acesso aberto, que são vistas como micro-políticas de informação, devem ser meios que se caracterizam por serem transparentes, tenham princípios organizacionais consolidados, contemplem ações que interligam setores públicos e privados em virtude do desenvolvimento da Ciência, alicerçado pelo poder informacional como agente motivador dentro do sistema. Conclui-se salientando que a implantação do RI em universidades brasileiras perpassa, antes, pela formação de políticas de acesso aberto eficazes.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se caracteriza por uma abordagem qualitativa (MINAYAO, 1993, p. 86-87; SEVERINO, 2016; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013) e, para alcançar o objetivo central, dispôs de uma investigação plurimetodológica (SCHRADER, 1974, p. 138-139). Inicialmente, a proposta se concentrava em determinar políticas institucionais que respaldasse a implantação de um Repositório Institucional em universidades brasileiras. Nesse sentido, a primeira opção foi realizar um levantamento bibliográfico sobre Repositórios e Políticas Institucionais acerca dos RIs. Deste modo, partiu-se de uma pesquisa bibliográfica na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação nas bases de dados *Web of Science*, *Scopus* e LISA e em alguns repositórios, tais como *E-prints in Library and Information Science* (E-LIS), RepositoriUM da Universidade do Minho (Portugal), ARCA: Repositório Institucional da Fiocruz, Repositório Institucional da Universidade da Bahia (RI UFBA), LUME Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Pantheon: Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Repositório Eletrônico Institucional (REI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Como estratégia de busca, optou-se por selecionar publicações entre os anos de 2002 a 2017. A escolha desse recorte temporal está ligada ao início do Movimento de Acesso Aberto e com a Declaração de Budapeste (BUDAPEST, 2002) e a consolidação das estratégias ao longo desses dezesseis anos. A escolha das bases de dados e dos repositórios mencionados ocorreu por estes apresentaram os resultados que não demandavam uma limpeza dos dados.

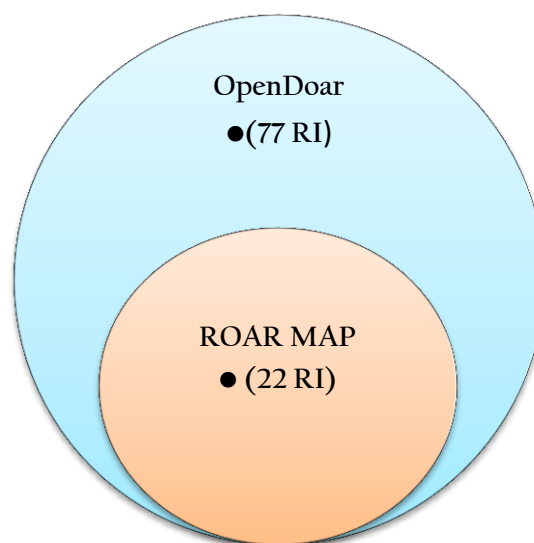
A banca presente na qualificação orientou que seria preciso delimitar qual política institucional seria analisada nessa pesquisa. Em conjunto, verificou-se que a política de acesso aberto seria o primeiro instrumento utilizado pelas instituições para a implantação de um repositório; deste modo, seria interessante concentrar a pesquisa nesta. Aprofundou-se o estudo na documentação presente nas universidades brasileiras acerca das práticas de acesso aberto. Para isso, decidiu-se em delimitar um *corpus* empírico de repositórios. Com isso, utilizou-se o site OpenDOAR e como estratégia de busca, adotou-se recorte geográfico (Brasil) e pelo tipo de repositório (institucional), recuperando 77 repositórios. Nesse grupo, delimitaram-se os que eram vinculados a universidades e cujas políticas já estavam definidas. Adotou-se o parâmetro regional para selecionar o corpus empírico da pesquisa, ou seja, um repositório institucional por cada região do país, totalizando cinco repositórios. Os selecionados foram aqueles mais povoados, ou seja, que se destacavam pela quantidade de documentos indexados.

Entretanto, em acordo com a banca examinadora, percebeu-se que esse número podia ser restrito em demasia e, por falta de informações, poderia restringir a pesquisa. Assim sendo, ampliou-se a amostragem do estudo a partir de uma nova consulta ao diretório OpenDOAR e acrescentou-se o ROAR MAP. Houve casos de Repositórios que foram encontrados em ambos os diretórios, por isso excluiu-se aqueles que convergiam. Ao término desse processo, selecionaram-se 21 Repositórios Institucionais, dividido entre cinco grupos: Região Norte (1), Nordeste (5), Centro-Oeste (5), Sudeste (5) e Sul (5).

Os Repositórios selecionados, inicialmente, por amostra aleatória simples, foram 21. Cabe ainda mencionar que, embora a busca fosse para recuperar apenas Repositórios cujas políticas estivessem divulgadas, em algumas páginas não foi possível encontrá-las por dois motivos: (1) ausência de identificação numa primeira busca nos links disponíveis na página ou (2) estavam presentes dentro de outros documentos institucionais. A fim de verificar tais casos, foi realizado contato por meio de correio eletrônico nos cinco casos em que algumas dessas situações ocorreram. Porém, quatro desses Repositórios (Universidade Federal do Grande Dourados, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Centro Universitário de Brasília) não responderam aos contatos realizados e, por isso, optou-se por retirá-las da amostragem. Além disso, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) informou que eles estão trabalhando

na construção de uma política de acesso aberto institucional, mas até o momento não possuem; desta forma, essa também não foi contemplada nesse estudo. Sendo assim, a pesquisa analisou a política de 16 instituições: Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará (UFPA), Repositório Institucional da Universidade Federal de Goiás (UFG), Repositório Institucional da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), LUME Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras (UFLA), Repositório Institucional da Universidade Federal dos Pampas (Unipampa), Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTPR), Repositório Institucional da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará (UFC), Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Repositório Institucional da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA).

. Cabe ressaltar que a UFPA, embora esteja registrada nos diretórios OpenDOAR e ROAR MAP como instituição que possui uma política de acesso aberto definida, a mesma apresenta o documento “Carta de Belém” como documento orientador. Ele é a fonte das instituições da região Norte e busca explicar a importância do acesso aberto e incentiva as instituições nortistas a participarem. Tendo em vista isso, considerou-se essa declaração como uma política de acesso aberto da UFPA para fins dessa pesquisa.

Figura 19: Etapas da seleção do *corpus* empírico

Fonte: A autora (2018)

Para análise documental das políticas desses dezesseis repositórios adotou-se o método comparativo em que se aplica sempre que houver dois ou mais objetos que possuem aspectos similares ou particulares (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007; FACHIN, 2003; GIL, 2008; 2010, NUNES, 2012). Segundo Gil (2008), essa técnica é amplamente utilizada nas Ciências Sociais pela capacidade de agrupamento sociais, distante em virtude do espaço e do tempo. Colino (2002) explica que a comparação possibilita duas vertentes: geral e reduzida. A primeira analisa as semelhanças e diferenças entre os objetos estudados; a segunda visa o procedimento sistemático e organizado que se pode estabelecer relações, semelhanças e divergências entre os objetos ou fenômenos para a obtenção de uma conclusão. Para essa pesquisa, a segunda acepção será tomada para identificar quais elementos se assemelham as quatro características trazidas pelos estudiosos apresentados no marco teórico sobre Política de informação. O estudo pretende identificar quais elementos das políticas se enquadram às quatro características apresentadas no marco teórico desse estudo sobre política de informação; são elas: “transparência”, “redes como princípios organizacionais”, “responsabilidade compartilhada pelo setor privado e público para elaboração de políticas” e “poder informacional como forma dominante de poder”.

De modo a complementar, tendo em vista a complexidade que a proposição de diretrizes para uma política de acesso aberto direcionada as universidades brasileiras requer, optou-se também em aplicar entrevistas. O *corpus* empírico analisado foi os gestores dos Repositórios selecionados, visando investigar o processo de construção de suas políticas. A opção pelo uso da entrevista aos gestores como metodologia complementar preconiza a identificação de elementos que possam ser empregados nas políticas de acesso aberto. Goode e Hatt (1979, p.237) salientam que a entrevista favorece no desenvolvimento da precisão, focalização, fidedignidade e validade de um determinado ato social que seja comum a uma conversação. A análise das entrevistas empregou o método de interpretação de sentidos trazido por Gomes e seus colaboradores (2005, p. 2002), utilizado nas Ciências Sociais, em que após a investigação sobre o conteúdo apreendido, buscam-se sentidos mais amplos aos apresentados a fim de atingir o objetivo.

O roteiro da entrevista foi sistematizado a partir dos elementos recuperados no marco teórico proposto nesta pesquisa. Isso se faz para analisar a percepção e entendimento dos gestores quanto ao processo de construção das políticas. Dessa forma, as assertivas foram construídas de modo semiaberto para que os entrevistados pudessem sentir-se a vontade para registrar a experiência da criação do Repositório nas universidades. Optou-se pela não identificação dos entrevistados.

A entrevista foi aplicada em duas etapas: na primeira foi enviado o roteiro aos gestores a fim de que eles se familiarizassem com o que estava sendo proposto pela pesquisa e sentisse mais a vontade em responder. Posteriormente, a entrevista foi realizada por meio de softwares de comunicação, tais como *Skype*, *Telegram* e *Whatsapp*, no momento escolhido individualmente por cada um. A intenção era que fosse um momento oportuno para que eles pudessem falar sobre a experiência da construção das políticas e expectativas futuras. A entrevistadora procurou interferir minimamente na fala dos entrevistados para que o processo pudesse ser um lugar de escuta das falas dos gestores de acordo com as orientações para a entrevista ditas por Cervo, Bervian e Da Silva (2007, p. 51-52). É importante mencionar que cinco gestores não responderam aos contatos feitos via correio eletrônico, telefone e “Fale conosco” dos sites dos Repositórios. Deste modo, as entrevistas foram concluídas com 11 gestores. Como a proposta é a não identificação dos

entrevistados, não será mencionado as Instituições que responderam e suas citações serão mencionadas sem reconhecimento.

Por fim, utiliza-se o método comparativo (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007; FACHIN, 2003; GIL, 2008, NUNES, 2012) no sentido de identificar os elementos semelhantes e os divergentes entre as políticas de acesso aberto e traçar um paralelo ao exposto pelos gestores e, assim, definir os elementos necessários a uma política de acesso aberto para universidades brasileiras.

O Quadro 9 sinaliza as metodologias aplicadas para atingir os objetivos traçados para a pesquisa.

Quadro 9: Esquema teórico metodológico

<i>Objetivo específico</i>	<i>Metodologia aplicada</i>	<i>Resultado</i>
a. Apresentar o contexto histórico do surgimento dos Repositórios Institucionais por meio da análise na literatura biblioteconômica	Levantamento bibliográfico da literatura do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação	Obtiveram-se os teóricos e conceitos que embasaram o marco histórico
b. Identificar, selecionar e analisar os Repositórios Institucionais relacionados a universidades no Brasil e identificar as políticas adotadas por estas	Por meio da estratégia de busca no OpenDOAR e ROAR MAP, identificou-se a amostragem de Repositórios que serão estudados	Definição dos Repositórios Institucionais que foram estudados
c. Salientar a função social e política dos repositórios institucionais no cenário das universidades brasileiras	Exploração da pesquisa bibliográfica realizada a respeito de RIs em relação as suas funções sociais e políticas dentro das Universidades	Discussão sobre a importância da função social e política do RIs e como isso agrega valor a discussão sobre políticas de informação aos RIs
d. Definir os principais elementos que devem compor uma política de acesso aberto em universidades brasileiras para o estabelecimento de RI.	Avaliação das políticas disponíveis nos repositórios que estão no campo empírico. Aplicação de entrevista aos Gestores dos Repositórios	Definição dos elementos que devem estar presentes nas políticas de acesso aberto, tendo em vista as características dessa.

Fonte: A autora (2018)

5 MARCO EMPÍRICO

Nessa seção será abordada, de forma resumida, a história dos Repositórios analisados nesse estudo (subseção 5.1 e suas subseções). Em seguida, realizou-se uma análise das políticas de acesso aberto disponibilizadas pelas universidades (na subseção 5.2) e, construiu-se um quadro comparativo dos elementos vistos na literatura e os apresentados por estas.

Embasando a reflexão realizada anteriormente, destaca-se na seção 5.3 a análise acerca das entrevistas realizadas com os gestores destes Repositórios. A partir das investigações anteriores, apresentou-se o estado da arte das políticas de acesso aberto pertencentes às universidades no Brasil.

5.1 Análise do *corpus* empírico

Nessa seção será apresentada a breve história dos dezesseis Repositórios dentro das Universidades estudadas.

5.1.1 *Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará (UFPA)*

A Universidade Federal do Pará teve sancionada a sua criação em 02 de julho de 1957, pela Lei n. 3.191, pelo então presidente Juscelino Kubitschek. Ela nasceu da reunião de sete faculdades federais, estaduais e privadas localizadas em Belém (BRASIL, 1957). À época, a UFPA reuniu os cursos de Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras, Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais. Com a Lei n. 4283, de novembro de 1963 (BRASIL, 1963), houve uma reestruturação estatutária o que proporcionou a inclusão de novos cursos. Atualmente, a Universidade conta com 14 institutos, 7 núcleos, 36 bibliotecas, 2 hospitais universitários e uma escola de aplicação. Considerada a maior universidade pública da Amazônia, possui cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu* e *strictu sensu* e ensino fundamental e técnico.

A Biblioteca Central da UFPA (BC-UFPA) é a responsável pelo gerenciamento do Repositório Institucional. Anterior à implantação do RI, a BC começou o processo de acesso digital à produção acadêmica em 1996 através de uma parceria com o IBICT a fim de implantar o Sistema de Informação sobre Teses

(SITE) cujo objetivo era construir uma cooperação técnica para a alimentação de base de dados referenciais sobre teses e dissertações que fossem defendidas na UFPA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2017).

Com as inovações tecnológicas, em 2001, é lançada o Portal do Conhecimento da UFPA que funcionava como uma Biblioteca Virtual onde reunia o catálogo online, base de dados, periódicos eletrônicos. Além disso, reunia, de modo referencial, as dissertações e teses dos Programas de Pós-graduação, dos docentes da Instituição, assim como dos trabalhos apresentados por estes. Em 2005, o Portal sofreu algumas alterações substanciais, entre elas a disponibilização da produção acadêmica por completo. Isso possibilitou que, em 2006, fosse possível o lançamento da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Pará (BDTD/UFPA), assim como a disposição, em âmbito nacional por meio da BDTD Nacional mantida pelo IBICT e internacionalmente através da *Network Digital Library of Thesis and Dissertation* (NDLTD), da produção científica da UFPA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2017).

O processo de implantação do Repositório começou através do edital n.03/2010 do IBICT no qual a Universidade foi contemplada com um kit tecnológico composto por um servidor e o software DSPACE. Em março de 2011, inaugura-se o RIUFPA com a migração das teses e dissertações presentes na BDTB/UFPA. O RIUFPA tem como missão “(...) abrigar, preservar e manter os dados gerados pela comunidade científica em ambiente digital, tornando-os legítimos e acessíveis ao público interessado” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2017).

No tocante à Política de Acesso Aberto, a UFPA junto com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Instituto Federal do Amapá (IFAP), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Instituto Evandro Chagas (IEC) e Universidade Federal do Sul e Sudoeste do Pará (UNIFESSPA) elaboraram um documento intitulado “Carta de Belém”, em maio de 2014, com o intuito de legitimar o Movimento de Acesso Aberto entre as instituições de ensino superior da região Norte. Nele é considerado o depósito da produção acadêmica dessas universidades em seus Repositórios Institucionais como estratégia do Movimento (CARTA DE BELÉM, 2014).

Além disso, essas instituições se dispõem a cumprir cinco metas, a saber: a criação de RIs através de suas bibliotecas e respeitando os preceitos do acesso aberto à informação científica; incentivar que seus pesquisadores depositem suas publicações nos seus RIs; instaurar a política de informação e dos repositórios institucionais; divulgar, por meio do site institucional, o Repositório; e solidificar o consórcio de Repositórios da Região Norte (CARTA, 2014). Para fins dessa pesquisa, utilizou-se esse documento como política de acesso aberto dessa instituição.

5.1.2 Repositório Institucional da Universidade Federal de Goiás (UFG)

A Universidade Federal de Goiás (UFG) é considerada a maior universidade do estado de Goiás e uma das principais da região Centro-Oeste do país (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2018). Composta por quatro campi regionais, sendo o Regional Goiânia dividido em três campi, possui 25.846 estudantes nos cursos de graduação e pós-graduação (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2018b).

Sua fundação ocorreu em 14 de dezembro de 1960 com a integração de cinco faculdades. Atualmente, a Universidade possui 29 cursos de graduação e 33 programas de pós-graduação. O acervo bibliográfico das bibliotecas que compõe o Sistema de Bibliotecas da UFG é considerado o maior do estado de Goiás (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2018b).

O processo de implantação do Repositório Institucional da UFG (RI/UFG) iniciou em 2009 com a aprovação do projeto submetido pelo Sibi/UFG no edital FINEP/PCAL/XBDB n. 002/2009 do IBICT que forneceu os instrumentos para a criação do Repositório, além do treinamento para os primeiros passos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2018a). O RI/UFG disponibiliza toda produção científica da Instituição a comunidade interna e externa.

Por meio da Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura da Universidade Federal de Goiás (CEPEC) n. 1240 de 14 de fevereiro de 2014, estabeleceu-se as diretrizes para Política Institucional de Informação referente ao RI/UFG no qual enfatize a necessidade de acesso, ampliar a visibilidade e preservar a produção intelectual da UFG (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2014).

Cabe salientar que Políticas Institucionais de Informação e Política de Acesso Aberto foram entendidas como sinônimos; entretanto, utilizou-se a segunda nomenclatura; maiores esclarecimentos, encontra-se na seção 3.

5.1.3 Repositório Institucional da Universidade de Brasília (UnB)

A Universidade de Brasília (UnB) teve sua inauguração em 21 de abril de 1962. Sua fundação foi marcada pela publicação do Plano Orientador que norteia as diretrizes político-administrativas da Universidade (FUNDAÇÃO..., 1962). Foi uma das primeiras instituições de ensino que tinha sua estrutura administrativa e financeira amparada no conceito de autonomia (BRASIL, 1961b).

Alguns fatos históricos interferiram no progresso de desenvolvimento da UnB, como a intervenção militar em 1964 que reduziu suas atividades acadêmicas drasticamente. Em 1979, a abertura política no Brasil e a posse do reitor Cristovam Buarque em 1984, permitiram que a Universidade ampliasse a quantidade dos cursos ofertados. Nesse período também houve contratação de mais docentes e técnico-administrativos da Universidade, assim como a ampliação do acervo da Biblioteca Central por meio de uma nova gestão financeira que permitiu que esse tipo de investimento fosse considerado como primordial a Instituição (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2016). Atualmente, a UnB é composta por quatro campi localizados em Brasília (Darcy Ribeiro), Ceilândia, Gama e Planaltina no qual são contabilizados cerca de 38.475 discentes nos cursos de graduação e pós-graduação e 2.245 docentes em seu quadro (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2018).

O Repositório Institucional da UnB abrange a produção acadêmica da Instituição a partir do ano de 2006. A Biblioteca Central, através do seu Setor de Gerenciamento da Informação Digital, é o órgão responsável pela sua gestão. Em 2013, por meio da Resolução n. 10, sua política de acesso aberto foi promulgada, encaminhando as orientações quando o funcionamento do RI e a participação da comunidade acadêmica nesse processo (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2013; REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UNB, [2018]).

5.1.4 Repositório Institucional da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) iniciou suas atividades em 1962 com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande (MS) que foi a primeira localizada no sul do estado do Mato Grosso. Em 1966, incorporados mais cursos, criando o Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG). Mais tarde, o governo estadual cria mais duas instituições em Corumbá e Três Lagoas. Em 1969, nasce a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT). À estrutura já existente, incorpora-se dois centros pedagógicos em Aquidauana e Dourados em 1970.

A divisão do Estado do Mato Grosso abriu a oportunidade para a federalização da UEMT, denominando-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em 1979, e o Centro Pedagógico de Rondonópolis integrou-se a UFMT. A Universidade se desenvolveu e agregou mais 14 Faculdades e os campi pelo interior do Mato Grosso do Sul, com cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e à distância.

A parceria firmada entre a Biblioteca Central da UFMS e o IBICT permitiu a gestão da produção intelectual por meio do RI. Nele estão disponíveis as dissertações, teses, artigos, livros, capítulos de livros e trabalhos publicados em eventos. Através da Resolução n. 61 de 21 de julho de 2011, o Conselho de pesquisa e pós-graduação aprovou a política de funcionamento do RI.

5.1.5 Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é considerada uma das mais antigas universidades do Brasil. Sua história começa ainda no século XIX onde inicia a Escola de Farmácia e Química, em 1895. Em seguida, agregou-se a Escola de Engenharia. Em 1900, inaugurando a Faculdade de Medicina e de Direito em Porto Alegre.

Assim, em 28 de novembro de 1934, foi criada a Universidade de Porto Alegre que reunia a Escola de Engenharia, com os Institutos de Astronomia, Eletrotécnica e Química Industrial, além da Faculdade de Medicina com as Escolas

de Odontologia e Farmácia; Faculdade de Direito, com a Escola de Comércio; Faculdade de Agronomia e Veterinária; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e pelo Instituto de Belas Artes (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, [2014?]). Em 1947 passou a ser Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) e vinculou as Faculdades de Odontologia e Direito de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria. Mais tarde, essas Faculdades foram desassociadas da URGS e foram integradas a Universidade de Pelotas e a Universidade Federal de Santa Maria. Em 1950, a URGS torna-se a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente, destaca-se por ser um dos maiores orçamentos do Estado do Rio Grande do Sul, além da expressiva representação no número de publicações científicas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, [2014?]).

Lume, nome atribuído ao Repositório Digital da UFRGS, reúne a produção acadêmica, artística e administrativa geradas na Universidade. No ano de 2018, o Lume está completando 10 anos de existência e, até hoje, já foram realizados cerca de 140.000.000 de downloads. Em 2010, por meio da Portaria n. 5068, é disponibilizada a sua Política Institucional de Informação (LUME, [2018?]).

5.1.6 Repositório Institucional da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA)

A criação da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA) iniciou em 2007 por uma Comissão de Implantação e com a parceria do Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA), a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Itaipu Binacional (UNIVERSIDADE FEDERAL DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, [2018?]). Após um período de três anos de trabalho da Comissão, em 12 de janeiro de 2010, sanciona-se o projeto de criação da UNILA (BRASIL, 2010).

A UNILA começou suas atividades no Parque Tecnológico Itaipu, em Foz do Iguaçu em 16 de agosto de 2010. A Universidade conta com discentes de diversas nacionalidades da América Latina, entre eles: Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana e Venezuela. Oferece 29 cursos de graduação e 11 cursos de pós-graduação e possui 3.575 discentes (UNIVERSIDADE FEDERAL DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, [2018]; BRASIL, 2018).

O Repositório Institucional da UNILA (RI-UNILA) iniciou suas atividades em março de 2017 por meio da Portaria n. 144 na qual designa a este a responsabilidade de gerenciar, preservar e disseminar a produção intelectual da Universidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, 2017). Este documento promulga também a política de acesso aberto da instituição.

5.1.7 Repositório Institucional da Universidade Federal do Pampa (Unipampa)

A Universidade Federal do Pampa (Unipampa) começou de cooperação técnica firmada entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e sua criação foi decretada em 11 de janeiro de 2008 (BRASIL, 2008; UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2015). Atualmente, o Unipampa tem 10 campi com 69 cursos de graduação e 57 cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, além de 983 docentes e 885 servidores técnico-administrativos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. [2018?]).

O RI da Unipampa, cuja responsabilidade encontra-se no Sistema de Bibliotecas Unipampa (SISBI Unipampa), disponibiliza as publicações científicas oriundas da Unipampa. Por meio da Resolução n. 106, de 27 de agosto de 2015, a sua Política Informacional foi sancionada, regulando o funcionamento do RI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2015).

5.1.8 Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

A Universidade Federal do Rio Grande (FURG) nasceu da Escola de Engenharia Industrial em 1955. Sua federalização ocorreu em 1961 por meio da Lei n. 3893, de 02 de maio (BRASIL, 1961a). Após isso, incorporou-se a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, em 1956; a Escola de Direito, em 1959; Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, em 1961, que trouxe também o curso de Pedagogia; em 1964, inicia o curso de Letras com habilitação para as línguas inglesa e francesa; em 1966, o curso de Matemática integra-se ao corpo da Universidade; em 1967, instalam-se os cursos de Ciências e Estudos Sociais (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2017). Atualmente, a FURG conta

com 40.943 alunos nos cursos de graduação e pós-graduação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2017).

Promulga-se a Política de acesso aberto da FURG em 16 de abril de 2010 por meio da Resolução n. 005/2010. Nela consta as diretrizes que orientam quanto à disponibilização da produção intelectual da FURG (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2010).

5.1.9 Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) é a primeira no país com a nomenclatura “tecnológica”. Sua história inicia em 1909 ainda como Escola de Aprendizes Artífices e, posteriormente, chamou-se Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR). Foi transformada em Universidade no ano de 2005 (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2017, 2018).

A UTFPR tem por missão a promoção de uma educação tecnológica de excelência com cursos de graduação, tecnólogos, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* e técnicos de nível médio integrado e à distância em 13 campi no estado do Paraná. Em seu quadro, possui 2.549 professores, 1.176 técnico-administrativos e 32.000 alunos (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2017).

Em relação ao Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (RIUT), assim como em algumas universidades, sua implantação decorreu em virtude do edital FINEP/PCAL/XBDB n. 1/2009 em convênio com o IBICT que forneceu suporte tecnológico. A estrutura do Repositório foi baseada na dissertação de Lígia Patrícia Torino (2010) (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, [2017?]).

A Política de Acesso Aberto da UTFPR foi baseada no modelo apresentado pelo IBICT e outras de repositórios do Brasil e do exterior, considerando as peculiaridades institucionais. A Política está inserida em um projeto maior denominado Portal de Informação em Acesso Aberto (PIAA) no qual está incluso o Repositório de Outras Coleções Abertas (ROCA) e os Periódicos Institucionais por meio do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, [2017?]).

5.1.10 Repositório Institucional da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)

Data de 1976 a criação da Universidade Estadual Paulista (UNESP) que ocorreu por meio da união de 14 Institutos Isolados de Ensino Superior de diferentes partes do Estado de São Paulo. A sua inauguração ocorreu através da Lei estadual n. 952 de 30 de janeiro de 1976 (SÃO PAULO, 1976).

Em 1989, com o lançamento do novo Estatuto promove as modificações em relação à dedicação em atender a comunidade do interior de São Paulo durante a década de 1990 que culminou com a criação das Unidades diferenciadas em 2003 que hoje se chamam Campus Experimentais; aumento do número de vagas ofertadas; aberturas de mais onze cursos de Engenharia entre 2013 e 2015 e o curso de Meteorologia, Ciências Biológicas e Artes Cênicas (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2018). Hoje, a Unesp conta com 3,7 mil professores, 6,7 mil servidores técnico-administrativos, 136 cursos de graduação, 149 programas de pós-graduação e 38 mil alunos nos cursos de graduação e 14 mil nos de pós-graduação (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2018).

Em novembro de 2016, a Unesp aprova a Política de Gestão do seu Repositório, tendo por missão promover o acesso aberto, da disseminação, da preservação e promoção da produção acadêmica da Universidade (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2016). A responsabilidade por sua administração está sob o Grupo Gestor, conforme determinação da sua Política. Atualmente, o Repositório possui, em torno de 84.000 documentos depositados (REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL UNESP, 2018).

5.1.11 Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras (UFLA)

A Universidade Federal de Lavras (UFLA) teve início em 1908 com a Escola Agrícola de Lavras fundada pelo Dr. Samuel Rhea Gammonn. Em 1938, denomina-se Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL) e tornou-se federalizada em 1963. A UFLA foi pioneira na pesquisa no campo das Ciências Agrárias no Estado de Minas Gerais e no cenário nacional (UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, 2018a).

Atualmente, a UFLA possui 36 cursos de graduação, presencial e à distância, 35 cursos de pós-graduação e estágio de pós-doutoramento em mais de 18 áreas do conhecimento (UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, 2018b), totalizando 980 docentes e cerca de 17.000 discentes (UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, 2017). O Repositório Institucional da UFLA (RIUFLA) é o responsável pela gestão da produção intelectual da instituição e sua Política Institucional de Informação, deliberada pelo Conselho Universitário em 13 de novembro de 2012, implanta-se o RI assim como as suas atribuições e diretrizes (UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, 2012).

5.1.12 Repositório Institucional da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

A história da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) começa com a reunião da Escola de Farmácia e Escola de Minas em 1969. Ao longo dos anos, incorporaram-se mais cursos, como a Escola de Nutrição, em 1978, o Instituto de Filosofia, Artes e Cultura, em 1981 e o Instituto de Ciências Exatas e Biológicas, em 1982. Em 2000, houve a implantação dos cursos de Administração Pública, Geografia, Pedagogia e Matemática à distância por meio do Centro de Educação Aberta e a Distância (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, [2018?]).

Além disso, a adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) possibilitou a oferta de mais quatro cursos: Administração, Ciências Econômicas, Jornalismo e Serviço Social. Ainda implantou-se o curso de Direito, Museologia, Turismo, Sistema de Informação, Engenharia de Produção, Elétrica, Computação e Educação Física (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, [2018?]).

Atualmente, a UFOP oferta 42 cursos de graduação, 34 cursos de pós-graduação, contabilizando 15 mil alunos, cerca de 1600 servidores técnico-administrativos e docentes (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, [2018?]). Seu Repositório Institucional visa armazenar e disseminar os resultados de diversas pesquisas desenvolvidas na Universidade (REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2010). Por meio da sua Política de Informação, regulamentada pela Resolução n. 5.525 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto em 07 de

novembro de 2013, determina as diretrizes quanto ao RIs (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2013).

5.1.13 Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Universidade Federal do Ceará (UFC) teve a sua criação promulgada em 16 de dezembro de 1954 sob a lei n. 2373, tendo em sua composição, inicialmente, as faculdades de Direito, de Farmácia e Odontologia e de Medicina, e a Escola de Agronomia (BRASIL, 1954). Atualmente, a Universidade conta com sete campi localizados no município de Fortaleza e no interior do Estado, reunindo 17 unidades acadêmicas, dois hospitais e 17 bibliotecas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2016). Em seu corpo acadêmico e administrativo, até o censo de 2016, a Universidade contém 2.152 docentes e 3.416 servidores técnico-administrativos, 126 cursos de graduação, 123 de pós-graduação e possui em torno de 35.700 discentes (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2016).

A implantação do Repositório Institucional da UFC começou quando o Sistema de Bibliotecas foi contemplado no Edital FINEP/PCAL/XBDB n. 003/2009 do IBICT. Firmado esse acordo e com o recebimento do kit tecnológico em 2010, uma bibliotecária e um técnico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) deram consultoria na instauração do RI. Em fevereiro de 2011, o RI/UFC foi oficialmente inaugurado com o treinamento dos bibliotecários do Sistema de Bibliotecas sobre o software *Dspace* a fim de dar início ao povoamento (QUEIROZ, 2015).

O estabelecimento da Política de Acesso Aberto da Instituição aconteceu por meio da Resolução n. 02/2011 do Conselho de Universitário (CONSUNI) em 29 de abril de 2011 em função das orientações fornecidas pelo IBICT (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2011). A política visa direcionar a comunidade acadêmica quanto ao gerenciamento, disseminação e preservação da produção técnico-acadêmica da UFC em seu repositório (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2011).

5.1.14 Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

A Universidade Federal da Bahia é a primeira universidade do Brasil e sua inauguração foi em 18 de fevereiro de 1808 com a formação da Escola de Cirurgia da Bahia. Ao longo do século XIX, foram incluídos os cursos de Farmácia (1832), Odontologia (1864), a Academia de Belas Artes (1877), Direito (1891) e Politécnica (1896). Em 1941, funda-se a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Já em 1950, muda seu nome de Universidade da Bahia para Universidade Federal da Bahia, incorporando as escolas isoladas e incluindo outros cursos. Nesse período também reformulou sua estrutura criando o Centro de Estudos Afro-Orientais, os campi dos bairros Canela, Federação e Ondina. Em 1960, a UFBA se destaca, no cenário nacional, por alicerça dois fenômenos culturais: o Cinema novo e o Tropicalismo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, [201_?]). Atualmente, a UFBA oferta 112 cursos de graduação e 61 cursos de Mestrado e 47 de Doutorado, tendo em torno de 40.000 discentes (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2017).

O Repositório Institucional da UFBA se destaca pelo seu pioneirismo no Brasil. O projeto iniciou-se em 2007 com o intuito de disponibilizar o conteúdo da produção da Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) em acesso livre. O desenvolvimento contou com a participação com a colaboração do IBICT, por meio do professor Milton Shintaku, e do professor Meirelles que, à época, era o desenvolvedor do SEER; entretanto, somente em 2008 ocorreu efetivamente a instalação do software. Os primeiros testes foram realizados alguns títulos da EDUFBA definidos pelo Conselho Editorial (ROSA, 2009).

Com o lançamento do edital FINEP/PCAL/SBDB n. 002/2009 para subsidiar a implantação nas instituições de ensino e pesquisa contempladas, a UFBA deu *corpus* ao RI, estabelecendo um cronograma para o seu desenvolvimento. De acordo com essa programação, as etapas a serem cumpridas seriam o “planejamento”, “desenvolvimento e implantação”, “discussão e estabelecimento da política”, “articulação e operacionalização” e “lançamento e operacionalização” (ROSA, 2009; ROSA; MEIRELLES; PALACIOS, 2011).

A elaboração da Política Institucional foi condicionada a criação de um grupo gestor que foi portariado em 1º de abril de 2009 com representantes do Instituto de Ciência da Informação (ICI), EDUFBA, Faculdade de Comunicação (FACOM) e do Centro de Processamento de Dados (CPD). Em janeiro, incorpora-se a esse grupo

também um representante do Sistema de Bibliotecas. O grupo encaminhou em 30 de setembro a proposta da Política Institucional que foi assinada pelo então Reitor Prof. Dr. Naomar de Almeida Filho em 07 de janeiro de 2010 (ROSA, 2009).

5.1.15 Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

A Universidade Federal do Sergipe foi criada em 11 de julho de 1963 com a lei n. 1.194 com o agrupamento das Escolas de Ciências Econômicas, de Química de Serviço Social, a Faculdade de Direito, a Faculdade Católica de Filosofia e de Ciências Médicas. Em 1968, pelo Decreto-lei n. 269 foram incorporadas mais seis Escolas Superiores e mais cinco faculdades (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 2018). Atualmente, a UFS possui os campi São Cristóvão, Aracaju, Itabaiana, Laranjeiras, Lagarto e Nossa Senhora da Glória, com mais de 100 cursos de graduação, nove especializações, 47 mestrados e 13 doutorados, possuindo cerca de 26.000 alunos e 1.400 professores (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 2018).

O Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe (RIUFS) constitui como um serviço do Sistema de Biblioteca que busca disponibilizar, preservar e organizar toda a produção da comunidade acadêmica desenvolvida pelos setores da UFS. Por meio da Resolução n. 50/2017 do Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (CONEPE), estabelece-se a sua Política de acesso aberto (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 2017).

5.1.16 Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Ao transformar a Universidade do Rio Grande do Norte em federal, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), criada em 18 de dezembro de 1960, contou com a incorporação das Faculdades de Farmácia e Odontologia, Direito, Medicina e Escola de Engenharia, entre outras. Com a reforma universitária, a UFRN se reestruturou em departamentos e centros acadêmicos, extinguindo as faculdades e escolas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, [201_?]). Em 1974, acontece uma nova reforma na qual a estruturou em Conselhos, as Unidades Acadêmicas Especializadas e os Núcleos de Estudos Interdisciplinares

e se mantem até hoje (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, [201_?]). Em seu atual quadro possui 43.000 discentes e cerca de 5.500 servidores docentes e técnico-administrativos. Além disso, oferta 112 cursos de graduação, 240 de pós-graduação, educação infantil e ensino médio profissionalizante (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, [2018?]).

O projeto para Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (RI UFRN) iniciou em 2009 com o lançamento do edital FINEP/PCAL/XBDB n.002/2009 no qual a UFRN foi uma das contempladas e, em 2010, é lançado o RI UFRN (MOURA, 2015). O RI UFRN tem por missão armazenar, preservar e disseminar a produção acadêmica da universidade, proporcionando visibilidade às pesquisas desenvolvidas por docentes, discentes e técnicos; assim como, preservar a memória institucional e ser instrumento da qualidade e relevância científica, economia e social da UFRN (MOURA, 2015). Em determinação a sugestão prevista em edital, a UFRN institui a Política de Acesso Aberto por meio da Resolução n. 59/2010-CONSEPE em abril de 2010 que prevê as normas que tange a questão do acesso à produção acadêmica da UFRN (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010; MOURA, 2015).

5.2 Reflexões acerca das políticas de acesso aberto estudadas

A partir do exposto no marco teórico sobre os atributos das políticas de informação apresentadas por Sandra Braman (2004), “transparência”, “redes como princípios organizacionais”, “responsabilidade compartilhada pelo setor privado e público para elaboração de políticas” e “poder informacional como forma de poder dominante”, buscou-se analisar as políticas de acesso aberto das dezesseis universidades brasileiras selecionadas. Para isso, construiu-se um quadro dos elementos de cada política que são condizentes com cada uma destas características. Isso orienta a perceber o quão próximo às políticas de acesso aberto estão da teoria de Política de Informação (BRAMAN, 2004) e quanto isso pode orientar a elaboração dessas políticas.

Quadro 10: Perfil das Políticas de Acesso Aberto das universidades estudadas

UNIVERSIDADE	CARACTERÍSTICAS			
	<i>Transparência</i>	<i>Redes como princípios organizacionais</i>	<i>Responsabilidade compartilhada pelos setores público e privado</i>	<i>Poder informacional</i>
FURG (Anexo 8)	<p>Art. 3º Como parte da Política Institucional de Informação da Universidade Federal do Rio Grande PII - FURG, será implementado um sistema de informações eletrônicas, no que tange ao registro, manutenção e acesso à produção intelectual demais informações geradas pela Instituição, considerando a necessidade de:</p> <p>I. preservar a produção intelectual da Instituição;</p> <p>II. ampliar a visibilidade da produção intelectual da Instituição;</p> <p>III. potencializar o intercâmbio científico com outras instituições;</p> <p>IV. acelerar o desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão;</p> <p>V. ampliar o acesso à informação e à produção intelectual;</p> <p>VI. otimizar a gestão de investimentos em pesquisa;</p> <p>VII. fomentar o desenvolvimento social.</p> <p>Parágrafo Único. Com vistas a possibilitar o registro e a disseminação da produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição e proporcionar maior visibilidade a essa produção, deverá ser implementado o Repositório Institucional (RIFURG), interligado ao sistema de informação nacional e internacional.</p>	<p>Art. 4º O RI - FURG será gerenciado por um comitê gestor, nomeado pelo Reitor, que atuará integrado com a Pró-Reitoria da Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura a Pró-Reitoria de Graduação, o Núcleo de Informação e Documentação – NID e com o Núcleo da Tecnologia da Informação - NTI.</p> <p>Parágrafo Único. O comitê gestor do RI - FURG estará vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP para fins de coordenação e apoio, e será constituído por um (1) representante da PROPESP, um (1) representante da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC), 1 representante da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), 1 representante do e 1 representante do NTI.</p>	<p>Art. 6º § 3º A divulgação do conteúdo da produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição é opcional, de acordo com os termos firmados entre os autores e os editores da produção intelectual, sendo somente obrigatório o depósito no RI.</p>	<p>Art. 2º A Política Institucional de informação PII- FURG tem por finalidade estimular, manter e garantir o acesso da produção intelectual da FURG.</p>

	<i>Transparência</i>	<i>Redes como princípios organizacionais</i>	<i>Responsabilidade compartilhada pelos setores público e privado</i>	<i>Poder informacional</i>
UFBA (Anexo 14)	“(…) considerando a importância da implementação de ações que garantam o registro e a disseminação da produção científica e da memória cultural, artística técnica e tecnológica desta instituição.”	Não especificado, mas menciona o grupo gestor no Art. 1º.	Art. 4º - A comunidade científica institucional deverá publicar os artigos de sua autoria ou co-autoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre. (...) §2º - na impossibilidade de realização do depósito devido às cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, recomenda-se que se deposite uma cópia da versão original do trabalho, ou seja, a versão que foi submetida à revista científica (pre-prints) assim como, as alterações propostas pela revista que o publicou; §3º - ficam desobrigados de depósito no RI, os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenha restrições contratuais relativas a direitos autorais; §4º - ficam desobrigados de depósito no RI, os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito de artigos publicados em suas revistas, em repositórios de acesso livre; §5º - ficam desobrigados de depósito no RI os documentos	a) preservar a produção científica; b) ampliar a visibilidade da produção científica, da memória cultural, artística e tecnológica; c) potencializar o intercâmbio com outras instituições; d) acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas; e) ampliar o acesso à sua produção científica, cultural, artística e tecnológica; f) facilitar o acesso à informação científica de uma forma geral; g) aperfeiçoar a gestão de investimentos em pesquisa, ensino e extensão;

	Transparência	Redes como princípios organizacionais	Responsabilidade compartilhada pelos setores público e privado	Poder informacional
UFBA (Anexo 14)			cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais;	
UFC (Anexo 13)	CONSIDERANDO a necessidade de preservação e ampliação da produção técnico-científica da Instituição, CONSIDERANDO a necessidade de potencializar o intercâmbio entre a UFC e outras instituições, acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas e ampliar o acesso, visibilidade e recuperação da produção técnico-científica, CONSIDERANDO a necessidade de otimizar a gestão de investimentos em pesquisa nesta Instituição,	Art. 2º A implantação e a manutenção do repositório institucional desta Instituição, doravante, neste documento, denominado de RI, serão geridas por uma Comissão formada por: I – 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; II - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Graduação; III - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Extensão; IV - 01 (um) representante do Sistema de Bibliotecas; V - 01 (um) representante da Coordenadoria de Comunicação Social e Marketing Institucional; VI - 01 (um) representante da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI); VII - 01 (um) representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE).	Art. 7º Deverá adotar os padrões e protocolos proteção dos direitos autorais definidos no modelo <i>Creative Commons</i> (...) Art. 9º Ficam desobrigados de depósito no RI: I - os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais; II - os artigos publicados em revistas científicas que estabeleçam em seus contratos com os autores cláusulas que impeçam o depósito de artigos nelas publicados, em repositórios de acesso livre; III - os documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais.	CONSIDERANDO a necessidade de contribuir com a elaboração de indicadores da produção científica e tecnológica institucional e de apoiar os processos de ensino-aprendizagem por meio do acesso facilitado ao conhecimento.

	Transparência	Redes como princípios organizacionais	Responsabilidade compartilhada pelos setores público e privado	Poder informacional
UFG (Anexo 2)	b) a necessidade de acesso, de ampliar a visibilidade, além de preservar a memória da produção intelectual;	Art. 2º O Sistema de Bibliotecas da (SiBi) UFG, representado pela Biblioteca Central Prof. Alpheu de Veiga Jardim (BAVJ), O Centro de Recursos Computacionais(CERCOMP), a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), a Pró-Reitoria de Pós-Graduação(PRPG) e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI)constituem a comissão gestora responsável pelo desenvolvimento, implantação e manutenção do RI-UFG.	Art. 7º O titular dos direitos autorais dos documentos relacionados no art. 3º em consonância com a Lei 9.610/98, autorizará as bibliotecas que compõem o Sibi-UFG, por intermédio do RI-UFG, sem ressarcimento dos direito autorais, o acesso ao seu conteúdo em formato pré-definido para leitura, impressão e/ou <i>download</i> , com autorização devidamente assinada. Art. 8º Ficam dispensados de depósito no RI-UFG: I- os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direito autorais; II- os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito de artigos publicados em suas revistas, em repositórios de acesso livre; III- os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais.	c) que entende-se por produção intelectual a produção científica, bibliográfica, técnica, artística e cultural gerada pelas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão desenvolvidas internamente na UFG e revisada pelos pares,

	<i>Transparência</i>	<i>Redes como princípios organizacionais</i>	<i>Responsabilidade compartilhada pelos setores público e privado</i>	<i>Poder informacional</i>
UFLA (Anexo 11)	<p>Art. 3º São princípios fundamentais da Política Institucional de Informação da UFLA – PII/UFLA:</p> <p>I - transparência, para tornar a produção intelectual amplamente disponível e acessível;</p> <p>II - privacidade e respeito à garantia do sigilo comercial;</p> <p>III - proteção da propriedade intelectual, em obediência às normas legais pertinentes à matéria; e</p> <p>IV - segurança para garantir a autenticidade, a originalidade, a integridade e a segurança da produção intelectual depositada.</p>	Não especificado	<p>II - quando se tratar de livros ou capítulos de livros, artigos publicados em revistas científicas com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativos a direitos autorais, ou documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisas passíveis de serem patenteadas, ficam desobrigados de depósito integral e imediato no RI/UFLA.</p> <p>Parágrafo único. Quando a disponibilidade integral do conteúdo em ambiente de acesso aberto constituir infração à licença concedida pelo autor ou por seus detentores, estes deverão do mesmo modo, ser imediata e obrigatoriamente depositados no RI assim que forem aceitos para publicação. No entanto, o acesso ao referido documento, será restringido pelo gerenciador do RI durante o prazo estabelecido pela política de restrições dos editores detentores de direitos autorais. Nesse caso, estarão acessíveis apenas os metadados que os descrevem.</p> <p>Art. 6º A aplicação do disposto nesta Resolução deverá observar os ditames impostos pelas Leis nos 9.610/98, 10.973/04, 9.456/97, 9.609/98 e 9.279/96, e demais normas legais concernentes.</p>	<p>Art. 4º A Política Institucional de Informação da UFLA tem por finalidade:</p> <p>I - divulgar toda e qualquer produção intelectual da UFLA, ressalvados os casos de obras protegidas por contrato de direito de propriedade intelectual ou que contenha invenções ou modelos de utilidade passíveis de patenteamento, nos termos da legislação aplicável;</p> <p>II - preservar a produção intelectual da Universidade;</p> <p>III - garantir, facilitar e ampliar o acesso à produção intelectual, observada a legislação que rege e disciplina a matéria;</p> <p>IV - potencializar o intercâmbio da UFLA com outras instituições; e;</p> <p>V - subsidiar a gestão de investimentos em pesquisa na Universidade.</p>

	<i>Transparência</i>	<i>Redes como princípios organizacionais</i>	<i>Responsabilidade compartilhada pelos setores público e privado</i>	<i>Poder informacional</i>
UFMS (Anexo 4)	<p>Art. 2º Todos os seus conteúdos estão disponíveis publicamente, e por estarem amplamente acessíveis proporcionam maior visibilidade e impacto da produção científica da instituição, e tem como objetivos:</p> <p>I - armazenar, preservar, divulgar e garantir acesso à produção científica e acadêmica da UFMS, em formato digital;</p> <p>II - proporcionar visibilidade à produção científica da Instituição;</p> <p>III - apoiar as atividades de pesquisa e criação do conhecimento científico;</p> <p>IV - apoiar o processo de ensino-aprendizagem por meio do acesso facilitado ao conhecimento.</p>	<p>Art. 6º As comunidades representam os Centros, os Câmpus, as Faculdades, e os Institutos, bem como os Centros de Pesquisa.</p> <p>Parágrafo único. Havendo a necessidade de criação de Comunidades que não se encaixam a esse critério, como uma comunidade interdisciplinar ou multidisciplinar, os casos serão examinados individualmente pelos gestores do Repositório.</p> <p>Art. 7º Cada Comunidade escolherá um coordenador, responsável pela sua interação com a Coordenadoria de Biblioteca Central da UFMS.</p>	<p>Art. 22. Os documentos que ainda não estiverem disponíveis para livre acesso a serem depositados no Repositório deverão ter autorização prévia dos detentores dos direitos autorais, mediante a assinatura do Termo de Autorização do Autor e/ou Editor, Anexo desta Resolução.</p> <p>Art. 23. A maioria dos documentos estará disponível para livre acesso, sendo que alguns documentos podem ter seu acesso restrito em respeito aos direitos autorais.</p>	<p>Art. 1º O Repositório Institucional da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul é um conjunto de serviços oferecidos pela Biblioteca Central para a gestão e disseminação da produção científica e acadêmica da Universidade</p>

	<i>Transparência</i>	<i>Redes como princípios organizacionais</i>	<i>Responsabilidade compartilhada pelos setores público e privado</i>	<i>Poder informacional</i>
UFOP (Anexo 12)	a importância da implementação de ações que garantam o registro e a disseminação da produção científica da Universidade Federal de Ouro Preto;	Art. 2º Determinar que o Sistema de Bibliotecas e Informação (SISBIN) em conjunto com o Núcleo de Tecnologia e Informação (NTI) e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP) fiquem encarregados do desenvolvimento, implantação e manutenção do repositório institucional desta instituição, doravante, neste documento, denominado RI/UFOP.	<p>§ 3º - Ficam desobrigados de depósito no RI/UFOP os livros ou capítulos de livros publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais. Somente serão distribuídos eletronicamente pelo RI/UFOP documentos cujas autorizações tenham sido concedidas pelo(s) detentor(es) de seus direitos patrimoniais.</p> <p>§ 4º- Ficam desobrigados de depósito no RI/UFOP os documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulo de livros que serão publicados com fins comerciais;</p> <p>§5º - Ficam desobrigados de depósito no RI/UFOP os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impeçam o depósito dos artigos publicados em suas revistas em repositórios de acesso livre.</p>	a necessidade de coletar, armazenar, divulgar, ampliar e preservar a produção científica desta Instituição; a importância de potencializar o intercâmbio com outras instituições de ensino, pesquisa e extensão;

	Transparência	Redes como princípios organizacionais	Responsabilidade compartilhada pelos setores público e privado	Poder informacional
UFPA (Anexo 1)	Para tanto, a ampla circulação, livre e desimpedida, da informação científica evidencia-se como condição <i>sine qua non</i> para os avanços científicos e tecnológicos.	Não especificado	Trata-se da disposição livre, gratuita, sem barreiras ou restrições financeiras e técnicas, de literatura científica por meio da Internet, de modo que possa ser lida, impressa, assim como citada adequadamente e distribuída sem fins comerciais, desde que reconhecidos o direito do autor sobre a integridade e crédito de sua obra.	A gestão do conhecimento em Repositórios Institucionais proporciona benefícios, especialmente à comunidade científica, desde o processo da comunicação do conhecimento, como a maior visibilidade do avanço da ciência e transparência dos investimentos, até ao desenvolvimento social e do interesse público.
UFRGS (Anexo 5)	I – Promover o acesso livre às informações produzidas no âmbito da Universidade e voltadas, prioritariamente, às atividades de ensino, pesquisa e extensão;	Portaria n. 1036 de 11 de março de 2010.	Art. 13º. Os trabalhos depositados no Lume estão disponíveis gratuitamente para fins de pesquisa e estudo de acordo com a licença pública <i>Creative Commons</i> adotada no Lume; Art. 14º. O autor é titular dos direitos autorais dos documentos disponíveis no repositório, é vedado, nos termos da lei, a comercialização de qualquer espécie sem sua autorização prévia; Art 15º. Os usuários que utilizarem qualquer trabalho, no todo ou em partes, em novas publicações ficam obrigados a citá-lo, indicando o nome do autor e os dados completos da obra.	II – Maximizar a visibilidade, uso e impacto da produção intelectual desenvolvida na Universidade.

	<i>Transparência</i>	<i>Redes como princípios organizacionais</i>	<i>Responsabilidade compartilhada pelos setores público e privado</i>	<i>Poder informacional</i>
UFRN (Anexo 16)	CONSIDERANDO a necessidade de preservação e ampliação da produção técnico-científica da Instituição (...)	Art. 2º. A implantação e manutenção do repositório institucional desta Instituição, doravante, neste documento, denominado de RI, serão geridas por uma Comissão formada por: I – 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Pesquisa; II - 01 (um) representante do Sistema de Bibliotecas da Instituição; III - 01 (um) representante da Superintendência da Comunicação; IV - 01 (um) representante da Superintendência de Informática; V - 01 (um) representante do Departamento de Biblioteconomia.	Art. 7º. Ficam desobrigados de depósito no RI: I – os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais; II – os artigos publicados em revistas científicas que estabeleçam em seus contratos com os autores cláusulas que impeçam o depósito de artigos nelas publicados, em repositórios de acesso livre; III- os documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais.	CONSIDERANDO a necessidade de potencializar o intercâmbio entre a UFRN e outras instituições, acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas e ampliar o acesso, visibilidade e recuperação da produção técnico-científica. CONSIDERANDO a necessidade de otimizar a gestão de investimentos em pesquisa nesta Instituição.

	<i>Transparência</i>	<i>Redes como princípios organizacionais</i>	<i>Responsabilidade compartilhada pelos setores público e privado</i>	<i>Poder informacional</i>
UFS (Anexo 15)	<p>Parágrafo único. O RI-UFS terá os seguintes objetivos específicos:</p> <p>I. integrar a produção científica e acadêmica da UFS num portal de acesso aberto;</p> <p>II. ampliar a visibilidade científica e o impacto cultural e social da Instituição e dos seus corpos discente, docente e técnico;</p> <p>III. armazenar e preservar a memória intelectual da UFS em todas as áreas de conhecimento e ações que a constituem, e,</p> <p>IV. disponibilizar à população o acesso em meio digital às produções e criações da Universidade Federal de Sergipe.</p>	<p>Art. 4º O Comitê Gestor do RI-UFS, instância consultiva e deliberativa, será composto por um representante titular e um representante suplente das seguintes unidades:</p> <p>I. Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe (SIBIUFS);</p> <p>II. Núcleo de Editoração e Audiovisual (NEAV);</p> <p>III. Assessoria de Comunicação (ASCOM);</p> <p>IV. Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI);</p> <p>V. Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN);</p> <p>VI. Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD);</p> <p>VII. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (POSGRAP), e,</p> <p>VIII. Pró-Reitoria de Extensão (PROEX);</p>	<p>Art. 7º Todos os documentos publicados por servidores da UFS em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou avaliados por uma banca de especialistas, deverão ser depositados no RI-UFS.</p> <p>§ 1º Ficam desobrigados de depósito no RI-UFS:</p> <p>I. os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;</p> <p>II. os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impeçam o depósito em repositórios de acesso aberto;</p> <p>III. os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteadas ou de serem publicadas em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais, e,</p> <p>IV. os relatórios parciais e finais de estágios supervisionados curriculares obrigatórios e não obrigatórios.</p> <p>Art. 10. Os livros em formato digital produzidos pela Editora da Universidade Federal de</p>	<p>CONSIDERANDO a necessidade de preservar e ampliar a visibilidade e o acesso à produção científica da Universidade Federal de Sergipe;</p>

	<i>Transparência</i>	<i>Redes como princípios organizacionais</i>	<i>Responsabilidade compartilhada pelos setores público e privado</i>	<i>Poder informacional</i>
UFS (Anexo 15)			<p>Sergipe serão disponibilizados, na íntegra ou parcialmente, no RI-UFS nas seguintes condições:</p> <p>I. todo e qualquer conteúdo, já publicado, para ser disponibilizado deverá ter a concordância do(s) autor(es) ou organizador(es), mediante assinatura de um termo, conforme contrato de edição;</p> <p>II. os autores com conteúdos a serem publicados, no ato de assinatura do contrato de direito autoral, estarão autorizando sua disponibilização, obrigatoriamente;</p> <p>III. os livros esgotados e considerados de interesse institucional e/ou social, após análise do Conselho Editorial da UFS, serão disponibilizados no RI-UFS na íntegra, respeitando a Lei de direitos autorais;</p> <p>IV. coleções ou manuais voltados para atividades de sala de aula, além de outras que surgirem, tendo como objetivo dar suporte à formação no ensino básico, nos cursos de graduação e de pós-graduação, serão disponibilizadas na íntegra, independente da data de lançamento, respeitando a Lei de direitos autorais;</p>	

	<i>Transparência</i>	<i>Redes como princípios organizacionais</i>	<i>Responsabilidade compartilhada pelos setores público e privado</i>	<i>Poder informacional</i>
UFS (Anexo 15)			<p>V. todos os novos títulos, publicados a partir da data desta Resolução, serão depositados no RI-UFS, após seis meses de lançamento, salvo nos casos em que editais e/ou contratos impeçam o acesso aberto.</p> <p>Parágrafo único. O Conselho Editorial da UFS será responsável e soberano nas decisões relativas ao arquivamento dos conteúdos produzidos pela Editora no RI-UFS.</p>	
UNB (Anexo 3)	<p>V ampliar o acesso à produção científica da UnB;</p> <p>VI facilitar o acesso à informação científica de uma forma geral;</p>	Não menciona Comitê Gestor. A Biblioteca Central é a gestora.	<p>Art. 8º. Ficam desobrigados de depósito no RIUnB livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais. Somente serão distribuídos eletronicamente pelo RIUnB documentos cujas autorizações tenham sido concedidas pelo(s) detentor(es) de seus direitos patrimoniais.</p> <p>Art. 9º. Ficam desobrigados de depósito no RIUnB os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito, em repositórios de acesso livre, dos artigos publicados em suas revistas.</p>	<p>I preservar a produção científica da Universidade de Brasília (UnB);</p> <p>II ampliar a visibilidade da produção científica da UnB;</p> <p>III potencializar o intercâmbio da UnB com outras instituições de ensino, pesquisa e extensão;</p>

	Transparência	Redes como princípios organizacionais	Responsabilidade compartilhada pelos setores público e privado	Poder informacional
UNB (Anexo 3)			Art. 10º. Ficam desobrigados de depósito no RIUnB os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou serem publicados em livros ou capítulos de livros a serem editados com fins comerciais.	
UNESP (Anexo 10)	A missão do Repositório Institucional UNESP é promover a Universidade em âmbito nacional e internacional, por meio do acesso aberto, da disseminação, da preservação, da valorização e do reconhecimento de sua produção científica, acadêmica, artística, técnica e administrativa (...)	Há um Comitê gestor, mas não há definição de quem o compõe.	V - estar categorizado como: a) artigo publicado em periódico científico, em sua versão publicada ou aceita para a publicação; b) trabalho completo ou resumo publicado em anais de congresso, conferência, encontro, simpósio ou qualquer outra reunião de natureza técnico-científica; c) livro ou capítulo de livro; d) tese de doutorado, tese de livre-docência, dissertação de mestrado ou trabalho de conclusão de curso de graduação ou de especialização; e) notação musical; f) imagem; g) material cartográfico; h) gravação de som ou gravação de vídeo; i) software; j) patente; k) outra categoria a ser estabelecida pelo Grupo Gestor do Repositório Institucional UNESP. Parágrafo único - Além dos	(...) prover à sociedade o acesso ao conhecimento resultante das ações realizadas pela Universidade.

	Transparência	Redes como princípios organizacionais	Responsabilidade compartilhada pelos setores público e privado	Poder informacional
UNESP (Anexo 10)			critérios gerais elencados nesse artigo, deverão também, ser cumpridos os critérios específicos para cada tipo de documento, estabelecidos nas políticas de arquivamento definidas pelo Grupo Gestor. VI - não violar direitos autorais.	
UNILA (Anexo 6)	Art. 7° Para atender à sua finalidade, o Repositório institucional tem os seguintes objetivos: I Receber a produção intelectual e científica da comunidade acadêmica da UNILA; II Oferecer livre acesso ao seu acervo, tanto no âmbito nacional, quanto internacional; III Integrar-se com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo <i>Open Archives</i> ;	Não especificado	Art. 11 Quanto aos direitos autorais no processo de submissão de documentos em formato digital, haverá aceite, por parte do depositante, da licença de distribuição <i>Creative Commons Licença 3.0 Unported</i> .	Art. 5° O Repositório Institucional tem como finalidade reunir, armazenar, organizar, preservar, recuperar e, sobretudo, promover a visibilidade e a disseminação da produção intelectual e científica criada pela comunidade acadêmica da UNILA.
UNIPAMPA (Anexo 7)	II. ampliar a visibilidade da produção científica desta Instituição; V. ampliar o acesso à sua produção científica; VI. facilitar o acesso à informação científica de uma forma geral;	Art. 3° O Comitê Gestor do Repositório Institucional (RI) é nomeado pelo dirigente máximo da Instituição, através de portaria, que atua integrado com a Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ), a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG), o Sistema de Bibliotecas (SisBi) e o Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação (NTIC). Art. 4° Compõem o Comitê	VI. na impossibilidade de realização, divulgação devido a cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, recomenda-se que apenas se deposite uma cópia da versão original do trabalho, ou seja, daquela versão que foi submetida à revista científica (<i>pre-prints</i>), assim como das alterações propostas pela revista que a publicou, sendo assim disponibilizado o resumo e a referência para consulta;	I. preservar a produção científica da UNIPAMPA; III. potencializar o intercâmbio da Universidade com outras instituições;

	Transparência	Redes como princípios organizacionais	Responsabilidade compartilhada pelos setores público e privado	Poder informacional
UNIPAMPA (Anexo 7)		Gestor: I. 01 (um) representante da PROPESQ; II. 01 (um) representante da PROEXT; III. 01 (um) representante da PROGRAD; IV. 01 (um) representante da PROPG, V. 03 (três) representantes da Coordenação de Bibliotecas; VI. 03 (três) representantes do NTIC.	VII. ficam desobrigados de divulgação no RI os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais; VIII. ficam desobrigados de divulgação no RI os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito de artigos publicados em suas revistas, em repositórios de acesso livre; IX. ficam desobrigados de divulgação no RI os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais;	
UTFPR (Anexo 9)	A Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR considerando a necessidade de promover o acesso às pesquisas no seu âmbito e aumentar a difusão de seus resultados irá: i. facilitar o desenvolvimento científico desta Instituição e a preservação de sua memória; ii. facilitar o acesso ao conhecimento científico pela sociedade e pela própria comunidade científica; iii. ampliar a visibilidade de sua produção científica junto à sociedade e seus desdobramentos;	1. a PROGRAD e a PROGPPG ficam responsáveis pela implantação desta Política Institucional de Informação ligada ao Portal de Informação em Acesso Aberto (PIA) da UTFPR; 2. um Comitê Gestor, nomeado pela Reitoria, fica responsável pela aplicação dessa política; 3. o Sistema de Bibliotecas, composto pelas bibliotecas de todos os Campi da	8. no momento do depósito o/a autor/a deverá escolher uma licença que viabilize o acesso aberto, como as do <i>Creative Commons</i> ; 9. ficam desobrigados de depósito no RI, os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais; 10. os trabalhos publicados e que utilizem experimentos e	A Instituição reconhece a importância da implementação de ações que garantam o registro e a disseminação da sua produção científica.

	Transparência	Redes como princípios organizacionais	Responsabilidade compartilhada pelos setores público e privado	Poder informacional
UTFPR (Anexo 9)	<p>iv.acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas e aprimorar as formações oferecidas;</p> <p>v.potencializar o intercâmbio desta Instituição com outras instituições e entre pares;</p> <p>vi.enviadar esforços para que a revisão por pares, feita para todas as publicações dos periódicos da Instituição, estejam acessíveis <i>on-line</i> para avaliação;</p> <p>vii.aprimorar a administração de recursos humanos, materiais e financeiros nesta Instituição.</p>	<p>UTFPR, sob coordenação do Departamento de Bibliotecas, vinculado à Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional, fica encarregado de sua organização e de seu aprimoramento lógico;</p> <p>4. a Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação fica responsável pela implantação e manutenção em termos de infraestrutura de Tecnologia de Informação dos sistemas computacionais necessários ao portal;</p> <p>5. esse Portal, gerenciado pelo Sistema de Bibliotecas, será de livre acesso, tanto no contexto nacional, quanto internacional.</p>	<p>amostras com seres humanos ou animais devem ter a liberação do comitê de ética da Instituição, a fim de assegurar a proteção de direitos das amostras que participaram da pesquisa;</p> <p>11.para publicações impressas, o autor poderá solicitar à editora o direito de colocar o seu texto integral em arquivo digital no RI e em diretórios da sua área do conhecimento;</p>	

Fonte: Dados da pesquisa

O Quadro 10 apresenta os elementos que remetem as características sinalizadas por Sandra Braman (2004). Para traçar um comparativo entre o que está disposto nas políticas e o apresentado por Braman (2004) utilizou-se o método comparativo, como detalhado na seção 4. Quanto à transparência, entendeu-se que as políticas deveriam mostrar a comunidade acadêmica o quanto a Instituição encontra-se comprometida com o Movimento de Acesso Aberto. Deste modo, extraíram-se as partes que melhor salientavam isso. Tendo em vista o que foi analisado no marco teórico frente às exigências da atual sociedade que percebe a pluralidade do cenário e, por isso, se constrói como um sistema em rede onde se une as diferenças em virtude de um bem comum, neste caso em função de uma ciência democrática. Por isso, buscou-se por itens que demonstrassem que a política e/ou gestão do RI seria realizada por várias mãos, garantindo que esse objetivo fosse atingido.

Nessa mesma lógica de uma sociedade em rede, o aspecto sobre as responsabilidades compartilhadas entre os setores públicos e privados caminha no sentido de promover essa prática contínua também fora dos muros da universidade. Entende-se que a Ciência deve produzir resultados não somente para academia, mas para toda a sociedade e, desta maneira, é necessário um diálogo entre os setores públicos e privados. Compreende-se também que a lógica capitalista presente nas relações entre cientistas e os editores ao longo dos anos promoveu a crise que culminou no Movimento de Acesso Aberto; entretanto, os setores privados tem sua parcela no desenvolvimento social e precisam estar presentes nesse processo para garantir que seja igualitário. Por isso, examinou as partes que remetesse a um diálogo (ou tentativa) entre os dois ramos. As mudanças de paradigmas trazidas pelo Movimento de Acesso Aberto, como sinaliza Kuramoto (2008, p. 157), suscitam uma reformulação dentro das agências de fomento e os financiadores da Ciência no País.

A mudança de paradigma provocada pelas ações do movimento global de acesso livre suscita revisão nas regras adotadas pelas agências de fomento, no momento da avaliação dos projetos de pesquisa e dos pesquisadores para a concessão de auxílios. Esta revisão estimulará os pesquisadores a adotarem e aderirem às práticas do acesso livre. Portanto, além dos pesquisadores, as agências de fomento desempenham fundamental papel na implantação do acesso livre no País.

Por último, acredita que toda política tem como pano de fundo a legitimação de um tipo de poder. Nessa conjuntura, levanta-se o aparecimento de outro tipo de poder: o poder informacional (BRAMAN, 2004). As instituições de ensino e pesquisa exercem o papel de liderança em seu entorno, como enfatiza Bustos González e Fernández Porcel (2007?, p. 48), e por ser a promotora do conhecimento científico possui a responsabilidade de melhorar o contexto social. Entretanto, para que isso seja possível, é importante que o gerenciamento das informações científicas seja adequado.

A universidade deve desempenhar um papel de liderança em seu entorno, para isso utiliza o conhecimento como um potencial ao serviço dos objetivos socioeconômicos estabelecidos, um recurso que, adequadamente gerenciado, lhe permite desempenhar um papel protagonista em seu contexto social.

A universidade deve organizar-se de forma que otimize o rendimento do que sabe, que tenha claro de que capital intelectual dispõe e a continuação ponha em marcha os fluxos de comunicação necessários, que o permitam mobilizar seu conhecimento de forma que se incremente e potencie seu impacto social.

Neste contexto as instituições devem potenciar a investigação e a inovação educativa, dentro (*sic*) um marco de gestão da qualidade total. Um aspecto dentro da gestão de conhecimento é poder estabelecer processos que permitam que o conhecimento se visualize e mobilize (BUSTOS GONZÁLEZ; FERNÁNDEZ PORCEL, 2007?, p. 48).

Como dito por Braman (2004), esse poder interfere nos comportamentos mediante o domínio das bases informativas institucionais, ou seja, os RIs se configuram como fonte que assegura que o poder informacional modifique as diversas relações construídas no âmbito institucional. Desta forma, examinou os componentes dentro da política que pudessem mostrar isso.

A partir dos dados obtidos foram realizadas algumas análises. A primeira é que seis RIs não contemplam a característica de “redes como princípios organizacionais” por dois motivos: (1) não se encontram elementos que permitem a identificação dentro da política ou em outro documento institucional ou (2) a biblioteca é a responsável pela construção da política, assim como do RI. Esse tipo de modo de gestão apresentado por Braman (2004) chama a atenção para essa nova forma de organização que sinaliza para uma governança descentralizada e, por isso, tende a contemplar um conjunto mais amplo de necessidades dos atores que fazem parte do regime a qual a política informacional está direcionada. Assim sendo, acredita-se que essas instituições possam dedicar maior tempo e recurso na

sensibilização da comunidade por meio de práticas ou ações pedagógicas. Ao que se percebe na criação de um comitê gestor é que isso estimula a participação de diversos departamentos o que permite que a questão do acesso aberto seja uma prática da universidade e não a ação de apenas um setor. Além disso, essa reunião de diversas vozes da instituição promove o diálogo constante dentro RI e o fortalece como uma ferramenta coletiva.

É importante salientar que a maioria das políticas de acesso aberto se preocupou com redes como princípios organizacionais. Isso revela que formuladores de políticas estão atentos a isso, assim como suas instituições, expondo essa forma de tendência de governança em conjunto tratada por Braman (2004) e que dialoga com os anseios de Harnad (BUDAPEST, 2002) que convida a comunidade acadêmica a participar do movimento de acesso aberto por meio da congregação de forças dos diversos setores das universidades e centro de pesquisa para a sua evolução.

A segunda inferência realizada é que, em apenas alguns casos, percebe-se um tímido diálogo dos RIs com o setor privado. Faz-se preciso chamar atenção que, nos casos em que isso foi identificado, a relação está ligada às editoras universitárias e as intervenções jurídicas que asseguram os direitos autorais. Entende-se que esse é um quesito complexo a ser tratado, pois envolve mais do que boa vontade dos gestores dos RIs, mas também a colaboração do setor privado. Nota-se que, dentro das políticas estudadas, que esse assunto acaba se reduzindo ao cumprimento da lei de direitos autorais (BRASIL, 1998). Estar de acordo com os parâmetros jurídicos é importante, pois esse é um dos passos para que sejam encontrados meios para que se fortaleça a necessidade de compartilhamento das responsabilidades entre os setores públicos e privados na construção desses documentos. Entretanto, a criação de ações afirmativas pode ser incorporada nas políticas e ajudaria nessa ação. Um exemplo disto encontra-se nos relatos de Rodrigues (2009), Henning (2013) e Swan (2016) que mostram que a exigência do depósito de artigos científicos em RI vem sendo incentivada pelas agências de fomento. A prática de incentivos financeiros aos autores para o depósito de suas publicações em RI também é relatada por Rodrigues (2009) e pode ser uma experiência positiva e que pode ser incorporada à realidade brasileira. Uma política de acesso aberto que se atente a isso pode contribuir para que o acesso aberto seja

algo contínuo e atinja não somente a comunidade acadêmica, mas a toda sociedade de forma mais sistemática.

A terceira consideração que se faz nesse estudo está em relação à variável “transparência” (BRAMAN, 2004). Foi possível ver que todas as universidades estudadas atenderam esse quesito. Ao lembrar o exposto no marco histórico e teórico dessa pesquisa, percebe-se que o principal desejo dos idealizadores do movimento de acesso aberto tange a transparência no acesso a produção científica já que as pesquisas são financiadas por recursos públicos (BUDAPEST, 2002). Assim sendo, a política de acesso aberto necessita que seja descrito o anseio da instituição em promover o acesso e uso da produção. Essa questão também assinala que há um acordo da micro-política institucional de acesso aberto com as macro-políticas de informação, como a Declaração de Budapeste, de Bethesda, Berlim e, no caso brasileiro, o Manifesto pelo Livre Acesso e a Declaração de Salvador. As micro-políticas são resultados das macros, por isso, é importante mostrar que elas caminham juntas.

Por último foi identificado o quanto o poder informacional está presente nas novas práticas de acesso a informação científica (BRAMAN, 2004) dentro das universidades. A partir dos elementos selecionados, em todas as instituições estudadas, foi possível verificar que a implementação de RIs e, suas políticas, vai além do gerenciamento da produção científica. Esse ato corrobora para solidificação dessa nova sociedade científica que se forma a partir do Movimento de Acesso Aberto. Como visto nas seções anteriores, a sociedade de informação fomenta outros paradigmas sociais e científicos, entre eles o poder informacional. Por isso, a política de acesso aberto de uma instituição é um reflexo desta e, por isso, é legítimo o seu reconhecimento nos documentos analisados.

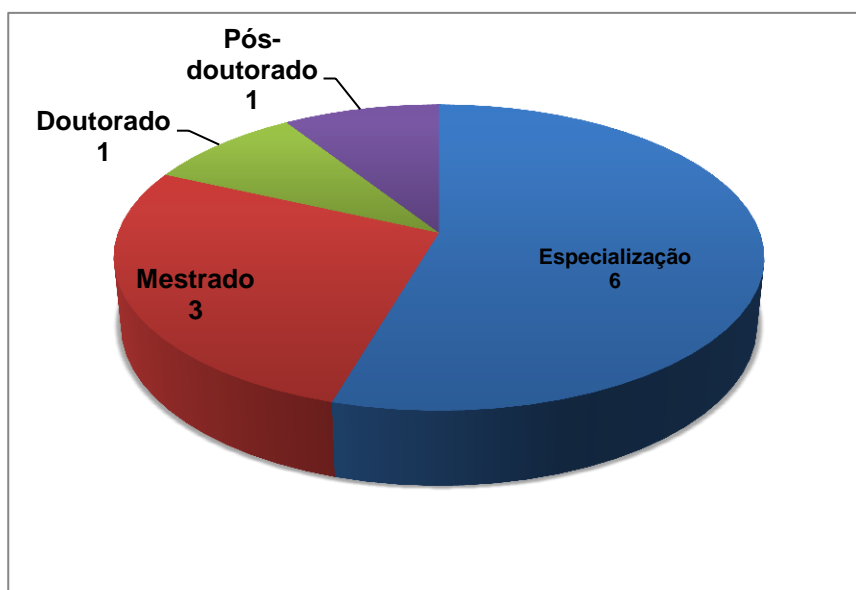
5.3 A política de acesso pelo prisma dos gestores: análise das entrevistas realizadas

Tendo em vista os resultados obtidos por meio da análise documental, serão tratadas as características utilizadas para a análise das políticas de acesso aberto por intermédio das entrevistas dos gestores de 11 repositórios. O roteiro da entrevista foi composto por 21 assertivas em caráter semiaberto na qual os gestores

podiam relatar suas experiências quanto a construção das políticas e dos RIs e foram divididas em cinco blocos, sendo o primeiro e segundo os que se detiveram a identificar o perfil dos entrevistados, caracterizando suas formações acadêmicas, suas atribuições dentro da Instituição e qual o período que iniciaram como gestores dos RIs e como têm sido esse processo. O terceiro momento da entrevista foi composto por questões relacionadas como eles e a Instituição sentiram a necessidade da promoção da transparência informacional. No quarto bloco, procurou identificar se dentro da universidade promove-se uma organização departamental visando à integralização e como isso impactou dentro da construção da política, assim como do RI. Seguindo a prática da integralização institucional com os setores privados, a quinta etapa verificou como os setores privados participaram da construção das políticas. Por último, sexta parte constatou como o poder informacional vem direcionando a construção das políticas assim como a implantação do RI. Para que os entrevistados se sentissem mais confortáveis em expor acontecimentos subjetivos ou particulares da formulação das suas políticas e da implantação do RI, a pesquisadora assegurou que suas identidades não seriam reveladas, respeitando o anonimato, por isso colocou-se as citações sem a menção de autoria.

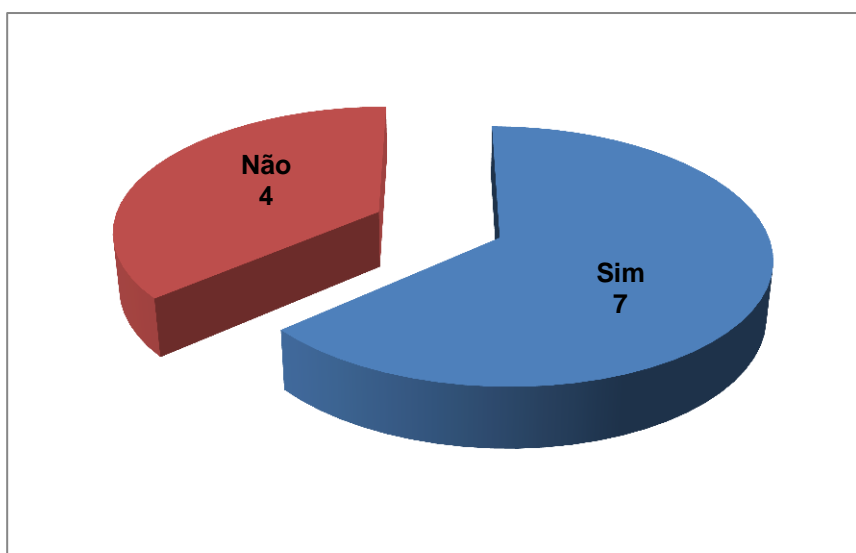
Os primeiros dados obtidos nas entrevistas permitiram que se diagnosticasse um breve panorama dos responsáveis dos repositórios estudados. Deste modo, seis deles possuem especialização, três têm mestrado e um, doutorado e pós-doutorado (Figura 20). Neste grupo se caracterizou por ter, em sua maioria, profissionais graduados em Biblioteconomia e encontrou apenas um caso em que a formação era Arquivologia.

Figura 20: Resultado da questão 2
Nível de formação acadêmica



Fonte: A autora (2018)

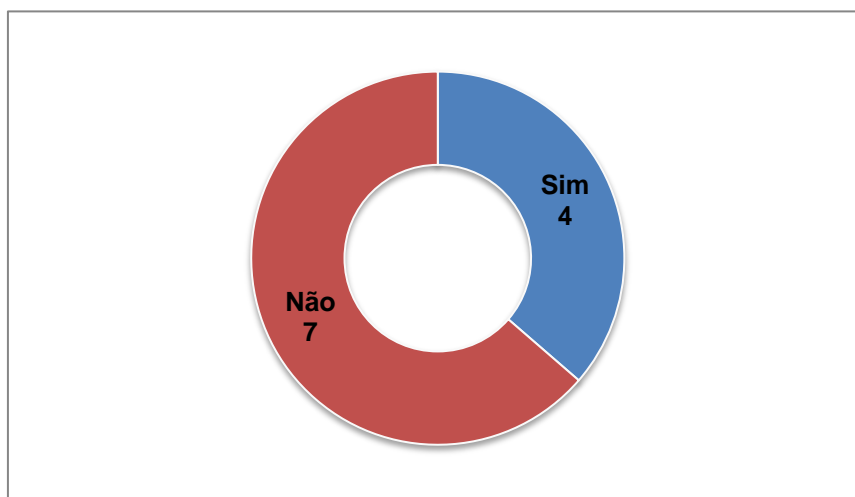
Figura 21: Resultado da questão 4
Participou da implantação do Repositório Institucional?



Fonte: A autora (2018)

Quanto à participação da fase inicial da criação do RI, sete estão desde os primeiros passos desse processo e, em sua maioria, estes profissionais estão há mais de cinco anos como gestores (Figura 21).

Figura 22: Resultado da questão 5
Dedica-se exclusivamente ao RI?



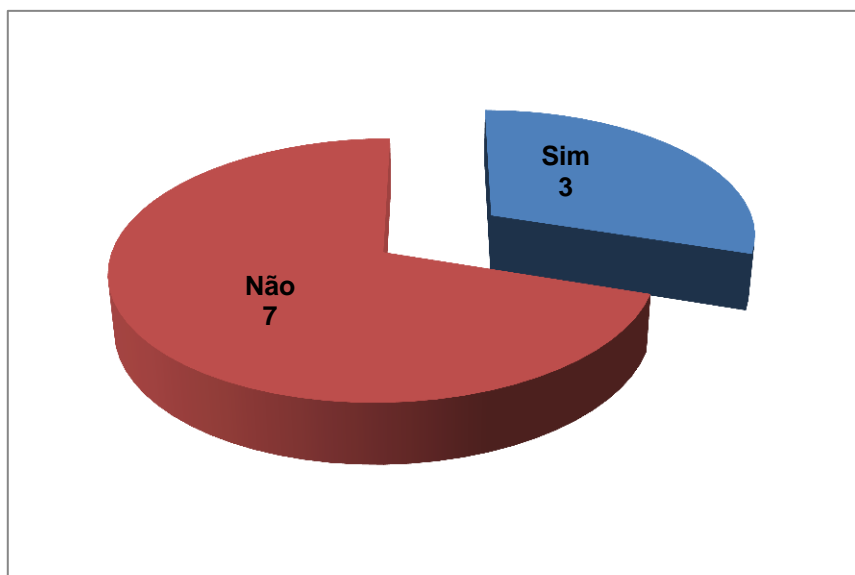
Fonte: A autora (2018)

Em relação a tempo laboral despendido ao RI, sete deles não se dedicam exclusivamente ao funcionamento dos repositórios (Figura 22), se desdobrando em outras atividades também ligadas à organização da produção científica, como Portal de periódicos institucionais, Setor de referência, Diretoria do sistema de bibliotecas, Pró-Reitoria de Pesquisa e Biblioteca digital. Em resumo, o perfil desses profissionais tem sua formação na área de Biblioteconomia, possuem pós-graduação *lato sensu*, em sua maioria; participaram da implantação dos RIs nas universidades que atuam, mas não trabalham exclusivamente com os RIs.

Quanto à transparência do fluxo informacional dentro dessas universidades analisadas, em sete dos onze casos a formulação da política institucional de acesso aberto ocorreu após a implantação dos RIs. De acordo com os entrevistados isso aconteceu porque o modelo de implantação apresentado pelo IBICT não priorizava a mediação da política de acesso aberto para a criação do RI.

Figura 23: Resultado da questão 7

No início de processo de implantação, a Universidade diagnosticou a importância de construir uma política institucional de acesso aberto?



Fonte: A autora (2018)

Eu acho que não, eu acho que a Universidade foi chamada pelo IBICT e trouxe a ideia do projeto e o servidor sem ter muita noção dessa importância. A partir disso que começou-se a pensar, já que tinha que ser implantado, sobre isso. E aí, eu acho que, mais recentemente essa ideia foi amadurecendo bastante, foi ela que permitiu a gente ano passado conseguir ampliar bastante esse projeto, porque aí a Universidade já estava com essa mentalidade. Mas no começo eu acho que não (Entrevistado C).

A política de informação utilizada foi um modelo padrão que o IBICT disponibilizava. Naquele momento, cerca de cinco anos atrás, não tinha - noção da importância de uma política de acesso aberto à informação científica institucional que abrangesse teses, artigos científicos, dissertações e livros e outras tipologias (Entrevistado G).

No início o que começou a se fazer foram alguns mandato (*sic*). O mandato para tese e dissertações, a obrigatoriedade do depósito, depois a pró-reitoria de graduação também fez em relação aos TCCs por causa da avaliação do MEC. Foi gradativamente sendo feito até que se criou um comitê gestor e aí esse comitê gestor fez a política de informação (Entrevistado L).

Kuramoto (2010) expõe que o IBICT elaborou diretrizes para a construção de políticas para os RIs, como as publicações “Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira” e “Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica”, entretanto no início do processo, se dedicou a viabilização da implantação dos RIs e as políticas institucionais não eram uma obrigatoriedade. O que se comprova com a fala dos gestores e muitos RIs

funcionaram (e funcionam) sem a existência das políticas. Viana e Márdero Arellano (2006, p. 13) enfatizam que as instituições que possuem políticas institucionais apresentam diretrizes bem definidas em alguns quesitos, como:

[...] a) auto-arquivamento e seus procedimentos; b) questões de direitos autorais; c) fluxos de tarefas e especificações relacionados ao depósito/submissão de documentos; d) limitações, vantagens e potencialidades do RI para acesso a informações; e) papel e comprometimento dos autores/depositantes; f) atuação e fluxo de tarefas de editores e revisores de conteúdo e metadados; g) relevância da preservação digital; h) necessidade de envolvimento dos *stakeholders* de toda a instituição; h) responsabilidades de cada unidade organizacional dentro da Instituição; i) atuação dos membros da equipe responsável pela implantação do RI; e j) papel e atribuições dos profissionais de informação durante todo o processo.

Por isso, a construção das políticas de acesso aberto precisa nortear a implantação do RI, como enfatiza um dos entrevistados.

Mas é bem isso que eu te falei mesmo, agora que já têm muitos repositórios que já estão consolidados, vocês comecem mesmo pela política e a política que vai dar forças para vocês implantarem, junto à comunidade, o repositório. O caminho é bem esse mesmo. A política tem que vir primeiro para embasar o que a gente vai fazer depois, mas como a gente começou ao contrário, deu certo e agora que já temos vários modelos, realmente, fazer um modelo para que possa ser implantados esses repositórios mais novos. E aí tem que se embasar em todas essas normativas do MEC que ajudam bastante. Acho que é esse o caminho (Entrevistado L).

Além disso, percebe-se que os RIs implantados posteriormente ao edital da FINEP/IBICT caminharam nessa nova lógica a fim de não ocorrer as dificuldades enfrentadas pelos pioneiros, como relata o entrevistado B.

O processo de implantação do Repositório Institucional [...], partiu da criação de um Grupo de Trabalho composto por bibliotecários da unidade, que realizou um levantamento de informações das IES da região sul quanto aos programas utilizados (no caso foi adotado o software, DSpace), suas políticas de acesso aberto bem como na literatura acadêmica, na qual foi utilizado como base acadêmica o autor Prof. Dr. Fernando Leite e seus livros: "Repositório Institucional (RI): boas práticas para a construção de RI da produção científica" e "Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: RI de acesso aberto".

Quanto à divulgação da política dentro da comunidade acadêmica os métodos mais utilizados foram o envio de memorandos eletrônicos e eventos de

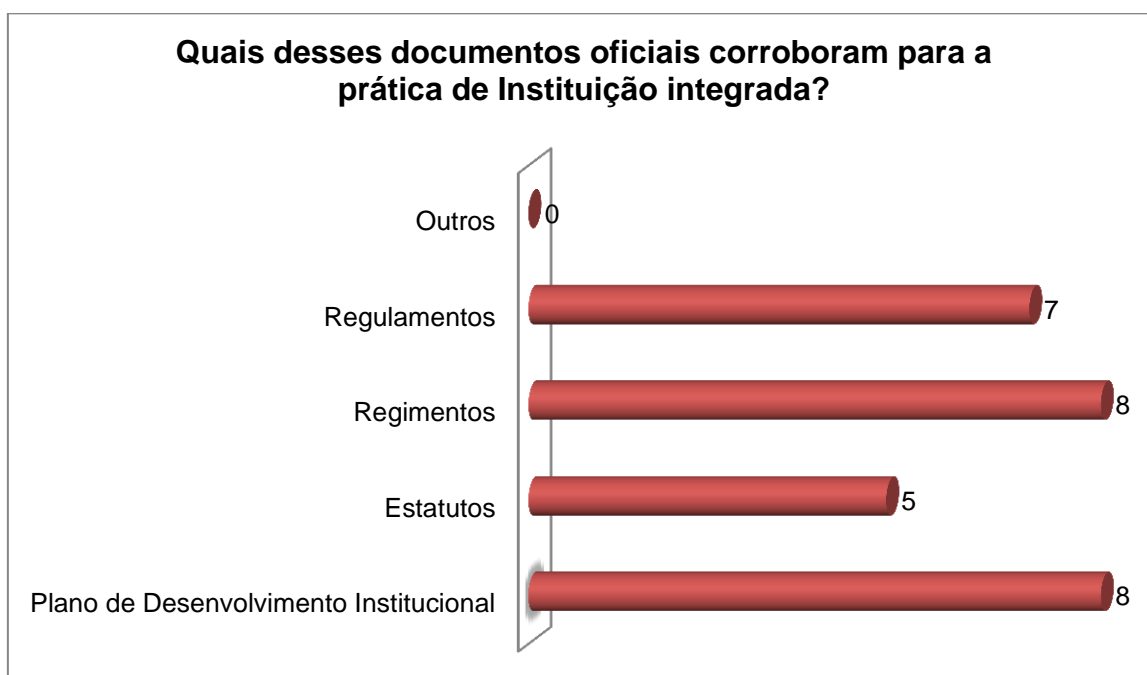
capacitação do corpo docente e técnicos administrativos que incluíam explicações sobre o funcionamento dos repositórios.

Na implantação do RI, houve reuniões da bibliotecária responsável da época. No segundo momento, houve a divulgação de memorando eletrônico, treinamentos aos usuários, implantação do Comitê Gestor onde os responsáveis levavam aos seus núcleos as informações (Entrevistado C)

Por meio de capacitação (*sic*) ministradas sobre o RI [...] para técnicos e docentes, de entrevistas na TV Universitária, e visitas orientadas na Biblioteca Central (Entrevistado H).

A gente se baseou assim nas políticas internacionais e como os repositórios trabalham e como isso deu força para os repositórios se institucionalizarem; e o mais importante foi a receptividade dos bibliotecários nas bibliotecas que começaram a trabalhar mais intensamente com a gente também divulgando as políticas e necessidade da disponibilização do repositório. Com o auxílio das bibliotecas essas políticas e mandatos foram divulgados para os docentes e também para os alunos então a partir daí o repositório começou a crescer muito mais rapidamente. Teve o apoio não só da Reitoria como das pessoas que trabalham no sistema de bibliotecas e de muitas unidades que começaram a querer incluir cada vez mais documentos vendo a visibilidade que o repositório dava. Fez com que as pessoas cada vez quisessem depositar seus documentos [...] (Entrevistado L).

No intuito de identificar como as universidades vem acompanhando as novas tendências dos princípios organizacionais como redes, foram relacionados os principais documentos institucionais que possam corroborar para que isso aconteça. Percebe-se que os gestores acreditam que o Plano de Desenvolvimento Institucional e os Regimentos internos auxiliam nessa construção.

Figura 24: Resultado da questão 11

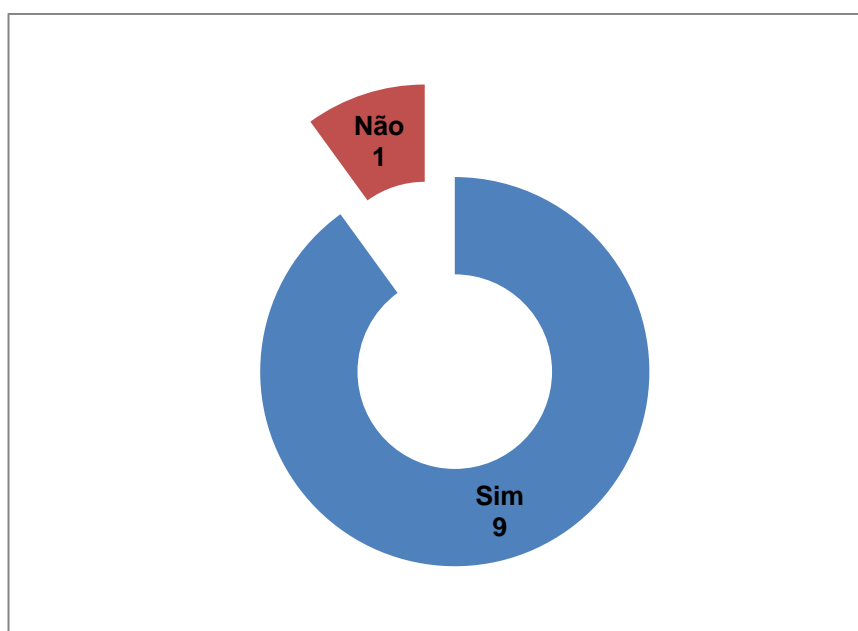
Fonte: A autora (2018)

Na questão 12 foi perguntado se a política de acesso aberto aspirou essa lógica organizacional em rede e nove dos entrevistados consideraram que isso ocorreu. Entretanto cabe destacar o que o entrevistado enfatizou sobre a não aplicação dessa administração em rede.

Apesar da política do Repositório Institucional contemplar o modo organizacional em redes, sua aplicação não estava alinhada a esse modo. Todo o trabalho era centralizado e até hoje encontramos unidades acadêmicas que ainda não possuem sequer o conhecimento básico sobre a política (Entrevistado A).

Figura 25: Resultado da questão 12

Você consideraria que a política de acesso aberto refletiu que a Universidade considera necessário o modo organizacional em redes, ou seja, visa práticas que integrem toda comunidade acadêmica afim da promoção de um bem comum, no caso, a disponibilização?



Fonte: A autora (2018)

Em relação a considerar que as responsabilidades na elaboração de políticas devem ser compartilhada entre os setores públicos e privados, seis não consideram que deva haver um diálogo com o setor privado, três são indiferentes a essa questão e dois acreditam ser interessante. Alguns entrevistados explicaram seus posicionamentos.

Figura 26: Resultado da questão 14



Fonte: A autora (2018)

O RI [...] sempre pede a autorização para divulgação de conteúdos quando necessário (Entrevistado D) .

Manter o diálogo com os editores é muito importante para evitar problemas, por exemplo relacionados aos direitos autorais patrimoniais (Entrevistado G).

Não. A política cita de uma forma bem simples isso e fala que ficam desobrigados o depósito, por exemplo, os trabalhos que são publicados com fins comerciais que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais, ou seja, como a política é para depósito então a gente não queria também criar nenhum entrave jurídico para quem realiza o depósito. Então a gente não fez nenhum diálogo, nada, a gente só analisando de forma geral as políticas de direitos autorais principalmente de periódicos deixar (sic) isso desobrigado; de capítulos de livros também. Mas foi só nesse sentido mesmo, de não criar esse ônus, de não prejudicar os contratos ou os futuros contratos com as editoras privadas e tal (Entrevistado E).

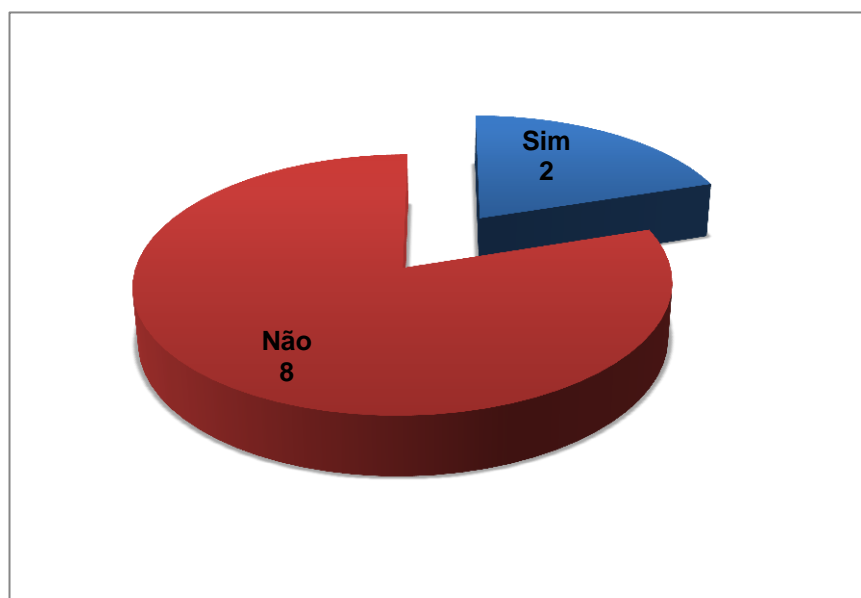
Geralmente quem faz isso por nós são as nossas associações. As associações, o próprio pessoal da CAPES que gerencia o portal procura que alguns autores abram um pouco mais as suas permissões para repositórios. Também eles têm essa preocupação, eu acho. Então nós não sentamos com os editores para isso. Mas, por exemplo, a gente sentou com a editora [da instituição] que é uma editora da universidade também e ela não colocava nada em acesso aberto, então começou em casa. Fazendo com que a Universidade visse a necessidade ou os benefícios de colocar a sua própria editora, seus próprios livros em acesso aberto. Então nós conseguimos um trabalho bom com o próprio diretor da editora desde o ano passado, então tem agora algumas coleções da editora que já estão sendo editadas em acesso aberto e estão entrando no RI, versões séries e e-books. E o outro contato que a gente tem com os editores é quando não estão bem claro (sic) quais são as permissões desse editor para o repositório então a gente entra em contato. Também com associações que promovem eventos, fazem anais de eventos eletrônicos, a gente pede autorização. Contato a gente faz também com editores de evento, presidentes de associações para poder disponibilizar trabalhos de eventos, também. A gente tem esse trabalho mais pontual, não é um trabalho mais

geral como conscientização dos editores. Periódicos para o portal científicos da Universidade, são em acesso aberto, sempre foi em acesso aberto. A necessidade de melhorar qualidade, melhorar a visibilidade nós também acertamos com a Pró-reitoria de pesquisa para incentivar o trabalho nesse sentido. O portal dos periódicos ainda não está no RI, mas mesmo assim a gente tem essa preocupação de eles terem uma boa visibilidade para que possam ser descobertos também na *web* (Entrevistado L).

No que tange a criação do comitê gestor, procurou saber se houve a intenção de envolver membros docentes, discentes e técnico-administrativos na formulação na questão 16 e, em oito casos, isso não foi priorizado, embora, na maior parte das políticas analisadas, encontra-se a institucionalização do comitê gestor e de seus membros (Figura 27). Na fala dos gestores é possível perceber que todos comungam do mesmo entendimento da importância do comitê gestor que inclua diversos segmentos da universidade.

Figura 27: Resultado da questão 16

Previram-se ações para criação de um comitê gestor que envolvesse membros docentes, discentes e técnico-administrativos para a discussão da política de acesso aberto?



Fonte: A autora (2018)

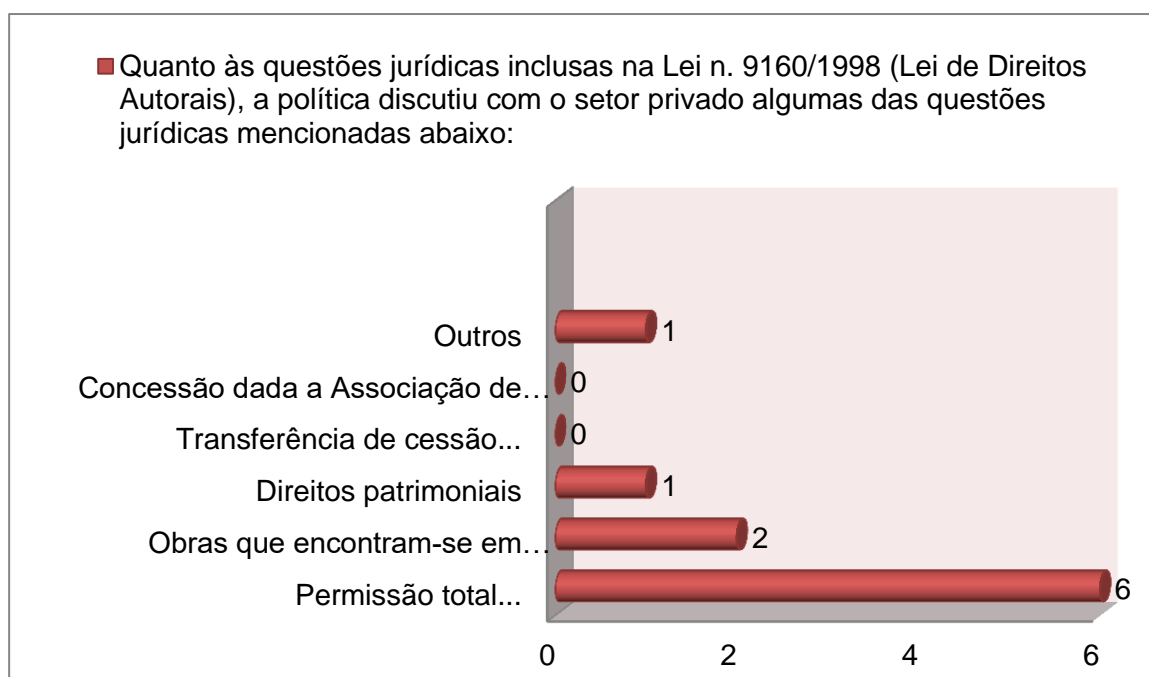
É fundamental a contribuição dos agentes acadêmicos para a construção e uma política que sirva a todos os segmentos (Entrevistado D).

Apesar de contarmos com um comitê gestor (no qual não apresenta representantes discentes), o mesmo discute formas de desenvolver o RI,

mas não discute política de acesso aberto, apenas segue o que já temos como modelo do IBICT (Entrevistado H).

Foi solicitado que os entrevistados reconhecessem quais artigos da Lei n. 9160/1998 (BRASIL, 1998) que foi mais discutido com o setor privado por eles. A maioria respondeu que a permissão total ou parcial para a disponibilização da obra pelos autores e co-autores o que confirma o que foi relatado anteriormente na dificuldade enfrentada em articular outras demandas jurídicas que a legislação menciona, mas cumprindo as orientações previstas nas declarações internacionais (Figura 27 e Figura 28) (BUDAPEST, 2002; HARNAD, 2005).

Figura 28: Resultado da questão 18



Fonte: A autora (2018)

No que diz respeito ao poder informacional como forma dominante dentro da Instituição, a questão 19 indagou quanto à participação da Reitoria, os Conselhos Superiores e demais instâncias na implantação do RI. Todos sinalizaram que as direções das universidades responderam positivamente e colaboraram para a implantação do RI.

As Instâncias Superiores da instituição entenderam como positivo a iniciativa de criação do Repositório Institucional pela Biblioteca, devida à importância na divulgação da produção científica (trabalhos acadêmicos: graduação, pós-graduação e produção de docente/pesquisadores) produzidos na IES, bem como na visibilidade institucional e no alcance devido aos mesmos estarem organizados em plataforma digital e divulgados na web. Até presente momento não houve reações negativas quanto ao RI (Entrevistado B).

A recepção foi boa inclusive na época da reforma, digamos assim, do repositório, veio da Reitoria um suporte muito grande para gente conseguir junto com o NTI passar esse projeto na frente do outros e quando foi para o Conselho Superior para ser aprovado, no caso para o CONEP, Conselho de Ensino e Pesquisa foi aprovado por unanimidade com pouquíssimas sugestões de alteração na política e coisas do tipo. Então a reação foi boa, foi muito bom, ponto negativo na implantação do repositório não teve não (Entrevistado C).

No primeiro momento estes órgãos não tinham conhecimento do que seria um Repositório Institucional, somente após a implantação do projeto piloto e com as iniciativas de divulgação é que tomaram conhecimento. A reitoria ficou mais a par da implantação, pois a documentação do IBICT deveria ser assinada pelo reitor e o mesmo participou da pesquisa de implantação, então a reitoria deu total apoio a implantação. O reitor viu na implantação a possibilidade de: aumentar a visibilidade da produção científica institucional, preservação da produção científica, melhoria da qualidade dos trabalhos científicos, aumento do potencial da instituição, transparência dos recursos públicos. Os Conselhos Superiores e demais instâncias só vieram a ter conhecimento da implantação, no momento da aprovação da Política Institucional de Informação. Não tinham conhecimento do que seria um repositório institucional ou alguns tinham conhecimento superficial (Entrevistado F).

Essa disseminação foi feita pelo IBICT direto com o Reitor da Universidade. O mesmo recebeu e pediu providências junto a Pró Reitoria de Pesquisa e Sistemas de Bibliotecas. Assim a equipe foi se formando. O ponto negativo foi desconhecimento da equipe perante aos novos desafios de acesso aberto, políticas e desenvolvimento de repositórios (Entrevistado H).

Na questão 20, analisou-se como as Reitorias e os Conselhos e as Instâncias Superiores reagiram em relação a políticas institucionais de acesso aberto. De modo geral, a recepção foi positiva também como relata os entrevistados.

As Instâncias Superiores da instituição entenderam como positivo a elaboração da Política institucional para implantação do RI na instituição, com sua aprovação pela Reitoria da Portaria que institui o RI, bem como aprovação dos demais documentos de suporte a Política, tais como Instrução normativa, que orienta discentes de graduação e pós-graduação na submissão de trabalhos acadêmicos, regulamentos e tutorias. Até o presente momento não houve reações negativas quanto ao RI (...) (Entrevistado B).

De forma positiva, pois existe e necessidade de implantação dessa política até mesmo para fins de transparência das ações que são realizadas (Entrevistado E).

A recepção foi boa inclusive na época da reforma, digamos assim, do repositório, veio da Reitoria um suporte muito grande para gente conseguir junto com o NTI passar esse projeto na frente do outros e quando foi para o Conselho Superior para ser aprovado, no caso para o CONEP, Conselho de Ensino e Pesquisa foi aprovado por unanimidade com pouquíssimas sugestões de alteração na política e coisas do tipo. Então a reação foi boa, foi muito bom, ponto negativo na implantação do repositório não teve não (Entrevistado C).

Foi solicitado também que os gestores pudessem relatar os pontos negativos desse processo junto às direções das universidades. A principal questão mencionada foi em relação aos direitos autorais e desconhecimento quanto ao que se tratava o RI e as políticas de acesso aberto.

Desconhecimento das políticas de informação e do repositório institucional; Preocupação com direitos autorais; Alegaram as inúmeras atribuições dos pesquisadores; Comodismo e barreira quanto à aprovação desta política como de depósito obrigatório, o que provoca uma baixa adesão ao depósito voluntário (Entrevistado F).

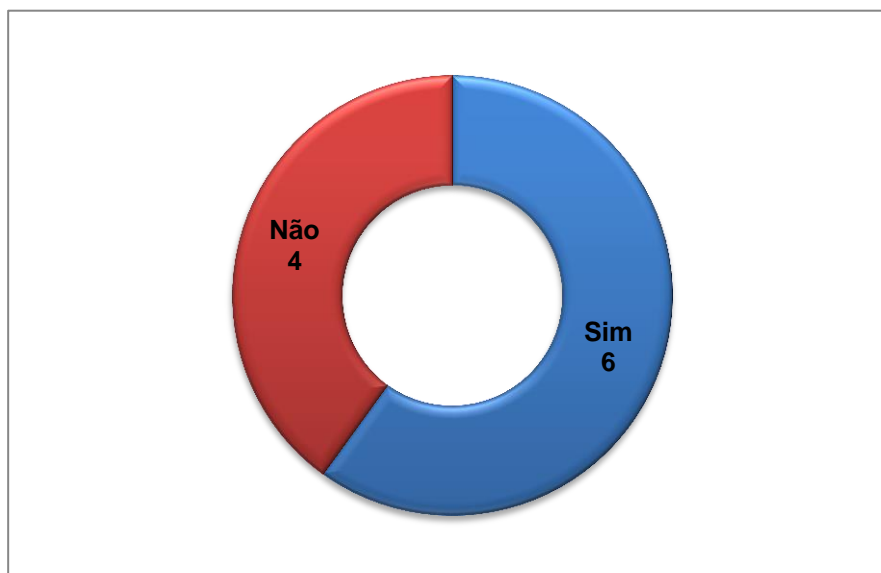
Negativo, foi e ainda é alimentação, o retrabalho (inserir em vários locais) e a dificuldade dos esclarecimentos dos direitos autorais (Entrevistado H).

[...] Pontos negativos em relação à Reitoria, por conta das definições que a gente teve que tomar com a Reitoria a gente teve que se reunir muitas vezes para explicar, para mostrar, para levar estatísticas porque também na Reitoria as coisas mudam. Em dez anos já teve três reitores, a gente pegou três praticamente quatro. Então tem sempre que conversar com a Reitoria, com os pró-reitores; quando trocam os pró-reitores tem que começar as conversas todas de novo. Então no início isso foi um pouco complicado (Entrevistado L).

A questão 21 analisou se os responsáveis acreditavam que a política de acesso aberto cumpria com a sua missão e seis respostas foram otimistas em relação a isso. Comprova-se ao observar o resumo dos documentos analisados deste trabalho (ver Quadro 10, p. 99-114) em que, na maior parte deles vê-se contemplados os elementos identificados como essenciais a uma política de informação madura e concisa (Figura 28).

Figura 29: Resultado da questão 21

De modo geral, você acredita que a política de acesso aberto embasa plenamente as questões de gerenciamento, disseminação e preservação da informação científica da sua instituição?



Fonte: A autora (2018)

É importante ressaltar que a política deve caminhar com a Instituição, deste modo, é preciso que ela acompanhe as mudanças das universidades. Por isso, alguns entrevistados evidenciaram isso ao exporem o que acreditam que deva modificar para que a política de informação atinja o seu propósito.

A política de informação do Repositório desta Instituição deve ser reformulada. Após todos estes anos ocorreram mudanças e esclarecimentos sobre o que a política deve abordar. Por exemplo, a parte de preservação digital. Que não é citada na política atual (Entrevistado G).

Acredito que a política deva ser mais detalhada. Explique sobre preservação digital e que possa ser disseminada a cada gestão que passa na universidade. Precisa fazer parte das plenárias de departamentos (Entrevistado H).

Eu vou responder que não pela questão da preservação, de disseminação eu acho que sim. Mas de preservação eu acho que ficou um pouco vago, só fala que é responsabilidade do NTI, mas não entra muito nenhuma questão nem técnica e nem política de como é feito essa questão da preservação da informação e isso é algo que me preocupa um pouco. Então por causa disso eu diria que não, mas quanto a gerenciamento e disseminação eu acho que sim (Entrevistado C).

Ao final foi aberto aos gestores para que eles pudessem falar sobre alguma observação pertinente que não houvesse sido contemplado durante a aplicação da entrevista e abaixo se encontram algumas falas importantes ao debate.

Creio que uma política nacional de acesso aberto pode direcionar a elaboração de políticas institucionais. No entanto, não é possível aderir a uma política padrão para todos os Repositório (*sic*), visto que a do IBICT não funcionou devido as particularidades de cada instituição, seus estatutos, regimentos, políticas internas que tratam da informação científica. A pró-reitora de pós-graduação mantém se o foco nas questões que a CAPES coloca. Nas avaliações da CAPES. Etc. Então, sempre há o questionamento a respeito da participação da CAPES no processo de elaboração de políticas de acesso aberto à informação científicas, além disso questionam se isso leva a algum tipo de pontuação para os pesquisadores (Entrevistador G).

Temos uma trajetória desde que se começou a falar no tema, alguns pontos evoluíram, mas, no Brasil, ainda não temos uma política nacional sobre a temática que "obrigue" as IFES a depositar o que produzem (Entrevistador J).

Outra coisa também, no início, quando eu comecei a falar sobre preservação digital; a gente tem o repositório, os documentos guardados em área segura do servidor, tem os *backups*, tem tudo, tem as questões de preservação em longo prazo. Isso eu venho falando desde 2003, 2004 e não tinha muito eco na Universidade. Então agora sim nós vamos conseguir falar de preservação, vamos fazer uma política de preservação digital para toda Universidade. Tem um comitê do qual eu faço parte que está estudando essa preservação não só pra parte de arquivo, como para a parte de bibliotecas e o repositório. Isso é uma coisa que também nós estamos trabalhando para melhorar essa parte da preservação digital. Eu falei há quatro, cinco anos atrás eu falava, falava, mas parecia que e estava falando para as paredes e ninguém estava importando, acho que finalmente a ficha caiu. Acontece. Acho que é uma coisa boa também (Entrevistador L).

As conclusões obtidas com a análise das duas metodologias aplicadas permitiram que se encontrassem indicações que fossem necessárias para a formulação de políticas de acesso aberto em universidades brasileiras, como será visto na seção seguinte.

6 QUAL A POLÍTICA QUE QUEREMOS? DIRETRIZES NECESSÁRIAS PARA AS POLÍTICAS DE ACESSO ABERTO EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

A análise das políticas concentrou-se em um comparativo do que Sandra Braman (2004) ressalta como características de uma política de informação e o

exposto nos documentos das instituições e nas entrevistas com os gestores de RIs. Com o alcançando, julgou-se que quatro diretrizes são importantes na construção de políticas institucionais de acesso aberto. A seguir serão explicadas.

- ✓ **Diretriz 1:** Priorização da transparência informacional - as recomendações do Movimento de Acesso Aberto já orientam quanto a disponibilização do acesso e uso das informações científicas. Ademais, a Constituição Brasileira compromete que a administração pública deve priorizar pela transparência quanto os resultados do uso dos recursos financeiros do Estado que levou a criação da Lei de Acesso à Informação (LAI). Desta forma, a política tem que garantir que a prática da transparência seja garantida na implantação do RI e seja uma realidade dentro da Universidade.
- ✓ **Diretriz 2:** Reconhecer que a política institucional é fruto do diálogo entre os diversos setores da Universidade - a nova sociedade fomenta novos paradigmas, dentre eles visualizar as organizações como redes. Deste modo, a determinação de ações por ordem de instâncias superiores não cabe mais nesse conjunto. É preciso que haja um diálogo permanente em diversas práticas institucionais, inclusive na construção das políticas institucionais de acesso aberto.
- ✓ **Diretriz 3:** Construir um diálogo da Universidade e os setores privados – Além do organização interna para a construção de uma universidade mais igualitária, é preciso lembrar que a Universidade constrói conhecimento para melhorar a sociedade. Assim sendo, cabe também incluir nesse processo os setores privados visando uma estimulação entre ambos lados. A sociedade é composta também do ramo privado, logo não o abranger pode enfraquecer a implantação da política e a sua aceitação dentro da comunidade.
- ✓ **Diretriz 4:** Mostrar que o poder informacional tem regido as ações institucionais – Reconhece que a sociedade de informação permitiu que aflorasse um novo modo de poder: o poder informacional que

legítima os instrumentos que visam a disponibilização da literatura científica. Logo, é importante que a política esteja regida por este poder, pois é nele que se alinham as demais diretrizes e os atos da Universidade em promover o acesso informacional.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho atingiu o objetivo geral de investigar os elementos necessários para construção de políticas de acesso aberto em universidades brasileiras por meio dos conceitos de Regime de Informação e Política de Informação numa perspectiva ampliada e crítica, pois reuniu as quatro diretrizes necessárias ao seu cumprimento, a saber: priorização da transparência informacional; reconhecer que a política institucional é produto do diálogo entre os diversos setores da Universidade e iniciativa privada; evidenciar que o poder informacional é produção de sentido, mas também construído nas práticas dos atores envolvidos no processo. Por sua vez, as tecnologias informacionais são expressões das subjetividades inerentes ao processo criativo do campo institucional que também é um campo social.

Entre as contribuições teóricas obtidas ao longo da pesquisa merecem ser destacadas, a formulação de uma leitura (visão de mundo) dos Repositórios Institucionais, como instrumento de expressão política e, para tal, o conceito de regime de informação (FROHMANN, 1995; BRAMAN, 1989, 2004; EKBIA, 2009; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012), proporcionou uma nova interpretação sobre a representação deste instrumento de gestão informacional no campo organizacional, independente da natureza institucional da qual emerge. A sociedade atual forma novos paradigmas e, com isso, outras maneiras de observar os instrumentos de Gestão da informação, como um ato político como nos ensinou Braman (2004).

Deste modo, a análise documental das políticas de acesso aberto, que compuseram o *campo de análise*, permitiu mapear e identificar que os responsáveis pelos RI estiveram comprometidos com essa lógica de abertura e compartilhamento de dados desde a concepção do repositório. Entretanto, algumas nuances destoam desta perspectiva na medida que 31,25% não contemplam a característica de “redes como princípios organizacionais” por dois motivos: (1) não se encontram elementos que possibilitem a identificação disso dentro da política ou em outro documento

institucional ou (2) a biblioteca é a responsável pela construção da política, assim como do RI. Além disso, notou-se que, em apenas alguns casos, houve um tímido diálogo dos RIs e o setor privado.

Em relação à transparência informacional, verificou-se que todas as universidades estudadas procuraram incluir esse quesito. Ao relembrar o exposto no marco histórico e teórico dessa pesquisa, percebe-se que o principal desejo dos idealizadores do movimento de acesso aberto tange a transparência no acesso a produção científica (BUDAPEST, 2002). Em relação ao poder informacional, constatou-se que ele está presente dentro das novas práticas de acesso a informação científica (BRAMAN, 2004) e ações dentro destas instituições são direcionadas a predominância desse poder.

Os recursos metodológicos concatenaram teoria e prática e foi fundamental para se observar numa perspectiva ampliada a pesquisa realizada. A fala dos gestores dos RIs cooperou para que os resultados finais adquirissem uma conotação singular com as impressões apresentadas por esses atores. Além disso, observou-se que os responsáveis desses RIs estudados possuem a formação na área de Biblioteconomia, pós-graduação *lato sensu*, em sua maioria; participaram da implantação dos RIs nas universidades que atuam, mas não trabalham exclusivamente com os RIs. Em relação à transparência do fluxo informacional dentro dessas universidades analisadas, em 70% dos casos, a formulação da política institucional de acesso aberto ocorreu após a implantação dos RIs. Os entrevistados comprovaram que houve a preocupação em sistematizar a organização em rede. Quanto as responsabilidades compartilhadas entre os setores públicos e privados na elaboração de políticas, 55% não considera que deva haver um diálogo com o setor privado, 27% são indiferentes a isso e 18% acreditam ser interessante. Todos sinalizaram que as direções das universidades responderam positivamente para a implantação do RI e de suas políticas. Por fim, 60% dos entrevistados são otimistas quanto ao cumprimento da missão das suas políticas.

Entretanto, ao longo da pesquisa foram encontradas algumas limitações. A primeira relacionada aos dados apresentados dentro dos diretórios Open DOAR e ROAR MAP, especialmente porque muitos deles, estavam desatualizados o que levou a uma incompatibilidade de informações e um constante trabalho de confirmação com os gestores. A segunda limitação encontrada relaciona-se ao tempo de resposta em relação à etapa metodológica da entrevista o que postergou a

finalização da pesquisa. Nesse sentido, cabe enfatizar como é importante manter os dados nas páginas dos RIs e nos diretórios atualizados, pois isso contribui para pesquisas futuras e as universidades que estão iniciando o processo de implantação.

Finalmente, cabe destacar que houve alguns assuntos que não foram aprofundados nesse estudo, mas que merecem atenção em estudos futuros. Os profissionais da informação devem se atentar a necessidade da construção de uma política nacional de informação para nortear a elaboração das demais políticas institucionais como sinalizam Nunes (2012), Henning (2013) e os gestores em seus depoimentos. Além disso, é importante salientar que os estudos acerca de políticas de preservação digital, como também foram relatados nas entrevistas, precisam ser vistos como possibilidade de pesquisas futuras. Por fim, é importante que nós, enquanto profissionais da informação, temos nos dedicar às práticas que garantam uma ciência aberta e democrática para as universidades e para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BERNAL, John D. **The social function of Science**. London: George Routledge & Sons, 1946.

BETHESDA statement on open access publishing. 2003. Disponível em: <<https://www.autoersatzteile.de/blog/bethesda-declaracao-sobre-a-publicacao-de-acesso-aberto/>>. Acesso em: 10 maio 2017.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

BRAMAN, Sandra. A economia representacional e o regime global da política de informação. In: MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita. **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

_____. Defining information: an approach for policymakers. **Telecommunications policy**, v. 13, issue 3, p. 233-242, sep. 1989.

_____. The emergente global information policy regime. In: BRAMAN, Sandra (ed.). **The emergente global information policy regime**. Houndsmills, UK: Palgrave, 2004. p. 12-37.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: a Presidência, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 13 abr. 2018.

_____. **Lei n. 9610**, de 19 de fevereiro de 1998. Brasília: a Presidência, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm>. Acesso em: 13 mar. 2018.

_____. **Lei n. 11640**, de 11 de janeiro de 2008. Brasília: a Presidência, 2008. Disponível em: <http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/sites/default/files/arquivos_pdf/unipampa_lei_de_criacao.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

_____. **Lei n. 12189**, de 12 de janeiro de 2010. Brasília: a Presidência, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12189.htm>. Acesso em: 29 maio 2018.

_____. **Lei n. 2373**, de 16 de dezembro de 1954. Brasília: a Presidência, 1954. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L2373.htm>. Acesso em: 15 jun. 2018.

_____. **Lei n. 3191**, de 02 de julho de 1957. Brasília: a Presidência, 1957. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3191.htm>. Acesso em: 23 maio 2018.

_____. **Lei n. 3893**, de 02 de maio de 1961a. Brasília: a Presidência, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3893.htm>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. **Lei n. 3998**, de 15 de dezembro de 1961b. Brasília: a Presidência, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L3998.htm>. Acesso em: 23 maio 2018.

_____. **Lei n. 4283**, de 18 de novembro de 1963. Brasília: a Presidência, 1963. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4283.htm>. Acesso em: 23 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **Informativo UNILA no Território**. Foz do Iguaçu: UNILA, [2018]. Disponível em: <<https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/InformativoUNILA.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2018.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei n. 387**, de 2011. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/101006>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

BUDAPEST Open Access Initiative Budapest, 2002. Disponível em: <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/>>. Acesso em: 03 maio 2017.

BUSTOS GONZÁLEZ, Átilio; FERNÁNDEZ PORCEL, Antonio. **Diretrizes para a criação dos repositórios institucionais nas universidades e organizações de educação superior**. Paris: Asociación Columbus, [2007?].

CAMPELLO, Bernadete; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (org). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

CARTA DE BÉLEM. Bélem: UFPA, maio 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/Carta%20de%20Belem.pdf>>. Acesso em 03 fev. 2018.

CARVALHO, Lidiane dos Santos. **Informação e genética humana: o sequenciamento de uma cultura científica**. 2014. 238f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CARVALHO, Maria da Conceição Rodrigues de; SILVA, Cícera Henrique da; GUIMARÃES, Maria Cristina Soares. Repositório institucional da saúde: a experiência da Fundação Oswaldo Cruz. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 97-103, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

COLINO, Cesar. El método comparativo. In: REYES, R. (Dir.). **Diccionario crítico de Ciencias Sociales**. Madrid: Universidad Complutense, 2002.

COSTA, Michelli Pereira da; LEITE, Fernando César Lima. **Repositórios institucionais da América Latina e o acesso aberto à informação científica**. Brasília: IBICT, 2017. 178p.

COSTA, Sely M. S. Abordagens, estratégias e ferramentas para o acesso aberto via periódicos e repositórios institucionais em instituições acadêmicas brasileiras. **Liinc em revista**, v. 4, n. 2, p. 218-232, set. 2008.

_____. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. **Ciência da Informação**, v.35, n.2, p. 39-50, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a05v35n2.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

DANIEL, E. **Information policy**. Chapel Hill: University of North Carolina, School of Information and Library Science, 2000. Disponível em: <<https://ils.unc.edu/daniel/info-policy.html#policy>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

DECLARAÇÃO de Berlim sobre acesso ao conhecimento nas Ciências e Humanidades. 2003. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/about/DeclaracaoBerlim.htm>>. Acesso em: 12 maio 2017.

DECLARAÇÃO DE SALVADOR SOBRE O ACESSO ABERTO. In: CONGRESSO MUNDIAL DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE E BIBLIOTECAS, 9., 2005, Salvador. Disponível em: <<http://www.icml9.org/channel.php?lang=pt&channel=86&content=428>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

DIRECTORY of Open Access Repositories: OpenDOAR. Disponível em: <<http://www.andoar.org/index.html>>. Acesso em: 03 jul 2018

ECKARDT, Hans V.; LUENGO, Rafael. **Fundamentos de la política**. Barcelona: Labor, 1932. 215 p.

EBKIA, Hamid R. Information in action: a situated view. **Proceedings of the Association for Information Science and Technology**, Silver Spring, v. 46, issue 1, p. 1-11, 2009.

EKBIA, Hamid R.; EVANS, Tom P. Regimes of Information: land use, management, and policy. **The Information Society**, Indiana, n. 25, p. 328-343, 2009.

EVANS, Peter B.; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. **Bringing the State back in**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2003.

FARRELL, David. Policy and planning. OSBURN, Charles B.; ATKISON, Ross (ed.). **Collection development: a new treatise**. London: Jai Press, 1991. p. 51-65.

FISCHER, Stanley. **The role of macroeconomic factors in growth**. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 1993.

FREIRE-MAIA, Newton. **A ciência por dentro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23, 1995, Edmond, Alberta. *Proceedings...* Alberta, 1995. Disponível em: <http://www.cais-acsi.ca/proceedings/1995/frohmann_1995.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2017.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Conselho Diretor. **Plano orientador da Universidade de Brasília**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1962.

GAMA, Ivanilma de Oliveira. **Elementos para proposta de uma política de preservação digital: o caso das bibliotecas digitais da área de música**. 2010. 84f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

GAMA, Ivanilma de Oliveira; CARVALHO, Lidiane dos Santos. Tendências e perspectivas de pesquisa sobre repositórios no Brasil: uma análise de Rede Sociais (ARS). **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, suplemento, 2017.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; TARGINO, Maria das Graças (orgs). **Desvendando facetas da gestão e políticas de informação**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2015. v. 2.

GARVEY, W. D.; GRIFFITH, B. C. Scientific communication as a social system. *Science*, v. 157, issue 3792, p. 1011-1016, sep. 1967.

_____. Scientific communication as a social system. In: GARVEY, W. D. **Communication: the essence of science**. London: Pergamon Press, 1979. p. 148-164.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Anilza Rita de Souza. **Práticas de disponibilização da produção científica da UFBA: contribuição à política institucional de acesso aberto**. 2017. 113 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

GOMES, Maria João; ROSA, Flávia. **Repositórios institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento**. Salvador: UFBA, 2010.

GOMES, Romeu [et al]. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S.G.; SOUZA, E.R. (org.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005, p. 185-221.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nelida. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos – RIEP**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 63-97, abr. 1999.

_____. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n.1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

_____. Políticas e regimes de informação: perspectivas. In: GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; TARGINO, Maria das Graças (org.). **Desvendando facetas da gestão e políticas de informação**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2015. v. 2. p.321-351.

_____. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação e sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012.

_____. Relatório da oficina III: questões éticas e legais da informação: aspectos filosóficos da ética e implicações legais da informação. In: **Integridade da Pesquisa, ética da ciência e regimes de informação**, 2016, Niterói, RJ. **Relatório...** Niterói, RJ: UFF, 2016. Disponível em: < <http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/2018/RELAT%C3%93RIO%20OFICINA%20III%20VF.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

GUIMARÃES, Maria Cristina Soares; SILVA, Cícera Henrique da; NORONHA, Ilma Horsth. RI é a resposta, mas qual é a pergunta? Primeiras anotações para a implantação de Repositório Institucional. In: SAYÃO, Luis Fernando... [et al]. **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 261-282.

HARNAD, Stevan. Fast-Forward on the Green Road to Open Access: the case against mixing up Green and Gold. **Ariadne**, issue 42, [s.p], 30 jan. 2005. Disponível em: <<http://www.ariadne.ac.uk/issue42/harnad/>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

HARNAD, Stevan. Opening access by overcoming Zeno's Paralysis. In: JACOBS, N. (ed.). **Open Access**: key strategic, technical and economic aspects. Oxford: Chandos Publishing, 2006.

HENNING, Patricia Corrêa. **Micro e macro-políticas de informação**: o acesso livre à informação científica no campo da saúde no Brasil e em Portugal. 2013. 233f. Tese (Doutorado) – Pós-graduação em Informação, Comunicação e Saúde, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica (ICICT), Rio de Janeiro, 2013.

HENRY, John. **A revolução científica e as origens da ciência moderna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

HURD, Julie M. The transformation of Scientific Communication: a model for 2020. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 51, n. 14, p. 1279-1283, dec. 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica**. [Brasília]: IBICT, 2005. Disponível em: < <http://livroaberto.ibict.br/Manifesto.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

JAMBEIRO, Othon [et al.]. Comunicação científica: estudo de caso sobre uma política de acesso aberto para a produção científica. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 143-155, jul./dez. 2012.

JARDIM, José Maria. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, Eliana (org.). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, p. 2-22, jan./abr. 2009.

KNORR-CETINA, K. **Epistemic cultures**: how the sciences make knowledge.

Cambridge, Harvard: Cambridge Mass., Harvard University Press, 1999.

KRASNER, Stephen D. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. **International Organization**, v. 36, i. 2, p. 185-205, Spring 1982. Disponível em: < <https://doi.org/10.1017/S0020818300018920>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

KROPF, Simone Petraglia; LIMA, Nísia Trindade. Os valores e a prática institucional da ciência: as concepções de Robert Merton e Thomas Kuhn. **História, Ciência, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.5, n.3, p.565-581, nov. 1998/ fev. 1999.

KURAMOTO, Hélio. Acesso livre à informação científica: novos desafios. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 154-157, set. 2008. Disponível em: < <http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

_____. **Relatório executivo**: open access to scientific knowledge. 2011. Disponível em: <http://kuramoto.files.wordpress.com/2011/02/relatorio_executivo_oa.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2018.

_____. **Uma década de open access**. Blog do Kuramoto, 28 dez. 2010.

LATOURETTE, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet Lemos, 1994.

LEI DA OFERTA E PROCURA. Wikipédia, 2017a. Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_da_oferta_e_da_procura>. Acesso em: 20 ago. 2017.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: IBICT, 2009.

LEY, Maria Dulce Lagoeiro de Magalhães Gaude. **Diretrizes para a proposição da política de povoamento de repositório institucional**: o contexto da Universidade Federal Fluminense (UFF). 2013. 242f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, 2013. Disponível em: <<http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/2013/MARIA%20DULCE%20LAGOEIRO%20M%20GAUDIE%20LEY.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2018

LUHMANN, Niklas. **Sociologia do direito II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

LUME: Repositório Digital da UFRGS. Apresentação. Porto Alegre: UFRGS, [2018?]. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/apresentacao> >. Acesso em 29 maio 2018.

LYNCH, Clifford A. Institutional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. **ARL Bimonthly**, n. 226, Feb. 2003. Disponível em: <<https://www.cni.org/publications/cliffs-pubs/institutional-repositories-infrastructure-for-scholarship>>. Acesso em: 16 out. 2017.

MAGNANI, Maria Cristina Brasil; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. “Regime” e “Informação”: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, v. 7, n. 2, p. 593-610, 2011.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luis Fernando. Introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, Luis Fernando... [et al]. **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 9-22.

MASHROOFA, Mohamed Majeed; SENEVIRARNE, Wathmanel. Open access initiatives and institutional repositories: Sri Lankan scenario. **Annals of library and information studies**, v. 63, p. 182-193, sep. 2016.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MENZEL, Herbert. **The Flow of Information among Scientists**: problems, opportunities and research questions. Columbia: Bureau of Applied Social Research, 1958.

MERTON, R. K. **A ambivalência sociológica e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

MORENO, Fernanda Passini; MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. Publicação científica em arquivos de acesso aberto. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p.76-86, jan./jun. 2005.

MOURA, Elisângela Alves de. **Repositórios e preservação digital**: proposta de requisitos para a integração do RI UFRN com a Rede Cariniana. 2015. 123f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Faculdade de Engenharia e Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2015.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2007a.

_____. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006.

_____. O periódico científico. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2007b.

NUNES, Renato Reis. **Diretrizes para formulação de políticas mandatórias para consolidação dos repositórios institucionais brasileiros**. 2012. 156f. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial**. São Paulo: Atlas, 2011.

PACKER, Abel L. *et al.* **SciELO: 15 anos de acesso aberto: um estudo analítico sobre Acesso Aberto e comunicação científica**. Paris: UNESCO, 2014.

PINFIELD, Stephen. Making open access work: the “state-of-the-art” in providing Open Access to scholarly literature. **Online Information Review**, v. 39, n.5, p. 604-636, 2015.

POLÍTICA. Wikipédia, 2017b. Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADtica#cite_ref-7>. Acesso em: 12 nov. 2017.

QUEIROZ, Nirlange Pessoa de. **Avaliação do repositório institucional da Universidade Federal do Ceará na perspectiva da difusão e do acesso à produção científica**. 2015. 115f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

REPOSITÓRIO Institucional da Universidade de Brasília. Disponível em: < repositorio.unb.br/ >. Acesso em: 01 jun. 2018.

REPOSITÓRIO Institucional da Universidade Estadual Paulista. Disponível em: < <https://repositorio.unesp.br/>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

REPOSITÓRIO Institucional da Universidade Federal da Bahia. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/ri/> >. Acesso em: 20 dez. 2017.

REPOSITÓRIO Institucional da Universidade Federal de Goiás. Disponível em: < <https://repositorio.bc.ufg.br/> >. Acesso em: 24 maio 2018.

REPOSITÓRIO Institucional da Universidade Federal de Integração Latino-Americana. Disponível em: < <https://dspace.unila.edu.br/>>. Acesso em: 10 maio 2018.

REPOSITÓRIO Institucional da Universidade Federal de Lavras. Disponível em: < <http://repositorio.ufla.br/>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

REPOSITÓRIO Institucional da Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufop.br/>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

REPOSITÓRIO Institucional da Universidade Federal do Ceará. Disponível em: < <http://www.repositorio.ufc.br/>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

REPOSITÓRIO Institucional da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Disponível em: < <http://repositorio.cbc.ufms.br:8080/jspui/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

REPOSITÓRIO Institucional da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: < <http://dspace.unipampa.edu.br:8080/>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

REPOSITÓRIO Institucional da Universidade Federal do Pará. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/>>. Acesso em: 25 maio 2018.

REPOSITÓRIO Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: < <https://repositorio.ufrn.br/jspui/>>. Acesso em: 12 out. 2017.

REPOSITÓRIO Institucional da Universidade Federal do Rio Grande. Disponível em: < <http://repositorio.furg.br/>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

REPOSITÓRIO Institucional da Universidade Federal do Sergipe. Disponível em: < <https://ri.ufs.br/>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

REPOSITÓRIO Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Disponível em: < <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

ROCHA, Luiz Oswaldo Leal da. **Organização e métodos**: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 1987. p. 233-234.

RODRIGUES, Eloy. **Kit de políticas open acess**. Minho: MCTES, UMIC, FCCN, 2009.

ROSA, Flavia Garcia. Implantação do repositório institucional da Universidade Federal da Bahia: uma política de acesso à produção científica. In: SAYÃO, Luis ...

[et al]. **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: UFBA, 2009.

ROSA, Flavia Garcia; MEIRELLES, Rodrigo França; PALACIOS, Marcos. Repositório institucional da Universidade Federal da Bahia: implantação e acompanhamento. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 21, n.1, p. 129-141, jan./abr. 2011.

SÁ, N. O. de. Políticas Institucionais de Informação: algumas reflexões. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24, 2011, Maceió, AL. **Anais...FEBAB**: São Paulo, 2011.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia da pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SÃO PAULO (Estado). **Lei n. 952**, de 30 de janeiro de 1976. São Paulo (SP): Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1976. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1976/alteracao-lei-952-30.01.1976.html>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

SHINTAKU, M.; MEIRELLES, R. **Manual do DSpace**: administração de repositórios. Salvador: EdUFBA, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/769>>. Acesso em: 10 out. 2017.

SAYÃO, Luis Fernando... [et al]. **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SHIEBER, Stuart; SUBER, Peter. **Good practices for University open-access policies**. Harvard: Harvard Open Access Project; Berkman Center for Internet e Society at Harvard University, 2015.

SHINTAKU, Milton; DUQUE, Claudio Gottschalg; SUAIDEN, Emir José. Federações de repositórios: conceitos, políticas, características e tendências. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 51-66, jul./set. 2015.

SILVA, T.E. da. Política de informação na pós-modernidade: reflexões sobre o caso do Brasil. **Revista Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 1, n. 1, 1991. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/issue/view/5/showToc>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

SOUZA, Ráisa Mendes Fernandes de. **Acesso aberto à informação científica: estudo sobre iniciativas desenvolvidas na Universidade Federal de Minas Gerais.** 2012. 122f. Dissertação (Pós-graduação em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

STREHL, Letícia. O fator de impacto do ISI e a avaliação da produção científica: aspectos conceituais e metodológicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 1, 2005.

SUBER, Peter. **Timeline of the Open Access Movement.** Disponível em: <<http://legacy.earlham.edu/~peters/fos/timeline.htm>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

SWAN, Alma. **Diretrizes para as políticas de desenvolvimento e promoção do acesso aberto.** Brasília: Unesco Brasil, IBICT, 2016.

TAKARASHI, Tadao. **Sociedade da informação no Brasil:** Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/hudsonaugusto/sociedade-da-informao-livro-verde-presentation>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

THE SANTA FÉ CONVENTION: the core document. [1999]. Disponível em: <<http://www.openarchives.org/sfc/sfc.htm>>. Acesso em: 19 maio 2017.

TOMAÉL, Maria Inês; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 8., 2007. **Anais...** Salvador, BA: ENANCIB, 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

TORINO, Emanuelle. Políticas em repositórios digitais: das diretrizes à implementação. In: VECHIATO, Fernando *et al.* (org.). **Repositórios digitais: teoria e prática.** Curitiba: EDUTFPR, 2017. p. 91-114.

TORINO, Ligia Patricia. **Organização da produção científica em repositórios institucionais: um parâmetro para a UTFPR.** 2010. 152f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação) – Pós-graduação em Gestão da Informação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

UNGER, Roberto José Gervásio; FREIRE, Isa Maria. Regimes de informação na sociedade da informação: uma contribuição para a gestão da informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 2, n. 2, p. 87-114, jan./jun. 2008.

UNITED STATES OF AMERICA. The President's Science advisory committee. **Weinberg Report**: the responsibilities of the technical community and the government in the transfer of information. Washington. D.C.: The White House, 1963.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. [S.l.]: Wikipédia, 2018. Disponível: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_de_Bras%C3%ADlia#cite_ref-1>. Acesso em: 26 maio 2018.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **A UnB**. Brasília: UnB, 2016. Disponível: <<http://www.unb.br/a-unb?menu=423>>. Acesso em: 26 maio 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **História da criação da Unesp**. São Paulo: Unesp, 2018. Disponível em: <<https://www2.unesp.br/portal#!/sobre-a-unesp/historico/>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

_____. **Política de Gestão do Repositório Institucional da Unesp**: regimento interno. São Paulo: Grupo Gestor, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/144653/regulamento_repositorio_institucional_unesp.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em 11 abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Conheça a UFBA**. Salvador: UFBA, [201_?]. Disponível em: <<https://www.ufba.br/historico>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional. **Plano de desenvolvimento institucional: 2018-2022**. Salvador: UFBA, 2017. Disponível em: <<https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/pdi-2018-2022.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Portaria UNILA n. 0144**, de 28 de março de 2017. Foz do Iguaçu: a Reitoria, 2017. Disponível em: <[https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/Portaria%20144_Reposit%C3%B3rio%20Institucional%20da%20UNILA\(1\).pdf](https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/Portaria%20144_Reposit%C3%B3rio%20Institucional%20da%20UNILA(1).pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. [S.l.]: Wikipédia, 2018b. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Federal_de_Goi%C3%A1s>. Acesso em 25 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA. **Resolução – CEPEC n. 1240**, de 14 de fevereiro de 2014. Disponível em: <https://bc.ufg.br/up/88/o/Resolucao_1240_-_Repositorio_Institucional_UFG_-_BC.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. SISTEMA DE BIBLIOTECAS. **Repositório**. Goiânia: SIBI, 2018a. Disponível em: < <https://bc.ufg.br/n/14935-repositorio>>. Acesso em: 25 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. [S.l]: Wikipédia, 2017. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Federal_de_Lavras>. Acesso em: 04 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Conselho Universitário. **Resolução CUNI n. 082**, de 13 de novembro de 2012. Lavras, MG: UFLA, 2012. Disponível em: < http://www.ufla.br/documentos/arquivos/082_13112012.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2018.

_____. **Ensino**. Lavras, MG: UFLA, 2018a. Disponível em: < <http://www.ufla.br/portal/institucional/sobre/a-ufla-no-seculo-xxi/>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **História**. Lavras, MG: UFLA, 2018b. Disponível em: <<http://www.ufla.br/portal/institucional/sobre/historia/>>. Acesso em 04 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho de Pesquisa e Pós-graduação. Resolução n. 61, de julho de 2011. **Boletim de Serviço**, [Goiânia], n. 5107, p. 13- 15, 9 ago. 2011. Disponível em: < http://biblioteca.sites.ufms.br/files/2016/02/dspace_resolucao.pdf >. Acesso em: 28 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução CEPE n. 5.525**. Ouro Preto, MG: CEPE, 2013. Disponível em: < http://www.repositorio.ufop.br/image/resolucao_cepe.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2018.

_____. **História da UFOP**. Ouro Preto, MG: UFOP, [2018?]. Disponível em: <<http://www.ufop.br/historia-da-ufop>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. [S.l]: Wikipédia, 2018. Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Federal_de_Sergipe>. Acesso em: 18 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução n. 50/2017/CONEPE**. Sergipe: CONEPE, 2017. Disponível em: <http://bibliotecas.ufs.br/uploads/page_attach/path/3217/0502017_-_Reposit_rio_Institucional.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Conselho de Universitário. **Resolução n. 02/CONSUNI**, de 29 de abril de 2011. Fortaleza: Conselho, 2011. Disponível em: <

http://www.repositorio.ufc.br/sobre/UFC_Consuni_2011_Resolucao02.pdf>. Acesso em 12 jun. 2018.

_____. Coordenadoria de Avaliação Institucional da UFC. **UFC em números**: base 2015. Fortaleza: a Coordenadoria, 2016. Disponível em: <http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/ufc_em_numeros/ufc_em_numeros_2016_2015.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Dados gerais**. Bagé, RS: UNIPAMPA, [2018?]. Disponível em: < http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/sites/default/files/apresentacao_institucional_unipampa_-_01-11-2017.pdf >. Acesso em: 29 maio 2018.

_____. **Resolução n. 106**, de 27 de agosto de 2015. Bagé, RS: Conselho Universitário da Universidade Federal do Pampa, 2015. Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-106_2015-Pol%C3%ADtica-Institucional-de-Infoma%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Sobre [Repositório Institucional da UFPA]**. Belém: RIUFPA, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/sobre.jsp>>. Acesso em: 25 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n. 059/2010 –CONSEPE**, de 13 de abril de 2010. Natal: a Reitoria, 2010. Disponível em: < http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/documentos/resolucao_592010_consepe_riufrn.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2018.

_____. **Sobre a UFRN**. Natal: UFRN, [201_?]. Disponível em: < <http://www.ufrn.br/institucional/sobre-a-ufrn>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

_____. **UFRN em números**: 2013-2017. Natal: UFRN, [2018?]. Disponível em:< <http://www.ufrn.br/resources/documentos/ufnemnumeros/UFRN-em-Numeros-2013-2017.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A UFRGS**: histórico. Porto Alegre: UFRGS, [2014?]. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>>. Acesso em: 29 maio 2018.

_____. **Portaria n. 5068**, de 13 de outubro de 2010. Porto Alegre: Reitoria, 2010. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/arquivos_download/Portaria-5068.pdf>. Acesso em 03 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **A FURG em números**. Rio Grande: FURG, 2017. Disponível em: <<https://sistemas.furg.br/sistemas/paginaFURG/arquivos/menu/000000422.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2018.

_____. Conselho Universitário. **Resolução n. 005/2010**. Rio Grande: FURG, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/static/politica>>. Acesso em: 30 maio 2018.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. [S.l]: Wikipédia, 2018. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Tecnol%C3%B3gica_Federal_do_Paran%C3%A1>. Acesso em: 30 maio 2018.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (RIUT). **Sobre RIUT**. Curitiba: RIUT, [2017?]. Disponível em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/sobre/sobre.jsp>>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. **Sobre a UTFPR**. Curitiba: UTFPR, 2017. Disponível em: <<http://portal.utfpr.edu.br/institucional/sobre-a-utfpr-1>>. Acesso em: 30 maio 2018.

VELHO, Léa. Conceitos de ciência e a política científica, tecnológica e de inovação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 26, p. 128-153, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/20008>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

WEITZEL, Simone da Rocha. As novas configurações do acesso aberto: desafios e propostas. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v.8, n.2, p. 65-75, jun. 2014.

_____. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2006. 76 p.

WILLIAMSON, Oliver E.; WINTER, Sidney G. **The nature of the firm**: origins, evolution, and development. Oxford: Oxford University Press, 1991.

ZIMAN, John. **Conhecimento público**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1979.

APÊNDICE A: INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Meu nome é Ivanilma Gama, sou aluna do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/UNIRIO). Estou desenvolvendo a pesquisa intitulada “**Elementos para a construção de uma política de acesso aberto para universidades brasileiras**”, sob a orientação da Profa. Dra. Lidiane dos Santos Carvalho. Esta entrevista visa coletar dados dos responsáveis dos Repositórios selecionados para a conclusão da pesquisa de dissertação supracitada e comparar as políticas de acesso aberto disponibilizadas pelas Universidades.

Perfil do entrevistado:

Formação Acadêmica:

1. Graduação/ Instituição: _____
2. Nível: () Especialização () Mestrado ()Doutorado () Pós-doutorado

Gestão do Repositório Institucional:

3. Quanto tempo está como gestor do Repositório Institucional? _____
4. Participou da implantação do Repositório Institucional?
() Sim
() Não
5. Dedicar-se exclusivamente ao RI?
() Sim
() Não
6. Se não, a qual setor pertence, além do Repositório Institucional:

Transparência do Fluxo Informacional

7. No início de processo de implantação, a Universidade diagnosticou a importância de construir uma política institucional de acesso aberto?
() Sim

Não (Caso assinale essa opção, direciona-se para a questão 11.

8. Em caso positivo a resposta anterior, a política de acesso aberto foi uma ação compartilhada entre: (Assinale uma ou mais opções)

Os responsáveis do Repositório

Direção da Universidade?

A comunidade acadêmica

Conselhos Institucionais

Não se aplica

9. Por favor, comente esse processo:

10. Como ocorreu a divulgação entre a comunidade acadêmica dessa(s) política(s)? Comente, por favor.

Redes como princípios organizacionais

11. Quais desses documentos oficiais corroboram para a prática de Instituição integrada? (Assinale uma ou mais opções)

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

Estatutos

Regimentos

Regulamentos

Outros. Especifique: _____

12. Você consideraria que a política de acesso aberto refletiu que a Universidade considera necessário o modo organizacional em redes, ou seja, visa práticas que integrem toda comunidade acadêmica afim da promoção de um bem comum, no caso, a disponibilização da produção institucional por meio do RIs?

Sim

Não

13. Se a resposta anterior for negativa, por favor, comente o que você considera que possibilitaria que isso ocorresse.

Responsabilidade compartilhada pelo setor privado e público para elaboração de políticas

14. Para as práticas de gestão do Repositório Institucional, os responsáveis julgaram necessária a criação ou ampliação de um diálogo com o setor privado, tais como do mercado editorial, por exemplo?

- Sim
- Não
- Não se aplica

15. Em caso positivo, comente essa experiência.

16. Previam-se ações para criação de um comitê gestor que envolvesse membros docentes, discentes e técnico-administrativos para a discussão da política de acesso aberto?

- Sim
- Não

17. Se sim, comente o papel do Comitê Gestor na formulação da política de acesso aberto. Aponte os pontos positivos e negativos.

18. Quanto às questões jurídicas inclusas na Lei n. 9160/1998 (Lei de Direitos Autorais), a política discutiu com o setor privado algumas das questões jurídicas mencionadas abaixo: (Assinale uma ou mais opções)

- Permissão total ou parcial para disponibilização da obra pelos autores e co-autores
- Obras que encontram-se em domínio público
- Direitos patrimoniais
- Transferência de cessão de direitos de autores
- Concessão dada a Associação de Titulares de Direitos de Autor
- Outros. Especifique: _____

Poder informacional como forma dominante de poder

19. Como a Reitoria, os Conselhos Superiores e demais instâncias superiores reagiram frente à possibilidade de implantação do Repositório Institucional? Comente os pontos positivos e negativos.

20. Como a Reitoria, os Conselhos Superiores e demais instâncias superiores responderam a criação das políticas institucionais para implantação do repositório institucional? Comente os pontos positivos e negativos.

21. De um modo geral, você acredita que a política de acesso aberto embasa plenamente as questões de gerenciamento, disseminação e preservação da informação científica da sua instituição?

Sim

Não

22. Em caso negativo, comente o que você acredita deva ser modificado para atingir esse objetivo.

23. Comentário adicional:

Agradeço a colaboração.

Ivanilma Gama

Entrevista 1

Nome adotado: A. Formação: Arquivologia/UNESP; Especialização; está como gestor há 1 ano e não participou da implantação do RI. Além de ser responsável pelo RI também se dedica ao Portal de periódicos da Instituição.

Entrevistadora: Meu nome é Ivanilma Gama, sou aluna do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/UNIRIO). Estou desenvolvendo a pesquisa intitulada “Elementos para a construção de uma política de acesso aberto para universidades brasileiras”, sob a orientação da Profa. Dra. Lidiane dos Santos Carvalho. Esta entrevista visa coletar dados dos responsáveis dos Repositórios selecionados para a conclusão da pesquisa de dissertação supracitada e comparar as políticas de acesso aberto disponibilizadas pelas Universidades.

A: No início de processo de implantação, a Universidade diagnosticou a importância de construir uma política institucional de acesso aberto?

() Sim (X) Não

E: Quais desses documentos oficiais corroboram para a prática de Instituição integrada?

() Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

() Estatutos

() Regimentos

(X) Regulamentos

() Outros. Especifique: _____

E: Você consideraria que a política de acesso aberto refletiu que a Universidade considera necessário o modo organizacional em redes, ou seja, visa práticas que integrem toda comunidade acadêmica afim da promoção de um bem comum, no caso, a disponibilização da produção institucional por meio do RIs?

A: () Sim (X) Não

E: Se a resposta anterior for negativa, por favor, comente o que você considera que possibilitaria que isso ocorresse.

A: Apesar da política do Repositório Institucional contemplar o modo organizacional em redes, sua aplicação não estava alinhada a esse modo. Todo o trabalho era centralizado e até hoje encontramos unidades acadêmicas que ainda não possuem sequer o conhecimento básico sobre a política.

E: Para as práticas de gestão do Repositório Institucional, os responsáveis julgaram necessária a criação ou ampliação de um diálogo com o setor privado, tais como do mercado editorial, por exemplo?

A: Sim Não Não se aplica

E: Previram-se ações para criação de um comitê gestor que envolvesse membros docentes, discentes e técnico-administrativos para a discussão da política de acesso aberto?

A: Sim Não

E: Quanto às questões jurídicas inclusas na Lei n. 9160/1998 (Lei de Direitos Autorais), a política discutiu com o setor privado algumas das questões jurídicas mencionadas abaixo: (Assinale uma ou mais opções)

A: Permissão total ou parcial para disponibilização da obra pelos autores e co-autores

Obras que encontram-se em domínio público

Direitos patrimoniais

Transferência de cessão de direitos de autores

Concessão dada a Associação de Titulares de Direitos de Autor

Outros. Especifique: Não houve discussão

E: Como a Reitoria, os Conselhos Superiores e demais instâncias superiores reagiram frente à possibilidade de implantação do Repositório Institucional? Comente os pontos positivos e negativos.

A: Como estamos iniciando os trabalhos de adequação das políticas de acesso aberto da [...] não podemos ainda dar informações sobre essa questão.

E: Como a Reitoria, os Conselhos Superiores e demais instâncias superiores responderam a criação das políticas institucionais para implantação do repositório institucional? Comente os pontos positivos e negativos.

A: Como estamos iniciando os trabalhos de adequação das políticas de acesso aberto da [...] não podemos ainda dar informações sobre essa questão.

E: De um modo geral, você acredita que a política de acesso aberto embasa plenamente as questões de gerenciamento, disseminação e preservação da informação científica da sua instituição?

A: (X) Sim () Não

E: Comentário adicional:

A: Embora nossa política tenha sido criada com elementos que contemplem as questões de gerenciamento, disseminação e preservação da informação científica da UFMS, a sua aplicação não seguiu essa trajetória. Dessa forma, um Comitê Gestor foi criado para analisar a situação da instituição e determinar as ações de renovação da política alinhando-se com a aplicabilidade da política reunindo as unidades acadêmicas no processo.

Entrevista 2:

Nome adotado: B. Formação em Biblioteconomia pela Universidade Estadual de Londrina; Especialização; está há mais de 2 anos como gestor do repositório e participou da sua implementação. Além de ser responsável pelo RI, é encarregado do setor de publicações digitais da Instituição.

Entrevistadora: No início de processo de implantação, a Universidade diagnosticou a importância de construir uma política institucional de acesso aberto?

B: () Sim (X) Não

E: Como ocorreu a divulgação entre a comunidade acadêmica dessa(s) política(s)? Comente, por favor.

B: O processo de implantação do Repositório Institucional da Unila, partiu da criação de um Grupo de Trabalho composto por bibliotecários da unidade, que realizou um levantamento de informações das IES da região sul quanto aos programas utilizados (no caso foi adotado o software, DSpace), suas políticas de acesso aberto bem como na literatura acadêmica, na qual foi utilizado como base acadêmica o autor Prof. Dr. Fernando Leite e seus livros: "Repositório Institucional (RI): boas práticas para a construção de RI da produção científica" e "Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: RI de acesso aberto"

E: Quais desses documentos oficiais corroboram para a prática de Instituição integrada? (Assinale uma ou mais opções)

B:() Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

(X) Estatutos

(X) Regimentos

(X) Regulamentos

() Outros. Especifique: _____

E: Você consideraria que a política de acesso aberto refletiu que a Universidade considera necessário o modo organizacional em redes, ou seja, visa práticas que integrem toda comunidade acadêmica afim da promoção de um bem comum, no caso, a disponibilização da produção institucional por meio do RIs?

B: (X) Sim () Não

E: Para as práticas de gestão do Repositório Institucional, os responsáveis julgaram necessária a criação ou ampliação de um diálogo com o setor privado, tais como do mercado editorial, por exemplo?

B: () Sim () Não (X) Não se aplica

E: Previram-se ações para criação de um comitê gestor que envolvesse membros docentes, discentes e técnico-administrativos para a discussão da política de acesso aberto?

B: () Sim (X) Não

E: Quanto às questões jurídicas inclusas na Lei n. 9160/1998 (Lei de Direitos Autorais), a política discutiu com o setor privado algumas das questões jurídicas mencionadas abaixo: (Assinale uma ou mais opções)

B: (X) Permissão total ou parcial para disponibilização da obra pelos autores e co-autores

(X) Obras que encontram-se em domínio público

() Direitos patrimoniais

() Transferência de cessão de direitos de autores

() Concessão dada a Associação de Titulares de Direitos de Autor

() Outros. Especifique: _____

E: Como a Reitoria, os Conselhos Superiores e demais instâncias superiores reagiram frente à possibilidade de implantação do Repositório Institucional? Comente os pontos positivos e negativos.

B: As Instâncias Superiores da instituição entenderam como positivo a iniciativa de criação do Repositório Institucional [...] pela Biblioteca [...], devida à importância na divulgação da produção científica (trabalhos acadêmicos: graduação, pós-graduação e produção de docente/pesquisadores) produzidos na IES, bem como na visibilidade institucional e no alcance devido aos mesmos estares organizados em plataforma digital e divulgados na web. Até presente momento não houve reações negativas quanto ao RI.

E: Como a Reitoria, os Conselhos Superiores e demais instâncias superiores responderam a criação das políticas institucionais para implantação do repositório institucional? Comente os pontos positivos e negativos.

B: As Instâncias Superiores da instituição entenderam como positivo a elaboração da Política institucional para implantação do RI na instituição, com sua aprovação pela Reitoria da Portaria que institui o RI, bem como aprovação dos demais documentos de suporte a Política, tais como Instrução normativa, que orienta discentes de graduação e pós-graduação na submissão de trabalhos acadêmicos, regulamentos e tutorias. Até presente momento não houve reações negativas quanto ao RI.

E: De um modo geral, você acredita que a política de acesso aberto embasa plenamente as questões de gerenciamento, disseminação e preservação da informação científica da sua instituição?

B: (X) Sim () Não

Entrevista 3

Nome adotado: C. Formação em Biblioteconomia pela Universidade do Estado de São Paulo; Especialização; está há mais de 5 anos como gestor do repositório e participou da sua implementação. Além de ser responsável pelo RI, é encarregado do setor de referência.

Entrevistadora: No início do processo da implantação do repositório você julga que a Universidade conseguiu diagnosticar que havia importância de construir uma política institucional de acesso aberto ou isso foi um processo que depois da implantação do repositório se deu conta de que havia essa necessidade?

C: Eu acho que não, eu acho que a Universidade foi chamada pelo IBICT e trouxe a ideia do projeto e o servidor sem ter muita noção dessa importância. A partir disso que começou-se a pensar, já que tinha que ser implantado, sobre isso. E aí, eu acho que, mais recentemente essa ideia foi amadurecendo bastante, foi ela que permitiu a gente ano passado conseguir ampliar bastante esse projeto, porque aí a Universidade já estava com essa mentalidade. Mas no começo eu acho que não.

E: Você está falando realmente da comunidade acadêmica, é a outra pergunta. Como é que se deu essa divulgação dessa política dentro da comunidade acadêmica, dos docentes, discentes, técnicos administrativos. Como é que foi essa experiência?

C: Então me tira uma dúvida, você acha melhor eu falar lá da primeira de 2010, 2009 alguma coisa assim, quando eu ainda não participava ou agora que foi, digamos, a refundação do repositório? Porque a gente tem essa questão um pouco diferente, porque ele mudou bastante assim.

E: Olha se você pudesse me falar as duas experiências eu ficaria muito feliz.

C: Bom o que eu sei da primeira é que a bibliotecária responsável na época fez um plano de divulgação, inclusive foi a reuniões de departamentos e centros para falar e explicar da importância do repositório que na época era meio novidade. E eu sei que ela foi pessoalmente a várias reuniões, mandamos documentos oficiais explicando também e foi mais ou menos assim. Dessa vez agora, a gente mandou também memorando eletrônicos para toda comunidade acadêmica explicando a nova política, o que é que era o repositório e tudo mais. Colocamos notícias nos meios de comunicação, no portal da <UFS>, no portal principal, além do da Biblioteca e os meios de comunicação nas redes sociais da Biblioteca. Formamos o comitê gestor que tem as principais pró-reitorias que ficaram também encarregadas de levar isso nas suas reuniões. Então a de graduação, a de pós e aí a fora, foi mais ou menos assim. E além do mais, assim, a gente sempre faz treinamento com os professores e

alunos, fala bastante, e a gente tem atingido boa parte da Universidade nesse treinamento de base de dados. Então a gente reitera bastante isso, mas principalmente o memorando eletrônico que hoje tem se mostrado a melhor forma de comunicação institucional.

E: Eu tenho uma lista aqui de documentos, e gostaria de saber quais desses você acha que mais ajudam a formar uma instituição integrada para que possa corroborar com esse processo todo da implantação do repositório. Então, entre elas eu tenho: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), estatutos, regimentos e outros que possa ser que a sua instituição faça que outras não façam que você queira falar. As opções que eu tenho são essas.

C: Olha, eu acho essa um pouco mais difícil... pelo o que eu percebi, do que eu participei da política de construção do documento acesso aberto, eu acho que o regimento e os regulamentos foi o que a gente mais levou em conta. PDI não lembro de ter utilizado, pelo contrário, acho que talvez o repositório vá mais contribuir com ele; então eu diria regimes e regulamentos mesmo. A gente olhou outras regulações já prontas, para gente não entrar ou usar o que já tem sido feito, por exemplo, depósito obrigatório... Esse tipo de coisa, acho que foi mais ou menos por aí.

E: Minha próxima pergunta é a seguinte: Você acha que a política de acesso aberto ela refletiu o que a Universidade considera que seja necessária uma forma organizacional em rede, o que eu quero dizer em forma organizacional de rede, práticas que integrem toda comunidade acadêmica, que tenha a intenção de promover um bem comum que nesse caso seria a produção intelectual da instituição por meio do repositório. Que essa política conseguiu refletir esse modo de olhar da organização?

C: Eu acho que sim, que a política foi construída nesse sentido de refletir isso que você falou. Apesar que a gente tentou fazer ela de uma forma mais abrangente para que os casos mais específicos ficassem para o comitê gestor, mas eu acho que ela conseguiu pegar essa promoção do bem comum especificamente ligada ao acesso aberto; a como ele pode contribuir para isso, então eu acho que sim refletiu essa forma organizacional, sim.

E: Vou para a próxima pergunta, quando vocês estavam elaborando essa política de acesso aberto, por acaso para você foi importante, a criação ou a ampliação de um diálogo com o setor privado e aí eu digo setor privado, o mercado editorial, por exemplo que impacta muito no acesso aberto. Se vocês tocaram nesse assunto em algum momento, ou se não tocou; ou se você não julgaram que isso fosse necessário nesse momento da construção da política?

C: Não a política cita de uma forma bem simples isso e fala que ficam desobrigados o depósito, por exemplo, os trabalhos que são publicados com fins comerciais que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais, ou seja, como a política é para depósito então a gente não queria também criar nenhum entrave jurídico para

quem realiza o depósito. Então a gente não fez nenhum diálogo, nada, a gente só analisando de forma geral as políticas de direitos autorais principalmente de periódicos deixar isso desobrigado; de capítulos de livros também. Mas foi só nesse sentido mesmo, de não criar esse ônus, de não prejudicar os contratos ou os futuros contratos com as editoras privadas e tal.

E: Você falou que agora nessa nova política aí que vocês fizeram realmente a criação do comitê gestor. A minha pergunta seria a seguinte: Dentro do comitê gestor quem faz parte, além logicamente dos bibliotecários? Fazem parte docentes, discentes? Você acabou de me falar que o setor privado não foi consultado provavelmente, então, não faz parte do comitê gestor.

C: Os membros do comitê gestor são: o Sistema de Bibliotecas, o Núcleo de Editoração e Audiovisual, Assessoria de Comunicação, o Núcleo de Tecnologia da Informação, Pró-reitoria de Planejamento, Pró-reitoria de Graduação, Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pró-reitoria de Extensão. No caso são os pró-reitores ou alguém que eles indicarem para substituí-los e o Sistema de Bibliotecas, esses oito.

E: Então o comitê gestor, no seu caso, trata de casos do funcionamento do repositório mesmo. Na verdade agora está tratando do... porque a política de acesso aberto foi anterior. Acho que agora eu compreendi, o processo da política se deu antes da formação do comitê.

C: Exatamente, isso mesmo.

E: Eu vou pular para a próxima pergunta, você já falou inclusive algumas coisas, só confirmar com você. Quando a gente falou da questão do setor privado e aí você colocou algumas restrições na política, inclusive eu li, são com relação a documentos que estejam com algum embargo da Lei de Direitos Autorais. Então vou só pedir para você confirmar porque a minha pergunta é em relação a essas questões jurídicas, se isso é contemplado na política, eu sei que sim, mas eu vou só confirmar com você quais são as questões que você julgaram importantes de colocar na política. As opções são: A permissão total ou parcial para disponibilização da obra pelos autores e coautores, obras que encontram-se em domínio público, direitos patrimoniais, transferência de cessão de direitos de autores e concessão dada à associação de titulares de direito de autores; ou outra questão jurídica que eu não tenha colocado aqui na pergunta que você queira mencionar.

C: Essa é um pouco complicada... A gente tem uma outra Resolução nº 10/2014 do CONEP que fala das questões relativas à Lei 9.160 em diversos trabalhos que já são enviados para as bibliotecas e que entram agora no repositório, principalmente trabalhos acadêmicos. Em relação a produção científica publicada, eu acho que a gente só tocou naqueles pontos mesmo, do que fica desobrigado. E o repositório trabalha com a licença de concessão de direitos não exclusiva que é a *Creative Commons* para quem quer estabelecer os direitos sobre os trabalhos que está depositando. É mais ou menos isso, não sei se contempla toda a sua pergunta.

E: Em relação a isso que você tocou agora, na Resolução nº 10, essa resolução é exclusiva para publicações que serão enviadas à biblioteca ou ela é direcionada a todas as publicações que tenham vínculo com a instituição.

C: Essa 10/2014 é exclusiva de depósito obrigatório das bibliotecas, então ela só versa sobre o que vai ser mandado para as bibliotecas que são os trabalhos acadêmicos escritos aqui, monografias de graduação, especialização, dissertação e tese; e obras publicadas pela Universidade Federal de Sergipe, especificamente pela editora [...].

E: Vou pular para a próxima pergunta, você julga a recepção da Reitoria, dos Conselhos Superiores dentro da Federal de Sergipe em relação a implantação do repositório. Sei que teve uma implantação anterior a sua que talvez você não possa julgar, mas da sua visão como gestor, o que você acha foi essa recepção e se você possa falar se teve pontos positivos e pontos negativos.

C: A recepção foi boa inclusive na época da reforma, digamos assim, do repositório, veio da Reitoria um suporte muito grande para gente conseguir junto com o NTI passar esse projeto na frente do outros e quando foi para o Conselho Superior para ser aprovado, no caso para o CONEP, Conselho de Ensino e Pesquisa foi aprovado por unanimidade com pouquíssimas sugestões de alteração na política e coisas do tipo. Então a reação foi boa, foi muito bom, ponto negativo na implantação do repositório não teve não.

E: De um modo geral, você acredita que a política de acesso aberto, hoje, da Federal do Sergipe ela está embasando plenamente as questões do gerenciamento, disseminação e preservação da informação científica dentro da Federal? Ou você acha que tem alguma coisa a ser modificada, a ser contemplada ou reformulação que você desejem fazer?

C: Eu vou responder que não pela questão da preservação, de disseminação eu acho que sim. Mas de preservação eu acho que ficou um pouco vago, só fala que é responsabilidade do NTI mas não entra muito nenhuma questão nem técnica e nem política de como é feito essa questão da preservação da informação e isso é algo que me preocupa um pouco. Então por causa disso eu diria que não, mas quanto a gerenciamento e disseminação eu acho que sim.

E: Essa era minha última pergunta e eu vou deixar aberto para você colocar alguma coisa que eu não tenha perguntado e que você acha que seja importante fala. Você pode ficar a vontade e mandar o áudio que você quiser.

C: Acho que nesse momento, nessa nova etapa de novembro pra cá as coisas tem andado bem, a gente tem conseguido divulgar bastante, o pessoal tem conhecido mais o repositório do que antes, principalmente com a junção com a BDTB. Mas eu acho que a parte mais complicada ainda e que a política não conseguiu resolver, embora ela não seja deficiente em relação a isso, mas eu falo que mesmo estando

lá, é a questão mesmo de conscientização dos professores mandarem o trabalho, publicar. A gente não ter que ficar todo mês mandando memorando, e mesmo com o memorando ainda ser um pouco incipiente esse recebimento principalmente da produção científica, porque da produção acadêmica e de eventos a gente tem recebido bastante. Então eu percebi que ele tem melhorado bastante, principalmente com essa nova política.

E: Vou deixar aberto para você falar o que você sentir a vontade de falar. A formulação da política a partir do comitê gestor o que você indicaria como pontos positivos, pontos negativos, observações que você tem feito, projeções futuras.

C: Na verdade o comitê gestor foi instaurado depois da aprovação da política de acesso aberto, ela foi aprovada e ela dizia que teria que se formar um comitê gestor. Aí a gente já teve uma reunião, como eu falei que foi em novembro do ano passado essa nova política, e eu achei que o comitê gestor está pegando questões mais práticas. Por exemplo, definição do livro da editora da [...] antigos vão ser digitalizados, previsão de espaço para vídeo no servidor esse tipo de coisa.

Entrevista 4:

Nome adotado: D Formação em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília; Mestrado; está há 5 anos como gestor do repositório e não participou da sua implementação. Dedicar-se exclusivamente ao RI.

Entrevistadora: No início de processo de implantação, a Universidade diagnosticou a importância de construir uma política institucional de acesso aberto?

D: () Sim (X) Não

E: Como ocorreu a divulgação entre a comunidade acadêmica dessa(s) política(s)? Comente, por favor.

D: Reitoria e Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação informaram as demais unidades

E: Quais desses documentos oficiais corroboram para a prática de Instituição integrada? (Assinale uma ou mais opções)

D: (X) Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

() Estatutos

() Regimentos

(X) Regulamentos

() Outros. Especifique: _____

E: Você consideraria que a política de acesso aberto refletiu que a Universidade considera necessário o modo organizacional em redes, ou seja, visa práticas que integrem toda comunidade acadêmica afim da promoção de um bem comum, no caso, a disponibilização da produção institucional por meio do RIs?

D: (X) Sim () Não

E: Para as práticas de gestão do Repositório Institucional, os responsáveis julgaram necessária a criação ou ampliação de um diálogo com o setor privado, tais como do mercado editorial, por exemplo?

D: (X) Sim () Não () Não se aplica

E: Em caso positivo, comente essa experiência.

D: O RI[...] sempre pede a autorização para divulgação de conteúdos quando necessário.

E: Previram-se ações para criação de um comitê gestor que envolvesse membros docentes, discentes e técnico-administrativos para a discussão da política de acesso aberto?

D: (X) Sim () Não

E: Se sim, comente o papel do Comitê Gestor na formulação da política de acesso aberto. Aponte os pontos positivos e negativos.

D: É fundamental a contribuição dos agentes acadêmicos para a construção e uma política que sirva a todos os segmentos.

E: Como a Reitoria, os Conselhos Superiores e demais instâncias superiores reagiram frente à possibilidade de implantação do Repositório Institucional? Comente os pontos positivos e negativos.

D: Eles perceberam a necessidade da ferramenta para a gestão da produção científica da Universidade.

E: Como a Reitoria, os Conselhos Superiores e demais instâncias superiores responderam a criação das políticas institucionais para implantação do repositório institucional? Comente os pontos positivos e negativos.

D: Eles perceberam a necessidade da política para a gestão da produção científica da Universidade.

E: De um modo geral, você acredita que a política de acesso aberto embasa plenamente as questões de gerenciamento, disseminação e preservação da informação científica da sua instituição?

D: (X) Sim () Não

Entrevista 5:

Nome adotado: E. Formação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará; Mestrado; está há mais de um ano como gestor do repositório e não participou da sua implementação. Dedicar-se exclusivamente ao RI.

Entrevistadora: No início de processo de implantação, a Universidade diagnosticou a importância de construir uma política institucional de acesso aberto?

E: Sim Não

En: Em caso positivo a resposta anterior, a política de acesso aberto foi uma ação compartilhada entre: (Assinale uma ou mais opções)

E: Os responsáveis do Repositório

Direção da Universidade

A comunidade acadêmica

Conselhos Institucionais

Não se aplica

En: Quais desses documentos oficiais corroboram para a prática de Instituição integrada? (Assinale uma ou mais opções)

E: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

Estatutos

Regimentos

Regulamentos

Outros. Especifique: _____

En: Você consideraria que a política de acesso aberto refletiu que a Universidade considera necessário o modo organizacional em redes, ou seja, visa práticas que integrem toda comunidade acadêmica afim da promoção de um bem comum, no caso, a disponibilização da produção institucional por meio do RIs?

E: Sim Não

En: Para as práticas de gestão do Repositório Institucional, os responsáveis julgaram necessária a criação ou ampliação de um diálogo com o setor privado, tais como do mercado editorial, por exemplo?

E: () Sim () Não (X) Não se aplica

En: Previram-se ações para criação de um comitê gestor que envolvesse membros docentes, discentes e técnico-administrativos para a discussão da política de acesso aberto?

E: () Sim (X) Não

En: Quanto às questões jurídicas inclusas na Lei n. 9160/1998 (Lei de Direitos Autorais), a política discutiu com o setor privado algumas das questões jurídicas mencionadas abaixo: (Assinale uma ou mais opções)

E: (X) Permissão total ou parcial para disponibilização da obra pelos autores e co-autores

(X) Obras que encontram-se em domínio público

() Direitos patrimoniais

() Transferência de cessão de direitos de autores

() Concessão dada a Associação de Titulares de Direitos de Autor

() Outros. Especifique: _____

En: Como a Reitoria, os Conselhos Superiores e demais instâncias superiores reagiram frente à possibilidade de implantação do Repositório Institucional? Comente os pontos positivos e negativos.

E: Repositório já está implantado.

En: Como a Reitoria, os Conselhos Superiores e demais instâncias superiores responderam a criação das políticas institucionais para implantação do repositório institucional? Comente os pontos positivos e negativos.

E: De forma positiva, pois existe e necessidade de implantação dessa política até mesmo para fins de transparência das ações que são realizadas.

En: De um modo geral, você acredita que a política de acesso aberto embasa plenamente as questões de gerenciamento, disseminação e preservação da informação científica da sua instituição?

E: (X) Sim () Não

Entrevista 6:

Nome adotado: F. Formação em Biblioteconomia pelo Centro Universitário de Formiga; Especialização; está há 5 anos como gestor do repositório e participou da sua implementação. Dedicar-se exclusivamente ao RI.

E: No início de processo de implantação, a Universidade diagnosticou a importância de construir uma política institucional de acesso aberto?

F: Sim () Não

E: Em caso positivo a resposta anterior, a política de acesso aberto foi uma ação compartilhada entre:

F: () Os responsáveis do Repositório

() Direção da Universidade

() A comunidade acadêmica

() Conselhos Institucionais

Não se aplica

E: Por favor, comente esse processo:

F: A política institucional de informação foi aprovada antes de o repositório ser lançado. A implantação do repositório foi fruto do trabalho de mestrado da bibliotecária Simone.

E: Como ocorreu a divulgação entre a comunidade acadêmica dessa(s) política(s)? Comente, por favor.

F: Houve divulgação nas assembleias departamentais da universidade.

E: Quais desses documentos oficiais corroboram para a prática de Instituição integrada? (Assinale uma ou mais opções)

F: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

() Estatutos

() Regimentos

() Regulamentos

() Outros. Especifique: _____

E: Você consideraria que a política de acesso aberto refletiu que a Universidade considera necessário o modo organizacional em redes, ou seja, visa práticas que integrem toda comunidade acadêmica afim da promoção de um bem comum, no caso, a disponibilização da produção institucional por meio do RIs?

F: (X) Sim () Não

E: Para as práticas de gestão do Repositório Institucional, os responsáveis julgaram necessária a criação ou ampliação de um diálogo com o setor privado, tais como do mercado editorial, por exemplo?

F: () Sim () Não (X) Não se aplica

E: Previam-se ações para criação de um comitê gestor que envolvesse membros docentes, discentes e técnico-administrativos para a discussão da política de acesso aberto?

F: () Sim (X) Não

E: Quanto às questões jurídicas inclusas na Lei n. 9160/1998 (Lei de Direitos Autorais), a política discutiu com o setor privado algumas das questões jurídicas mencionadas abaixo: (Assinale uma ou mais opções)

F: () Permissão total ou parcial para disponibilização da obra pelos autores e co-autores

() Obras que encontram-se em domínio público

() Direitos patrimoniais

() Transferência de cessão de direitos de autores

() Concessão dada a Associação de Titulares de Direitos de Autor

(X) Outros. Especifique: Licença creative commons e Licença de distribuição não exclusiva.

E: Como a Reitoria, os Conselhos Superiores e demais instâncias superiores reagiram frente à possibilidade de implantação do Repositório Institucional? Comente os pontos positivos e negativos.

F: No primeiro momento estes órgãos não tinham conhecimento do que seria um Repositório Institucional, somente após a implantação do projeto piloto e com as iniciativas de divulgação é que tomaram conhecimento. A reitoria ficou mais a par da implantação, pois a documentação do IBICT deveria ser assinada pelo reitor e o mesmo participou da pesquisa de implantação, então a reitoria deu total apoio a implantação. O reitor viu na implantação a possibilidade de: aumentar a visibilidade da produção científica institucional; preservação da produção científica; melhoria da qualidade dos trabalhos científicos; aumento do potencial da instituição; transparência dos recursos públicos.

Os Conselhos Superiores e demais instâncias só vieram a ter conhecimento da implantação, no momento da aprovação da Política Institucional de Informação. Não tinham conhecimento do que seria um repositório institucional ou alguns tinham conhecimento superficial.

E: Como a Reitoria, os Conselhos Superiores e demais instâncias superiores responderam a criação das políticas institucionais para implantação do repositório institucional? Comente os pontos positivos e negativos.

F: Ponto positivo foi o apoio para implantação do RI pela reitoria

Negativo: Desconhecimento das políticas de informação e do repositório institucional; Preocupação com direitos autorais; Alegaram as inúmeras atribuições dos pesquisadores; Comodismo e barreira quanto a aprovação desta política como de depósito obrigatório, o que provoca uma baixa adesão ao depósito voluntário.

E: De um modo geral, você acredita que a política de acesso aberto embasa plenamente as questões de gerenciamento, disseminação e preservação da informação científica da sua instituição?

F: () Sim (X) Não

E: Em caso negativo, comente o que você acredita deva ser modificado para atingir esse objetivo.

F: Pouca adesão ao auto-depósito.

Entrevista 7:

Nome adotado: G. Formação em Biblioteconomia; Especialização; está há 5 anos como gestor do repositório e participou da sua implementação. Além de ser responsável pelo RI, ainda exerce a função de chefia do sistema de bibliotecas.

E: No início de processo de implantação, a Universidade diagnosticou a importância de construir uma política institucional de acesso aberto?

G: () Sim (X) Não

E: Por favor, comente esse processo:

G: A política de informação utilizada foi um modelo padrão que o IBICT disponibilizava. Naquele momento, cerca de 5 anos atrás, não tinha - noção da importância de uma política de acesso aberto a informação científica institucional que abrangesse teses, artigos científicos, dissertações e livros e outras tipologias.

E: Como ocorreu a divulgação entre a comunidade acadêmica dessa(s) política(s)? Comente, por favor.

G: Disponibilizou a política no site do Repositório. Organizou um evento para lançamento do Repositório.

E: Quais desses documentos oficiais corroboram para a prática de Instituição integrada?

G: (X) Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

(X) Estatutos

(X) Regimentos

() Regulamentos

() Outros. Especifique: _____

E: Você consideraria que a política de acesso aberto refletiu que a Universidade considera necessário o modo organizacional em redes, ou seja, visa práticas que integrem toda comunidade acadêmica afim da promoção de um bem comum, no caso, a disponibilização da produção institucional por meio do RIs?

G: Sim Não

E: Para as práticas de gestão do Repositório Institucional, os responsáveis julgaram necessária a criação ou ampliação de um diálogo com o setor privado, tais como do mercado editorial, por exemplo?

G: Sim Não Não se aplica

E: Em caso positivo, comente essa experiência.

G: Manter o diálogo com os editores é muito importante para evitar problemas, por exemplo, relacionados aos direitos autorais patrimoniais.

E: Previram-se ações para criação de um comitê gestor que envolvesse membros docentes, discentes e técnico-administrativos para a discussão da política de acesso aberto?

G: Sim Não

E: Quanto às questões jurídicas inclusas na Lei n. 9160/1998 (Lei de Direitos Autorais), a política discutiu com o setor privado algumas das questões jurídicas mencionadas abaixo:

G: Permissão total ou parcial para disponibilização da obra pelos autores e co-autores

Obras que encontram-se em domínio público

Direitos patrimoniais

Transferência de cessão de direitos de autores

Concessão dada a Associação de Titulares de Direitos de Autor

Outros. Especifique: _____

E: Como a Reitoria, os Conselhos Superiores e demais instâncias superiores reagiram frente à possibilidade de implantação do Repositório Institucional? Comente os pontos positivos e negativos.

G: A alta direção da Universidade recebeu muito bem a proposta de criação do Repositório Institucional. Todos os pontos foram positivos sempre tivemos apoio e participação desses na implantação e desenvolvimento do Repositório.

E: Como a Reitoria, os Conselhos Superiores e demais instâncias superiores responderam a criação das políticas institucionais para implantação do repositório institucional? Comente os pontos positivos e negativos.

G: Adotou-se a política modelo do IBICT. Não teve questionamentos sobre os pontos da política, até porque essa é uma política recomendatória e não obrigatória.

E: De um modo geral, você acredita que a política de acesso aberto embasa plenamente as questões de gerenciamento, disseminação e preservação da informação científica da sua instituição?

G: () Sim (X) Não

E: Em caso negativo, comente o que você acredita deva ser modificado para atingir esse objetivo.

G: A política de informação do Repositório desta Instituição deve ser reformulada. Após todos estes anos ocorreram mudanças e esclarecimentos sobre o que a política deve abordar. Por exemplo, a parte de preservação digital. Que não é citada na política atual.

E: Comentário adicional:

G: Creio que uma política nacional de acesso aberto, pode direcionar a elaboração de políticas institucionais. No Entanto, não é possível aderir a uma política padrão para todos os Repositórios, visto que a do IBICT não funcionou devido as particularidades de cada instituição, seus estatutos, regimentos, políticas internas que tratam da informação científica. A pró-reitora de pós-graduação mantém se o foco nas questões que a CAPES coloca. Nas avaliações da CAPES. Etc. Então, sempre há o questionamento a respeito da participação da CAPES no processo de elaboração de políticas de acesso aberto à informação científicas, além disso questionam se isso leva a algum tipo de pontuação para os pesquisadores.

Entrevista 8:

Nome adotado: H. Formação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Mestrado; está há 6 anos como gestor do repositório e participou da sua implementação. Além de ser responsável pelo RI, ainda trabalha no portal de periódicos eletrônicos e na biblioteca digital da Instituição.

E: No início de processo de implantação, a Universidade diagnosticou a importância de construir uma política institucional de acesso aberto?

H: () Sim (X) Não

E: Por favor, comente esse processo:

H: A universidade seguiu uma recomendação do IBICT, e entendeu a necessidade apontada pelo prof Hélio Kuramoto.

E: Como ocorreu a divulgação entre a comunidade acadêmica dessa(s) política(s)? Comente, por favor.

H: Por meio de capacitação ministrada sobre o RI UFRN para técnicos e docentes, de entrevistas na TV Universitária, e visitas orientadas na Biblioteca Central.

E: Quais desses documentos oficiais corroboram para a prática de Instituição integrada?

H: (X) Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

() Estatutos

(X) Regimentos

(X) Regulamentos

() Outros. Especifique: _____

E: Você consideraria que a política de acesso aberto refletiu que a Universidade considera necessário o modo organizacional em redes, ou seja, visa práticas que integrem toda comunidade acadêmica afim da promoção de um bem comum, no caso, a disponibilização da produção institucional por meio do RIs?

H: (X) Sim () Não

E: Para as práticas de gestão do Repositório Institucional, os responsáveis julgaram necessária a criação ou ampliação de um diálogo com o setor privado, tais como do mercado editorial, por exemplo?

H: Sim Não Não se aplica

E: Previram-se ações para criação de um comitê gestor que envolvesse membros docentes, discentes e técnico-administrativos para a discussão da política de acesso aberto?

H: Sim Não

E: Se sim, comente o papel do Comitê Gestor na formulação da política de acesso aberto. Aponte os pontos positivos e negativos.

H: Apesar de contarmos com um comitê gestor (no qual não apresenta representantes discentes), o mesmo discute formas de desenvolver o RI, mas não discute política de acesso aberto, apenas segue o que já temos como modelo do IBICT.

E: Quanto às questões jurídicas inclusas na Lei n. 9160/1998 (Lei de Direitos Autorais), a política discutiu com o setor privado algumas das questões jurídicas mencionadas abaixo:

H: Permissão total ou parcial para disponibilização da obra pelos autores e co-autores

Obras que encontram-se em domínio público

Direitos patrimoniais

Transferência de cessão de direitos de autores

Concessão dada a Associação de Titulares de Direitos de Autor

Outros. Especifique: _____

E: Como a Reitoria, os Conselhos Superiores e demais instâncias superiores reagiram frente à possibilidade de implantação do Repositório Institucional? Comente os pontos positivos e negativos.

H: Essa disseminação foi feita pelo IBICT direto o Reitor da Universidade. O mesmo recebeu e pediu providências junto a Pró Reitoria de Pesquisa e Sistemas de Bibliotecas. Assim a equipe foi se formando.

O ponto negativo foi desconhecimento da equipe perante aos novos desafios de acesso aberto, políticas e desenvolvimento de repositórios.

E: Como a Reitoria, os Conselhos Superiores e demais instâncias superiores responderam a criação das políticas institucionais para implantação do repositório institucional? Comente os pontos positivos e negativos.

H: A princípio tudo foi novidade, o ponto positivo foi a possibilidade de disponibilizar o texto completo para o usuário.

Negativo, foi e ainda é alimentação, o retrabalho (inserir em vários locais) e a dificuldade dos esclarecimentos dos direitos autorais.

E: De um modo geral, você acredita que a política de acesso aberto embasa plenamente as questões de gerenciamento, disseminação e preservação da informação científica da sua instituição?

H: () Sim (X) Não

E: Em caso negativo, comente o que você acredita deva ser modificado para atingir esse objetivo.

H: Acredito que a política deva ser mais detalhada. Explique sobre preservação digital e que possa ser disseminada a cada gestão que passa na universidade. Precisa fazer parte das plenárias de departamentos.

Entrevista 9:

Nome adotado: I. Formação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Goiás; Especialização; está há 9 anos como gestor do repositório e participou da sua implementação. Além de ser responsável pelo RI, ainda trabalha no portal de periódicos eletrônicos da Instituição.

E: No início de processo de implantação, a Universidade diagnosticou a importância de construir uma política institucional de acesso aberto?

I: Sim Não

E: Quais desses documentos oficiais corroboram para a prática de Instituição integrada? (Assinale uma ou mais opções)

I: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

Estatutos

Regimentos

Regulamentos

Outros. Especifique: _____

E: Você consideraria que a política de acesso aberto refletiu que a Universidade considera necessário o modo organizacional em redes, ou seja, visa práticas que integrem toda comunidade acadêmica afim da promoção de um bem comum, no caso, a disponibilização da produção institucional por meio do RIs?

I: Sim Não

E: Para as práticas de gestão do Repositório Institucional, os responsáveis julgaram necessária a criação ou ampliação de um diálogo com o setor privado, tais como do mercado editorial, por exemplo?

I: Sim Não Não se aplica

E: Previam-se ações para criação de um comitê gestor que envolvesse membros docentes, discentes e técnico-administrativos para a discussão da política de acesso aberto?

I: Sim Não

E: Se sim, comente o papel do Comitê Gestor na formulação da política de acesso aberto. Aponte os pontos positivos e negativos.

I: Existe uma resolução, discentes não fazem parte do comitê gestor.

E: Quanto às questões jurídicas inclusas na Lei n. 9160/1998 (Lei de Direitos Autorais), a política discutiu com o setor privado algumas das questões jurídicas mencionadas abaixo: (Assinale uma ou mais opções)

I: Permissão total ou parcial para disponibilização da obra pelos autores e co-autores

Obras que encontram-se em domínio público

Direitos patrimoniais

Transferência de cessão de direitos de autores

Concessão dada a Associação de Titulares de Direitos de Autor

Outros. Especifique: _____

E: Como a Reitoria, os Conselhos Superiores e demais instâncias superiores reagiram frente à possibilidade de implantação do Repositório Institucional? Comente os pontos positivos e negativos.

I: Positivo - sensibilização por meio da câmara de pesquisa e pós-graduação

Negativo - não resolução a forma de povoamento dos *pre-prints* não foi aprovada.

E: Como a Reitoria, os Conselhos Superiores e demais instâncias superiores responderam a criação das políticas institucionais para implantação do repositório institucional? Comente os pontos positivos e negativos.

I: Positivo- divulgação da produção científica

Negativo - há pouco interesse

E: De um modo geral, você acredita que a política de acesso aberto embasa plenamente as questões de gerenciamento, disseminação e preservação da informação científica da sua instituição?

I: Sim Não

E: Comentário adicional:

I: Precisamos retomar a divulgação dos RI para melhor visibilidade da produção científica da universidade

Entrevista 10:

Nome adotado: J. Formação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande; Pós-doutorado; está há 8 anos como gestor do repositório e participou da sua implementação. Além de ser responsável pelo RI, ainda trabalha na Pró-Reitoria da universidade.

E: No início de processo de implantação, a Universidade diagnosticou a importância de construir uma política institucional de acesso aberto?

J: Sim Não

E: Em caso positivo a resposta anterior, a política de acesso aberto foi uma ação compartilhada entre:

J: Os responsáveis do Repositório

Direção da Universidade

A comunidade acadêmica

Conselhos Institucionais

Não se aplica

E: Por favor, comente esse processo:

J: A política do RI foi construída e implementada.

E: Como ocorreu a divulgação entre a comunidade acadêmica dessa(s) política(s)?

Comente, por favor.

J: Divulgação interna

E: Quais desses documentos oficiais corroboram para a prática de Instituição integrada?

J: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

Estatutos

Regimentos

Regulamentos

Outros. Especifique: _____

E: Você consideraria que a política de acesso aberto refletiu que a Universidade considera necessário o modo organizacional em redes, ou seja, visa práticas que integrem toda comunidade acadêmica afim da promoção de um bem comum, no caso, a disponibilização da produção institucional por meio do RIs?

J: Sim Não

E: Para as práticas de gestão do Repositório Institucional, os responsáveis julgaram necessária a criação ou ampliação de um diálogo com o setor privado, tais como do mercado editorial, por exemplo?

J: Sim Não Não se aplica

E: Previam-se ações para criação de um comitê gestor que envolvesse membros docentes, discentes e técnico-administrativos para a discussão da política de acesso aberto?

J: Sim Não

E: Como a Reitoria, os Conselhos Superiores e demais instâncias superiores reagiram frente à possibilidade de implantação do Repositório Institucional? Comente os pontos positivos e negativos.

J: Muito bem aceito.

E: Como a Reitoria, os Conselhos Superiores e demais instâncias superiores responderam a criação das políticas institucionais para implantação do repositório institucional? Comente os pontos positivos e negativos.

J: Muito bem aceito. Somente o Nucleo de tecnologia da informação que não foi muito de acordo, no início.

E: De um modo geral, você acredita que a política de acesso aberto embasa plenamente as questões de gerenciamento, disseminação e preservação da informação científica da sua instituição?

J: Sim Não

E: Comentário adicional:

J: Temos uma trajetória desde que se começou a falar no tema, alguns pontos evoluíram, mas, no Brasil, ainda não temos uma política nacional sobre a temática que "obrigue" as IFES a depositar o que produzem.

Entrevista 11:

Nome adotado: L. Formação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande; Pós-doutorado; está há 10 anos como gestor do repositório e participou da sua implementação e se dedica exclusivamente ao repositório.

E: A entrevista está dividida em seis pequenos blocos, nesse primeiro bloco há uma pergunta basicamente para saber o perfil do entrevistado. Na pesquisa eu vou colocar a fala, mas não vou colocar quem falou, não vou identificar os entrevistados. Só para gente ter panorama de como é a formação dos gestores de repositórios. Qual a sua formação? Aonde você se formou? E qual o nível de dissertação: mestrado, doutorado, pós-doutorado?

[...]

E: É o segundo bloco, eu estou perguntando sobre a transparência em relação ao fluxo de informação em relação a essa questão do repositório. Então a primeira pergunta que eu faço nesse segundo bloco é se no início da implantação a universidade como um todo tem uma mudança de conjuntura política e institucional de acesso aberto ou política de informação que muitas pessoas chamam de política de informação?

L: No início o que começou se fazer foram alguns mandatos. O mandato para tese e dissertações, a obrigatoriedade do repositório, depois a pró-reitoria de graduação também fez em relação aos TCCs por causa da avaliação do MEC. Foi gradativamente sendo feito até que se criou um comitê gestor e aí esse comitê gestor fez a política de informação.

E: Não sei se você consegue lembrar quem participou no comitê gestor no caso ou você como responsáveis pelo repositório...

L: Então... Tem um representante de cada uma das áreas do conhecimento, um representante da Secretaria de Ensino à Distância, um representante da Biblioteca Central e aqui um analista e duas bibliotecárias, e a Janice minha colega.

E: Você considera que esse processo foi um processo tranquilo ou você acha que tiveram algumas barreiras, alguns entraves normal às vezes ou possa ter tido alguma coisa que funcionou melhor?

L: Não, na verdade, a gente teve toda receptividade da Reitoria na época pra criar esse comitê, em função da política e da necessidade de criar e de realmente institucionalizar o repositório. Então teve sempre todo apoio da Reitoria pra isso, não tivemos dificuldade nem para constituir o comitê, as pessoas que foram convidadas imediatamente aceitaram, então foi muito tranquilo.

E: E como é que se deu a divulgação dessa política dentro da comunidade acadêmica? Como você falou que a recepção foi boa da Reitoria, você acha que a comunidade acadêmica também caminhou nesse mesmo sentido?

L: A divulgação, a gente fez uma divulgação interna e divulgação externa da política, registramos nos diretórios. A divulgação, na verdade, a gente não fez mais depois que foi aprovado pelo CONSUNI, Conselho Universitário. A gente fez a divulgação da política e ela está disponível no repositório, quando a gente vai a eventos, encontros, dar palestras aqui na Universidade a gente sempre ressalta esses mandatos e a política, que a gente está respaldado pela Reitoria, por um comitê, que as decisões são tomadas por um grupo de pessoas. A gente sempre passa isso, principalmente para os alunos quando a gente faz divulgação tanto para o pessoal da graduação quanto da pós-graduação a gente sempre enfatiza toda essa regulamentação do repositório desde o início.

E: Agora vou passar para o terceiro bloco, que é como a instituição funciona como um todo; se trabalha como uma forma de rede integrada. A primeira pergunta é se você acha que algum documento institucional ajudou nesse processo, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), estatutos, regimentos, regulamentos ou algum outro documento institucional que possa ter ajudado a vocês nessa implementação da política.

L: Isso tudo ajuda sempre. A gente se baseou assim nas políticas internacionais e como os repositórios trabalham e como isso deu força para os repositórios se institucionalizarem; e o mais importante foi a receptividade dos bibliotecários nas bibliotecas que começaram a trabalhar mais intensamente com a gente também divulgando as políticas e necessidade da disponibilização do repositório. Com o

auxílio das bibliotecas essas políticas e mandatos foram divulgados para os docentes e também para os alunos então a partir daí o repositório começou a crescer muito mais rapidamente. Teve o apoio não só da Reitoria como das pessoas que trabalham no sistema de bibliotecas e de muitas unidades que começaram a quer incluir cada vez mais documentos vendo a visibilidade que o repositório dava. Fez com que as pessoas cada vez quisessem depositar seus documentos no [...].

E: A próxima pergunta você até já me respondeu, se a comunidade tinha conseguido captar essa visão de que o repositório... quer dizer as práticas do processo aberto dentro da comunidade faziam parte de um bem comum. Então você já conseguiu até me responder.

L: Exatamente, tem dois aspectos ali, que é a questão de disponibilizar mesmo toda produção que é uma coisa importante para sociedade e tal, mas também tem uma questão das bibliotecas que é a redução do espaço físico. Então a digitalização do material antigo, conseguimos artigos que já estão em acesso aberto, tanto no portal CAPES quanto no SciELO. E fazer essa parte retrospectiva não só os que estão publicando agora, mas também o que já foi publicado que estava em papel na biblioteca ou teses e dissertações no sistema digitalizado também nas bibliotecas; também na autorização dos autores e mandam o tempo inteiro, eles não descontinuam a entrada desse material que vem das bibliotecas. Além de disponibilizar esse meio de acesso aberto elas também resolvem um problema que é a preservação desse material que é extremamente importante na instituição, quer dizer em relação da memória técnica, artística e científica e da redução do espaço ocupado por esse material. Mesmo o material antigo, a gente vê que ele é utilizado quando tá no [...] enquanto quanto ele está na biblioteca eu acredito que ele não tem utilização.

E: Na verdade com esse trabalho você conseguiu resolver dois problemas na verdade. Então vou passar para o próximo bloco que fala do diálogo entre o repositório com o setor privado, e aí a primeira pergunta é se quando vocês elaboraram, sentaram para construir a política em algum momento foi necessário sentar com o setor privado. Setor privado no caso, que eu digo, é o mercado editorial no caso os periódicos pra poder discutir a questão dos direitos autorais.

L: A gente não fez isso. Geralmente quem faz isso por nós são as nossas associações, a CBBU, o próprio pessoal da CAPES que gerencia o portal procura que alguns autores abram um pouco mais as suas permissões para repositórios. Também eles têm essa preocupação, eu acho. Então nós não sentamos com os editores para isso. Mas, por exemplo, a gente sentou com a editora da [...] que é uma editora da universidade também e ela não colocava nada em acesso aberto, então começou em casa. Fazendo com que a Universidade visse a necessidade ou os benefícios de colocar a sua própria editora, seus próprios livros em acesso aberto. Então nós conseguimos um trabalho bom com o próprio diretor da editora desde o ano passado, então tem agora algumas coleções da editora que já estão sendo editadas em acesso aberto e estão entrando no [...], versões séries e e-books. E o outro contato que a gente tem com os editores é quando não estão bem claro quais são as permissões desse editor para o repositório então a gente entra em contato. Também com associações que promovem eventos, fazem anais de eventos eletrônicos, a gente pede autorização. Contato a gente faz também com editores de evento, presidentes de associações para poder disponibilizar trabalhos de eventos, também. A gente tem esse trabalho mais pontual, não é um trabalho mais geral como conscientização dos editores. Periódicos para o portal, científicos da Universidade, são em acesso aberto, sempre foi em acesso aberto. A necessidade de melhorar qualidade, melhorar a visibilidade nós também acertamos com a pró-reitoria de pesquisa para incentivar o trabalho nesse sentido. O portal dos periódicos ainda não está no [...], mas mesmo assim a gente tem essa preocupação de eles terem uma boa visibilidade para que possam ser descobertos também na *web*.

E: Tem algum projeto que visão no futuro incorporar esses periódicos no [...] ou não?

L: Sim, a gente tem esse projeto em mente, mas temos outras coisas, não vamos dizer que sejam mais urgente, coisas que não estão organizadas. Os periódicos a princípio eles estão lá no portal científico, periódicos científicos, então está se trabalhando bastante nisso. Eles estão organizados, estão todos no SciELO, estão observados pela [...], então é uma coleção que está funcionando e não precisaria necessariamente estar no [...] para funcionar. Então a gente tem outras coleções que precisam de tratamento, totalmente abandonados, abandonados que eu digo

não pelos seus gestores, mas abandonados pela questão da preservação e utilidade. Tivemos uma reunião com a Secretaria de Comunicação e tem um problema muito grande a respeito do acervo de fotos, que é bem complicado e que eles não têm gestão nenhuma sobre isso. Então é uma coleção que está meio abandonada como eu disse. Usam muito, precisam muito de uma organização que não tem. Nós estamos vendo como resolver esse problema da Secretaria de Comunicação. A TV hoje, a TV da Universidade nós já conseguimos trazer pro [...] então uma parte da Secretaria de Comunicação já está lá, mas nós ainda temos a rádio, o jornal e todo acervo fotográfico. Toda a preservação de vídeo e imagem tem muita coisa. Esse e outros acervos que a Universidade tem precisam de uma organização mais urgente, por isso que a gente está lá com os periódicos sem incluir no [...]. Porque eles estão lá organizados, são indexados, têm vários que estão no SciELO, então a questão dos periódicos está resolvida digamos.

E: As duas próximas perguntas eram em relação ao comitê gestor, mas você já me respondeu lá no início. Então eu vou pular elas. A próxima é em relação especificamente a Lei dos Direitos Autorais. Quando foi construída a política vocês se ativeram a algum artigo da Lei nº 9.160 Permissão total ou parcial da disponibilização, as obras já em domínio público, direitos patrimoniais sobre algumas obras, transferência da concessão de direitos e a concessão dada à associação de direitos de titulares do autor ou algum outro artigo que eu não tenha mencionado, por exemplo?

L: Na política eu vou te dizer que eu não lembro direito se tem algum artigo específico sobre o direito de autor, acho que nós temos alguma coisa geral de que o direito sempre vai ser do autor e nós sempre vamos pedir autorização para os autores. Isso lá no começo da biblioteca digital, em 2000, nós conversamos com os procuradores da Universidade para entender como nós podíamos fazer a gestão de direitos autorais; se poderíamos colocar todo acervo que nós tínhamos de teses e dissertações sem pedir autorização para os autores e na época se decidiu que nada entraria no [...] sem a autorização dos autores ou dos editores, então tudo aquilo que já está em acesso aberto que passou por uma licença com a de *Commons* vai entrar. Os que não têm a licença; não está em acesso aberto, não estão licenciados, aí quem vai decidir o que pode entrar no repositório ou não é o editor. As bibliotecas o que é que elas fazem, elas sabem mais ou menos quais são os periódicos da sua

área e elas fazem um levantamento no [...], elas atualizam periodicamente as permissões que aquele editor dá para disponibilização em repositório. Então esse é um trabalho feito pelas bibliotecas, feito por nós também. Então a nossa decisão é: só entra no repositório aquilo que tiver uma autorização expressa do autor ou que estiver licenciado sob uma licença como a *Commons* que permita a disponibilização nos repositórios. Esse foi nosso critério maior em relação aos direitos de autor.

E: Eu vou pular para o próximo bloco já. Você já me falou como foi o processo da política e do repositório também, mas gostaria que você se lembrasse dos pontos positivos e negativos primeiro como relação à implantação do repositório, como a Reitoria e Conselhos Superiores entenderam essa necessidade de implantação. Se você pudesse falar um pouquinho disso.

L: Os pontos negativos em relação à implantação do repositório, o que eu posso te dizer, nós fomos os primeiros a ter um repositório institucional. Apesar do IBICT ter distribuído aqueles kits, dentre tantas universidades, nós também recebemos; quando nós recebemos esse kit nós já tínhamos o repositório, então já tínhamos feito todos os estudos. Uma coisa que nos tomou muito tempo e talvez nós pudéssemos ter feito coisas melhores, é que nós fomos os primeiros. E tivemos muita coisa errada e tivemos que refazer depois; e tem coisas que hoje não tem mais como resolver. Por exemplo, uma coisa que nós fizemos errado quando me pedem assim alguma palestra, entrevista ou bate papo que nós temos como Universidade tem coisas que a gente fez errado na época e hoje não tem mais como consertar; e uma das coisas é o nome dos arquivos. Nós tentamos nos adequar depois as diretrizes do *Open Access*, as diretrizes do IBICT pra ter essa visibilidade e poder ser conectado pelos provedores de serviço. E também que coisas que nos dão mais visibilidade no campus. Outra coisa que prejudica um pouco a nossa visibilidade e é avaliado como um ponto negativo em relação ao [...] é a questão do nome dos arquivos. O nome dos nossos arquivos é o número dos sistemas com que ele é registrado no banco de dados da biblioteca e muitas diretrizes internacionais dizem que os nomes dos arquivos devem ter uma identificação mais clara, por exemplo, o título, as iniciais do nome do autor, alguma coisa nesse estilo. Foi uma coisa negativa que eu considero que hoje não tem mais como mexer porque são cem mil documentos.

Outra coisa que eu não acho que foi negativa foi uma coisa positiva, que nós não adotamos a organização do repositório conforme as orientações ou como a maioria dos repositórios públicos estão organizados que é pelo organograma da instituição. Fizemos uma organização totalmente diferente pensando que o repositório não é para nós, mas sim para que as pessoas achem as coisas. E quem não conhece o organograma da instituição vai procurar aonde? Por exemplo, uma tese sobre agronegócio, eu vou procurar na economia ou vou procurar na engenharia? Então se eu não sei onde está o curso de agronegócios, eu não sei onde vou procurar. Enquanto eu não preciso saber, mas eu consigo procurar igual isso no [...], de uma forma mais simples. Isso é uma coisa positiva. Outras coisas a gente teve que estudar mais sobre DSpace não tinha muita coisa com quem trocar experiência. Foi uma coisa negativa. Logo depois disso os analistas aqui tiveram grande experiência então eles puderam ajudar muita gente. Hoje é uma coisa positiva porque a gente consegue ajudar muita gente, mas no início foi um pouco mais complicado.

E uma coisa positiva em relação ao nosso repositório, é que foi um dos poucos repositórios que conseguiu se firmar e ter um depósito, um fluxo de entrada de documentos muito grande em muitas instituições isso não foi possível. Pontos negativos em relação à Reitoria, por conta das definições que a gente teve tomar com a Reitoria a gente teve que se reunir muitas vezes para explicar, para mostrar, para levar estatísticas porque também na Reitoria as coisas mudam. Em dez anos já teve três reitores, a gente pegou três praticamente quatro. Então tem sempre que conversar com a Reitoria, com os pró-reitores; quando trocam os pró-reitores tem que começar as conversas todas de novo. Então no início isso foi um pouco complicado. Hoje ninguém na Reitoria questiona, uma sorte que a gente teve foi que um reitor teve dois mandatos e o que está agora era vice, então não precisamos começar tudo de novo. Até porque na Universidade hoje ninguém discute a importância do [...]. A gente leva sempre dados com as nossas informações para que o reitor possa também falar e divulgar o [...] nos encontros de reitores, em palestras que ele dá no exterior. Eles sempre pedem informações para mostrar como a Universidade dá visibilidade a sua produção, e aí é um aspecto positivo. Se no início deu um pouco de trabalho, porque as pessoas não entendiam muito bem para que isso, por que o acesso aberto, hoje eles vão apresentar alguma coisa sobre Universidade eles nunca deixam de falar do repositório. Sempre estão

pedindo dados para poder falar e mostrar a visibilidade da produção. Hoje não vejo... Talvez um ponto negativo que possa vir a prejudicar é a dificuldade de aumentar a infraestrutura tecnológica em função dos cortes de verbas. Então pode ter dificuldade de adquirir espaço em disco, comprar equipamentos, comprar disco, isso pode ser uma dificuldade que a gente venha enfrentar daqui a um tempo. Hoje, o (...) é o único que tem espaço garantido fora o sistema de graduação, de pós-graduação da Universidade. Dos sistemas assim o (...) é o uns dos que tem espaço garantido e infraestrutura garantida tanto de pessoal quanto de estrutura técnica. Eu vejo assim que tem Universidades que tem essa dificuldade.

Outra coisa também, no início, quando eu comecei a falar sobre preservação digital; a gente tem o repositório, os documentos guardados em área segura do servidor, tem os *backups*, tem tudo, tem as questões de preservação em longo prazo. Isso eu venho falando desde 2003, 2004 e não tinha muito eco na Universidade. Então agora sim nós vamos conseguir falar de preservação, vamos fazer uma política de preservação digital para toda Universidade. Tem um comitê do qual eu faço parte que está estudando essa preservação não só pra parte de arquivo, como para a parte de bibliotecas e o repositório. Isso é uma coisa que também nós estamos trabalhando para melhorar essa parte da preservação digital. Eu falei há quatro, cinco anos atrás eu falava, falava, mas parecia que e estava falando para as paredes e ninguém estava importando, acho que finalmente a ficha caiu. Acontece. Acho que é uma coisa boa também.

E: Você está falando sobre a política de preservação e é muito difícil as instituições começarem a falar sobre essa política. A próxima pergunta é também sobre isso, pontos positivos e negativos com relação à política institucional; se você consegue identificar pontos positivos e negativos na implementação dessas políticas.

L: A política na verdade é bem geral e deve ser bem geral e regulamentada, tem coisas que a gente vai acrescentando na política com outras regulamentações. Mas nós temos algumas coisas que talvez a gente *podia* ter deixado mais gerais mesmo, como por exemplo a questão dos arquivos. Hoje nós aceitamos para texto apenas PDF e em relação aos periódicos, isso é uma dificuldade, porque tem autores que permitem... só disponibilizaram o *pre-print* e nós restringimos muito o *pos print* em PDF. Então editoras que permitem o *pre-print*, ou a versão do autor e nós fechamos muito em relação a isso. Acho que é um ponto negativo que nós vamos ter que rever

em relação a periódico. Em relação aos formatos nós não restringimos até porque com a questão da preservação a gente não pode restringir mais, tem que ter formatos que a gente possa converter depois. Em relação a formatos nós não restringimos nada, mas em relação ao documento, ao tipo de documento sim foi uma coisa ruim, eu acho, porque hoje nós não podemos colocar certos artigos, certos editores por essa dificuldade. Mas em geral ela é uma medida que por enquanto não está nos dando problemas. O comitê gestor se reuniu muito pouco porque a política prevê coisas já que ele consegue resolver, inclusive as questões de prioridades com essas comunidades que estão aí. A gente sempre dá prioridade ao que está em maior perigo ou menos visibilidade, ela tem o caso das políticas de comunicação. Não tem acontecido de a gente precisar decidir em relação às prioridades, sei lá, que tem algum problema entre áreas que precisasse reunir o comitê; ou tipos de acervos que não deveriam fazer parte da Universidade e algum departamento, por exemplo, quisesse incluir, isso nós não tivemos nenhum problema com política. Ela nos apara em relação às decisões que a gente toma em relação as comunidades e coleções que vão entrar no [...].

E: Você acredita que a política está atendendo plenamente as questões quanto ao gerenciamento, disseminação e preservação da informação? Você já me respondeu que sim, não é?

L: Isso, porque quando se fez a política nós não tínhamos planos do repositório então à gente já viu o que é que precisava regulamentar. Claro que às vezes a política deveria vir antes do repositório, para que o repositório se adaptasse a política, mas nós vimos ao contrário. Eu acho que foi bom, um ponto positivo porque com a experiência com o repositório, e outros repositórios que a gente viu e outras políticas, a gente viu que estava indo pelo caminho certo em relação a comparação a repositórios e políticas estrangeiras, principalmente. Então nós conseguimos fazer uma política que atende as necessidades da Universidade.

E: Agora terminou, essa foi a última pergunta. Eu vou deixar aberto se você quiser fazer algum comentário de alguma pergunta que eu não fiz ou se queira acrescentar alguma coisa.

L: Eu acho que não, na verdade queria saber se escrevestes alguma palestra, objetivo e tal, mas assim tu vais pesquisar universidades federais e o que tu achas que vais encontrar?

E: Então a questão é construir algumas diretrizes da construção das políticas de acesso aberto. A minha instituição, como o mestrado que eu estou fazendo é profissional, quando eu comecei a fazer a pesquisa eu me deparei com o meu problema na verdade. Eu trabalho no CEFET no Rio de Janeiro, e nós não temos; temos a intenção de implantar o repositório, mas a gente ainda não conseguiu. E aí a gente começou a fazer pesquisas em relação a isso e eu entrei nesse trabalho. E a gente conseguiu identificar algumas coisas, primeiro que a gente conseguiu... a maioria... alguns artigos que a gente conseguia ver é que muitas vezes as políticas, como você disse agora, eram feitas após a implementação do repositório. E intenção que eu comecei a pensar era: será que não poderia começar a fazer a política antes para poder embasar? Porque hoje o repositório não tem uma visibilidade, uma discussão que a maioria da comunidade acadêmica já aceita isso tranquilamente, diferente de quando vocês começaram. Acho que para quem está começando, não só o nosso caso, mas instituições que hoje estão começando, por exemplo, muitos *IFs* que também não tem repositório e devem estar se deparando com o mesmo problema que a gente. A ideia é fazer alguns parâmetros para que a gente possa começar a fazer as políticas e a partir das políticas elas possam embasar a comunidade acadêmica para que a gente possa começar a implantar os repositórios dentro dessas universidades que são novas. Na verdade o CEFET nem é tão novo, mas em relação ao desenvolvimento dessa questão de acesso aberto ainda é muito recente, é uma instituição recente. Estamos também debatendo em relação a isso, a política ser na verdade, um instrumento para abrir as portas para o repositório nesse tipo de instituição.

L: Mas é bem isso que eu te falei mesmo, agora que já tem muitos repositórios que já estão consolidados, vocês comecem mesmo pela política e a política que vai dar forças para vocês implantarem, junto a comunidade, o repositório. O caminho é bem esse mesmo. A política tem que vir primeiro para embasar o que a gente vai fazer depois, mas como a gente começou a contrário, deu certo e agora que já temos vários modelos, realmente, fazer um modelo para que possa ser implantados esses repositórios mais novos. E aí tem que se embasar em todas essas normativas

do MEC que ajudam bastante. Acho que é esse o caminho. Espero que dê tudo certo com vocês.

E: Obrigada, não só o seu caso, mas os repositórios que são mais antigos que começaram nesse projeto da FINEP, vocês já tem histórico de ter a BDTD e a gente também nem tem.

L: Isso começou bem antes, lá na BDTD, em 2000. Quem já vinha com a BDTD conseguiu migrar para o repositório de uma forma mais tranquila, mais fácil. O nosso formulário foi várias vezes reformulado para adaptar para que alguns autores pudessem entender o que eles estavam cedendo... cedendo não, disponibilizando no repositório. Se era o texto completo, se era o texto parcial, a partir de que data. Agora eu me lembrei dum erro que também a gente cometeu, que é bom vocês já pensarem nisso na política que é a questão do embargo das teses, dissertações e TCCs; não deixar esse embargo para a data que o autor quiser, colocar um parâmetro. Porque hoje nós tivemos tese para ser disponibilizado só em 2060, a gente tem guardado o arquivo; mas por que essa tese não vai ser disponibilizada até 2060? Só por que o autor quer? Qual o motivo? Também elencar quais os motivos para os embargos, não deixe assim: "Ah porque eu não quero". Tudo bem, o autor pode dizer: não quero e às vezes a gente aceita porque não tem como pressionar e saber o motivo que passa na cabeça da pessoa. Então tentar restringir um pouco os motivos de embargo e o período, a gente viu que para publicação de artigos está cada vez mais difícil. Mas embargar TCC para publicação; embargar por 10 anos, por favor, né?! Primeiro que raramente um TCC consegue ser publicado e segundo que se não publicar logo, ainda mais um TCC que é um estudo mais recente, depois ele não tem mais valor nenhum, a não ser que tenha um levantamento bibliográfico muito bem consolidado. Então tentar evitar esses embargos assim por 10 anos, 5 anos para um TCC, acho que isso é uma coisa importante para vocês pensarem. Nós deixamos isso aberto e agora a gente tem esse problema, nós vamos ter regulamentar isso, também. E aí surge uma dificuldade com a Reitoria e com as pró-reitorias, com os executores e com os alunos. Isso deu dificuldade quando fomos colocar os TCCs, os próprios professores eram contrários, não queriam se publicassem os TCCs no [...] porque eles não tinham uma qualidade boa, eles queriam somente os que fossem conceito A – esconder a sujeira embaixo do tapete. Teve todo um trabalho de conscientização e hoje todas as unidades mandam TCC

para cá, chegam caixas de TCC. O orientador fica meio inseguro no início porque vai expor o seu trabalho final. Mas isso fez com que, eu acho, todo mundo se esforçasse para que fosse melhor, o próprio aluno e o orientador [...] melhorar a qualidade da produção do que é feito na Universidade. Então as pessoas se esforçam um pouco mais e a Universidade disponibiliza tudo, não importa se é conceito C, a Universidade deu um diploma com conceito C. A gente não divulga conceito, mas divulga o documento.

E: E você tocou num ponto importante, como isso melhora a questão da pesquisa dentro da Universidade. Já que agora eu vou disponibilizar, já que agora eu vou ser mais visível do que era antes, então eu tenho que apresentar uma pesquisa ainda melhor. Como isso fomenta dentro da própria Universidade outra visão do TCC, do mestrado... principalmente, o TCC, realmente essa questão: “Ah é só pra terminar o curso, não precisa dar muita importância.” Como isso melhora progressivamente.

L: Mudou claramente em relação ao TCCs foi muito bom, também a qualidade do próprio documento da formatação. Aqui na Universidade lá em dois mil e pouco, tinha teses de dissertação de algumas unidades que não tinham nem resumo nem *abstract*, não tinham formato ABNT e nós fizemos também um trabalho com as pró-reitorias, com as unidades que não tinham esse formato mais definidos e hoje também não se discute, tem *abstract*, tem palavra-chave, resumo pelo menos. Isso também valeu, não só o conteúdo mais a qualidade de apresentação, as referências bibliográficas, os links para as referências para que a pessoa possa navegar de um documento para outros. Isso tudo a gente vai acertando o passo e muitas outras coisas que a Universidade tem que definir e ainda não definiu.

E: Acaba de uma forma indiretamente forçada a se atualizar os departamentos, se adequarem aquela realidade. No CEFET, a gente encontra a mesma coisa, às vezes também você vê um determinado departamento faz um parâmetro, outro departamento faz outro, porque cada um definiu e não tem um parâmetro da Universidade, tem o parâmetro do departamento e fica mais difícil.

ANEXO 1: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UFPA



Carta de Belém

Belém, 24 de maio de 2014

A capacidade de produção, compartilhamento e uso do conhecimento científico constitui atividade essencial ao desenvolvimento social e econômico das nações. Para tanto, a ampla circulação, livre e desimpedida, da informação científica evidencia-se como condição *sine qua non* para os avanços científicos e tecnológicos. No entanto, a comunidade científica enfrenta dificuldades, tanto para acessar quanto para disseminar a informação científica que produz em razão dos obstáculos impostos, sobretudo, por editores científicos comerciais que detêm os direitos de distribuição dos resultados de pesquisa financiados com recursos públicos e por eles publicados. Com o objetivo de minimizar os efeitos negativos desse modelo tradicional de publicação científica, surgiu o movimento internacional em favor do acesso aberto à informação científica. Trata-se da disposição livre, gratuita, sem barreiras ou restrições financeiras e técnicas, de literatura científica por meio da Internet, de modo que possa ser lida, impressa, assim como citada adequadamente e distribuída sem fins comerciais, desde que reconhecidos o direito do autor sobre a integridade e crédito de sua obra.

Uma das estratégias para a operacionalização do acesso aberto à informação científica é o depósito da produção científica publicada em repositórios institucionais de acesso aberto, que promovem a gestão e a ampla disseminação da literatura científica.

Considerando a relevância do conhecimento científico produzido na Amazônia brasileira, para o país e para o mundo, é imperativo que as universidades, institutos de pesquisa e institutos federais da Região Norte se comprometam a:

- criar, por meio de suas bibliotecas, repositórios institucionais observando os pressupostos do acesso aberto à informação científica publicada.

- instituir que os pesquisadores depositem cópias digitais das suas publicações científicas nos seus repositórios institucionais.
- estabelecer a política de informação e dos repositórios institucionais.
- divulgar no portal da instituição o *link* para o Repositório Institucional.
- instituir diretrizes para a criação do consórcio de Repositórios da Região Norte.

A gestão do conhecimento em Repositórios Institucionais proporciona benefícios, especialmente à comunidade científica, desde o processo da comunicação do conhecimento, como a maior visibilidade do avanço da ciência e transparência dos investimentos, até ao desenvolvimento social e do interesse público. Fatos estes que constituíram o *leitmotiv* das iniciativas dos profissionais da informação reunidos na Universidade Federal do Pará, Belém, no dia 24 de abril de 2014, a estabelecerem por meio desta **Carta de Belém** a intenção de criação da Rede Norte de Repositórios Institucionais.

As entidades que assinam este documento convidam todas as universidades, institutos de pesquisa e institutos federais da Região a reunir esforços, compartilhar recursos em prol da gestão e da promoção da visibilidade da produção científica da Amazônia brasileira.

Belém, 24 de abril de 2014.

Assinam o documento:

NOME	INSTITUIÇÃO
Adelia de Moraes Pinto	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPA)
Ana Cristina Gomes Santos	Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)
Astrogilda Ribeiro	Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG)
Celia Regina Simoneth Barbalho	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Edson de Sousa Oliveira	Universidade Federal do Tocantins (UFT)
Emerson Clayton Marreiros	Instituto Federal do Amapá (IFPA)
Fabiany Moraes de Andrade	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
Leila Maria da Silva Fernandes	Instituto Evandro Chagas (IEC)
Lucia Cristina Gomes dos Santos	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)
Maria das Graças da Silva Pena	Universidade Federal do Pará (UFPA)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Biblioteca Central Prof. Dr. Clodoaldo Beckmann.

1º. Encontro de Repositórios Institucionais da Região Norte, 2014, Belém.

Rua Augusto Corrêa, n. 1 – CEP 66075-110 Belém - PA. Tel. (91) 3201-7140 / 3201-7110 - Fax: (91) 3201-7351

Home page: <http://www.sibi.ufpa.br> E-mail: bc@ufpa.br

ANEXO 2: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 02/CONSUNI, DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Estabelece normas para a Política Institucional de Informação Técnico-Científica da Universidade Federal do Ceará - UFC no que se refere ao seu Repositório Institucional (RI).

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista o que deliberou o Conselho de Universitário, em sua reunião de **29 de abril de 2011**, na forma do que dispõe o inciso V do artigo 53 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, combinado com os artigos 11, letra **b**, e 25, letra **s** do Estatuto em vigor, e com o artigo 18 do Regimento Geral,

CONSIDERANDO a necessidade de preservação e ampliação da produção técnico-científica da Instituição,

CONSIDERANDO a necessidade de potencializar o intercâmbio entre a UFC e outras instituições, acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas e ampliar o acesso, visibilidade e recuperação da produção técnico-científica,

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar a gestão de investimentos em pesquisa nesta Instituição,

CONSIDERANDO a necessidade de contribuir com a elaboração de indicadores da produção científica e tecnológica institucional e de apoiar os processos de ensino-aprendizagem por meio do acesso facilitado ao conhecimento.

RESOLVE

Art. 1º Estabelecer normas para a Política Institucional de Informação Técnico-Científica, cultural e artística na Universidade Federal do Ceará, no que se refere ao Repositório Institucional (RI) da UFC.

Art. 2º A implantação e a manutenção do repositório institucional desta Instituição, doravante, neste documento, denominado de RI, serão geridas por uma Comissão formada por:

I – 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;

II - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Graduação;

III - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Extensão;

IV - 01 (um) representante do Sistema de Bibliotecas;

V - 01 (um) representante da Coordenadoria de Comunicação Social e Marketing Institucional;

VI - 01 (um) representante da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI);

VII - 01 (um) representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Art. 3º O depósito de informações referentes à produção técnico-científica será registrado no RI pela comunidade universitária da instituição e seu acesso será livre nos contextos nacional e internacional.

Parágrafo único. O autor deve garantir à instituição o direito de preservar e distribuir o trabalho por meio do RI mediante as condições estabelecidas no Termo de Autorização a ser assinado pelo Autor.

Art. 4º O RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*.

Art. 5º São considerados autores dos conteúdos do RI os membros da comunidade científica institucional, ou seja, docentes, discentes e técnico-administrativos da UFC.

Parágrafo único. Para efeito desta resolução, produção técnico-científica é aquela constituída de resultados de pesquisa consolidados disponíveis em veículos de comunicação científica que tenham revisão por pares, bem como documentos produzidos, submetidos ou patrocinados pela Universidade Federal do Ceará ou por membros da comunidade universitária.

Art. 6º Considera-se produção técnico-científica os seguintes documentos:

I - artigos publicados em periódicos científicos;

II - teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação da UFC;

III - teses e dissertações defendidas extra UFC cuja autoria é de servidores desta instituição;

IV - livros e capítulos de livros;

V - trabalhos apresentados em eventos científicos e acadêmicos;

VI - produção cultural oriunda de trabalhos científicos e acadêmicos.

Art. 7º Deverá adotar os padrões e protocolos proteção dos direitos autorais definidos no modelo *Creative Commons*

Art. 8º O depósito, citado no art. 3º, poderá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica, e em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de 06 (seis) meses da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI.

Art. 9º Ficam desobrigados de depósito no RI:

I - os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;

II - os artigos publicados em revistas científicas que estabeleçam em seus contratos com os autores cláusulas que impeçam o depósito de artigos nelas publicados, em repositórios de acesso livre;

III - os documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais.

Art. 10. Deverão ser depositados no RI todos os documentos que não se enquadrarem nos itens I, II e III do artigo anterior e que foram publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passaram por avaliação de uma banca de especialistas.

Art. 11. A Biblioteca Universitária poderá também efetuar o registro da produção científica, mediante autorização dos autores, seja realizando a entrada de cada documento no RI ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

Art. 12. Para o cumprimento desta política, a UFC estabelecerá mecanismos de estímulo, assim como ações de integração, que possibilitem evitar duplicações de esforços.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade Federal do Ceará, em 29 de abril de 2011.

Prof. Jesualdo Pereira Farias
Reitor

ANEXO 3: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

RESOLUÇÃO DA REITORIA N. 010/ 2013

Regulamenta a Política de Informação do Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB).

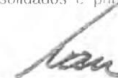
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO E REITOR DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista os benefícios do acesso aberto, observados em instituições de pesquisa do Brasil e do mundo, e a necessidade de:

- I preservar a produção científica da Universidade de Brasília (UnB);
- II ampliar a visibilidade da produção científica da UnB;
- III potencializar o intercâmbio da UnB com outras instituições de ensino, pesquisa e extensão;
- IV acelerar o desenvolvimento das pesquisas produzidas no âmbito da UnB;
- V ampliar o acesso à produção científica da UnB;
- VI facilitar o acesso à informação científica de uma forma geral;
- VII otimizar a gestão de investimentos em pesquisa nesta Instituição;
- VIII estabelecer políticas para garantir ações de registro e disseminação da produção científica da UnB¹;

RESOLVE:

- Art. 1º Regulamentar a Política de Informação do Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB).
- Art. 2º A Biblioteca Central (BCE) fica encarregada pelo desenvolvimento, implantação, manutenção, hospedagem e alimentação do Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB), para a guarda e preservação da produção científica de toda a UnB em suporte digital.
- Art. 3º O RIUnB será de livre acesso, tanto no contexto nacional quanto no internacional.
- Art. 4º O RIUnB terá capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*.
- Art. 5º O RIUnB funcionará em plataforma desenvolvida em *software* livre, em consonância com os princípios do acesso aberto.


¹ Para efeito deste documento, entende-se produção científica como resultados de pesquisa consolidados e publicados em veículos de comunicação científica que atue com revisão por pares.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

- Art. 6º A comunidade científica da UnB providenciará a publicação dos artigos de sua autoria ou coautoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre ou que faça constar, em seus contratos de publicação, autorização para depósito de seus artigos publicados (*pos-prints*²) em repositórios de acesso livre.
- Art. 7º O depósito citado no item anterior deverá ser realizado no prazo máximo de seis meses após a comunicação de aceitação para publicação do texto pela editora científica, salvo quando o contrato com a editora exigir tempo maior. Nesse caso, o trabalho deve ser enviado para depósito no mês subsequente ao do fim, do prazo estipulado em contrato.
- Art. 8º Ficam desobrigados de depósito no RIUnB livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais. Somente serão distribuídos eletronicamente pelo RIUnB documentos cujas autorizações tenham sido concedidas pelo(s) detentor(es) de seus direitos patrimoniais.
- Art. 9º Ficam desobrigados de depósito no RIUnB os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito, em repositórios de acesso livre, dos artigos publicados em suas revistas.
- Art. 10. Ficam desobrigados de depósito no RIUnB os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros a serem editados com fins comerciais.
- Art. 11. Os documentos que não se enquadrarem nos artigos 7º, 8º e 9º e que forem publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares, ou que passaram, a exemplo de teses e dissertações, por avaliação de banca de especialistas, deverão ser depositados no RIUnB.
- Art. 12. Com o intuito de facilitar o povoamento do RIUnB, a BCE poderá promover o registro da produção científica da UnB, mediante autorização dos autores e/ou das editoras científicas que detiverem seus direitos patrimoniais. Cabem à BCE os processos de recepção ou coleta da produção científica, geração de metadados e inserção dos documentos no RIUnB. Os autores poderão também realizar autodepósito, se desejarem.
- Art. 13. A aplicação e o acompanhamento desta política será de responsabilidade do Comitê Gestor do RIUnB.
- Art. 14. Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Brasília, 9 de outubro de 2013.



Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor

² Para efeito deste documento, considera-se *pos-prints* a versão de artigo já publicado em revista científica ou em livros.

ANEXO 4: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UFMS

Nº 5107 • TERÇA-FEIRA • 9 DE AGOSTO DE 2011

BOLETIM DE SERVIÇO-UFMS • 13

do estudante relacionado às atribuições profissionais, desenvolvido com apoio de professor orientador escolhido pelo estudante entre os professores arquitetos e urbanistas do curso e submetido a uma banca de avaliação com participação externa à Universidade. O desenvolvido será de acordo com regulamento próprio aprovado pelo Colegiado de Curso. RESOLUÇÃO CCAU 19/2006 - Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (em anexo). Bibliografia Básica e Complementar: Toda a disponível para o curso.

TOPOGRAFIA I : Planimetria - Conceitos fundamentais. Noções de astronomia. Levantamentos topográficos: execução e interpretação. Movimentos de terra. Bibliografia Básica: ERBA, D. A. (Org.); THUM, A. B. et al. TOPOGRAFIA para estudantes de arquitetura, engenharia e geologia. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2005. 204 p. McCORMAC, J. C. Topografia. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. 391 p. ABNT, NBR 13133 - Execução e levantamento topográfico, 1994. 35 p. Bibliografia Complementar: BORGES, A. C. Topografia Aplicada à Engenharia Civil. 1. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1977. v. 1, 187 p. BORGES, A. C. Topografia Aplicada à Engenharia Civil. 1. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1992. v. 2, 232 p. BORGES, A. C. Exercícios de Topografia. 3. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1977. 192 p.

TOPOGRAFIA II : Altimetria - Conceitos fundamentais. Perfis de seção e curvas de nível. Conceitos básicos de aerofotogrametria e foto-intrepretação. Sistemas de posicionamento por satélite. Bibliografia Básica: ERBA, D. A. (Org.); THUM, A. B. et al. TOPOGRAFIA para estudantes de arquitetura, engenharia e geologia. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2005. 204 p. McCORMAC, J. C. Topografia. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. 391 p. ABNT, NBR 13133 - Execução e levantamento topográfico, 1994. 35 p. Bibliografia Complementar: BORGES, A. C. Topografia Aplicada à Engenharia Civil. 1. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1977. v. 1, 187 p. BORGES, A. C. Topografia Aplicada à Engenharia Civil. 1. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1992. v. 2, 232 p. BORGES, A. C. Exercícios de Topografia. 3. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1977. 192 p.

URBANISMO E MEIO AMBIENTE I : Evolução do pensamento ecológico urbanístico: Urbanismo da pré-história até o Movimento Moderno. Projetos contemporâneos de cidades. Ecurbanismo. Conceito de Meio Ambiente. Bibliografia Básica: LAMAS, José G. Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. MOTA, Suetônio. Urbanização e Meio Ambiente. Rio de Janeiro, ABES, 1999. BENEVOLO, Leonardo. História da Cidade. São Paulo, Ed. Perspectiva, 3ª edição, 1997. Bibliografia Complementar: GUERRA, Antônio José T. Impactos Ambientais Urbanos no Brasil. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001. MOTA, Suetônio. Planejamento Urbano e Preservação Ambiental. Fortaleza, UFC, 1981. NUCCI, João Carlos. Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano. São Paulo, Humanitas/FFLCH-USP, 2001.

URBANISMO E MEIO AMBIENTE II : Meio ambiente e desenvolvimento; Degradação ambiental e desenvolvimento sustentável; Legislação ambiental; Política ambiental; Meio ambiente e planejamento; Ferramentas do planejamento ambiental; Qualidade ambiental nas cidades; Meio ambiente e desenho urbano; Avaliação de impactos ambientais (EIA e RIMA). Bibliografia Básica: RUANO, Miguel. Ecurbanismo - Entornos Humanos Sostenibles - 60 Projectos. México, Gustavo Gili, 1999. FRANCO, Maria de Assunção R. Desenho Ambiental – uma introdução

à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico. São Paulo, Annablume, 1997. SOUZA, Marcelo Lopes. Mudar a Cidade – uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002. Bibliografia Complementar: NUCCI, João Carlos. Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano. São Paulo, Humanitas/FFLCH-USP, 2001. GUERRA, Antônio José T. Impactos Ambientais Urbanos no Brasil. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001. PINTO, Waldir de Deus. Legislação Federal de Meio Ambiente. Brasília, IBAMA, 1996.

5.6 POLÍTICA DE IMPLANTAÇÃO DA SEMESTRALIZAÇÃO DO CURSO:

A implantação da semestralização do matriz curricular do Projeto Pedagógico do Curso, será a partir do ano letivo de 2010 para os acadêmicos matriculados no 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10º semestre do curso.

CONSELHO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 61, DE 21 DE JULHO DE 2011.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, resolve, ad referendum:

Art. 1º Aprovar as Normas de funcionamento do Repositório Institucional da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, nos termos do Anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dercir Pedro de Oliveira

Anexo da Resolução nº 61, Copp, de 21 de julho de 2011.

NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

Capítulo I - Das Disposições Iniciais

Art. 1º O Repositório Institucional da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul é um conjunto de serviços oferecidos pela Biblioteca Central para a gestão e disseminação da produção científica e acadêmica da Universidade.

Art. 2º Todos os seus conteúdos estão disponíveis publicamente, e por estarem amplamente acessíveis proporcionam maior visibilidade e impacto da produção científica da instituição, e tem como objetivos:

I - armazenar, preservar, divulgar e garantir acesso à produção científica e acadêmica da UFMS, em formato digital;

II - proporcionar visibilidade à produção científica da Instituição;

III - apoiar as atividades de pesquisa e criação do conhecimento científico;

IV - apoiar o processo de ensino-aprendizagem por meio do acesso facilitado ao conhecimento.

Capítulo II - Das Diretrizes Gerais para Conteúdos

Art. 3º Os conteúdos do Repositório Institucional da UFMS devem possuir as seguintes características:

- I - científicos ou academicamente orientados;
- II - produzidos, submetidos ou patrocinados pela UFMS ou por membros da comunidade acadêmica;
- III - estar em formato digital;
- IV - estar prontos para serem disseminados amplamente na rede ou, conforme exceções, acessível a níveis determinados.

Parágrafo único. O autor deverá estar habilitado a garantir à Instituição o direito de preservar e distribuir o trabalho por meio do Repositório mediante as condições estabelecidas no Termo de Autorização do Autor.

Capítulo III - Da Organização do Repositório

Art. 4º O Repositório é constituído de comunidades e subcomunidades que organizam seus conteúdos em coleções, unidades armazenadoras dos documentos depositados.

Art. 5º O critério fundamental para a criação de Comunidades é a estrutura organizacional da UFMS.

Art. 6º As comunidades representam os Centros, os Câmpus, as Faculdades, e os Institutos, bem como os Centros de Pesquisa.

Parágrafo único. Havendo a necessidade de criação de Comunidades que não se encaixam a esse critério, como uma comunidade interdisciplinar ou multidisciplinar, os casos serão examinados individualmente pelos gestores do Repositório.

Art. 7º Cada Comunidade escolherá um coordenador, responsável pela sua interação com a Coordenadoria de Biblioteca Central da UFMS.

Art. 8º A decisão sobre quem poderá ser depositante de uma Comunidade deverá ser explícita nas políticas da respectiva Comunidade.

Art. 9º A orientação da política geral do Repositório é que depositantes de uma Comunidade devam se encaixar em pelo menos uma das categorias abaixo:

- I - professores;
- II - pesquisadores;
- III - alunos de doutorado, mestrado ou iniciação científica; ou
- IV - pessoa designada por professor ou pesquisador para efetuar suas submissões.

Art. 10. As Comunidades têm como responsabilidades:

- I - realizar submissão e descrição dos conteúdos;
- II - elaborar a política da comunidade em concordância com as políticas gerais do Repositório;
- III - tomar decisões sobre as definições da Comunidade, coleções e membros em concordância com as políticas gerais do Repositório;

IV - informar aos gestores do Repositório sobre alterações significativas nas Comunidades ou coleções que impactam no processo de submissão de documentos;

V - responder às eventuais solicitações de confirmação de dados sobre a Comunidade e estar apto a participar de eventuais avaliações dos serviços do Repositório;

VI - compreender e observar as políticas relevantes do Repositório e estar apta a educar os usuários membros das comunidades de acordo com essas orientações;

VII - definir o fluxo do processo de submissão de conteúdos da Comunidade ou de cada uma das coleções que a constitui; e

VIII - orientar os seus membros sobre a necessidade de obtenção de liberação de direitos autorais para o depósito de documentos que já foram publicados e possuem restrição de copyright.

Art. 11. As Comunidades têm como prerrogativas:

I - decidir sobre quem pode submeter conteúdos na comunidade, respeitando as determinações gerais das políticas do Repositório;

II - decidir os conteúdos que podem ser depositados nas coleções, respeitando as determinações gerais das políticas do Repositório; e

III - limitar o acesso a conteúdos ou itens a determinados indivíduos, grupos ou aos gestores do Repositório.

IV - customizar a interface da comunidade, conforme possibilidades preestabelecidas; e

V - criar ou eliminar subcomunidades após decisão conjunta com os gestores do Repositório preservando-se os conteúdos já incluídos.

Capítulo IV - Das Responsabilidades da Biblioteca Central

Art. 12. Compete à Biblioteca Central:

I - reter, manter os conteúdos submetidos ao Repositório;

II - garantir a qualidade dos metadados que descrevem os conteúdos;

III - validar os metadados que descrevem os conteúdos;

IV - disseminar conteúdos de acordo com as decisões da comunidade;

V - preservar os conteúdos usando técnicas de preservação reconhecidamente válidas;

VI - notificar as comunidades de mudanças significativas de conteúdos, por exemplo, formatos de migração; e

VII - treinar os depositantes para proceder à submissão de documentos.

Art. 13. A Biblioteca Central tem como prerrogativas:

I - corrigir os metadados dos itens submetidos no Repositório;

II - inviabilizar a criação de comunidades ou coleções, bem como a publicação de documentos que não estejam de acordo com as diretrizes gerais de conteúdos do Repositório;

III - garantir a disponibilidade e a acessibilidade a conteúdos de comunidades que por qualquer motivo deixarem de existir;

IV - migrar o formato de itens caso o seu formato original depositado corra o risco de obsolescência; e

V - estabelecer, caso seja necessário, cotas de depósito (tamanho de arquivos).

Capítulo V - Das Coleções

Art. 14. Uma coleção corresponde à Unidade na qual os conteúdos serão depositados e organizados.

Parágrafo único. As Comunidades devem, necessariamente, criar coleções.

Art. 15. É recomendável que as coleções sejam criadas tendo a tipologia dos documentos como critério principal, ou seja, cada coleção deverá corresponder a um tipo específico de documento, como: coleção de artigos publicados em periódicos, coleção de livros e capítulos de livros, coleção de trabalhos apresentados em eventos, coleção de teses e dissertações, entre outros de igual teor.

Art. 16. Caso haja necessidade, e mediante avaliação por parte dos gestores do Repositório, será possível criar coleções que não se encaixem nesse critério, como uma coleção temática, representando um tópico ou linha de pesquisa.

Art. 17. Caso uma determinada Unidade acadêmica, que seja representada em uma Comunidade e suas respectivas coleções, deixe de existir, a Biblioteca Central garantirá a acessibilidade dos conteúdos de suas coleções mediante ações, tais como:

I - caso a Unidade acadêmica seja incorporada ou fundida com outra Unidade, as coleções serão transferidas para o domínio da nova constituição acadêmica;

II - caso a Unidade acadêmica seja extinta as coleções serão redistribuídas para Comunidade de área do conhecimento afim, mediante interesse e acordo firmado com a Comunidade receptora; e

III - demais situações serão analisadas caso a caso.

Capítulo VI - Dos Tipos de Documentos e Formatos que Podem ser Submetidos ao Repositório

Art. 18. Será permitida a submissão dos seguintes tipos de documentos no Repositório:

I - artigos publicados em periódicos;

II - trabalhos apresentados em eventos;

III - teses e dissertações defendidas na UFMS;

IV - teses e dissertações defendidas por docentes da UFMS no período de vínculo com a Instituição; e

V - livros e capítulos de livros.

Art. 19. Os conteúdos submetidos deverão estar em qualquer um dos formatos a seguir especificados: pdf; xls; ppt; wpc; doc; Marc; os; eps; ai; mpp; mp3; mp4; gif; latex; mpeg; mpa; PSD; gif; bmp; rtf; txt e mov.

Capítulo V - Dos Participantes do Processo de Depósito de Documentos

Art. 20. Os conteúdos serão submetidos pelos membros das Comunidades.

Art. 21. Poderão arquivar conteúdos no Repositório: professores, pesquisadores vinculados à Universidade, alunos de doutorado e mestrado.

Parágrafo único. As Comunidades serão responsáveis pela decisão se todos esses ou parte deles têm permissão para o depósito.

Art. 22. Os documentos que ainda não estiverem disponíveis para livre acesso a serem depositados no Repositório deverão ter autorização prévia dos detentores dos direitos autorais, mediante a assinatura do Termo de Autorização do Autor e/ou Editor, Anexo desta Resolução.

Capítulo VI - Da Política de Acesso Aberto

Art. 23. A maioria dos documentos estará disponível para livre acesso, sendo que alguns documentos podem ter seu acesso restrito em respeito aos direitos autorais.

Capítulo VII - Das Disposições Finais

Art. 24. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação.

Anexo da Resolução nº 61, Copp, de 21 de julho de 2011.

Termo de Autorização para Publicação no Repositório Institucional da UFMS

1. Identificação do material bibliográfico:

Tese Dissertação artigo de periódico
 livro cap. de livro

2. Identificação do documento/autor

Programa de pós-graduação: _____

Área de concentração (Tabela CNPq): _____

Palavra-chave: _____

Título: _____

Título da revista/livro _____

Autor: _____

e-mail: _____

Orientador: _____

Número de páginas: _____ Data de defesa: ____/____/____

Data de entrega do arquivo à secretaria: ____/____/____

3. Informações de acesso ao documento

Total parcial Em caso de publicação parcial, assinale as permissões:
 Sumário
 Capítulos, especifique: _____
 Bibliografia
 Outras restrições: _____
Por quanto tempo? 1 ano ____ anos sempre

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, de acordo com a Lei nº 9.610/98, autorizo a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) a disponibilizar, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, conforme permissão assinada do documento, em meio eletrônico, na Rede Mundial de Computadores, no formato especificado, para fins de leitura, impressão e/ou pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade, a partir desta data.

Assinatura do autor

Assinatura do orientador

Data: ____/____/____

Data: ____/____/____

Havendo concordância com a publicação eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF do documento desprotegido.

RESOLUÇÃO Nº 62, DE 28 DE JULHO DE 2011.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, resolve, ad referendum:

1. Cancelar a realização da 25ª Reunião Ordinária do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação.

2. Adiar, sine die, a realização da 26ª Reunião Ordinária do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação, marcada para 10 de agosto de 2011, conforme Resolução nº 114, de 15 de dezembro de 2010.

Dercir Pedro de Oliveira

RESOLUÇÃO Nº 63, DE 28 DE JULHO DE 2011.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, resolve, ad referendum:

ANEXO 5: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UFRGS

Serviço Público Federal
GABINETE DO REITOR

PORTARIA Nº: 5068 de 13 OUT 2010

Estabelece Política Institucional
de Informação para o LUME.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, considerando a proposta do Comitê Gestor do Lume, designado pela Portaria 1036 de 11 de março de 2010,

R E S O L V E

Art. 1º Instituir a Política Institucional de Informação para o Lume – Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aprovada pelo Comitê Gestor.

Título I INTRODUÇÃO

Art. 2º Lume é o Portal de acesso às coleções de objetos digitais produzidos no âmbito da Universidade. Excepcionalmente poderá também abrigar documentos que, embora não produzidos por ela, tenham caráter ou importância singular para a Instituição.

Art. 3º O Repositório está organizado em Comunidades, Subcomunidades e Coleções. As comunidades e suas subdivisões são grupos que fornecem conteúdos para o portal. As coleções são conjuntos de itens, aos quais estão associados metadados e objetos digitais. Os objetos digitais podem conter texto, imagem, vídeo e áudio.

Título II OBJETIVOS

Art. 4º O Lume tem como objetivos principais :

I - Promover o acesso livre às informações produzidas no âmbito da Universidade e voltadas, prioritariamente, às atividades de ensino, pesquisa e extensão;



Serviço Público Federal
GABINETE DO REITOR

II - Maximizar a visibilidade, uso e impacto da produção intelectual desenvolvida na Universidade;

III -Facilitar a gestão da informação disponível em meio digital, reunindo num único local a produção intelectual da Universidade;

IV -Preservar a memória Institucional, por meio do armazenamento de longo prazo de objetos digitais completos;

V - Promover o acesso a outros documentos de relevância para a Instituição, que fazem parte de seus acervos, embora não produzidos por ela, maximizando o seu uso;

Título III
INCLUSÃO DE COMUNIDADES E COLEÇÕES

Art. 5º Comunidades e Coleções, para serem incluídas no Lume, devem estar em consonância com os objetivos do Repositório.

Art. 6º A inclusão de nova comunidade está sujeita a parecer favorável do Comitê Gestor do Lume.

Art. 7º Os procedimentos de avaliação compreendem, prioritariamente, três aspectos relacionados a seguir:

I - de conteúdo, para assegurar a qualidade e a sua adequação aos objetivos do repositório;

II - de formato para garantir o acesso ao conteúdo dos arquivos;

III- de participação do proponente, para garantir a qualidade na definição e registro dos metadados e manutenção de fluxo contínuo de inclusão de novos objetos digitais.

Art. 8º Cada comunidade estará sujeita a critérios e procedimentos próprios, de acordo com as características e especificidades dos objetos digitais que inclui.

Título IV
SUBMISSÃO DE OBJETOS DIGITAIS

Art. 9º Para ser incluído em Comunidades e Coleções do LUME, o objeto digital deve atender aos requisitos gerais relacionados a seguir:



Serviço Público Federal
GABINETE DO REITOR

- I - ser produzido ou orientado por membro(s) da UFRGS;
- II- não ser efêmero;
- III - ser de acesso livre;
- IV - estar em formato digital, conforme definido pela equipe técnica do Lume;
- V - estar completo e finalizado;
- VI- conter metadados e objeto(s) digital(is);
- VII- o autor deve poder e estar disposto a conceder à UFRGS o direito não exclusivo de dar acesso ao público pela Internet e de preservar seu trabalho integral no Lume;
- VIII - o autor deve ter obtido o direito de reprodução de conteúdos criados por outros, mas que façam parte de seu trabalho;

Art. 10º Para cada comunidade ou coleção será concedido prazo de embargo, estipulado nos critérios e procedimentos próprios da mesma.

Título V
METADADOS

Art. 11º Os metadados devem seguir padrões internacionalmente aceitos e serão definidos conjuntamente pela equipe técnica do Lume e pelos responsáveis pela Comunidade, conforme as particularidades dos objetos digitais.

Art. 12º Os metadados são coletados do Sistema de Automação de Bibliotecas da UFRGS (SABi) e de outros sistemas da Universidade. No caso de auto-arquivamento, o registro dos metadados é realizado pelo autor ou responsável pela comunidade, sob a orientação da equipe técnica do Lume.

Título VI
ACESSO E USO

Art. 13º Os trabalhos depositados no Lume estão disponíveis gratuitamente para fins de pesquisa e estudo de acordo com a licença pública Creative Commons adotada no Lume;



Serviço Público Federal
GABINETE DO REITOR

Art. 14º - O autor é titular dos direitos autorais dos documentos disponíveis no repositório, é vedado, nos termos da lei, a comercialização de qualquer espécie sem sua autorização prévia;

Art. 15º - Os usuários que utilizarem qualquer trabalho, no todo ou em partes, em novas publicações ficam obrigados a citá-lo, indicando o nome do autor e os dados completos da obra.


CARLOS ALEXANDRE NETTO,
Reitor.

ANEXO 6: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UNILA

**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Gabinete da Reitoria**

PORTARIA UNILA Nº 0144, DE 28 DE MARÇO DE 2017.

Institui a política do Repositório Institucional da UNILA e dá outras providências.

O **Vice-reitor *pro tempore*, no exercício da Reitoria, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana**, designado pela Portaria nº 74/2013 do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a política do Repositório Institucional da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e dar outras providências, conforme disposto nesta Portaria.

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

Art. 2º O Repositório Institucional é uma base de dados em ambiente digital, de natureza interdisciplinar e institucional, vinculado à Biblioteca Latino-Americana (BIUNILA), que é órgão suplementar da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) diretamente subordinada à Reitoria.

Art. 3º Fica a BIUNILA encarregada do desenvolvimento, implantação e manutenção do Repositório institucional desta Instituição, doravante, neste documento, denominado RI-UNILA.

Art. 4º Fica o Serviço de Gestão de Publicações Digitais – SGPD, vinculado a BIUNILA, por meio do Bibliotecário-Gestor, encarregado das etapas abaixo arroladas.

I Gerenciar a inclusão, alteração e exclusão de comunidades ou coleções;

II Vetar a publicação de documentos que não estejam de acordo com os objetivos e critérios do repositório;

III Cumprir as etapas de revisão nos metadados dos trabalhos acadêmicos submetidos no repositório;

IV Publicar os trabalhos acadêmicos.



**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Gabinete da Reitoria**

Art. 5° O Repositório Institucional tem como finalidade reunir, armazenar, organizar, preservar, recuperar e, sobretudo, promover a visibilidade e a disseminação da produção intelectual e científica criada pela comunidade acadêmica da UNILA.

Art. 6° São princípios do Repositório institucional:

I Integrar países da América Latina por meio da divulgação da produção científica;

II Promover e fortalecer o bilinguismo: português e espanhol;

III Promover o acesso aberto à produção intelectual e científica;

IV Preservar a produção intelectual e científica desta Instituição;

V Ampliar a visibilidade da produção intelectual e científica da UNILA;

VI Potencializar o intercâmbio de arquivos e seus metadados entre instituições Latino-Americanas;

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 7° Para atender à sua finalidade, o Repositório institucional tem os seguintes objetivos:

I Receber a produção intelectual e científica da comunidade acadêmica da UNILA;

II Oferecer livre acesso ao seu acervo, tanto no âmbito nacional, quanto internacional;

III Integrar-se com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*;

IV Inserir e/ou importar dados e documentos no formato digital registrados em outros repositórios da produção intelectual e científica da UNILA, mediante autorização dos autores, de maneira a facilitar o povoamento documental no RI-UNILA;



**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Gabinete da Reitoria**

V Buscar a cooperação e parcerias com instituições locais, nacionais e internacionais, com o objetivo de desenvolver o RI-UNILA de forma interinstitucional e solidária, com vista à missão da UNILA;

Parágrafo único. Para o cumprimento desta política, esta Instituição estabelecerá mecanismos de estímulo, assim como ações de integração que possibilitem evitar duplicações de esforços.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 8º O RI-UNILA é organizado por meio da seguinte estrutura hierárquica:

I COMUNIDADE - representam o maior nível hierárquico da organização da informação no repositório;

II SUBCOMUNIDADE - poderão ser criadas, se necessário;

III COLEÇÕES - representam o local onde os itens são de fato armazenados no repositório;

IV ITENS - representam os tipos de documentos que podem ser inseridos no repositório.

Parágrafo único. A inclusão de comunidade, subcomunidade e coleções pode ser solicitada ao bibliotecário-gestor.

Art. 9º Na estrutura Itens, os tipos de documentos em formato digital aceitos na submissão do repositório, são:

I Artigos científicos publicados em periódicos e/ou eventos acadêmicos;

II TCC, Monografias, Dissertações e Teses;

III Materiais de aprendizagem e Partituras;

IV Imagens, fotografias, gravuras;

V Obras audiovisuais: áudio e vídeo;

VI Multimídia.



**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Gabinete da Reitoria**

CAPÍTULO IV

DA PUBLICAÇÃO

Art. 10 Quanto ao fluxo de publicação de documentos em formatos digitais no RI-UNILA, fica estabelecido o disposto abaixo.

I A comunidade acadêmica desta instituição deverá registrar-se no RI-UNILA para iniciar submissões de documentos em formato digital;

II O bibliotecário-gestor do RI-UNILA revisa o conjunto de dados descritos (metadados) dos documentos depositados no repositório para sua publicação.

Parágrafo único. Por comunidade acadêmica da instituição, entende-se os discentes, docentes, pesquisadores e técnico-administrativos.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 A comunidade acadêmica da UNILA são os usuários autorizados a fazer a submissão de documentos em formato digital no repositório.

Art. 11 Quanto aos direitos autorais no processo de submissão de documentos em formato digital, haverá aceite, por parte do depositante, da licença de distribuição *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Art. 12 A organização, o funcionamento e as atividades do RI-UNILA, reger-se-ão por esta Portaria, em conformidade com o Regimento Geral da UNILA e nos termos das demais legislações em vigor.

Art. 13 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nielsen de Paula Pires

Vice-Reitor *pro tempore*, no exercício da Reitoria

ANEXO 7: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UNIPAMPA



RESOLUÇÃO Nº 106, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO da Universidade Federal do Pampa, em sua 66ª Reunião Ordinária, realizada no dia 27 de agosto de 2015, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 16 do Estatuto e 12 do Regimento Geral da Universidade, e de acordo com a proposta constante no Processo nº 23100.002334/2015-80,

RESOLVE:

APROVAR a seguinte POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INFORMAÇÃO:

CAPÍTULO I
DA POLÍTICA INSTITUCIONAL

Art. 1º Como componente da Política Institucional de Informação da UNIPAMPA, deve ser implementado um sistema de informações eletrônicas seguindo os requisitos técnicos para publicação de documentos eletrônicos adotados pelo IBICT que tange ao registro, manutenção e acesso da produção intelectual e das demais informações geradas pela Universidade, considerando a necessidade de:

- I. preservar a produção científica da UNIPAMPA;
- II. ampliar a visibilidade da produção científica desta Instituição;
- III. potencializar o intercâmbio da Universidade com outras instituições;
- IV. acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas;
- V. ampliar o acesso à sua produção científica;
- VI. facilitar o acesso à informação científica de uma forma geral;
- VII. otimizar a gestão de investimentos em pesquisa da UNIPAMPA.

Art. 2º Para atender a necessidade de registro e disseminação da produção científica da Universidade, estabelece-se que:

- I. o Comitê Gestor fica encarregado do desenvolvimento, implantação e manutenção do Repositório Institucional (RI) desta Instituição;
- II. o RI desenvolvido e alimentado pela nossa comunidade científica institucional é de livre acesso, tanto no contexto nacional, quanto internacional;
- III. o RI deve ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*.
- IV. a comunidade científica institucional deve publicar os artigos de sua autoria ou co-autoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre ou que façam constar em seus contratos de publicação o depósito de artigos publicados (*pos-prints*) em repositórios de acesso livre;
- V. o aludido depósito citado no inciso anterior deve ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica, sendo que, em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou coautor tem um prazo máximo de 06 (seis) meses da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI;

VI. na impossibilidade de realização, divulgação devido a cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, recomenda-se que apenas se deposite uma cópia da versão original do trabalho, ou seja, daquela versão que foi submetida à revista científica (*pre-prints*), assim como das alterações propostas pela revista que a publicou, sendo assim disponibilizado o resumo e a referência para consulta;

VII. ficam desobrigados de divulgação no RI os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;

VIII. ficam desobrigados de divulgação no RI os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito de artigos publicados em suas revistas, em repositórios de acesso livre;

IX. ficam desobrigados de divulgação no RI os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais;

X. todos os documentos que não se enquadrarem nos incisos IV, V e VI e que foram publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares, ou que passaram, à exemplo das teses e dissertações, por avaliação de uma banca de especialistas, devem ser depositados no RI;

XI. de maneira a facilitar o povoamento do RI, o Comitê Gestor pode promover o registro da produção científica desta Instituição, mediante autorização dos autores da referida produção, seja efetuando a entrada de cada documento no RI ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

CAPÍTULO II DO COMITÊ GESTOR DO RI

Art. 3º O Comitê Gestor do Repositório Institucional (RI) é nomeado pelo dirigente máximo da Instituição, através de portaria, que atua integrado com a Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ), a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG), o Sistema de Bibliotecas (SisBi) e o Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação (NTIC).

Art. 4º Compõem o Comitê Gestor:

- I. 01 (um) representante da PROPESQ;
- II. 01 (um) representante da PROEXT;
- III. 01 (um) representante da PROGRAD;
- IV. 01 (um) representante da PROPG,
- V. 03 (três) representantes da Coordenação de Bibliotecas;
- VI. 03 (três) representantes do NTIC.

Art. 5º Compete ao Comitê Gestor:

- I. implantar e viabilizar a utilização do Repositório Institucional da produção intelectual e das demais informações geradas pela Instituição;
- II. orientar a organização do conjunto de informações institucionais, referentes à produção intelectual, e demais informações geradas pela Instituição;

III. orientar sobre o sistema de coleta e divulgação de dados, garantindo a qualidade desses e a comparabilidade das séries históricas;

IV. orientar o desenvolvimento de bases de dados que atuem como repositórios institucionais agregando informações;

V. aprimorar e apoiar o desenvolvimento de subsistemas de registros de informações, uma vez que sejam do âmbito da produção intelectual, e demais informações geradas pela Instituição;

VI. manter o conjunto de dados atualizados e organizados, servindo como garantia da preservação digital;

VII. propor normas e documentos que orientem aos *campi* da UNIPAMPA ao registro da produção intelectual e das demais informações geradas pela Instituição oriundas de atividades nela desenvolvidas.

Art. 6º O RI é composto pelo depósito de toda a produção intelectual gerada pela Instituição, de autoria ou coautoria de servidores da UNIPAMPA, passíveis de registro nos termos definidos pela Política Institucional de Informação.

§1º O depósito da produção intelectual é obrigatório e deve ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação;

§2º Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou coautor tem um prazo máximo de 06 (seis) meses da data de publicação da produção para depositá-lo no RI;

§3º A divulgação do conteúdo da produção intelectual é opcional, de acordo com os termos firmados entre os autores e os editores da produção intelectual, sendo somente obrigatório o depósito no RI;

§4º O Comitê Gestor disciplina o depósito da produção intelectual discente, inclusive teses, dissertações, monografias e trabalhos de conclusão de curso da Instituição.

Art. 7º O RI é alimentado pelas Unidades Acadêmicas da UNIPAMPA e é de livre acesso, tanto no contexto nacional quanto internacional.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data da sua aprovação.

ALMIR BARROS DA SILVA SANTOS NETO
Vice-Reitor no exercício da Reitoria

ANEXO 8: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA FURG

Política

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
 SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS

RESOLUÇÃO Nº 005/2010
 CONSELHO UNIVERSITÁRIO
 EM 16 DE ABRIL DE 2010

Dispõe sobre a Política Institucional de Informação da FURG – PII FURG.

O Reitor da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, na qualidade de Presidente do **CONSELHO UNIVERSITÁRIO**, ti em vista decisão deste Conselho tomada em reunião ordinária do dia 16 de abril de 2010, Ata nº 393,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a política institucional de informação PII- FURG.

Art. 2º A Política Institucional de informação PII- FURG tem por finalidade estimular, manter e garantir o acesso da produção intelectual da FURG.

I - Toda a produção intelectual da Universidade Federal do Rio Grande deverá ser divulgada por meio impresso e/ou eletrônico

II - Considera-se produção intelectual toda e qualquer produção técnica, científica, artística ou cultural que, referendada pelo processo de avaliação por pares, com critérios estabelecidos pela respectiva Unidade Acadêmica, seja publicada em meio impresso ou digital.

III – Como política Institucional de Informação, as Unidades Acadêmicas apoiarão a divulgação da produção intelectual, estabelecendo meios de publicação, seja impressa ou digital.

Art. 3º Como parte da Política Institucional de Informação da Universidade Federal do Rio Grande PII - FURG, será implementado um sistema de informações eletrônicas, no que tange ao registro, manutenção e acesso à produção intelectual demais informações geradas pela Instituição, considerando a necessidade de:

- I. preservar a produção intelectual da Instituição;
- II. ampliar a visibilidade da produção intelectual da Instituição;
- III. potencializar o intercâmbio científico com outras instituições;
- IV. acelerar o desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão;
- V. ampliar o acesso à informação e à produção intelectual;
- VI. otimizar a gestão de investimentos em pesquisa;
- VII. fomentar o desenvolvimento social.

Parágrafo Único. Com vistas a possibilitar o registro e a disseminação da produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição e proporcionar maior visibilidade a essa produção, deverá ser implementado o Repositório Institucional (RI-FURG), interligado ao sistema de informação nacional e internacional.

Art. 4º O RI - FURG será gerenciado por um comitê gestor, nomeado pelo Reitor, que atuará integrado com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura a Pró-Reitoria de Graduação, o Núcleo de Informação e Documentação – NID e com o Núcleo da Tecnologia da Informação - NTI.

Parágrafo Único. O comitê gestor do RI - FURG estará vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP) para fins de coordenação e apoio, e será constituído por um (1) representante da PROPESP, um (1) representante da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC), 1 representante da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), 1 representante de e 1 representante do NTI.

Art. 5º O comitê gestor do RI – FURG terá as seguintes atribuições:

- I. implantar e viabilizar a utilização do repositório institucional (RI) da produção intelectual e demais informações geradas p

II. orientar a organização do conjunto de informações institucionais, referentes à produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição;

III. orientar sobre o sistema de coleta e divulgação de dados, garantindo a qualidade destes e a comparabilidade das séries históricas;

IV. orientar o desenvolvimento de bases de dados que atuem como repositórios institucionais agregando informações;

V. aprimorar e apoiar o desenvolvimento de subsistemas de registros de informações, uma vez que sejam do âmbito da produção intelectual, e demais informações geradas pela Instituição;

VI. manter o conjunto de dados atualizados e organizados, servindo como garantia da preservação digital;

VII. propor normas e documentos que orientem as Unidades Acadêmicas da FURG ao registro da produção intelectual e de informações geradas pela Instituição oriundas de atividades nela desenvolvidas.

Art. 6º O RI-FURG será composto pelo depósito de toda a produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição de autoria ou co-autoria de servidores da FURG, passíveis de registro nos termos definidos pela PII - FURG.

§ 1º O depósito da produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição é obrigatório e deverá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação.

§ 2º Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de seis (6) meses da data de publicação da produção para depositá-lo no RI;

§ 3º A divulgação do conteúdo da produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição é opcional, de acordo com os termos firmados entre os autores e os editores da produção intelectual, sendo somente obrigatório o depósito no RI.

§ 4º O Comitê gestor do RI-FURG disciplinará o depósito da produção intelectual discente, inclusive teses, dissertações, monografias e trabalhos de conclusão de curso da Universidade.

Art. 7º O RI será alimentado pelas Unidades da FURG e será de livre acesso, tanto no contexto nacional quanto internacional.

Art. 8º O RI será integrado com sistemas nacionais e internacionais, observando o uso de padrões e protocolos de integração em especial aqueles definidos no modelo acesso aberto (Open Archives).

Art. 9º Esta resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Prof. Dr. João Carlos Brahm Cousin PRESIDENTE DO CONSUN

ANEXO 9: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UTFPR

Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas



**POLÍTICA DE INFORMAÇÃO DO REPOSITÓRIO
INSTITUCIONAL DA UTFPR**

**CURITIBA
dezembro de 2009**

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR considerando a necessidade de promover o acesso às pesquisas no seu âmbito e aumentar a difusão de seus resultados irá:

- i. facilitar o desenvolvimento científico desta Instituição e a preservação de sua memória;
- ii. facilitar o acesso ao conhecimento científico pela sociedade e pela própria comunidade científica;
- iii. ampliar a visibilidade de sua produção científica junto à sociedade e seus desdobramentos;
- iv. acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas e aprimorar as formações oferecidas;
- v. potencializar o intercâmbio desta Instituição com outras instituições e entre pares;
- vi. envidar esforços para que a revisão por pares, feita para todas as publicações dos periódicos da Instituição, estejam acessíveis *on-line* para avaliação;
- vii. aprimorar a administração de recursos humanos, materiais e financeiros nesta Instituição.

A Instituição reconhece a importância da implementação de ações que garantam o registro e a disseminação da sua produção científica¹. Assim, para atender a estas necessidades a Universidade Tecnológica Federal do Paraná estabelece que:

1. a PROGRAD e a PROGPPG ficam responsáveis pela implantação desta Política Institucional de Informação ligada ao Portal de Informação em Acesso Aberto (PiA) da UTFPR;
2. um Comitê Gestor, nomeado pela Reitoria, fica responsável pela aplicação

¹ Para efeito deste documento, a produção científica é considerada como resultados de pesquisas divulgados em meios de comunicação científica tradicionais que têm revisão por pares.

dessa política;

3. o Sistema de Bibliotecas, composto pelas bibliotecas de todos os Campi da UTFPR, sob coordenação do Departamento de Bibliotecas, vinculado à Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional, fica encarregado de sua organização e de seu aprimoramento lógico;
4. a Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação fica responsável pela implantação e manutenção em termos de infraestrutura de Tecnologia de Informação dos sistemas computacionais necessários ao portal;
5. esse Portal, gerenciado pelo Sistema de Bibliotecas, será de livre acesso, tanto no contexto nacional, quanto internacional.

Farão parte do Portal Institucional de Informação da UTFPR:

- i. Repositório Institucional (RI);
- ii. Repositório de Outras Coleções Abertas (ROCA);
- iii. Periódicos Institucionais.

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL (RI)

1. Farão parte artigos publicados em periódicos ou em anais de eventos, avaliados por pares, teses e dissertações, livros e capítulos de livros, cujos autores/as sejam servidores/as ou acadêmicos/as da instituição;
2. o RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*, que por meio do *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH)* terá mecanismos de exposição de metadados do arquivo para facilitar sua coleta por terceiros;
3. a comunidade científica institucional publicará os artigos de sua autoria ou co-autoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre imediato ou que façam constar em seus contratos de publicação ou em adendos a

estes contratos o depósito de artigos publicados (*pos-prints*²) em repositórios de acesso aberto;

4. o aludido depósito citado no item anterior deverá ser realizado imediatamente após a sua publicação na revista científica. Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o/a autor/a ou co-autor/a terá um prazo máximo de 6 (seis) meses da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI;

5. na impossibilidade de divulgação no RI da versão publicada, devido às cláusulas contratuais mantidas pelo/a autor/a com a(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, que o/a autor/a realize o depósito com embargo³ pelo período definido em contrato e apresente a devida justificativa;

6. os documentos que contenham informações sigilosas devido às cláusulas contratuais mantidas pelos/as autores/as com outras organizações envolvidas, que o/a autor/a realize o depósito com embargo pelo período definido em contrato e apresente a devida justificativa;

7. os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados, que o/a autor/a realize o depósito com embargo pelo período definido em contrato e apresente a devida justificativa;

8. no momento do depósito o/a autor/a deverá escolher uma licença que viabilize o acesso aberto, como as do *Creative Commons*;

9. ficam desobrigados de depósito no RI, os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;

10. os trabalhos publicados e que utilizem experimentos e amostras com seres humanos ou animais devem ter a liberação do comitê de ética da Instituição, a fim de assegurar a proteção de direitos das amostras que participaram da pesquisa;

11. para publicações impressas, o autor poderá solicitar à editora o direito de colocar o seu texto integral em arquivo digital no RI e em diretórios da sua área do conhecimento;

12. de maneira a facilitar o povoamento do RI, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-

² Para efeito deste documento, considera-se “pos-prints” a versão de um artigo já publicado em revistas científicas;

³ Para efeito deste documento, considera-se “depósito com embargo” aquele realizado com restrições de publicação e que estará disponível *on-line* após o prazo determinado.

Graduação, as respectivas Diretorias em cada *Campus* e as Coordenações de Cursos, assim como o Sistema de Bibliotecas da UTFPR, poderão promover o registro da produção científica desta instituição, mediante autorização dos autores da referida produção, seja efetuando a entrada de cada documento no RI ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

REPOSITÓRIO DE OUTRAS COLEÇÕES ABERTAS (ROCA)

1. Farão parte trabalhos de conclusão de curso, monografias de especialização, produção audiovisual, registros iconográficos e demais coleções mediante avaliação de demanda;
2. os trabalhos de conclusão de curso e monografias de especialização, produzidos por acadêmicos da instituição serão depositados imediatamente após a sua aprovação final. Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o/a autor/a ou orientador/a terá um prazo máximo de 6 (seis) meses desta data para depositá-lo;
 - 2.1 os documentos que contenham informações sigilosas, devido às cláusulas contratuais mantidas pelos/as autores/as com outras organizações envolvidas, que o/a autor/a realize o depósito com embargo pelo período definido em contrato e apresente a devida justificativa;
 - 2.2 os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados, que o/a autor/a realize o depósito com embargo pelo período definido em contrato e apresente a devida justificativa;
 - 2.3 no momento do depósito, o(a) autor(a) deverá escolher uma licença que viabilize o acesso aberto, como as do *Creative Commons*;
 - 2.4 os trabalhos publicados e que utilizem experimentos e amostras com seres humanos ou animais devem ter a liberação do comitê de ética da Instituição, a fim de assegurar a proteção de direitos das amostras que participaram da pesquisa;
 - 2.5 de maneira a facilitar o povoamento, as Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação e de Graduação e Educação Profissional, as respectivas Diretorias em cada *Campus* e as Coordenações de Cursos, assim como o Sistema de

Bibliotecas da UTFPR, poderão promover o registro desta produção, mediante autorização dos autores, seja efetuando a entrada de cada documento ou importando os dados já registrados em outros sistemas;

3. a produção audiovisual, os registros iconográficos e demais coleções podem ser resultado de trabalhos internos ou externos à Instituição e serão depositados após a análise do Comitê Gestor.

PERIÓDICOS INSTITUCIONAIS

1. Os periódicos institucionais deverão, preferencialmente, ser gerenciados com o auxílio da plataforma do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) e disponibilizados no Portal da Informação;

2. os periódicos institucionais deverão ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*, que por meio do *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH)* terá mecanismos de exposição de metadados do arquivo para facilitar sua coleta por terceiros;

3. os editores de periódicos solicitarão aos autores de artigos apenas os direitos de publicação, possibilitando seu depósito em outros repositórios digitais;

4. os periódicos serão gerenciados de acordo com a Política Editorial vigente na Instituição.

5. Cada periódico será administrado por um editor, apoiado por um conselho editorial heterogêneo, constituído de integrantes que devem ser especialistas reconhecidos, de origem nacional e internacional, devidamente identificados na publicação. Além disso, deverá existir, ainda, um conselho consultivo renomado, constituído de especialistas nas áreas de cobertura do periódico, atentando-se à cobertura nacional e internacional, evitando assim a endogenia.

Para o cumprimento desta política, a UTFPR estabelecerá mecanismos de estímulo, assim como ações de integração que possibilitem referendá-la junto à comunidade e evitar duplicações de esforços. Além disso, a implementação desta política poderá suscitar a elaboração, discussão, regulamentação e estabelecimento de mecanismos específicos de forma a garantir a plena alimentação do portal da informação e, por conseguinte, a preservação da produção institucional e seu acesso aberto à sociedade.

Visando à flexibilidade das ações, a Política Institucional de Informação será revisada pelo Comitê Gestor, quando se fizer necessário, com a finalidade de garantir sua adequação aos objetivos da instituição.

Esta Política Institucional de Informação entrará em vigor a partir da data da sua homologação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2009.

Anna Terezinha Ribeiro Caruso
Presidente da Comissão do Repositório Institucional

ANEXO 10: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UNESP**Política de Gestão do Repositório Institucional da Unesp
Regulamento interno**

Aprovado por unanimidade em reunião realizada em 08 de novembro de 2016.

Introdução

A missão do Repositório Institucional UNESP é promover a Universidade em âmbito nacional e internacional, por meio do acesso aberto, da disseminação, da preservação, da valorização e do reconhecimento de sua produção científica, acadêmica, artística, técnica e administrativa, bem como, prover à sociedade o acesso ao conhecimento resultante das ações realizadas pela Universidade.

Para esclarecimento, definimos os termos utilizados neste Regulamento da seguinte forma:

I - documento: unidade constituída pela informação e seu suporte, podendo abarcar um ou mais arquivos, digitais ou não;

II - registro: conjunto de dados (metadados) relacionados ao documento: título, criador, data de publicação, assunto, entre outros;

III - item: conjunto formado pelo documento e seu registro.

CAPÍTULO I**DOS RESPONSÁVEIS E DE SUAS ATRIBUIÇÕES**

Artigo 1º - No âmbito do Repositório, compete ao Grupo Gestor do Repositório Institucional UNESP:

I - criar normas para a gestão e o uso do Repositório Institucional UNESP;

II - estabelecer políticas para o arquivamento e a preservação de itens;

III – acompanhar o trabalho dos membros da Equipe Técnica do Repositório Institucional UNESP.

CAPÍTULO II**DA ORGANIZAÇÃO**

Artigo 2º - O Repositório Institucional UNESP está organizado em comunidades que representam as Unidades universitárias; os Câmpus experimentais, as Unidades complementares e a Reitoria, essas comunidades estão divididas em subcomunidades que representam as Unidades auxiliares; os Centros interdepartamentais, os Departamentos, os Programas de pós-graduação, e as Seções técnico-administrativas de cada unidade universitária.

Parágrafo único: Cada subcomunidade contém coleções para os diferentes tipos de documentos nela arquivados.

Artigo 3º - A criação e a alteração de comunidades e de subcomunidades ocorrerá em consonância com a criação ou alteração de denominação de Unidades universitárias, Unidades complementares; Unidades auxiliares, Centros interdepartamentais, departamentos, programas de pós-graduação, e seções técnico-administrativas, de modo que o Repositório Institucional UNESP reflita a organização da Universidade.

Artigo 4º - A criação de coleções ocorrerá mediante a demanda pelo arquivamento de documentos dos tipos listados neste regulamento.

CAPÍTULO III

DOS CRITÉRIOS PARA O ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS

Artigo 5º - Para ser incluído no Repositório Institucional UNESP, o documento deverá atender aos seguintes critérios gerais:

I - possuir entre seus criadores ao menos uma pessoa vinculada à Universidade;

II - estar em formato digital;

III - ser resultado de atividade científica, acadêmica, artística, técnica ou administrativa realizada nas dependências da Universidade ou em seu nome;

IV - estar completo, pronto para publicação ou já ter sido publicado e com a cessão de direitos patrimoniais, quando for o caso;

V - estar categorizado como:

a) artigo publicado em periódico científico, em sua versão publicada ou aceita

para a publicação;

b) trabalho completo ou resumo publicado em anais de congresso, conferência, encontro, simpósio ou qualquer outra reunião de natureza técnico-científica;

c) livro ou capítulo de livro;

d) tese de doutorado, tese de livre-docência, dissertação de mestrado ou trabalho de conclusão de curso de graduação ou de especialização;

e) notação musical;

f) imagem;

g) material cartográfico;

h) gravação de som ou gravação de vídeo;

i) software;

j) patente;

k) outra categoria a ser estabelecida pelo Grupo Gestor do Repositório Institucional UNESP.

Parágrafo único - Além dos critérios gerais elencados nesse artigo, deverão também, ser cumpridos os critérios específicos para cada tipo de documento, estabelecidos nas políticas de arquivamento definidas pelo Grupo Gestor.

VI - não violar direitos autorais.

Artigo 6º – Documentos de tipos não listados no inciso V, do artigo 5º, deste Regulamento, poderão ser arquivados no Repositório Institucional UNESP, mediante encaminhamento de ofício para o Grupo Gestor do Repositório Institucional UNESP, juntamente com a lista de documentos a serem arquivados, que deverá ter sido previamente enviada ao gestor da comunidade a que pertence, que irá emitir o parecer.

Parágrafo único: O Grupo Gestor do Repositório Institucional UNESP emitirá o parecer final sobre o arquivamento dos documentos, somente após a emissão do parecer do gestor da comunidade.

Artigo 7º - Para o arquivamento no Repositório Institucional UNESP não serão impostas restrições quanto ao país de publicação, ao idioma ou a data de publicação

do documento.

Artigo 8º - Na impossibilidade de arquivar um documento, seja devido às restrições contratuais acordadas entre o criador do documento e seu publicador ou, devido à necessidade de proteção de propriedade intelectual ou industrial, poder-se-á:

I - incluir no Repositório Institucional UNESP, apenas o registro do documento e, se possível, o endereço para acesso ao documento na página de seu publicador;

II - durante o período de embargo, poderá, como definido na política, ser arquivada versão com o conteúdo parcial para acesso público imediato, ficando o acesso integral restrito ao administrador.

Artigo 9º - Os formatos dos arquivos digitais aceitos no Repositório Institucional UNESP serão definidos em políticas específicas para o arquivamento de cada tipo de documento, devendo ser dada preferência aos padrões abertos (formatos não-proprietários), de modo a facilitar as ações para a preservação digital.

Artigo 10 - O documento arquivado no Repositório Institucional UNESP, não poderá ser alterado por outro que apresente qualquer mudança em seu conteúdo.

Parágrafo único – Excepcionalmente, quando for necessária qualquer alteração no conteúdo de um documento arquivado, poderá ser acrescentado ao item, com a devida autorização dos responsáveis, um arquivo digital contendo uma errata, uma nova edição ou versão.

Artigo 11 - Os itens que não atenderem aos critérios elencados nesse documento e nas políticas específicas para arquivamento, serão removidos do Repositório Institucional UNESP.

CAPÍTULO IV DO ACESSO AOS DOCUMENTOS E AOS METADADOS

Artigo 12 – A acessibilidade aos metadados e documentos arquivados no Repositório Institucional UNESP será livre e gratuita a qualquer indivíduo, não sendo

necessário qualquer cadastro ou pagamento, respeitando-se os embargados, quando for o caso, para acesso aos documentos.

CAPÍTULO V DAS FUNÇÕES DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Artigo 13 - Cabe à Coordenação Executiva acompanhar as atividades da Equipe Técnica.

Artigo 14 - No âmbito do Repositório, compete à Equipe Técnica do Repositório Institucional UNESP a partir das políticas estabelecidas pelo Grupo Gestor:

- I - estabelecer procedimentos para o arquivamento e a gestão dos itens;
- II - prover orientações sobre o uso do Repositório Institucional UNESP e o arquivamento de itens;
- III - supervisionar o arquivamento de itens;
- IV - definir metadados para a representação e preservação dos documentos, bem como, estabelecer padrões para o preenchimento dos valores desses metadados, considerando a missão do Repositório Institucional UNESP e padrões internacionalmente utilizados;
- V - definir e realizar tarefas para a melhoria da qualidade dos metadados;
- VI - gerenciar as contas de usuário criadas, concedendo e/ou revogando suas permissões;
- VII - desenvolver ações visando à manutenção, à atualização e à customização dos componentes de *hardware* e de *software* utilizados no Repositório Institucional UNESP;
- VIII - realizar e apoiar as ações para a promoção do Repositório Institucional UNESP junto à comunidade da UNESP e fora dela.

Artigo 15 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Grupo Gestor do Repositório Institucional UNESP e pela Equipe Técnica dentro de suas respectivas competências.

Grupo Gestor do Repositório Institucional UNESP

ANEXO 11: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UFLA



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

RESOLUÇÃO CUNI Nº 082, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre a Política Institucional de Informação da UFLA

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, no uso de suas atribuições regimentais, com amparo no parecer exarado pela Procuradoria-Geral da UFLA, e tendo em vista o que foi deliberado em sua reunião de 13/11/2012,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Política Institucional de Informação da UFLA – PII/UFLA.

Art. 2º A Política Institucional de Informação da UFLA – PII/UFLA visa à criação do Repositório Institucional da Universidade e por meio dele garantir o acesso livre à produção intelectual da Universidade, respeitada a legislação aplicável.

§ 1º Considera-se produção intelectual toda e qualquer produção técnica, científica, artística ou cultural que, referendada por um processo de avaliação por pares, com critérios estabelecidos, seja publicada em meio impresso ou digital.

§ 2º O Repositório Institucional (RI) de que trata o *caput* é o sistema eletrônico que registrará toda a produção intelectual da UFLA, armazenada em formato digital, e permitirá a busca e a recuperação para seu posterior uso tanto nacional quanto internacional pela rede mundial de computadores.

Art. 3º São princípios fundamentais da Política Institucional de Informação da UFLA – PII/UFLA:

- I - transparência, para tornar a produção intelectual amplamente disponível e acessível;
- II - privacidade e respeito à garantia do sigilo comercial;
- III - proteção da propriedade intelectual, em obediência às normas legais pertinentes à matéria; e
- IV - segurança para garantir a autenticidade, a originalidade, a integridade e a segurança da produção intelectual depositada.

Art. 4º A Política Institucional de Informação da UFLA tem por finalidade:

I - divulgar toda e qualquer produção intelectual da UFLA, ressalvados os casos de obras protegidas por contrato de direito de propriedade intelectual ou que contenha invenções ou modelos de utilidade passíveis de patenteamento, nos termos da legislação aplicável;

II - preservar a produção intelectual da Universidade;

III - garantir, facilitar e ampliar o acesso à produção intelectual, observada a legislação que rege e disciplina a matéria;

IV - potencializar o intercâmbio da UFLA com outras instituições; e;

V - subsidiar a gestão de investimentos em pesquisa na Universidade.

Art. 5º Observada a legislação pertinente, toda a produção intelectual gerada pela UFLA poderá ser depositada integralmente no Repositório Institucional, devendo ser realizada imediatamente após sua aprovação para publicação, exceto nos seguintes casos:

I - quando caso fortuito impossibilitar o depósito imediato, o autor ou coautor terá um prazo máximo de até 6 (seis) meses da data de publicação da produção para depositá-la no Repositório Institucional;

II - quando se tratar de livros ou capítulos de livros, artigos publicados em revistas científicas com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativos a direitos autorais, ou documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisas passíveis de serem patenteadas, ficam desobrigados de depósito integral e imediato no RI/UFLA.

Parágrafo único. Quando a disponibilidade integral do conteúdo em ambiente de acesso aberto constituir infração à licença concedida pelo autor ou por seus detentores, estes deverão do mesmo modo, ser imediata e obrigatoriamente depositados no RI assim que forem aceitos para publicação. No entanto, o acesso ao referido documento, será restringido pelo gerenciador do RI durante o prazo estabelecido pela política de restrições dos editores detentores de direitos autorais. Nesse caso, estarão acessíveis apenas os metadados que os descrevem.

Art. 6º A aplicação do disposto nesta Resolução deverá observar os ditames impostos pelas Leis nºs 9.610/98, 10.973/04, 9.456/97, 9.609/98 e 9.279/96, e demais normas legais concernentes.

Art. 7º O Repositório Institucional (RI) mencionado nesta Resolução deverá ser objeto de norma específica aprovada pelo Conselho Universitário, observadas as disposições constantes nesta Resolução.

Art. 8º A Política Institucional de Informação da UFLA deverá ser revisada em até 180 dias.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORO
Presidente

ANEXO 12: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UFOP



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Ouro Preto
Secretaria dos Órgãos Colegiados



RESOLUÇÃO CEPE Nº 5.525

Regulamenta a política de informação do
Repositório Institucional da UFOP

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 329ª reunião ordinária, realizada em 07 de novembro de 2013, no uso de suas atribuições legais, considerando:

a importância da implementação de ações que garantam o registro e a disseminação da produção científica da Universidade Federal de Ouro Preto;

a necessidade de coletar, armazenar, divulgar, ampliar e preservar a produção científica desta Instituição;

a importância de potencializar o intercâmbio com outras instituições de ensino, pesquisa e extensão;

a necessidade de apoiar as atividades de pesquisa e criação do conhecimento científico, de apoiar o processo de ensino-aprendizagem por meio do acesso facilitado ao conhecimento e de contribuir para o acesso aberto à informação científica,

RESOLVE:

Art. 1º Regulamentar a Política de Informação do Repositório Institucional da Universidade Federal de Ouro Preto.

Art. 2º Determinar que o Sistema de Bibliotecas e Informação (SISBIN) em conjunto com o Núcleo de Tecnologia e Informação (NTI) e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP) fiquem encarregados do desenvolvimento, implantação e manutenção do repositório institucional desta instituição, doravante, neste documento, denominado RI/UFOP.

Art. 3º O RI/UFOP será de livre acesso, tanto no contexto nacional quanto internacional.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Ouro Preto
Secretaria dos Órgãos Colegiados



Art.4° O RI/UFOP deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*.

Art.5° A comunidade científica² da UFOP providenciará a publicação dos artigos de sua autoria ou coautoria, preferencialmente em publicações periódicas de acesso livre ou que faça constar em seus contratos de publicação o direito de depósito, de uma cópia eletrônica, de artigos publicados (pos-prints) em repositórios de acesso livre.

§ 1° - O depósito citado no *caput* deste artigo deverá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica, sendo que, em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou o coautor terá um prazo máximo de seis meses da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI.

§ 2° - Na impossibilidade de realização do depósito devido a cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a(as) revista(s) em que seu trabalho foi publicado, recomenda-se que se deposite uma cópia da versão original do trabalho, ou seja, aquela versão que foi submetida à revista científica (*pré-prints*), assim como, as alterações propostas pela revista que o publicou.

§ 3° - Ficam desobrigados de depósito no RI/UFOP os livros ou capítulos de livros publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais. Somente serão distribuídos eletronicamente pelo RI/UFOP documentos cujas autorizações tenham sido concedidas pelo(s) detentor(es) de seus direitos patrimoniais.

§ 4° - Ficam desobrigados de depósito no RI/UFOP os documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulo de livros que serão publicados com fins comerciais;

§ 5° - Ficam desobrigados de depósito no RI/UFOP os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impeçam o depósito dos artigos publicados em suas revistas em repositórios de acesso livre.

Art. 6° Os demais documentos que não se enquadram no artigo 5°, parágrafos 1° e 2°, e que forem publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passem, a exemplo das teses e dissertações, por avaliação de uma banca de especialistas, deverão ser depositados no RI/UFOP.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Ouro Preto
Secretaria dos Órgãos Colegiados



Art. 7º Para facilitar o povoamento do RI/UFOP, o SISBIN ou qualquer outra Unidade desta Universidade poderá promover o registro da produção científica, mediante autorização dos autores e/ou das editoras científicas que detiverem seus direitos patrimoniais, efetuando a entrada de cada documento no RI/UFOP ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

Art. 8º Para o cumprimento desta política, esta Instituição estabelecerá mecanismos de estímulo, assim como ações de integração que possibilitem evitar duplicações de esforços.

Art. 9º A implementação desta política poderá suscitar a elaboração, discussão, regulamentação e estabelecimento de políticas e mecanismos específicos de forma a garantir a plena alimentação do Repositório Institucional.

Art. 10 Esta Política de Informação entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Ouro Preto, em 07 de novembro de 2013.

Prof. Marccone Jamilson Freitas Souza
Presidente

ANEXO 13: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 02/CONSUNI, DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Estabelece normas para a Política Institucional de Informação Técnico-Científica da Universidade Federal do Ceará - UFC no que se refere ao seu Repositório Institucional (RI).

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista o que deliberou o Conselho de Universitário, em sua reunião de **29 de abril de 2011**, na forma do que dispõe o inciso V do artigo 53 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, combinado com os artigos 11, letra **b**, e 25, letra **s** do Estatuto em vigor, e com o artigo 18 do Regimento Geral,

CONSIDERANDO a necessidade de preservação e ampliação da produção técnico-científica da Instituição,

CONSIDERANDO a necessidade de potencializar o intercâmbio entre a UFC e outras instituições, acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas e ampliar o acesso, visibilidade e recuperação da produção técnico-científica,

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar a gestão de investimentos em pesquisa nesta Instituição,

CONSIDERANDO a necessidade de contribuir com a elaboração de indicadores da produção científica e tecnológica institucional e de apoiar os processos de ensino-aprendizagem por meio do acesso facilitado ao conhecimento.

RESOLVE

Art. 1º Estabelecer normas para a Política Institucional de Informação Técnico-Científica, cultural e artística na Universidade Federal do Ceará, no que se refere ao Repositório Institucional (RI) da UFC.

Art. 2º A implantação e a manutenção do repositório institucional desta Instituição, doravante, neste documento, denominado de RI, serão geridas por uma Comissão formada por:

I – 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;

II - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Graduação;

III - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Extensão;

IV - 01 (um) representante do Sistema de Bibliotecas;

V - 01 (um) representante da Coordenadoria de Comunicação Social e Marketing Institucional;

VI - 01 (um) representante da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI);

VII - 01 (um) representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Art. 3º O depósito de informações referentes à produção técnico-científica será registrado no RI pela comunidade universitária da instituição e seu acesso será livre nos contextos nacional e internacional.

Parágrafo único. O autor deve garantir à instituição o direito de preservar e distribuir o trabalho por meio do RI mediante as condições estabelecidas no Termo de Autorização a ser assinado pelo Autor.

Art. 4º O RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*.

Art. 5º São considerados autores dos conteúdos do RI os membros da comunidade científica institucional, ou seja, docentes, discentes e técnico-administrativos da UFC.

Parágrafo único. Para efeito desta resolução, produção técnico-científica é aquela constituída de resultados de pesquisa consolidados disponíveis em veículos de comunicação científica que tenham revisão por pares, bem como documentos produzidos, submetidos ou patrocinados pela Universidade Federal do Ceará ou por membros da comunidade universitária.

Art. 6º Considera-se produção técnico-científica os seguintes documentos:

I - artigos publicados em periódicos científicos;

II - teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação da UFC;

III - teses e dissertações defendidas extra UFC cuja autoria é de servidores desta instituição;

IV - livros e capítulos de livros;

V - trabalhos apresentados em eventos científicos e acadêmicos;

VI - produção cultural oriunda de trabalhos científicos e acadêmicos.

Art. 7º Deverá adotar os padrões e protocolos proteção dos direitos autorais definidos no modelo *Creative Commons*

Art. 8º O depósito, citado no art. 3º, poderá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica, e em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de 06 (seis) meses da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI.

Art. 9º Ficam desobrigados de depósito no RI:

I - os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;

II - os artigos publicados em revistas científicas que estabeleçam em seus contratos com os autores cláusulas que impeçam o depósito de artigos nelas publicados, em repositórios de acesso livre;

III - os documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais.

Art. 10. Deverão ser depositados no RI todos os documentos que não se enquadrarem nos itens I, II e III do artigo anterior e que foram publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passaram por avaliação de uma banca de especialistas.

Art. 11. A Biblioteca Universitária poderá também efetuar o registro da produção científica, mediante autorização dos autores, seja realizando a entrada de cada documento no RI ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

Art. 12. Para o cumprimento desta política, a UFC estabelecerá mecanismos de estímulo, assim como ações de integração, que possibilitem evitar duplicações de esforços.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade Federal do Ceará, em 29 de abril de 2011.

Prof. Jesualdo Pereira Farias
Reitor

ANEXO 14: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UFBA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Gabinete do Reitor

PORTARIA Nº. 024/2010

O REITOR da UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, **considerando** a importância da implementação de ações que garantam o registro e a disseminação da produção científica e da memória cultural, artística técnica e tecnológica desta Instituição; **considerando** a necessidade de: **a)** preservar a produção científica; **b)** ampliar a visibilidade da produção científica, da memória cultural, artística técnica e tecnológica; **c)** potencializar o intercâmbio com outras instituições; **d)** acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas; **e)** ampliar o acesso à sua produção científica, cultural, artística e tecnológica; **f)** facilitar o acesso à informação científica de uma forma geral; **g)** aperfeiçoar a gestão de investimentos em pesquisa, ensino e extensão;

RESOLVE:

Art. 1º - O grupo gestor da Política do Repositório Institucional, constituído através de portaria, fica encarregado do desenvolvimento, implantação e manutenção do REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL doravante, neste documento, denominado de "RI";

Art. 2º - O RI desenvolvido e alimentado pela comunidade científica institucional desta Universidade será de livre acesso, tanto no contexto nacional, quanto internacional;

Art. 3º - O RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives* (Arquivos Abertos).

Art. 4º - A comunidade científica institucional deverá publicar os artigos de sua autoria ou co-autoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre.

§1º - o aludido depósito deverá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica. Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de 6 (seis) meses, a partir da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI;

§2º - na impossibilidade de realização do depósito devido às cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, recomenda-se que se deposite uma cópia da versão original do trabalho, ou seja, a versão que foi submetida à revista



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Gabinete do Reitor

científica (*pre-prints*) assim como, as alterações propostas pela revista que o publicou;

§3º - ficam desobrigados de depósito no **RI**, os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;

§4º - ficam desobrigados de depósito no **RI**, os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito de artigos publicados em suas revistas, em repositórios de acesso livre;

§5º - ficam desobrigados de depósito no **RI** os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais;

Art. 5º - Todos os documentos que não se enquadrarem no especificados no "Art.4º, parágrafos 1º e 2º", e que foram publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passaram, a exemplo das teses e dissertações, por avaliação de uma banca de especialistas, deverão ser depositados no **RI**.

Art. 6º - Para facilitar o povoamento do **RI**, a Biblioteca Central ou qualquer outra Unidade desta Universidade poderá promover o registro da produção científica, mediante autorização dos autores efetuando a entrada de cada documento no **RI** ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

Art. 7º - Para o fiel cumprimento desta política, estabelecer-se-á mecanismos de estímulo, assim como ações de integração que possibilitem evitar duplicações de esforços.

Publique-se, cumpra-se e registre-se.

Palácio da Reitoria, 07 de janeiro de 2010.


Naomar Monteiro de Almeida Filho
Reitor

ANEXO 15: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UFS



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO**

RESOLUÇÃO Nº 50/2017/CONEPE

Estabelece diretrizes para a política de acesso à informação na Universidade Federal de Sergipe, na modalidade Acesso Aberto.

O CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a necessidade de preservar e ampliar a visibilidade e o acesso à produção científica da Universidade Federal de Sergipe;

CONSIDERANDO o parecer do Relator, **Cons. MARCELO ALVES MENDES**, ao analisar o processo nº 17.523/2017-70;

CONSIDERANDO ainda, a decisão unânime deste Conselho, em Reunião Ordinária, hoje realizada,

RESOLVE

Art. 1º Consolidar a política de difusão do conhecimento da Universidade Federal de Sergipe através da ampliação do seu Repositório Institucional (RI-UFS).

Parágrafo único. O Repositório Institucional da UFS (RI-UFS) é um sistema de informação que tem como objetivo armazenar, preservar, organizar e disseminar amplamente o conhecimento desenvolvido pelos diversos setores acadêmicos e administrativos que integram a Universidade Federal de Sergipe.

Art. 2º O RI-UFS se constituirá como Portal do Conhecimento da UFS, reunindo num único espaço virtual de acesso toda a produção acadêmica (científica, artística, cultural, tecnológica, de inovação, didática e instrucional) da UFS.

Parágrafo único. O RI-UFS terá os seguintes objetivos específicos:

- I. integrar a produção científica e acadêmica da UFS num portal de acesso aberto;
- II. ampliar a visibilidade científica e o impacto cultural e social da Instituição e dos seus corpos discente, docente e técnico;
- III. armazenar e preservar a memória intelectual da UFS em todas as áreas de conhecimento e ações que a constituem, e,
- IV. disponibilizar à população o acesso em meio digital às produções e criações da Universidade Federal de Sergipe.

Art. 3º A política de difusão do conhecimento da UFS e o RI-UFS serão desenvolvidos pelo Comitê Gestor. Este comitê será responsável pelo acompanhamento do RI-UFS, com o objetivo de sistematizar procedimentos, avaliar o funcionamento e resolver casos omissos.

Art. 4º O Comitê Gestor do RI-UFS, instância consultiva e deliberativa, será composto por um representante titular e um representante suplente das seguintes unidades:

- I. Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe (SIBIUMS);
- II. Núcleo de Editoração e Audiovisual (NEAV);
- III. Assessoria de Comunicação (ASCOM);
- IV. Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI);
- V. Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN);
- VI. Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD);

- VII. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (POSGRAP), e,
VIII. Pró-Reitoria de Extensão (PROEX);

§ 1º O SIBIUFS, que presidirá o Comitê Gestor do RI-UFS, será responsável pelo controle, alimentação, evolução e atualização do Repositório Institucional-UFS; inclusive gerando para o Comitê relatórios de acompanhamento dos acessos e depósitos no RI-UFS.

§ 2º O NTI fica encarregado da implantação e manutenção do sistema operacional do RI-UFS; respeitando as definições da Comissão de Tecnologia da Informação - CTIn.

§ 3º A PROPLAN fica responsável, no Plano de Desenvolvimento Estratégico da Instituição, pela consolidação da política de difusão do conhecimento da UFS, zelando pela sua efetividade.

§ 4º Os demais órgãos citados no caput deste artigo deverão envolver todas as suas subunidades a fim de garantir que estas depositem as informações de forma sistemática, contribuindo com a divulgação e alimentação do RI-UFS.

§ 5º As reuniões acontecerão conforme periodicidade definida pelo Comitê Gestor do RI-UFS, sendo metade mais um dos integrantes o quórum mínimo necessário para a sua realização.

Art. 5º O RI-UFS utilizará um programa específico que permite a organização das informações em comunidades as quais podem corresponder às unidades acadêmicas e administrativas da UFS. As comunidades podem ainda se dividir em subcomunidades.

§1º Caberá ao Comitê Gestor do RI-UFS a definição sobre a criação de comunidades e sobre as formas de arquivamento de cada tipo de coleção.

§2º Caberá ao Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe a definição sobre a criação de subcomunidades e coleções, considerando demandas das unidades da UFS e o atendimento à política de difusão do conhecimento da Instituição na modalidade acesso aberto.

§3º Todos os membros da comunidade acadêmica da UFS devem disponibilizar para suas unidades de lotação, sob a forma de arquivo eletrônico, os documentos de interesse público decorrentes da sua produção acadêmica para possível depósito no RI-UFS, reservadas as disposições da Lei nº 9.610 de 19/09/98 sobre direitos autorais.

§4º Cada unidade acadêmica ou administrativa que integrar comunidade ou subcomunidade no RI-UFS será corresponsável pela alimentação e atualização das informações e pela garantia de atendimento aos princípios da política de difusão do conhecimento da UFS, devendo o chefe ou diretor da unidade designar servidor ou corpo técnico para responder junto ao SIBIUFS pela alimentação do RI-UFS.

§5º O Comitê Gestor do RI-UFS decidirá sobre as formas de arquivamento e sobre as necessidades de chancela pelo SIBIUFS dos documentos arquivados, respeitando a legislação vigente e os interesses institucionais.

§6º Cabe aos autores dos trabalhos, submetidos a depósito, a responsabilidade sobre o que é submetido e a decisão sobre quais conteúdos poderão ser acessados ou não, preservando assim sua propriedade intelectual.

§7º Os autores devem autorizar, mediante termo de consentimento, o depósito no RI-UFS; de forma a conceder ao repositório permissão para depositar, distribuir e preservar o material depositado. O termo de consentimento será disponibilizado pelo SIBIUFS.

Art. 6º As Pró-Reitorias Acadêmicas, os Centros e os Campi deverão estabelecer critérios nos seus editais e processos seletivos primando pela qualidade e relevância dos trabalhos nas suas áreas de concentração.

Art. 7º Todos os documentos publicados por servidores da UFS em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou avaliados por uma banca de especialistas, deverão ser depositados no RI-UFS.

§ 1º Ficam desobrigados de depósito no RI-UFS:

- I. os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;
- II. os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impeçam o depósito em repositórios de acesso aberto;
- III. os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteadas ou de serem publicadas em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais, e,
- IV. os relatórios parciais e finais de estágios supervisionados curriculares obrigatórios e não obrigatórios.

§ 2º As versões finais dos relatórios premiados no PIBIC e no PIBIX deverão ser depositadas pelas Coordenações de Pesquisa e de Extensão, respectivamente.

Art. 8º Quanto da abertura do processo de solicitação do diploma de Graduação e de Pós-Graduação é necessário a apresentação de comprovação, por parte do discente, de que a versão final do trabalho de conclusão do curso foi entregue no formato eletrônico, juntamente com o Termo de Autorização de publicação, ao respectivo núcleo, departamento ou programa de pós-graduação. A comprovação será feita na forma de certidão emitida pela chefia/coordenação do curso.

Art. 9º Em casos excepcionais, de maneira a facilitar a alimentação do RI-UFS, o SIBIUFS poderá promover o registro da produção da UFS, mediante autorização dos autores, permitindo o acesso de cada membro no RI-UFS ou importando os dados já registrados em outros acervos.

Art. 10. Os livros em formato digital produzidos pela Editora da Universidade Federal de Sergipe serão disponibilizados, na íntegra ou parcialmente, no RI-UFS nas seguintes condições:

- I. todo e qualquer conteúdo, já publicado, para ser disponibilizado deverá ter a concordância do(s) autor(es) ou organizador(es), mediante assinatura de um termo, conforme contrato de edição;
- II. os autores com conteúdos a serem publicados, no ato de assinatura do contrato de direito autoral, estarão autorizando sua disponibilização, obrigatoriamente;
- III. os livros esgotados e considerados de interesse institucional e/ou social, após análise do Conselho Editorial da UFS, serão disponibilizados no RI-UFS na íntegra, respeitando a Lei de direitos autorais;
- IV. coleções ou manuais voltados para atividades de sala de aula, além de outras que surgirem, tendo como objetivo dar suporte à formação no ensino básico, nos cursos de graduação e de pós-graduação, serão disponibilizadas na íntegra, independente da data de lançamento, respeitando a Lei de direitos autorais;
- V. todos os novos títulos, publicados a partir da data desta Resolução, serão depositados no RI-UFS, após seis meses de lançamento, salvo nos casos em que editais e/ou contratos impeçam o acesso aberto.

Parágrafo único. O Conselho Editorial da UFS será responsável e soberano nas decisões relativas ao arquivamento dos conteúdos produzidos pela Editora no RI-UFS.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor nesta data, revoga as disposições em contrário e, em especial, a Resolução nº 40/2010/CONEPE.

Sala das Sessões, 19 de outubro de 2017

**REITOR Prof. Dr. Angelo Roberto Antonioli
PRESIDENTE**

ANEXO 16: POLÍTICA DE ACESSO ABERTO ORIGINAL DA UFRN



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLUÇÃO Nº 059/2010-CONSEPE, de 13 de abril de 2010.

Estabelece normas sobre a Política Institucional de Informação Técnico-Científica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN no que se refere ao seu Repositório Institucional (RI).

A REITORA EM EXERCÍCIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, usando das atribuições que lhe confere o Art. 17, Incisos I e III, do Estatuto da UFRN,

CONSIDERANDO a necessidade de preservação e ampliação da produção técnico-científica da Instituição,

CONSIDERANDO a necessidade de potencializar o intercâmbio entre a UFRN e outras instituições, acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas e ampliar o acesso, visibilidade e recuperação da produção técnico-científica,

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar a gestão de investimentos em pesquisa nesta Instituição,

CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.012920/2010-62,

RESOLVE

Art. 1º Estabelecer normas sobre a Política Institucional de Informação Técnico-Científica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no que se refere ao Repositório Institucional (RI) da UFRN.

Art. 2º A implantação e a manutenção do repositório institucional desta Instituição, doravante, neste documento, denominado de RI, serão geridas por uma Comissão formada por:

- I – 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Pesquisa;
- II - 01 (um) representante do Sistema de Bibliotecas da Instituição;
- III - 01 (um) representante da Superintendência de Comunicação;
- IV - 01 (um) representante da Superintendência de Informática;
- V - 01 (um) representante do Departamento de Biblioteconomia.

Art. 3º O depósito de informações referentes a produção técnico-científica será registrado no RI pela comunidade universitária da instituição e seu acesso será livre nos contextos nacional e internacional.

Parágrafo único. A assinatura do termo de autorização da disponibilização da produção técnico-científica será eletrônica, após registro no RI.

Art. 4º O RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*.

Parágrafo único. Para efeito deste documento, produção técnico-científica é aquela constituída de resultados de pesquisa consolidados disponíveis em veículos de comunicação científica que tenham revisão por pares.

Art. 5º O depósito, citado no artigo 3º, deverá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica, e em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de 06 (seis) meses da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI.

Art. 6º Na impossibilidade de realização do depósito devido às cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, recomenda-se que se deposite uma cópia da versão original do trabalho, ou seja, aquela versão que foi submetida à revista científica (*pre-prints*³), assim como as alterações propostas pela revista que o publicou.

Parágrafo único. Para efeito deste documento, considera-se “*pre-prints*” a versão original de um artigo submetido a uma revista científica ainda não publicado.

Art. 7º Ficam desobrigados de depósito no RI:

I - os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;

II - os artigos publicados em revistas científicas que estabeleçam em seus contratos com os autores cláusulas que impeçam o depósito de artigos nelas publicados, em repositórios de acesso livre;

III - os documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais.

Art. 8º Deverão ser depositados no RI todos os documentos que não se enquadrarem nos itens I, II e III do artigo anterior e que foram publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passaram por avaliação de uma banca de especialistas.

Art. 9º A Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM) poderá também efetuar o registro da produção científica, mediante autorização dos autores, seja realizando a entrada de cada documento no RI ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

Art. 10. Para o cumprimento desta política, a UFRN estabelecerá mecanismos de estímulo, assim como ações de integração, que possibilitem evitar duplicações de esforços.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Reitoria, em Natal, 13 de abril de 2010.

Ângela Maria Paiva Cruz
REITORA EM EXERCÍCIO